

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
MINAS GERAIS



V. 42 – 2017

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS - BRASIL

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

Revista de publicação regular e autônoma, desde sua criação, e cujo primeiro volume foi publicado em 1945 - Ano 1, v. 1, 1943-1944. Documentos anteriores foram divulgados pelo Órgão Oficial do Estado.

Registrada no Livro B-1 (Matrícula de Jornais e outros periódicos no Cartório do Ofício de Pessoas Jurídicas, sob o nº179, em 23/9/1958, com base na Lei nº 2.083, de 12/11/1953, e por despacho do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Cadastrada no Centro Brasileiro do ISSN, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em Brasília, em 13/11/2006, tendo recebido o código nº ISSN: 1980-3109.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. – Coord. Comissão da Revista.

R449 – v. 42 (2017) – Belo Horizonte, Usina de Livros, 2017. Anual.

1. Artigos. 2. Discursos. 3. Palestras. 4. Efemérides. 5. Leis e Atos. 6. Resenhas. I. Revista, Comissão da. II. Título.

CDD 900

CDU 9

Ficha catalográfica elaborada por Emilce Maria Diniz – CRB- 6ª – 1206.

ORGANIZAÇÃO: Conselho Editorial: Regina Almeida, Joaquim Cabral Netto e Antônio Carlos de Albuquerque.

Comissão da Revista: Paulo Roberto Paranhos da Silva (Presidente); Márcia Maria Duarte dos Santos, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (Vice-Presidente), Maria Inês de Moraes Marreco e Osvaldo Oliveira Araújo Firmo. Secretária executiva Cássia Maria Martins Nicolai.

RESPONSABILIDADE: Os conceitos e informações contidos nos artigos são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Os direitos autorais foram cedidos para esta edição.

<p>Pede-se permuta - Se solicita permuta - On demande l'échange - We ask for exchange - Si richiede lo scambio - Man bittet um austusch</p>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

Associação Cultural registrada sob o nº 557, de 5/10/1944, no Cartório do
Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Belo Horizonte.

Cadastrado no Ministério da Fazenda como Pessoa Jurídica de Direito
Privado – CNPJ: 17.505.769/0001-64.

Rua dos Guajajaras, 1268 – sobreloja – Edifício JK – CEP 30180-101 –
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – Tel.: (31) 3212-4656

E-mail: ihgmg@ihgmg.org.br

Reconhecimento de Utilidade Pública:

Lei Federal nº 875, de 10/10/1949

Lei Estadual nº 21, de 30/10/1947

Lei Municipal nº 2.025, de 19/12/1972

*Se a Historia santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam,
também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizado.*

João Pinheiro da Silva

IHGGMG: 109 ANOS E NOVOS DIRIGENTES

Em dois importantes momentos da sessão solene do dia 15 de agosto de 2016, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais comemorou 109 anos de fundação e deu posse aos seus novos dirigentes da Administração do triênio 2016-2019.

Na primeira parte da reunião, houve apresentação de um banner comemorativo e o lançamento do volume 41 da Revista IHGGMG, com edição preparada por Comissão Especial designada pelo Presidente 2013-2016.

A seguir, a cerimônia de posse começou com palavras da diretoria cessante 2013-2016, a cargo do associado efetivo Dr. Joaquim Cabral Neto, orador oficial, e do associado efetivo Dr. Wagner Colombarolli, presidente, cujo término de mandato foi também assinalado com a inauguração do seu retrato na Galeria de ex-Presidentes, exposta no Auditório Presidente Dermeval Pimenta.

O ato de posse dos novos dirigentes teve discurso do associado efetivo Dr. Paulo Ramiz Lasmar, 2º Diretor de Comunicação Social, e por último o do novo presidente, associado efetivo Dr. Aluísio Alberto da Cruz Quintão.

A sessão encerrou-se com um coquetel, tendo o conagraçamento sido completado, à noite, por um jantar festivo em um dos salões do Automóvel Clube.

A Administração 2016-2019, abrangendo Diretoria, Comissão de Admissão e Conselho Fiscal, foi eleita, na forma estatutária, em Assembleia Geral de 15 de junho de 2016, formando o novo Conselho Diretor, ao qual coube, em sua primeira reunião de 27 de agosto de 2017, eleger três outros diretores para um colegiado de 16 associados efetivos.

O corpo administrativo ficou também integrado por três membros da Comissão de Admissão de Associado e seis membros de Conselho Fiscal, eleitos na mesma Assembleia.

ADMINISTRAÇÃO 2016-2019

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Aluísio Alberto da Cruz Quintão

1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Abritta

2º Vice-Presidente: Regina Almeida

3º Vice-Presidente: Paulo Duarte Pereira

Secretário-Geral: Joaquim Cabral Netto

1º Secretário: Fernando Antonio Xavier Brandão

2º Secretário: Adalberto Andrade Mateus

1º Tesoureiro: Wagner Colombarolli

2º Tesoureiro: Antônio Carlos de Albuquerque

Diretor do Centro de Documentação: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Coordenador da Biblioteca: Luiz Antônio Pinheiro

Coordenador da Hemeroteca: Gilda de Castro Rodrigues

Coordenador da Mapoteca: Márcia Maria Duarte dos Santos

Coordenador de Medalhística e Honrarias: José Francisco de Paula Sobrinho

Coordenador da Videoteca: Fábio Americano

1º Diretor de Comunicação Social: Marcos Paulo de Souza Miranda

2º Diretor de Comunicação Social: Paulo Ramiz Lasmar

DIRETORES ELEITOS PELO CONSELHO DIRETOR

Raimundo Nonato Fernandes

Daniel Antunes Junior

Adalberto Guimarães Menezes

COMISSÃO DE ADMISSÃO

Gilda de Castro Rodrigues

Luiz Carlos Biasutti

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza

CONSELHO FISCAL

Titulares: Osvaldo Oliveira Araújo Firmo, Eugênio Ferraz, Antônio Pedro Nolasco

Suplentes: Manoel Magno Lisboa, Tasso Batalha Barroca, Maria Natalina Jardim

CONSELHO SUPERIOR (Escolha livre da Presidência)

Fernando Antonio Xavier Brandão; Wagner Colombarolli; Daniel Antunes Junior;

Ildfonso Silveira de Carvalho; Wolmar Olympio Nogueira Borges

APRESENTAÇÃO

Dando continuidade e confirmação ao novo formato e à disposição interna estabelecida no volume anterior, chega a lume o vol. 42 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Seu variado conteúdo mostra bem, na diversidade dos temas, a importância de fatos e feitos da História de Minas e da História Geral, bem como o interesse dos associados em reverenciá-los.

Embora não se trate de uma publicação acadêmica, a edição da Revista prestigia as normas técnicas e mantém-se adequada às orientações regulamentares previstas com caráter de permanência.

O resultado é fruto da colaboração dos autores dos artigos e da dedicação dos associados efetivos designados para cuidarem da publicação: Comissão Especial: Paulo Roberto Paranhos da Silva (Presidente), Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (Vice-Presidente), Márcia Maria Duarte dos Santos, Maria Inês de Moraes Marreco e Osvaldo Oliveira Araújo Firmo (membros); – Conselho Editorial: Regina Almeida, Joaquim Cabral Netto e Antônio Carlos de Albuquerque.

Aluizio Alberto da Cruz Quintão

PRESIDENTE

**DISCURSO DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE DO IHGMG PARA
ADMINISTRAÇÃO 2016/2019, NA SESSÃO SOLENE DE 15/08/16**

Aluízio Alberto da Cruz Quintão – Cadeira nº 73

Patrono: José de Resende Costa

1 - Gracias a la vida que me há dado tanto...

Impressionam-me muito, na voz da argentina Mercedes Sosa, a letra e a música da composição da artista chilena Violeta Parra. Sem outra conotação que não a de sentir o valor conceitual e melódico da arte em homenagem à vida e aos seus benefícios, sobretudo à liberdade, à convivência, ao amor, ao bem.

A vida que é o nosso sopro, a natureza que a condiciona e a providência divina que a conduz, eis a síntese real de nossa passagem pelos meandros da existência.

E neste curso vital, com seus desdobramentos pessoal e físico-mental, familiar, profissional e social, quantas são as benesses, na forma de doações que, imerecidas ou buscadas, engrandecem. São doações também de dores que, sofridas embora, purificam o coração e fortalecem a alma, como a do passamento recente e repentino de minha companheira Cármen, poema que ornamentou minha família, por cinco décadas, como testemunham os parentes, sobretudo os filhos Aluízio e Leonardo, com as noras Neise e Varda e o neto Davi. É em homenagem à imagem dela que estou a pontificar aqui hoje.

E outras, enfim, são doações de surpresas que honram e desafiam, como esta agora de ser empossado na direção da centenária Casa de João Pinheiro.

Mantenho profunda admiração pelo Presidente João Pinheiro da Silva, governante de Minas Gerais por duas vezes, posto que fugazes, principal fundador e primeiro presidente deste Instituto e seu patrono maior.

Guardo a alegre lembrança de tê-lo conhecido na minha infância no Município de Caeté, por meio das referências vindas de meu avô, Antônio Cândido da Cruz Homem, seu amigo e meio conterrâneo, por imposição de nascimento

(Serro/Datas) e por igual opção de residência caeteense. E também por via das aulas de história e política de meu pai, Prof. Raimundo das Chagas Quintão, seu admirador e amigo do filho Israel Pinheiro da Silva, também governante de Minas, presidente de honra e benfeitor deste Instituto.

Esta Casa, vi-a, primeira vez, empoleirada no alto de edifício do centro da Capital. Alegrou-me saber de ocasionais presenças de meu pai ali, acompanhando meu tio afim, Comendador Joaquim da Conceição Vasconcellos Motta.

E na fase de deslumbramentos universitários ou de recém-formado, fui eu mesmo visitante seu, em reuniões, seminários ou pesquisas subsequentes folheadas nos tesouros da Biblioteca Copérnico Pinto Coelho, hoje repositório de mais de 20 mil volumes, sendo alguns vistos como peças raras.

Foi, aliás, também tomado de admiração e curiosidade juvenis, que assisti, da porta da Casa de Afonso Pena, sede da Faculdade de Direito da Universidade Federal/UFMG, à inauguração do monumento a João Pinheiro. Em nome do Instituto, discursou o Ministro da Educação Gustavo Capanema no evento que fez parte das comemorações oficiais do centésimo aniversário de nascimento do ilustre grande líder do período da primeira República.

Cabe aqui um parêntese.

A obra é baseada em projeto da lavra do arquiteto Lúcio Costa por encomenda de Israel Pinheiro, então presidente da Novacap e está lá ainda, na Praça Afonso Arinos, no início da Avenida Álvares Cabral, embora bastante maltratada pela ignorância ou falta de cidadania de uns ou pelo possível descaso de alguns detentores efêmeros do Poder Público.

Trata-se elegante obelisco de base triangular de cerca de 13 metros de altura, numa forma de pirâmide esguia, o mesmo gesto plástico que o famoso arquiteto fez presente também na concepção da torre de rádio e televisão de Brasília e no monumento a Estácio de Sá no Parque do Flamengo no Rio de Janeiro. A construção foi autorizada pela Lei Municipal nº 856, de 23 de janeiro de 1961. O esboço do projeto consta do Acervo Fundação Casa de Lúcio Costa e dele o IHGMG bem poderá obter uma cópia para seu arquivo do novo Centro de Documentação. Em nome da honra da História Mineira e em preito à memória de

um grande estadista que Minas e o Brasil perderam, muito precocemente, o Instituto não haverá de ficar impassível, diante da degradação de uma obra de arte histórica.

E eis que, nas passadas do tempo, me sobreveio a atenção da Diretoria da gestão de Miguel Augusto Gonçalves de Souza (1998/2001) de fazer-me associado efetivo desta Instituição, com a proposta de iniciar outro tirocínio de amor à História e uma convivência associativa enriquecedora; esta culminada hoje com as emoções da solenidade de posse, que, no mínimo, não prescinde do compromisso de muito agir e da esperança de não decepcionar.

2 - Estou generosamente colocado por confreriras e confrades meus na situação de sucessor do Presidente Wagner Colombarolli, associado efetivo de vida inicialmente plasmada em família de São Sebastião do Paraíso, município que, na linha do horizonte mineiro, a “rosa-dos-ventos” registra como gracioso ponto geográfico colateral do sudoeste limítrofe com o Estado de São Paulo.

Minucioso, pragmático e decidido por formação como Engenheiro Metalurgista, o também empresário paraisense e homem de cultura soube conduzir, com simpatia, docilidade e eficiência, mais um triênio da administração de nossa centenária Instituição. Deixa ele registro de uma atuação que manteve e fortaleceu a importância histórica que nossos maiores, os fundadores, visualizaram para o Instituto Histórico. Destacam-se, por exemplo, entre inúmeros atos, a publicação sequencial de dois volumes da Revista e o do Estatuto da Associação.

Creio ser de prazerosa honra para diretores, associados e funcionários a impressão resultante do convívio com sua direção, à qual não faltou a dose preciosa da presença, do apoio e estímulo de sua esposa D. Zélia Machado Fonseca Colombarolli.

Parabéns, Dr. Wagner. Obrigados para com sua pessoa ficamos todos os associados, tanto quanto reverentes diante do seu retrato hoje posto na galeria dos ex-presidentes.

Tanto é que, em sincera síntese de reconhecimento e gratidão, torno pública sua indicação para receber o título de EMÉRITO, documentado em um diploma, assunto que levarei à apreciação do Conselho Diretor, nos próximos dias,

em sua primeira reunião, conforme inovação prevista nos arts. 6º-I e 31-I do Estatuto.

3 – Domina-me, nesta hora, o sentimento da enorme responsabilidade de valorizar a sucessão e de prestigiar, de forma intensa e intensiva, as finalidades ou objetivos que, desde a origem, balizam e informam estatutariamente a estrutura cultural deste Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Solenidade de posse não exigiria, necessariamente, promessas e garantias, quase sempre insufladas de falso otimismo. O que não haveria de faltar seriam os bons propósitos vestidos de seriedade e senso de responsabilidade, como olhos de bem enxergar as oportunidades e de adequadamente vesti-las de possibilidades realizáveis, em todo o curso do mandato trienal.

Bem servir, enfim, com eficiência, ética e transparência como esta casa de cultura merece.

Das divagações que constaram da preparação do pleito associativo, destaco, agora em reiteração, o firme propósito de procurar:

- 1 - preservar a tradição, com adequada dose de modernidade;
- 2- desenvolver contínuos esforços na defesa e valorização ou no aprimoramento do patrimônio institucional;
- 3 - zelar pelo bom desempenho administrativo;
- 4- estimular a participação dos associados em iniciativas e produções culturais;
- 5- incentivar as boas relações internas;
- 6- pugnar por maior visibilidade externa do Instituto e da sede "Casa de João Pinheiro", com destaque especial para a comemoração dos 110 anos de sua fundação, daqui a 12 meses.

Por isso, cabe estar centrado na potencialidade desta entidade cultural, científica e educacional, declarada de utilidade pública nas três áreas da Federação e reconhecida pela Lei nº 21.131, de 08/01/2014, como entidade consultiva para a administração pública estadual. E nessa síntese estão inseridos gestos de continuidade administrativa e de inovações possíveis ditadas pelo bom senso, pela aprovação dos associados e pelo desafio atraente do progresso tecnológico, com realce de parcerias, seminários, palestras, abertura virtual e presencial para as

necessidades da juventude estudantil e para os interesses do setor acadêmico e de pessoas outras da comunidade.

Para tanto, além da boa vontade e atenção de todo o quadro associativo, não há de faltar a participação especial dos membros de oito das comissões culturais permanentes (art. 43: História Geral, História do Brasil, História de Minas Gerais, Geografia e Ciências afins, Antropologia, Genealogia, Língua Portuguesa e Revista), a serem compostas oportunamente e que terão a coordenação da 3ª Vice-Presidência, ocupada pela competente e dedicada Prof.^a Regina Almeida.

Aproveito para agradecer a todos os integrantes dos cargos eletivos, com os quais pretendo partilhar a incumbência ampla e pulverizada em todo o curso do período do mandato trienal, destacando antecipadamente a sabedoria e o aconselhamento dos Membros do Conselho Superior, a ser logo constituído nos termos estatutários (art. 40).

Externo meu abraço de confiança e carinhoso respeito às funcionárias da Casa, elementos imprescindíveis para funcionamento diário da máquina administrativa.

4 – Esta posse tem festa conjunta com o transcurso de mais um aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Segundo relembra o veterano Daniel Antunes em *A História Secreta do Instituto*, a ideia de seu nascimento brotou da mente visionária do então jornalista Nelson de Sena que teve sugestão atendida, em 1901, por Júlio César Pinto Coelho, presidente do Clube Floriano Peixoto. E o trabalho de uma comissão especial de intelectuais notáveis ensejou, seis anos mais tarde, as exitosas cerimônias de fundação e instalação em junho e agosto de 1907, culminadas com a posse da primeira diretoria capitaneada por João Pinheiro da Silva, então presidente republicano de Minas Gerais.

Daquele promissor 15 de agosto em diante, a Associação não foi imune a crises e soube amealhar forças e oportunidades de sobrevivência, ampliando o número de associados, vitalizando a biblioteca e impondo-se, sócio-culturalmente. Rompeu a barreira centenária e já presente para breve a alegria de acrescentar mais uma década à sua longevidade.

Louve-se a preocupação de nossos maiores, na didática visão da necessidade de registrar e preservar a História tecida pelo desenrolar da vida de pessoas, de fatos e instituições, sobretudo destas Minas Gerais.

Da vasta e variada galeria de feitos e pessoas ligadas ao Instituto Histórico, cabe destacar:

- tanto as figuras de JK e Israel Pinheiro da Silva, ambos Presidentes Beneméritos, que tiveram gestos de sensibilidade e apoio para com este Instituto, ensejando-lhe continuidade e acomodações melhores, que atualmente voltam a pedir por novo socorro.

- quanto a criação, em 1945, da Revista do Instituto, idealizada pelo ex-presidente Anibal Matos e coroada pela sucessão de 41 edições, como registrou mais um lançamento no princípio desta sessão, última obra da administração cessante.

Foram, enfim, muitas as conquistas que temos de defender e preservar, pois a causa é simpática e a Casa é santificadamente educadora, como se tira da lucidez de João Pinheiro, para quem, se *a História santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam, também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizado.*

Sente-se isso, é bem verdade, no ar que se respira nesta associação cultural, científica e educacional, insuflado pela previsão dos objetivos estatutários e perfumado pela docilidade e pelo zelo com que seus associados prestigiam a História.

Entidade enlaçada pelas três dimensões do tempo, essa cronometragem convencional dos acontecimentos, o Instituto prestigia os fatos da atualidade, registrando, por exemplo, a suma importância histórica:

- da decisão da UNESCO, ao declarar, no dia 17 de julho p.p., o conjunto arquitetônico da Pampulha como Patrimônio Mundial da Humanidade, para satisfação belo-horizontina e maior prestígio dos gênios de JK, Niemayer, Portinari e Burle Marx;

- e da ousada iniciativa do associado honorário Dom Walmor Oliveira Azevedo, que, além de realizar projeto de identificação e preservação do acervo histórico religioso da Arquidiocese Metropolitana, está contemplando a religiosidade

católica de Belo Horizonte com a construção da Catedral Cristo Rei, aspiração antiga da cidade e visualizada no último projeto arquitetônico de feição religiosa do *soi-disant* ateu-comunista Niemayer.

Ainda quanto ao enfoque da tridimensão histórica, apoio-me, como profissional da área jurídica, no jurista Francesco Carnelutti, para reconhecer o grande papel do fenômeno social do Direito que *como Arte estende uma ponte, desde o passado até o futuro (A Arte do Direito)*. Realmente, como acentuou Jayme Altavila, *os direitos sempre foram espelhos das épocas ..., equivalem precisamente ao seu tempo e se explicam no espaço de sua geração (Origem do Direito dos Povos)*.

E com essas coordenadas, a intuição genial de Albert Einstein, para quem *a distinção entre passado, presente e futuro é uma ilusão, mas muito persistente*, também deve animar-nos a pautar pesquisas e escritos pelo bom senso do equilíbrio e da clarividência na reflexão histórica, sem o exagero passional pelo filoneísmo, como *negação do progresso* e da modernidade, tanto quanto sem a mancha do misonéismo, como *aversão a tudo quanto é novo*. Não é sem razão que se atribui à sabedoria chinesa o conselho para os pensadores do presente: *Estuda, primeiro, o passado, se queres prever o futuro*.

É o que deve, estou convicto, prevalecer nesta Casa.

5 – Na conclusão destas minhas palavras, socorre-me no rol dos ensinamentos da História a convicção de que a democracia não está isenta de concessões; ela as exige de nós, muitas vezes, mesmo quando a verdade parece não estar com a outra pessoa divergente.

Pensamento singelo como este, colhido nas nuvens, enseja-nos, mesmo nestes tempos de crise, poder ouvir a lucidez de João Pinheiro da Silva, apoiada nas lições mais altas da História... *que nos ensina a confiar no Direito, na Justiça, na Liberdade, no Bem e na Vitória definitiva dos grandes princípios da consciência humana*.

Sempre há esperanças de tempos melhores, ilustrados adequadamente com o trato devido da *res pública* e do respeito sincero à boa-fé e confiança dos cidadãos.

É confortante poder crer em forças positivas de uma época ... *sustentando o presente e dirigindo o futuro, no ensinar ao homem que deve confiar somente nesta Justiça da História, que nunca falha, contra a onda das paixões efêmeras e dos interesses passageiros, que desaparecem com o tempo que os criou, para deixar eterno e duradouro o que foi feito a serviço da Humanidade e da Pátria, que nunca morrem.*

Esta imagem esboçada pelo nosso patrono maior pode e deve continuar sendo a força motriz das atividades deste Instituto Histórico e Geográfico. Que assim seja no triênio que hoje se inicia.

Para tanto, possam minhas palavras conclamar todos ao maior empenho do grupo associativo, em prol da preservação e divulgação da História de Minas e deste Instituto, numa sintonia de ação e comunhão de ideal que façam pulsar as teclas de benfazeja harmonia, como nos inspiram outros versos da canção no início invocada:

*Y el canto de ustedes que es el mismo canto,
Y el canto de todos que es mi propio canto.
Gracias a la vida.*

É o que desejo, sinceramente:
*Que o canto de cada associado seja um mesmo canto
e o canto de todos eles seja meu próprio canto.
Graças à nossa vida cultural associativa.*

Pela honra da presença e pela gentileza da atenção, agradeço a todos, associados, familiares e convidados.

DUAS PERDAS LAMENTÁVEIS PARA O IHGMG

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais foi desfalcado, no primeiro semestre de 2017, de dois conceituados associados efetivos.

No dia 23 de fevereiro, foi o Dr. Oíliam José, ex-secretário do IHGMG e secretário honorário da Academia Mineira de Letras.

No dia 18 de março, foi o Dr. Roque José de Oliveira Camêllo, membro da Comissão Cultural Permanente de História de Minas (Administração 2016-2019).

Estatutariamente (art. 28, IV, a), é prevista sessão solene de homenagem póstuma, tal como acontecerá, oportunamente, com relação a ambos os falecidos.

Em síntese, Roque Camêllo, tal como foi conhecido, era natural de Mariana, onde fez formação primária e secundária; cursou o Seminário Menor Diocesano; participou da política local e de atividades culturais; foi presidente da Casa de Cultura-Academia Marianense de Letras. Era membro da Associação Universitária Interamericana-Harvard-Cambridge-USA.

Foi empresário da construção civil, exerceu o magistério, advocacia e atividades sindicais.

Idealizou a comemoração do “Dia de Minas” em 16 de julho, tendo redigido o anteprojeto de lei para sua fixação.

Ingressou, em 2010 no IHGMG e foi atuante e conceituado associado efetivo. Em carta de apresentação, salientou o então Arcebispo Dom Oscar de Oliveira ser Roque “dotado de altos valores e por todos estimado”.

Era casado com a jornalista Merania de Oliveira Camêllo.

Em 24 de março a Academia realizou uma reunião denominada “Sessão da Saudade”, em homenagem ao seu acadêmico Oíliam José.

O Instituto Histórico participou do encontro, com pronunciamento de seu Presidente, rememorando a vida e o trabalho do famoso escritor, conforme texto a seguir transcrito.

Senhores acadêmicos, familiares e convidados.

“Ecce homo.

... Vivo ardendo e me consumo.

... Vira luz (tudo) quanto atinjo.

... Chama sou, seguramente.”

Este pensamento pinçado de uma tradução de versos inseridos em *A Gaia Ciência* pelo filósofo e poeta Friedrich Nietzsche bem sintetiza a imagem que, no cenário cultural de Minas Gerais, ficou emoldurada como a de um homem de fé cristã, educador, contabilista, jornalista, escritor, historiador, poeta e pensador, tal e qual foi Oiliam José, no curso terreno de sua nonagésima sexta vivência (09/02/1921- 23/02/2017).

Foi ele chama acesa por um casal de cristãos libaneses Chamel José (Châmel Assad Yussef) e Gurra José (Gurra Habib Couri Yussef), nas paragens mineiras de Visconde do Rio Branco, espargindo de lá e por onde andou e onde viveu a clarividência de sua inteligência fértil, na retilínea verticalidade exemplar de uma pessoa de bem.

Como homem-depositário do conhecimento, de pensamento lúcido e firme de convicções, iluminou quanto pôde e quantos atingiu – e foram muitos - nos escaninhos das salas de aula como hábil educador, nas pastas e arquivos de contabilidade, nos meandros de ampla advocacia, nas penumbras dos Fóruns, nos recônditos dos gabinetes de Governos - Municipal e Estadual -, na convivência associativa de várias entidades culturais e na solidão de sua pena investigadora e criadora.

Por ângulo diverso ou em adequado complemento – como queiram - vale também trazer à colação aquela visão poética de que o *escritor deve acreditar na luz, ... não é um iluminador; como uma janela, ele filtra a luz que lhe atravessa a alma.* (in *O Pirol Brasileiro*, Mariza Raja Gabaglia)

É de se ver, no entanto, que mesmo como filtro de luz o escritor resplandece, brilha como estrela sobre os caminhos da cultura, como aconteceu com Oiliam José.

Polígrafo por excelência, pois premiado autor de muitos livros, artigos e discursos, é tarefa difícil destacar quais obras seriam as mais significativas. Bastam alguns exemplos.

Foi peregrino atento e competente pesquisador na vastidão da História Mineira como: *A propaganda Republicana em Minas* (1960); *Tiradentes* (1974); *Visconde do Rio Branco – Terra, Povo, História* (1983); *Efemérides da Academia Mineira de Letras - 1909/2009* (2010), e *Indígenas de Minas Gerais* (1965);

Deixou registrada a arte de escrever história em a *Historiografia Mineira – Esboço* (1959 e 1987).

Esmerou-se na Biografia como em *Marlière, o Civilizador* (1958) e *Os Brancos Matam a Obra de Marlière (Revista do IHGMG, BH, vol. IV, pp., 141/147, 1957;)* e do seu ídolo Jackson de Figueiredo Martins em *Jackson, Líder e Apóstolo* (1997).

Pontuou na Sociologia como em *Mundo em Crise* (1960); *Abolição em Minas* (1962); *Racismo em Minas Gerais* (1981) e *O Negro na Economia Mineira* (1994).

Divagou na literatura poética como em *Dois Poemas Românticos* (1961); *Poemas Orientais* (1984) e *O Efêmero e o Eterno* (1985).

Foi memorialista em *Lições e Recordações* (2002).

Primou como pensador cristão em *Heróis e Santos* (2002); *Admirável Serra da Piedade* (2003); *Anseios de Fé e Esperança* (2005), *Certezas e Temores* (2006), *Procura do Eterno Presente* (2008) e *Toques de Esperança e Luz* (2009).

Dedicou, aliás, sua convicção religiosa ao serviço da Igreja em Visconde do Rio Branco e em toda a Diocese de Leopoldina, participando e/ou dirigindo retiro espiritual de homens, congregações marianas, ação católica, conferência de São Vicente de Paulo, cursilhos, tipografia, jornal quinzenário, advocacia da Cúria, etc.

Enfim, em seus vastos escritos notabilizou-se por visualizar, com cuidadosa técnica, fatos e feitos, homens e ideias, e assim soube “*testemunhar o seu tempo*”, na linha da concepção didática de Lygia Fagundes Telles (in *A Disciplina do Amor*).

Não faltou quem o tenha considerado como “*o maior historiador da Zona da Mata de Minas Gerais*” e posto “... *entre os maiores do Brasil contemporâneo*”.

Vivenciou o faro e o aprumo jornalísticos, seja na criação e direção de dois jornais (*O Ginasiano* e *O Escoteiro*), seja como conceituado colaborador de jornais e revistas, como exímio redator da Imprensa Oficial e, por cerca de vinte anos, para o Governo Estadual.

Dedicação ao serviço público municipal não lhe faltou também em vários cargos do Executivo, como na gestão do Dr. Antônio Pedro Braga, mais tarde Desembargador e membro do IHGMG.

No curso de mais de nove décadas de vida, foi reverenciado em tempos e formas diversas, antes e após o coroamento merecido como titular da cadeira nº 30 (patrono Oscar da Gama -1870/1900) da Academia Mineira de Letras, da qual se tornou secretário-geral merecidamente premiado com o título de secretário honorário. Ocupou também a cadeira nº18 (patrono José Pedro Xavier da Veiga – 1846/1900) do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, entidade da qual foi sócio correspondente (23/03/1954) e logo sócio efetivo (29/07/1957), fazendo-se diligente secretário, desde 2001. Ultimamente, era o decano da Casa de João Pinheiro, tal como foi da Academia de Letras.

Quando da posse no IHGMG, nosso homenageado enalteceu a figura de seu patrono como aquele intelectual que, pelos cuidados de criar e dirigir o Arquivo Público Mineiro, *salvou da destruição boa parte da documentação provincial mineira ou relativa a Minas*.

Seu repositório de integridade, espiritualidade, cultura, competência, determinação e operosidade, plasmado desde a formação no lar paterno, ele o reforçou no lar formado com Maria da Glória Batista José e o consolidou como expressão de múltiplas qualidades que adornaram sua personalidade e marcaram suas diferentes ações como homem de bem e cidadão sério e confiável.

Aplica-se-lhe o que mais disse ele ter visto em Xavier da Veiga, *como chefe de família voltado para o lar, cimentado na virtude, especialmente a do amor*.

Em suma, com sabedoria e crença, o acadêmico e associado Oiliam José viveu amplamente, o que permite se colha inspiração em pensamento da Sagrada Escritura (*Consummatus in brevi explevit tempora multa* [Sab 4,13]), para, adaptadamente, *mutatis mutandis*, salientar, em conclusão, que ele, *in vita provide longaeva, bene explevit tempora multa*, ou seja, providencialmente agraciado de longevidade, ele soube preencher bem a amplitude dos seus anos.

É com alto apreço, portanto, que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais compartilha com a Academia Mineira de Letras esta Sessão da Saudade, em homenagem a tão ilustre figura da cultura mineira.

SUMÁRIO

Discurso de posse do novo Presidente – 2016/2019 – Aluizio Alberto da Cruz Quintão	7
Duas perdas lamentáveis para o IHGMG	15
1ª SEÇÃO: ARTIGOS	
11 de Novembro (Marechal Lott – Juscelino) – Adalberto Guimarães Menezes	24
Zona da Mata Mineira (1889/1930) – excerto de suas condições de industrialização – Antonio Carlos de Albuquerque	27
Pensando bem, pensando melhor! – Antônio Pedro Nolasco	41
Concorrência desleal na advocacia – Aristóteles Atheniense	47
A saga de Maria Rosária, do Tremedal – Daniel Antunes Júnior	54
Dona Marília Primeira – Elizabeth Rennó	61
Cosmos – Ildefonso Silveira de Carvalho	63
Aspectos corográficos do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais	
– Jairo Carvalhais Câmara	66
Joaquim Felício dos Santos, o escritor – João José do Nascimento	72
Centenário de morte de Oswaldo Cruz: o sanitarista do Brasil	
– José Carlos Serufo.....	76
Dr. Abritta, o Rui Barbosa moderno – José de Assis	96
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais: cento e dez anos de trabalho e de Glórias – Luiz Carlos Abritta	98
Apontamentos históricos sobre a sedição de Vila Rica e seus principais personagens – Marcos Paulo de Souza Miranda	
Genealogia de Genebra Machado, um lapso a corrigir – Maria Celina Exner Godoy Isoldi	113
As batinas negras da Conjura de Minas – Maria de Lourdes Costa Dias Reis	121
Costumes tradicionais africanos face a ordem jurídica de Angola – Miguel Faria de Bastos	132
A emancipação político-administrativa de Caxambu – Paulo Paranhos	139
Origem do brasileiro – Ronaldo Vieira de Aguiar	145
Pio XII defendeu os judeus, não o nazismo! – Wagner Augusto Portugal	154
A pirâmide invertida – Walter Gonçalves Taveira	161
A sombra do Santo José de Anchieta – Wolmar Olympio Nogueira Borges	166

2ª SEÇÃO: DISCURSOS E PALESTRAS

2.1. DISCURSOS

Lançamento da Medalha Comemorativa dos 70 anos do Manifesto dos Mineiros – Marcos Henrique Caldeira Brant	173
Saudação ao novo associado da cadeira nº 58	177
Posse do associado associado da cadeira nº 58 – Ricardo Salgado Guimarães	185
Homenagem à Arquidiocese de Mariana – 270 anos de sua criação – Dom Walmor Oliveira de Azevedo	193
Ode ao Dr. Renato Passos por ocasião de sua posse	198
Saudação ao novo associado da cadeira nº 96	205
Posse do associado da cadeira nº 96 – Iácones Batista Vargas	212
Saudação ao associado honorário	228
Posse de associado honorário – Cláudio Aguiar	232
Saudação à associada da cadeira nº 17	238
Posse da associada da cadeira nº 17 – Maria Inês de Moraes Marreco	244
Mulher de atitudes nas altitudes – saudação à associada correspondente	252
Posse de associada correspondente – Cândida Corrêa Côrtes Carvalho	255
Saudação ao Professor Aluísio Pimenta – Antonio Carlos de Albuquerque	267
Saudação ao associado da cadeira nº 25	271
Posse do associado da cadeira nº 25 – João José do Nascimento	276

2.2. PALESTRAS

85 anos do CPOR – BH – Marcos Henrique Caldeira Brant	280
Homenagem à Arquidiocese de Mariana – Helvécio Trindade	285
Centenário de nascimento do acadêmico Hélio Armond Werneck Côrtes – José Anchieta da Silva	288
Minação de ferro e siderurgia brasileiras: história recente e perspectivas – Walter Gonçalves Taveira	290

3ª SEÇÃO: EFEMÉRIDES DA CASA	306
---	------------

4ª SEÇÃO: LEIS E ATOS IMPORTANTES	310
--	------------

5ª SEÇÃO: QUADRO ASSOCIATIVO	316
---	------------

1^a SEÇÃO: ARTIGOS

11 DE NOVEMBRO
(Marechal Lott – Juscelino)

Adalberto Guimarães Menezes - Cadeira nº 72

Patrono: Joaquim José da Silva Xavier

Nos meados do século passado havia no Brasil três grandes partidos políticos: o PTB, de inspiração getulista; o PSD, que reunia as chamadas classes conservadoras, definidas por seus adversários como constituídas por pessoas de mentalidade retrógrada, contrárias ao progresso e à modernização; e a UDN, que se dizia campeã da modernidade, da verdade e da honestidade.

Houve eleições nacionais para Presidente da República em outubro de 1955, vencendo o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, do PSD. A UDN, cuja vitória era tida como certa, alegou ter havido fraudes na sua realização, e dizia que o candidato vencedor não poderia tomar posse porque não obtivera maioria absoluta, o que a lei não exigia. Sua maciça campanha na imprensa, majoritariamente a seu favor, conseguiu sensibilizar grande parte da população, da Marinha e da Aeronáutica, e o partido passou a conspirar abertamente para impedir a posse do presidente eleito.

Um coronel do Exército, que estava à disposição de um órgão não subordinado ao Ministério da Força Terrestre, fez um discurso político tido como de apoio aos conspiradores, e o Ministro do Exército, **Gen. Henrique Duffles Teixeira Lott**¹, quis puni-lo pela transgressão disciplinar cometida, mas foi impedido pelo Presidente Café Filho que, adoentado, dias depois se afastou da Presidência da República, passando-a para seu substituto, Carlos Luz, que a exerceria durante seu impedimento.

O ministro pediu uma audiência ao presidente interino para tratar do assunto, pois o coronel não estava a ele diretamente subordinado, e a transgressão poderia se transformar em insubordinação, mas não foi recebido. Retornou então ao seu Quartel-General, reuniu a cúpula do Exército e considerou que a não punição do coronel teria, como consequência, a propagação da indisciplina a outros

setores do Exército. O Alto Comando, para manter a coesão da Força Terrestre em torno do projeto de dar posse ao presidente legitimamente eleito, depôs sucessivamente, no dia 11 de novembro de 1955, o presidente Café Filho e seu substituto, Carlos Luz, e assumiu o governo o presidente do Supremo Tribunal Federal, garantindo a normalidade democrática e a posse do Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, realizada na data prevista.

A grande maioria dos meios de comunicação era dominada pela UDN e pelos comunistas, e após esses episódios, por décadas, insistiram e incutiram na mente da população que o Gen. Lott era um “golpista”, mas nunca explicaram o porquê do “golpe”. Somente a partir do final da década de 1980, mais ou menos, ainda que timidamente, a imprensa começou a divulgar que o Gen. Lott deu, não um golpe, mas sim um contragolpe, para evitar que as eleições fossem anuladas e o presidente legitimamente eleito impedido de ser empossado. Em 2005 foi publicado pela Editora Record o livro *O Soldado Absoluto*, por Wagner William, com grande aceitação pelo público, mostrando a grandeza e o desprendimento do velho militar. Tivesse a UDN conseguido seu intento, impedido pela ação rápida e vigorosa ação do Exército, sob o comando do mineiro Gen. Lott, o também mineiro Juscelino não teria sido alçado à presidência, e pode-se afirmar que o Brasil não teria a pujança de hoje, porque a força alavancadora do nosso grande desenvolvimento foi seu idealismo, sua visão do futuro e sua tenacidade. Entretanto, sem o braço forte do Exército e do seu ministro, o diamantinense, além de não ter sido empossado, não teria permanecido na Presidência, pois seus inimigos continuaram tentando destruí-lo, o que não conseguiram porque encontrara pela frente a espada do mesmo chefe militar. Foram debelados um princípio de revolta na Marinha, que havia recebido no navio de guerra Almirante Tamandaré muitos chefes opositoristas, militares e civis, e duas revoltas que eclodiram, uma em Aragarças e outra em Jacareacanga, ambas promovidas por elementos da Aeronáutica.

Infelizmente o velho general ensaiou entrar na política. O canto da sereia é irresistível, e até o “soldado absoluto” foi por ela seduzido. Foi seduzido pela sereia que encanta, mas não picado pela mosca azul, que faz a pessoa ficar

orgulhosa, sentir-se importante e desejosa de glórias, o que jamais aconteceu com Lott. Políticos o convenceram a disputar a Presidência da Republica, e até hoje não compreendo tal erro daquelas raposas políticas, pois o Marechal era uma vara que quebra, mas não se verga. Como poderia ganhar a eleição um homem que não sabia mentir nem enganar, sem jogo de cintura, um autêntico “varão de Plutarco”, que jamais transigia com a honestidade e a sinceridade? Já candidato visitou o Paraná e recuou-se a receber o governador, notório corrupto. Naturalmente que perdeu a eleição para o demagogo Jânio Quadros.

O Marechal Lott teve nas mãos o poder total, porém nunca dele usufruiu para vantagens pessoais, nem permitiu que nenhum de seus familiares o fizesse. Alguém já viu qualquer pessoa de nome Duffles Teixeira Lott na política ou em altos cargos? Por extensão posso fazer a mesma pergunta quanto aos descendentes de nossos generais-presidentes.

Juscelino merece todas as loas que lhe entoam, são justas, mas injusto é o silêncio sobre o grande chefe militar, pois não fora ele não teria havido a “era juscelinista”. Ele foi o fiador de todo o período do governo de Juscelino, sem o que não haveria hoje Brasília, Furnas, Três Marias, nossa indústria automobilística e as estradas que rasgam o nosso sertão. Repito: o Presidente Juscelino fez imensa obra no país, mas somente pôde fazê-lo porque o grande chefe militar e o Exército garantiram-lhe a tranquilidade necessária para dedicar-se inteiramente ao seu projeto de desenvolvimento do país, que avançou “50 anos em 5”.

Nota

1. Pode-se dizer “Gen. Lott” porque general era seu posto no serviço ativo, ou “Marechal Lott”, seu posto após a reforma.

ZONA DA MATA MINEIRA (1899/1930): EXCERTO DE SUAS CONDIÇÕES
DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Antonio Carlos de Albuquerque - Cadeira nº 88

Patrono Barão de Paraopeba

Vós sois o sal da terra (Mt. 5,13)

... E chama-lhes sal da terra, porque quer que façam da terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção; mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção?

Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra se não deixa salgar.

(Padre Antonio Vieira, Sermão Santo Antonio, pregado em São Luís do Maranhão, em 13.06.1654)

Introdução – interiorização da metrópole na Colônia

A economia de Minas Gerais, em fins do século XVIII, com o esgotamento do ciclo da mineração, se reorganizou para manter o comércio de abastecimento de produtos de subsistência às regiões de agricultura exportadora de tal modo que, a partir de 1808, com a vinda da Corte portuguesa, ela passou a abastecer o Rio de Janeiro. Com isso, a economia de Minas Gerais acabou por contribuir com a integração do centro-sul do território do Brasil.

A reorganização da economia mineira permitiu o surgimento do comércio de abastecimento da Corte e as obras de integração do centro-sul deram ao governo imperial a manutenção da unidade territorial. No entanto, essa unidade, no período posterior à independência, vê-se abalada em face dos interesses locais das províncias afastadas da Corte, de tal maneira que, com a abdicação de D. Pedro I em 1831, inicia o período de regências (1831/1837) com a tendência liberal descentralizadora.

Os conflitos ocorriam pelo tratamento privilegiado para o centro-sul onde se instalara a Corte, em relação ao fornecido às Províncias mais distantes.

Restabelecida no Poder Moderador a consolidação do estado imperial brasileiro, as divergências entre as elites das Províncias puderam ser equacionadas permitindo, pela estabilidade sócio-política, a definição da questão do tráfico escravo, cuja pressão era exercida pela Inglaterra, desde 1820.

Resumindo, de 1808 (a vinda da Corte portuguesa) o sistema colonial fundado no denominado *pacto colonial*, representando o exclusivismo do comércio das colônias para com as metrópoles, entra em declínio pela transformação econômica relevante com o aparecimento do capitalismo industrial, em 1850. A partir desse ano, até 1889, a história econômica do Brasil pode ser inserida no marco entre o apogeu escravocrata e o que Caio Prado Júnior denomina de aurora burguesa.

Analisando esse período histórico, Caio Prado Júnior tem palavras esclarecedoras no seu livro *História Econômica do Brasil*:

Dois fatos – aliás, intimamente relacionados – a constituem; um de natureza geográfica: é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco – e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira. (JÚNIOR, 1962:161)

A lavoura do café acabou por dinamizar a evolução econômica brasileira. Tanto no parlamento do império, quanto posteriormente a ele, o Brasil era conhecido como o café. Se na economia, o café representava 70% das exportações brasileiras, a evolução agrícola gerou impactos sociais e políticos significativos. Após o período dos senhores de engenho, dos mineradores, os fazendeiros do café se tornam a elite social do Brasil. E ao proclamar-se a República, essa elite compreendeu o quanto o país poderia atuar em favor dos seus interesses e empreendimentos particulares. A lavoura cafeeira, com o seu crescimento, possibilitou o deslocamento populacional do Norte para o Sul, especialmente em São Paulo, a imigração europeia, a fecundação da República e da federação.

Do apogeu do café até o refrigério político no Império (depois de 1850) a contradição existente com a força do trabalho escravo irá redundar em novos

conflitos. A partir de 1860, iniciam-se os debates a favor da abolição da mão de obra escrava. A guerra do Paraguai em 1865 adia os debates. Em 1880, no Rio de Janeiro, são organizadas duas sociedades que lutavam contra a escravatura: a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Associação Central Emancipacionista. Mas é no seio dos próprios escravos que a resistência aumenta de tal modo que os militares também já estavam divididos quanto à questão da escravatura no Brasil. Em março de 1888, a Lei Áurea - contendo apenas dois artigos, extinguiu a escravidão no Brasil e revogava as disposições, em contrário. A partir daí, a imigração de europeus para o Brasil se inicia e os trabalhadores são fixados nas fazendas como assalariados, chegando o país a elaborar propaganda nos países emigratórios, pagando os custos do transporte e, após, eram distribuídos em diferentes fazendas. A imigração não se identificando com o processo colonizador formado de populações desenraizadas e ao lado do aparecimento do trabalhador livre dissolveu de vez o sistema escravista.

O Império - aqui entendido, além da administração pública e a estrutura política, o conjunto das instituições e a posição ideológica dominante do regime imperial, como bem explica Caio Prado Jr. (1962:200), quando em 1889 se extingue e surge a República, foi palco das etapas da evolução econômica do Brasil. As estradas de ferro, cuja construção inicial data de 1852, contribuíram decisivamente para o desenvolvimento técnico do país, a rede telegráfica e, com menor intensidade, a rede rodoviária. Houve também um relativo progresso industrial, tendo relevo as manufaturas têxteis. As organizações têxteis concentraram-se no Rio de Janeiro; em Minas Gerais, particularmente, na cidade de Juiz de Fora, a principal da Província, após a independência. Concorreu o baixo custo da mão de obra local, pois a população marginal era numerosa em função da sua liberação da grande lavoura.

A indústria nascente encontrou nesse setor a fonte de captação de mão de obra, fácil e barata. Nesse ponto, reside a gênese do proletariado industrial nacional. A evolução econômica se dava com o monopólio da produção do café, mas sem garantir estabilidade, vivendo de sobressaltos.

Com o advento da República até 1930, observou-se o apogeu da nossa economia voltada para a produção extensiva e em larga escala de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação (Cf. JÚNIOR, 1962:215). Nesse contexto, irão surgir as condições pelas quais ocorrerá o início do processo de industrialização da Zona da Mata Mineira.

Zona da Mata Mineira (1889/1930) – condições da sua industrialização

A Zona da Mata Mineira (1889/1930) se inseriu em região do denominado *mosaico mineiro*¹ (J.WIRTH, 1982), expressão utilizada para retratar a desarticulação e a descontinuidade do crescimento econômico de Minas Gerais, após o ciclo da mineração do ouro e de diamantes, considerando os aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais de suas microrregiões. O crescimento econômico em Minas não obedeceu a um plano integrado, permitindo o surgimento de consequências diversas à região, a partir de 1930.

VISCARDI (1995), no seu artigo *Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República*, escreve, com base em outros autores que elaboraram uma revisão historiográfica sobre a cafeicultura em Minas Gerais, centrando na economia da Zona da Mata, naquele período, que a produção de café (em arrobas) da Zona da Mata Mineira (1847/1926) era de 70% contra 30% do Sul de Minas.

MARTINS FILHO (2009:16), depois de refinadas considerações acerca da economia mineira da Primeira República, escreve que o café foi o principal produto de exportação da economia mineira, expandindo-se em relação às outras regiões do país, entre 1850 e 1870. Todavia, ao final do século XIX e no começo do século XX, a situação dos produtores de café em Minas não era cômoda. Eles enfrentavam problemas vinculados à baixa produtividade, alto custo de transporte e a baixa acumulação do setor exportador. Ainda, defrontava-se a cultura cafeeira com aspectos conjunturais negativos como: *A combinação perversa do preço em queda do café e taxa cambial em alta, crescente necessidade de importar produtos alimentícios e a elevação do imposto de exportação do café* (MARTINS FILHO, 2009:24).

As condições acima apontadas trouxeram impactos na estrutura produtiva: a perda da estrutura de grande plantação e a tendência à monocultura.

A partir da década de 1860 houve a expansão da cultura cafeeira na Zona da Mata Mineira. A inauguração da Rodovia União Indústria, em 1861, melhorou significativamente as condições de transporte entre a Zona da Mata e o Porto do Rio de Janeiro, permitindo um maior fluxo comercial à produção, além da economia de tempo e recursos², tornando-se a cidade mineira de Juiz de Fora o maior centro armazenador de café da Zona da Mata. Tal condição teve repercussão positiva para aquela cidade mineira no seu processo de urbanização, na geografia e nas finanças municipais. Houve a inserção dos imigrantes na população e na vida produtiva local, na arrecadação pública municipal e na ampliação do setor no mercado interno (GIROLETTI, 1988:47). Nas décadas de 1889 e 1930, a industrialização local será estimulada em virtude da acumulação do capital e sua concentração naquele município. Ou seja, a partir de 1850, com a expansão da cultura cafeeira – que acabou por inserir o país, no geral, ao comércio internacional, a Zona da Mata, especificamente, obteve o lugar de principal região produtora e, conseqüentemente, o motor da economia de Minas Gerais, durante 1850 até 1930.

Os alicerces da industrialização em Minas Gerais podem ser compreendidos, inicialmente, durante o ciclo da mineração do ouro/diamantes; no desenvolvimento da siderurgia e da indústria têxtil. A extração do ouro/diamantes, no princípio, não exigiu nenhum avanço tecnológico e operava de modo rudimentar, exceto quando o capital inglês passou a financiar a exploração do ouro.

A siderurgia enquadrou-se também, no início, como uma manufatura rudimentar na qual a mão de obra escrava teve destaque na condição de catalisadora e bloqueadora no avanço da siderurgia mineira nesse período³.

Segundo Affonso de Paula (2001)⁴ a indústria têxtil em Minas ao longo do século XIX, de acordo com a natureza dos processos de produção, pode ser apresentada como: a produção doméstica e a produção fabril. Mas foi na década de 1880 que a indústria têxtil mineira teve a sua expansão em investimento no setor⁵ com a utilização de mão de obra livre que, no período, era disponível.

No caso, então, da Zona da Mata Mineira, em particular Juiz de Fora, a industrialização nascente, nas últimas décadas do século XIX, recebeu estímulo do capital acumulado do setor agroexportador cafeeiro, até 1930; ou seja, do capital da economia mercantil para a diversificação urbano-industrial, caracterizado pelo predomínio de médias e grandes empresas, tecnologia, produtividade e concentração de mão de obra (PIRES, 1993).

Capital advindo da atividade agroexportadora

A cidade de Juiz de Fora acabou por destacar-se na industrialização em virtude da conjugação de diversos fatores básicos simultâneos: o centro armazenador da produção cafeeira da Zona da Mata Mineira; a expansão das rodovias e ferrovias para o transporte do café para o porto do Rio de Janeiro; o investimento do capital cafeeiro em outros setores empresariais locais; a fundação do BANCO TERRITORIAL E MERCANTIL (1887) e o BANCO DE CRÉDITO REAL (1889); a Companhia Ferro-Carril de Bondes de Juiz de Fora; a Companhia Mineira de Eletricidade; e a melhoria na educação e saúde.

Atualmente, pesquisadores, após 1990, estão trazendo novas leituras sobre a imigração alemã e o processo de industrialização daquela cidade mineira.

Os alemães que, inicialmente, chegam a Juiz de Fora a partir de 1858, com a construção (1850) da rodovia União e Indústria, dentre arquitetos, engenheiros, artífices e agricultores, em torno de 1.160 colonos, vincularam-se, na sua grande totalidade, na Companhia União e Indústria criada pelo investidor Mariano Procópio, responsável pelo empreendimento (GIROLETTI, 1988:59).

Segundo BARROS (2008)⁶ surgiu o “*nó górdio*” na historiografia econômica regional quando o Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, no final de 1950, formula o questionamento sobre a industrialização de Juiz de Fora com o seguinte teor: *ela ocorreu graças ao pioneirismo dos imigrantes alemães ou à transferência de renda do setor agroexportador para bancos e casas bancárias, disponibilizando, assim créditos para outros setores, sobretudo o fabril?*

Em continuação, o referido autor assinala ainda que, a partir da década de 1990, surgem novas pesquisas abordando a imigração/industrialização em Juiz de

Fora, revendo as anteriores e apontando outras leituras sobre o tema. A convergência dos novos trabalhos recai em fatores relacionados com o processo de inversão do capital agrário nos setores urbano-industriais, a partir da década de 1880, tais como a criação de bancos, companhias de eletricidade, ferrovias, transportes urbanos, imprensa, mecânicas, maquinarias para o café, construtoras e escolas técnicas (BARROS, 2008, p. 7).

O processo de industrialização de Juiz de Fora passou a ser tematizado em torno da formação de um sistema financeiro da Zona da Mata Mineira (1889/1930): o BANCO TERRITORIAL E MERCANTIL fundado em 1887, falido em 1892 pelo impacto da crise do encilhamento e o BANCO DE CRÉDITO REAL.

O BANCO DE CRÉDITO REAL surgiu na condição de um empreendimento bancário financiado basicamente pelo capital agrário local, ocupando já, na condição de banco comercial estadual mineiro, as primeiras colocações no *ranking* bancário do Brasil de 1940/1964. O seu primeiro balanço, como sociedade por ações, encontra-se sob a guarda do Museu do Banco de Crédito Real, em Juiz de Fora, no qual se registra a operação de auxílio à lavoura realizada na condição de intermediário financeiro entre o governo e os agentes do setor agrícola.

Foi em 23 de janeiro de 1889 realizada a primeira assembleia de constituição da sociedade anônima para a fundação do BANCO DE CRÉDITO REAL com a expedição da autorização de funcionamento, assinada por D. Pedro II, em 22 de agosto de 1889.

Não se pode negar a imagem do imigrante alemão em contraposição à mão de obra do negro no processo de industrialização de Juiz de Fora; porém, as condições para a industrialização de Juiz de Fora se vincularam ao capital acumulado do setor agrário para outros e mais significativos empreendimentos urbano-industriais. Vinculou-se, ainda, ao capital acumulado da atividade agroexportadora do café da Zona da Mata, parte do capital originário de industriais mineiros, canalizado para essa região mineira, em virtude das facilidades do transporte. Foi assim que ocorreu com Bernardo Mascarenhas, fundador da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, a Companhia Mineira de Eletricidade, a

Companhia Ferro-carril de Juiz de Fora (bondes) e o BANCO DE CRÉDITO REAL ao lado de outros empreendedores. Os imigrantes alemães, bem como os italianos, sírio-libaneses, se incorporam com pequenos e médios empreendimentos industriais e comerciais ao processo de aplicação desses capitais em outras atividades relacionadas com a intermediação financeira na formação de unidades fabris, de transportes urbanos, hospitais, instituições de ensino, inclusive o superior e energia elétrica, contribuindo para a expansão da indústria juiz-forana (1889/1930).

Especificamente ao sistema financeiro dessa região mineira cabe destacar a criação do BANCO DE CRÉDITO REAL, em Juiz de Fora, em 22 de agosto de 1889, por decreto imperial assinado por Pedro II.

Quando se analisam as condições para a industrialização da Zona da Mata Mineira (1889/1930), pode-se admitir a existência de um processo de ruptura com o passado histórico de Minas Gerais; pois, no contexto liberal, floresceu a iniciativa privada, o progresso advindo da energia elétrica, a crença na educação, criação das instituições de ensino, apoio à saúde pela construção dos hospitais, modernização do estilo arquitetônico. Foram manifestações concretas de rompimento com o que era existente no século XVII em Minas⁷.

... A primeira reunião dos fundadores ocorrera a 18 de setembro de 1888, na sede do “Diário de Minas”, em Juiz de Fora, com a motivação básica de socorro financeiro ao campo, cuja problemática decorria da abolição da escravatura, assinada em maio daquele ano. E somente quase um ano depois o Imperador autorizaria o Banco a funcionar, o que bem comprovam as críticas de Ribeiro ao emperrado sistema fazendário do final do Império.

Embora com a força do prestígio político, o Banco nascia com a necessária cautela para proteger-se contra o perigo de uma tendência monopartidária... Portanto, se o Banco não era ainda, em seus primeiros anos, uma potência, dispunha, contudo, de um ambicioso programa de ação e foi seguindo os objetivos estabelecidos da primeira diretoria:

Barão de Monte Mário – chefe liberal – Presidente do Banco;

Barão de Santa Helena – chefe do Partido Conservador – Vice-Presidente do Banco;

Bernardo Mascarenhas – Republicano, Secretário do Banco.

Finalmente, registra-se que o sistema financeiro da Zona da Mata Mineira (1889/1930) possibilitou romper com a estrutura de financiamento pelas empresas bancárias intermediadoras localizadas no Rio de Janeiro, alterando a transferência dos recursos financeiros para aquele centro comercial e financeiro, satisfazendo as necessidades de financiamentos dos agentes econômicos localizados na economia regional, através de recursos financeiros originados na própria economia da Zona da Mata Mineira.

O BANCO DE CRÉDITO REAL ultrapassou as crises financeiras que ocorreram na primeira década republicana: a do “Encilhamento”; a crise bancária de 1900; e constituiu-se uma instituição financeira sobrepondo aos altos e baixos da conjuntura econômica brasileira, alcançando a existência de mais de um século de funcionamento.

O Relatório da Diretoria do Banco, de 14 de agosto de 1891, registra os argumentos expostos ao governo do Estado:

Invertendo a ordem dos argumentos apresentados pelo governo do Estado, examinemos se tem fundamento a alegação de ser a garantia de juros repelida pela ciência. Não reputamos a garantia de juros funesta às instituições de crédito. A própria natureza, por si melindrosíssima, das operações bancárias está repelindo fortemente a hipótese da efetividade da garantia do governo. O estabelecimento bancário que se visse na dura contingência de recorrer a esse extremo estaria irremediavelmente arruinado, por faltar-lhe a primeira e essencial condição de vida – a confiança pública (Cf. palestra citada).

Do registro acima, crê-se, dois aspectos podem ser extraídos: a defesa do interesse coletivo, pois ao Estado não se rogava o sacrifício imediato das suas finanças públicas; e a formação da base do comportamento posterior das sucessivas administrações do Banco de Crédito Real, revelando-se nelas o espírito público. Ainda em 1891, o BANCO DE CRÉDITO REAL recebeu a autorização do governo para a criação da carteira comercial (operações de curto prazo) e tornou-se, então, um “*banco misto*”, permitindo-lhe condições para a sobrevivência no mercado dentro do novo ambiente político.

A economia regional da Zona da Mata Mineira (1889/1930) acabou por se inserir em uma conjuntura no mesmo período em que os ativos imobilizados

começam a ceder espaços para títulos, ações e dívida pública, possibilitando uma diversificação setorial.

Atualmente, as leituras sobre a avaliação conjuntural nessa região apontam aspectos positivos e negativos, principalmente na cidade-centro da economia regional da zona da mata mineira, na Primeira República. O certo é que, na criação e composição das Sociedades Anônimas, a partir dos primeiros tempos republicanos, os investimentos ocorreram em outros ramos urbano-industriais, inclusive de outros estabelecimentos bancários.

Segundo CROCE (2006)⁸, ao analisar a situação do Banco de Crédito Popular, criado em março de 1891, que teve uma participação nova na economia de Juiz de Fora, nasceu quando a produção cafeeira diversificou os investimentos na compra de títulos e ações, mas a sua derrocada resultou das crises conjunturais do período, como o não pagamento da integralização de ações subscritas pelos investidores.

O Banco Territorial e Mercantil de Minas, criado no Império, em 1887, com capital local, possibilitou à cidade de Juiz de Fora, além de Rio de Janeiro e São Paulo, a condição de possuir uma agência bancária, em face das condições de transporte, pela criação da União Indústria, a entrada dos imigrantes, além do êxito da cultura cafeeira na região da Zona da Mata de 1889/1930. O referido autor utilizando farta argumentação, de fontes abalizadas, indica a decretação da falência do Banco Territorial e Mercantil de Minas (1892), a partir da agência do banco no Rio de Janeiro, em virtude do seu envolvimento maior no movimento especulativo, como condição adversa ao mercado de capitais de Juiz de Fora, no período da Primeira República. Contrariamente, o BANCO DE CRÉDITO REAL continuou seu caminho de solidez, apresentando balanços corretos, sem jogar com títulos fictícios, cabendo destacar o desempenho do seu diretor-gerente João Ribeiro Oliveira e Souza, conduzido depois ao cargo de Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil.

O BANCO DE CRÉDITO REAL e o Banco Hipotecário e Agrícola, até os anos 20, formavam a rede bancária de Minas Gerais, ao lado de pequenos bancos e casas bancárias de âmbito local. A Carteira de Crédito Agrícola, criada por lei de

1905, era mantida, virtualmente, pelo governo como instrumento da política econômica⁹ (Cf. DULCI, 1999, p.49).

O Estado de Minas Gerais, em 1919, transforma o BANCO DE CRÉDITO REAL em serviço governamental, ou seja, o banco se torna empresa estatal. O Banco Hipotecário e Agrícola foi criado, por lei estadual, pelo grupo francês Périer, em 1911, para prover crédito ao setor agrícola e empréstimos às prefeituras para obras de saneamento, obtendo em contrapartida isenções fiscais e garantias de juros. Por esse sistema financeiro, segundo o autor Fernando Costa (apud DULCI, 1999), o estado de Minas cumpriu o papel do capital comercial em São Paulo e Rio de Janeiro criando e articulando o seu sistema financeiro.

As forças políticas

O Estado oligárquico, no final da década de 1920, entra em crise. Os setores das classes médias urbanas não reuniam condições politicamente fortes para que se impusessem de maneira livre e autônoma. A oligarquia gaúcha se rebelou contra a política do café-com-leite para constituir-se uma nova força no jogo do poder. Surge na história política do país o horizonte da denominada Revolução de 30, segundo BERCITO (1990) que aponta o movimento como a construção mais bem elaborada do pensamento autoritário no Brasil. Mas o movimento de 1930 acabou sendo um marco para a história recente do Brasil. A oligarquia cafeeira enfrentava uma contestação no campo político pelas elites agrárias de outros estados e pelos ideais daqueles que apoiavam os interesses industriais e pelo movimento tenentista que combatia a oligarquia do café buscando a modificação do processo eleitoral.

Estabelecido em 1937 o Estado Novo, o Brasil caminhou pelo rumo do autoritarismo político e à concentração do poder nas mãos do Estado que agiu diretamente nos setores da economia, da educação, da saúde, da regulamentação do trabalho, das comunicações aos esportes. O discurso oficial de Getúlio Vargas para justificar o Estado forte baseava na argumentação de que somente ele seria capaz de promover a reorganização social, visando à supressão do atraso do país e promover o desenvolvimento nacional. Ou seja, o processo de industrialização

deveria avançar sem riscos para o poder constituído. De 1937 a 1945 (fim do Estado Novo), o interventor federal de Minas Gerais foi Benedito Valadares. Assim, no âmbito estadual, DULCI (1999) vai apontar que o traço marcante do sistema político é o do compromisso. Diferentemente dos conflitos municipais, no nível estadual vão ocorrer os acordos e composições cujos atores buscam entre si os apoios mais amplos, permitindo que a saúde do sistema passe a depender dos entendimentos realizados em nível regional e nacional. Esses acordos, evidentemente, tiveram os seus formatos variáveis historicamente. Na prática, o esquema dos partidos políticos PP/PRM iria extinguir-se com o Estado Novo. A elite política de Minas se comportou de modo a criar um campo a favor do esquema Vargas/Valadares de um lado e, de outro, os que se agrupavam contrariamente a esse pacto, segundo DULCI (1999). Concordo com a compreensão de que as elites políticas em Minas, a favor de Valadares, ou atuando contrariamente a ele, tinham um antagonismo que não se perpetuou apenas no poder municipal, mas atingiu setores vitais em Minas como os empresariais, intelectuais e acadêmicos.

Estando o mercado nacional não integrado, a industrialização de Juiz de Fora se assentará, até 1930, no mercado regional da Zona da Mata Mineira (Cf. PIRES, 1993). A partir de 1930, com o processo de integração do mercado nacional, o centro de industrialização em Juiz de Fora perderá o seu mercado regional.

À guisa de notas finais

O que se pode registrar a essa altura é que, na Primeira República, em Minas, a imbricação das relações entre os interesses econômicos e a representação de natureza política exigiu um trabalho complexo. Daí, cabendo à elite política, diante dos setores econômicos, nesse período, atuar com habilidade de negociação, capacidade de barganha e de compromisso, temática desenvolvida por *Amílcar Vianna Martins Filho*, na sua obra *O Segredo de Minas*, podendo ser buscada pelos interessados no assunto.

Após a Constituição de 1946, com a organização dos partidos políticos PSD e UDN, quando o PSD voltou ao poder com Juscelino Kubitschek, em 1951, para substituir o governador Milton Campos (UDN) eleito a partir de 1947, as diretrizes econômicas da última fase de Valadares foram efetivamente retomadas, transformando-se num programa definido de desenvolvimento regional.

Esperamos que o leitor, agora, tenha em mãos dados de uma pesquisa empírica ao lado de um esboço de interpretação para elaborar uma análise crítica sobre a história do Estado de Minas.

Notas

1. Apud VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República*, in Estudos Históricos, RJ, vol. 8, número 15, 1995, p. 39 – 56.
2. AFFONSO DE PAULA, Ricardo Zimbrão. *Indústria em Minas Gerais: Origem e Desenvolvimento*, Art. Cedeplar/UFMG, X Seminário sobre Economia Mineira, 2001.
3. Cf. LIBBY (1988:136,161), apud Affonso de Paula, 2001.
4. AFFONSO DE PAULA, Ricardo Zimbrão. *Indústria em Minas Gerais: Origem e Desenvolvimento*, art. Cedeplar/UFMG, 2001.
5. Cf. OLIVEIRA (1993), apud Affonso de Paula, 2001.
6. BARROS, Nicélio do Amaral. *Etnia e proto-industrialização: história e historiografia da participação dos imigrantes alemães no desenvolvimento econômico de Juiz de Fora -1850/1887-* Revista Agora, Vitória, n. 7, 2008, p. 1 – 14.
7. PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata*. Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em 16.07.1962 e publicada em sua Revista IX/189/229.
8. CROCE, Marcus Antonio. *O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura (1888-1898)*. Dissertação de Mestrado, UFF. Niterói, 2006.
9. DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, BH: Ed.UFMG, 1999.

Referências

BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990. (História em Documentos).

GIROLETTI, D. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica de Minas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O Segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Confederação brasileira – 1889/1937*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

PENSANDO BEM, PENSANDO MELHOR!

Antônio Pedro Nolasco - Cadeira nº 8

Patrono: Visconde de Cairu

Um costume nosso é evitar, talvez por comodidade ou até por covardia, os comentários de certos assuntos devido a sua complexidade, justo para não levantar polêmica e vícios de consideração.

Procedentes ou não tais motivos ou conjecturas, convenhamos, para ter nessas convicções, deste modo temos o pensamento livre para divagar sobre quaisquer temas. Afinal, havendo erros, são corrigíveis!

Ora, toda espécie de motivo surgido em qualquer lugar, em qualquer época, evolui e chega ao senso comum quando é mentalmente trabalhado. Não existem assuntos que são de fato tabus!

Por certo o foro competente para discutir qualquer tema é aquele em que nos situamos e fazemos a nossa incursão cultural, no pressuposto real de que a mente humana é ampla e capaz!

Respeito as opiniões que possam divergir, direito de todos, mas vou colocar aqui um pensando que ronda minha mente há tempos.

É certo que no curso da nossa história tivemos muitos problemas, desencontros atroz, de toda ordem, por certo em função da índole de nosso povo que aceitou pacificamente os eventuais fatos negativos da vida como infalíveis e imodificáveis. O bom senso nos diz que não pode ser assim! Por outro lado, à guisa de nossa formação sociocultural, aceitamos um humor talvez extravagante para cuidar até mesmo de assuntos sérios, o que dificulta distinguir aquilo que merecer crédito e o que não merece. E, assim, podemos dar valor a uma piada muito mais do que a verdade incontest, em desacordo com a lucidez de nosso povo. Realidade essa lamentável, vício inconsequente dos brasileiros! É, inclusive, em função disso que aceitamos impunemente muitas pechas atribuídas à nossa realidade e, na dúvida, nos penalizamos com a inércia.

Ponderemos que tudo aquilo que acontece em nosso universo brasileiro é cíclico e segue um processo evolutivo, afinal como aconteceria a qualquer parte do globo terrestre. As coisas podem estar pacificamente admitidas hoje e não estar amanhã, em função dos detalhes e dos instrumentos que avaliam os fenômenos. Tudo se modifica e evolui, os conceitos e os objetos deles. Destarte, é sem dúvida uma temeridade estabelecer um conceito e permanecer nele por longo período sem fazer uma necessária revisão. É um grave equívoco!

Há um velho ditado que diz que “santo de casa não faz milagre!”.

Fundamentada ou não essa assertiva, certo que habitualmente não avaliamos com bom critério as coisas nossas, as nossas conquistas, temos uma tendência mórbida de desprezar as nossas conquistas e supervalorizar as alheias, talvez como referência inatingível. Não é hábito entre os brasileiros analisar com bons olhos e boa vontade o que é nosso, e muitas vezes atentando contra as evidências. Preconceito doentio!

Por todos os cantos se vê essa tônica de autodesprezo.

Vários indivíduos, sem ponderar, sem refletir, sem analisar a realidade do contexto, virando as costas para os nossos valores costumam dizer que o outro lá é que é bom, quem sabe, quem tem, quem entende de tudo, que tem bom gosto, que faz tudo ficar bonito. E, convenhamos, não é assim, não pode ser assim. É uma sintomática capitulação aos caprichos e interesses alheios.

Sem usar de ufanismos ou exageros de qualquer espécie, vindo o nosso país frente a frente, a primeira ideia que vem à mente é agradecer a Deus por tudo aquilo que colocou à nossa disposição de farto e de bom, de beleza, das lindas paisagens aos alimentos bons e saborosos, o solo dadivoso, a fauna, a flora. A riqueza do subsolo, o clima em média agradável, etc., etc. O primeiro homem branco que aportou em nossa terra viu logo e escreveu alertando: “Em aqui se plantando, tudo dá!”. Verdade plena e só acontece por acaso em raríssimas outras partes do planeta, mas pela metade.

Cada cidadão pode viver aqui honestamente como bem queira, lutando e sobrevivendo com tranquilidade. O caso é intuir, é querer, e criar, exercer direitos e ajustar o convívio. Não esperar que as coisas caíam do céu, mas lutar, fazer para

acontecer. Temos de sair do marasmo. A mão estendida para apenas receber de graça é um ato inglório, ainda que seja comum acontecer.

Os lamurientos da vida são conterrâneos que, infelizmente, ainda não despertaram para a realidade, não aprenderam ter iniciativa pelo colosso de ofertas dessa nossa terra. Eles têm de ser acionados pelos mais ativos e experientes, aprendendo os meios para conseguir a auto-afirmação. É ter vontade, é querer!

É bem verdade que pela deficiência de melhores meios, desde a nossa origem como pátria, nós, ainda povo em formação, fomos coagidos pelo colonizador, - verdade seja dita, - a aceitar o menosprezo como única verdade então possível. Deste modo, aquilo que poderia ter sido um promissor início, um orgulho pela amálgama advinda de uma etnia forte, bem mesclada, universal, experiência leve, inteligente e objetiva, mistura bem feliz, foi lamentavelmente uma conclusão alijada. Só se pensou no lado negativo. Prevaleceu o derrotismo com uma infinidade de preconceitos que perduram até nossos dias.

Concomitante com a colonização aconteceram erros grosseiros, talvez fruto da época, como o de substituir o justo trabalho assalariado dos irmãos africanos pela escravidão. Vergonha monstruosa, clamorosa! Se os irmãos africanos tivessem vindo para um trabalho assalariado, estaríamos vivendo hoje no país mais rico entre todos, exemplo para os demais. Os erros na colônia criaram, é verdade, um engessamento com raízes equivocadas e sempre enfrentamos, até hoje.

Até as escolas custaram a chegar aqui, para manter o povo na ignorância e na dependência. Fato cujo eco se vê ainda hoje na pouca importância que o poder público dá à instrução.

Em sã consciência deveremos considerar que a nossa colonização foi decorrência de uma época em que a pátria que a ditava regras vivia metamorfoses sociais, quatrocentos anos depois de seu surgimento.

Influenciados, quem sabe bitolados, nos esquecemos que, apesar das sutilezas da colonização e dos difíceis embates que enfrentamos no curso da história, acima de todas dificuldades, com a inteligência, pelo suor derramado, com a tenacidade de nossa gente, pela riqueza da terra nos inspira, conseguimos construir uma portentosa pátria, grande, nobre, forte, entre as dez primeiras do

mundo em economia, superando assim mais de 500 anos de seguidos saques e ainda vencendo a competição de países mais velhos e mais experientes, até de tradição milenar. Não é muito? Claro que é! Somente o cidadão derrotista, mergulhado nas trevas da mesquinhez, bitolado, não consegue observar isso. Estamos vencendo batalha a batalha!

A pergunta: Se temos problemas? Claro que temos! Quem não os têm? É fenômeno globalizado, cada lugar com o seu, do seu modo. Mas ponderemos que problemas existem para serem superados e procuram resolvê-los com as armas disponíveis.

Sem pretender julgar, o que não nos compete, por alto podemos constatar em alguns acontecimentos que ocorrem no planeta.

Por toda parte encontraremos desemprego, fome, doenças, desavenças, inconformismo, protestos, choque de opiniões, enfim, um rosário de fatos que poderíamos julgar como negativos. Mas isso é parte do contexto do qual não se foge

Tomar o negativo, o ruim, como referência é capitular, é não pensar no hoje, no amanhã, no sempre, é querer sofrer.

Se outros povos procuram, por acaso, camuflar os seus problemas, as suas desditas, no pressuposto de se sentirem mais fortes, é uma questão deles lá, não nosso. Nós, ao contrário, fazemos questão de realçar e alardear os nossos problemas intestinos, quiçá falando deles com força total. Vício danado esse! Lícito, porém!

Pelo fato de não procurar lavar a roupa suja em casa, ficamos expostos às críticas acirradas no exterior com uma visão distorcida de nossa realidade. Lamentavelmente!

Cada povo tem sua história! A vida em sociedade de qualquer lugar nasce do convívio, da luta do dia a dia, dos sonhos, dos problemas enfrentados, das conquistas de qualquer tamanho, em qualquer circunstância. O resto é complemento!

Se no exterior criticam os nossos cometimentos, e consideram o nosso estágio inferior ao do deles, o fato, por certo, soa-nos como compensação

psicológica, mórbida, de quem no íntimo está reconhecendo a sua fraqueza e, sentindo-se humilhados, talvez queira pichar alguém como pior. Ilusão tola, mas que não deixa de ser verdadeira, é uma fuga pelos atalhos.

Se não nos compete criticar os vícios e cometimentos alheios, mas também não podemos permitir que ajam injustamente conosco.

Colocando os fatos e as realidades nos pratos de uma balança veremos que é completamente injusto sermos taxados de terceiro-mundistas. Definitivamente não somos! Podemos ter formas diferentes de viver, pensar, de agir, direito nosso, universal. E o que, afinal, é primeiro mundo? Usar a bazófia? Enaltecer a si próprio? É esconder os próprios erros e deficiências? É explorar a boa-fé de terceiros? É agir como sanguessugas? É sempre criticar aleatoriamente, sem base, sem método? É criar tipos de rankings viciados para exclusivo fim e uso comercial? Ninguém pode ser primeiro assim, em nada, absolutamente.

Os padrões usados vulgarmente para classificar são aleatórios e criados por nações comprometidas com as inverdades.

Temos, sim, políticos corruptos, vergonha nacional, mas são tipos que também acontecem lá fora, sem a menor dúvida. Isso decorre dos processos de formação moral do ser humano. O fato de termos, em tese, circunstâncias iguais aos outros, não nos confere, contudo, nenhuma regalia. O planeta inteiro é um só, em erros e prendas, somos uma sociedade em experiência, em evolução constante, com a graça e o livre-arbítrio concedido por Deus.

Infelizmente ainda não existe a sociedade perfeita, de fato somos um grupo coletivo de sonhadores em eterna evolução.

Apesar dos pesares, das desditas que nos afligem, nós, brasileiros, podemos nos sentir felizes pelo que temos de positivo até aqui.

Convenhamos também que o sentido do bom e do melhor é extremamente relativo, uma vez que os gostos variam de pessoa para pessoa. Para quem não está satisfeito com o que tem deve esforçar-se para mudar, para chegar a um estágio novo e confortável. E tudo acontece no refrão do drama da vida, à custa de ensaios, de tentativas, de tenacidade. Nenhum ser foge dessa lógica!

Quando procuramos meditar e analisar a nossa realidade, pelo que vemos de imediato, poderemos ter motivos a lamentar, mas se formos ponderados o suficiente, se usarmos a isenção sob o ponto de vista filosófico, moral, histórico, não temos do que reclamar. Estamos bem e vivendo apenas um estágio obrigatório do caminho.

Somos um povo de temperamento voltado principalmente para os valores espirituais, do que não nos arredamos. E isso tem suas implicações.

Deus foi e continuará sendo generoso conosco, pensando bem, pensando melhor!

CONCORRÊNCIA DESLEAL NA ADVOCACIA

Aristóteles Atheniense - Cadeira nº 28

Patrono: Professor Rodolpho Jacob

Tomado, somente, na sua acepção léxica, o verbo “**concorrer**” importa em competir, litigar, emular, rivalizar com alguém em busca de um resultado proveitoso.

Na advocacia, o concorrente é tido como um contendor, um oponente, até mesmo um adversário (*Dicionário Houaiss Sinônimos e Antônimos*, pag. 194). Ele atua contra o seu antagonista, mediante recursos que nem sempre são previstos em lei, se desconformes com os princípios éticos que deveriam reger a nossa profissão.

O Estatuto da Advocacia e da OAB (**Lei 8.906/94**), em seus 87 artigos, não se refere, especificamente, à **concorrência** entre advogados. Não há naquele Digesto a definição do que importe em “concorrência”.

Como a mencionada lei indicou o *Código de Ética e Disciplina* como sendo o repositório das regras deontológicas que normalizam a advocacia (**art. 83**), devemos recorrer àquele compêndio na busca de uma conceituação satisfatória daquela prática.

O **art. 34** do Estatuto, ao enumerar as infrações disciplinares, referiu-se genericamente ao advogado que incorra em “conduta incompatível com a advocacia” (**nº XXV**). Assim, para fins disciplinares, será considerada transgressão qualquer atitude contrária à postura exigida para o desempenho da profissão.

Daí a oportuna advertência doutrinária: *Não se escusa o advogado sob o argumento de que tenha adotado esta ou aquela conduta na qualidade de cidadão comum, e não no efetivo exercício da profissão, porquanto é impossível separar essas duas situações, no que respeita a advocacia* (GISELA GONDIN RAMOS, *Estatuto da Advocacia*, p. 570).

Início ressaltando a expressiva atuação de um mineiro na elaboração do primeiro *Código de Ética e Disciplina dos Advogados*, de 25 de julho de 1934.

Refiro-me ao meu ex-professor de Direito Penal, **Pedro Aleixo**, que fez da ética um dever permanente tanto na advocacia, como na sua vida pública exemplar.

Já o prólogo do *Código de Ética e Disciplina* vigente (*Diário da Justiça* 1/8/95, págs. 4.000/4.004), ressaltou que o Conselho Federal da OAB, na sua elaboração, ... *norteou-se por princípios que formam a consciência profissional do advogado e representam imperativos de sua conduta (...), jamais permitindo que o anseio de ganho material sobreleve a finalidade social de seu trabalho.*

Ficou subentendido, nesta admoestação, que o princípio da livre concorrência, inserto no **art. 170, IV da CF**, será fator importante em nossa atuação diária.

No sistema capitalista, na era da globalização, a livre concorrência existirá sempre, não havendo como eliminá-la. Não implicará, por si só, em ilegalidade suscetível de punição disciplinar pelos Tribunais de Ética.

Mas, sempre que desbordar dos limites legais, não haverá somente antagonismo e, sim, deslealdade, que deverá ser execrada.

Conforme assinalou **Rubens Requião**: *A concorrência desleal, como instituto novo, está ainda em formação, pois, se a expressão **concorrência** tem sentido exato, o adjetivo **desleal** é obscuro, dependendo do vago conceito de deslealdade* (*Curso de Direito Comercial*, 2007, 1º v., p. 353).

A concorrência pífida na advocacia, como em outras profissões, é um desvio de conduta moral que afronta a honestidade e os bons costumes, merecendo ser combatida sem condescendência.

O Código de Ética vedou ao advogado oferecer “serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientela” (**art. 7º**).

Na elaboração do *Código de Ética* atual, de que participei como Conselheiro Federal de Minas Gerais (**13/2/95**), recordo-me da nossa dificuldade em precisar o significado da expressão “captação de clientela”.

No curso das sessões realizadas no Conselho Federal, ficou assentada a proibição de toda publicidade do advogado que importasse em referência a “qualquer cargo, função pública ou relação de emprego e patrocínio que tenha exercido, passível de **captar clientela**” (**art. 29, § 4º**).

O exemplo mais frequente deste desvio de conduta está no cartão de visita em que conste, além do nome do profissional, a qualificação pretérita: “ex-ministro”, “ex-desembargador”, “ex-juiz”, etc.

Já deparei com essa situação constrangedora. Quando meu pai, jubilado como juiz no final de carreira, obteve a reinscrição na OAB, logo providenciou cartões de visita, onde se lia em negrito: “ex-juiz de direito”.

Advertido por mim quanto à incivilidade dessa identificação, não relutou em passar a usar novos cartões que não contivessem a sua condição de antigo magistrado.

Não menos graves são as referências na divulgação de “valores dos serviços, tabelas, gratuidade, ou forma de pagamento...”, que proporcionam direta ou indiretamente captação de causa ou cliente (**art. 31, §1º**).

Esta prática, embora ocorra com maior frequência no início da profissão, não é uma característica dos iniciantes na advocacia.

Há advogados formados há mais tempo, cujos nomes e endereços figuram na seção de “pequenos anúncios” como especialistas em todas as áreas. Não se acanham em oferecer o patrocínio em inventário, separação conjugal, cobrança, defesa criminal e administrativa, locação, tudo a preços módicos, com prévia consulta gratuita.

A essa altura, tornou-se comum o pagamento de honorários mediante cartão de crédito. Essa opção já foi aprovada pelo Conselho Federal.

Tenho como censurável a participação do advogado em “programa de televisão ou de rádio, de entrevista na imprensa, de reportagem televisionada, ou de qualquer outro meio”, fazendo promoção pessoal ou profissional, inclusive emitindo “pronunciamentos sobre métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão” (**art. 32**).

Segundo informação recente, que me passou o jurista **Paulo Medina**, atualmente decano do Conselho Federal da OAB e relator do projeto do novo *Código de Ética*, há uma tendência do Conselho Federal em flexibilizar as restrições ao **art. 40 do Código de 1995**.

Inobstante o aguardado adestramento daquele estatuto aos novos tempos, tudo indica que subsistirá a proibição de *outdoors*, divulgação da lista de clientes do escritório, remessa de mala direta, distribuição de panfletos e promoção através de rádio, cinema e televisão.

Há, entretanto, um forte movimento no próprio Conselho Federal em prol da utilização de redes sociais, como o *Facebook*, na propagação da advocacia.

Os que propõem o afrouxamento da propaganda evocam a prática adotada em outros países, sobretudo nos Estados Unidos, onde a advocacia é decantada amplamente, chegando a descambar para a excentricidade.

O texto que ainda vige no Brasil repele “insinuações a promoção pessoal ou profissional, bem como debate de caráter sensacionalista” (**art. 32, parágrafo único**).

O retrospecto das regras do Código de Ética, ora feito, enfatizando as proibições mais expressivas de seu texto, tornou-se indispensável no trato da questão de fundo deste trabalho: **a concorrência desleal na advocacia**.

Na minha vida profissional (que ultrapassou há meio século), convenci-me de que a competição reprovável entre advogados não se limita somente à cobrança de honorários.

Certo que se tornou mais comum quando ocorre o aviltamento da profissão, redundando no oferecimento de valores irrisórios na prestação dos serviços advocatícios ou quando pleiteados em valor “inferior ao mínimo fixado pela Tabela de Honorários, salvo motivo plenamente justificável” (**art. 41**).

Estou consciente de que um advogado concorre ilicitamente com o outro, também, quando aceita procuração de “quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis” (**art. 11**).

Incorrem na mesma reprovação ética os advogados de uma mesma sociedade que representam “em juízo clientes com interesses opostos” (**art. 17**).

A infração estará caracterizada, ainda, se o causídico omitiu “seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se esta lhe houver revelado segredos ou obtido seu parecer” (**art. 20**).

Essas violações, mesmo quando não geram a imediata instauração de processos disciplinares, assim que conhecidas, comprometem a imagem do advogado, que passará a ser considerado como um trãnsfuga do Direito.

No mercado competitivo da advocacia, alguns escritórios assediam profissionais que ganharam fama em sociedades concorrentes; ou que se tornaram conhecidos pela atividade cumprida no Judiciário.

Embora o *Código de Ética* não cuide especificamente desse recrutamento, reputo-o como transgressão quando visar somente a captação de clientela, devido aos seus reflexos indecorosos na competição profissional a que estamos sujeitos.

Esse procedimento é ainda mais criticável quando a angariação ocorre durante o “período de quarentena” de três anos, quando o aposentado, não podendo advogar, atua qualificado como “consultor” (**art. 95, parágrafo único, inc. V da CF**).

A sua presença no escritório que o contratou é um atrativo para aqueles que batem à sua porta, **não à procura de um advogado, mas de um resultado compensador**, ainda que alcançado através de meios infamantes.

Para que sejamos realmente **indispensáveis à administração da Justiça** (**art. 133 da CF**), urge promover uma convergência de esforços, que deva contar com a fiscalização permanente da OAB, de modo a ser restaurada a confiança de que éramos portadores.

O Código de Ética prescreve como sendo **dever** do advogado “abster-se de utilizar influência indevida, em seu benefício ou do cliente” (**art. 2º, parágrafo único, VIII, “a”**).

Entre os desvirtuamentos que mais comprometem a seriedade da advocacia, sobrepõe a nefasta influência de terceiros na solução dos litígios em qualquer instância.

Assim como uma empresa deve zelar pela sua marca, visando assegurar o respeito de sua clientela, também um grande escritório de advocacia (que não se confunde com um escritório grande), deverá repelir, mesmo internamente, qualquer projeto de encurtamento dos caminhos normais que importe em concorrência desleal.

Os que assim procedem em busca de notoriedade e enriquecimento rápido, tornam-se, com o tempo, menores e mais inexpressivos do que quando começaram. São advogados de voo rasteiro que, na disputa da confluência jurídica, somente empreenderam uma aventura ímproba e de curta duração.

Com o passar dos anos, o seu cliente ficará sabendo com que meios o arrojado patrono de ontem obtinha resultados compensadores.

A sua conduta será então desvendada; a sua reputação desabarará em definitivo, sem possibilidade de recuperar o fôlego perdido. De nada lhe valerá mais o renome artificial conseguido através de manobras e influências estranhas nas causas que patrocinou.

A Justiça foi uma das virtudes sustentadas por **Platão** como a única capaz de harmonizar a sociedade.

Já a ética, deixou de ser uma opção, tornando-se uma espécie de vida guiada pela razão, na concepção aristotélica, reafirmada por **Kant**.

A rivalidade entre advogados empenhados apenas em aumentar a carteira de clientes, a receita de seu escritório, recorrendo a expedientes astuciosos, torna difícil aos Tribunais de Ética saber se esses recursos foram utilizados mediante erro, se são frutos de ignorância dos infratores – ou de pernicioso vontade.

Ética e advocacia, ao contrário do que muitos imaginam, são indissociáveis.

Nenhum profissional do Direito vem ao mundo trazendo consigo o emblema da moralidade ou a pecha da devassidão.

As virtudes pelas quais pugnamos devem se tornar um **hábito**, importando na construção de uma fortaleza íntima que resista às seduções do poder e da riqueza.

Repito: não reprovoo a **concorrência lícita**, exercida segundo os parâmetros da integridade moral. Mas abomino a concorrência desleal, que estigmatiza os que cresceram e dela se aproveitaram na construção falsa de nomeada comprometedora.

Nos dias inquietantes que o Brasil atravessa, enquanto perdurar a escassez de decência; enquanto houver o aniquilamento do respeito que merece o nosso concorrente, “ex adverso”, não haverá mais sentido na vida de um advogado.

Não será justo que os nossos descendentes ou sucessores paguem pela vergonha cometida por aquele que o precedeu, que se submergiu no charco da desonra, de onde não mais saiu.

A SAGA DE MARIA ROSÁRIA, DO TREMEDAL

Daniel Antunes Junior - Cadeira 43

Patrono: Teófilo Benedito Otoni

Desde os tempos da colonização brasileira até aos nossos dias, com predominância no período imperial, tivemos em nossa querida e altaneira Minas Gerais vários exemplos de mulheres valorosas.

Cada qual a seu modo, empolgando a mente dos homens, com determinação, coragem e desenvoltura, elas marcaram época, deixando após si um rastro de notoriedade. Dentre outros, destacam-se os casos de Chica da Silva, de Diamantina, - a “escrava que virou rainha” - o de Dona Beija - a famosa cortesã do Araxá - e o da quase lendária Joaquina do Pompéu - a “Sinhá Braba”, que teria recebido do Imperador, de presente por seus feitos, um cacho de banana de ouro...

Todas elas fizeram jus a extensas e expressivas biografias. Chica da Silva e Dona Beija foram protagonistas de festejadas novelas de televisão, e a matriarca Dona Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco - cuja fama é bem maior que o próprio nome - deixou enorme e conspícua descendência, da qual fazem parte o jurista Francisco Campos, o “Chico Ciência”, e o Dr. Deusdedit Pinto Ribeiro de Campos, nosso ilustre e tranquilo consócio no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Tivemos mais as três Marias, que igualmente enriqueceram a nossa história: Maria da Cruz, nas barrancas do Rio São Francisco; Maria Tangará, em Pitangui, e Maria Rosária, nos confins de Minas com a Bahia - esta ainda pouco conhecida dos nossos escribas.

Note-se que estas três Marias nada têm a ver com a florescente cidade de Três Marias, que fica próxima da Hidrelétrica do mesmo nome, no Rio São Francisco. O nome da cidade é merecida homenagem a outras três Marias: Maria Francisca, Maria das Dores e Maria Geralda, que outrora, naquele mesmo lugar, sucedendo aos pais, mantinham a modesta pensão, na qual pousavam tropeiros e viajantes que passavam por ali.

Foi assim que, da simplicidade cativante das três irmãs pioneiras - tomadas como símbolos da hospitalidade de nossa gente - surgiu o nome que pegou para ficar, distinguindo a cidade menina, vocacionada para o progresso e cheia de vida.

Mas vamos falar aqui, de modo especial, apenas de uma das seis Marias, a do extremo Norte de Minas, com um histórico controverso, que clama por uma análise serena e isenta de preconceitos.

Maria Rosária da Rocha Pereira foi, antes de tudo, uma desbravadora dos nossos sertões.

O aprazível sítio por ela adquirido estendia-se num grande vale, que ia de serra a serra, atravessado pelo Rio Tremedal, tendo de um lado a destacada montanha da Sela Gineta e, do outro, o portentoso monte azul, nos contrafortes da Serra Geral, descortinando-se magnífico panorama. O lugar nada tinha de pantanoso, a não ser pequena área, onde se formou vistoso coqueiral, semelhante a um oásis. Situava-se no chamado Sertão do Rio Pardo e integrava o patrimônio territorial da Casa da Ponte, sucessora do Morgadio Guedes de Brito. Sua aquisição foi realizada ainda no último quartel do século 18, razão pela qual seu registro, com os limites e confrontações, não consta no Livro do Tombo, datado de 1819.

Mas nesse documento histórico, o nome de Maria Rosária é citado, como confinante, no registro do Sítio Riacho Seco, nas proximidades da Serra Geral, arrendado por Antônio de Macedo Portugal.

Além disso, na escrituração dos sítios de Bom Sucesso, Dourados, Lençóis, Pajeú e Riacho Abaixo, situados no entorno do arraial que hoje é a cidade de Monte Azul, há referências ao Rio Tremedal, ao caminho de Tremedal e até ao próprio sítio de Tremedal, ficando evidente que dito arraial surgiu antes do ano 1800.

A legendária Maria Rosária, amasiada com o português Pompeu, que morreu assassinado por questões de terras, foi a fundadora do antigo Tremedal, hoje cidade e comarca de Monte Azul, outrora das mais extensas do nosso Estado.

Na época, toda aquela região estava infestada de aventureiros, ignorantes e valentões, Mas Maria Rosária, mulher destemida, sabia lidar com eles, impondo sua autoridade.

Grande faixa do extremo Norte de Minas pertencia à Província da Bahia e integrava a sua grande Comarca de Jacobina.

Por volta de 1760, essa área transferiu-se para a Capitania de Minas Gerais, e Tremedal passou a compor o Distrito de Minas Novas, na Comarca da Vila do Príncipe do Serro Frio, atual cidade do Serro.

Em 1819 era titular da Casa da Ponte o 6º Conde, Gen. João da Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, filho do Marquês Manuel Saldanha da Gama (descendente do grande navegador Vasco da Gama).

O Marquês, ficando viúvo da morgadinha Joana Caldeira Pimentel Guedes de Brito (da qual herdou todo o patrimônio dos Guedes de Brito) casou-se, em segundas núpcias, com a viúva Francisca Joana Josefa da Câmara, mãe do Conde.

Como se vê, o General não descendia, geneticamente, do morgado Antônio Guedes de Brito, mas adotou o sobrenome deste, somado a outros, em razão de seu casamento e atendendo a disposições institucionais do morgadio.

O 6º Conde da Ponte foi também Governador Geral da Província da Bahia, de 1805 a 1809. Foi ele quem recebeu, na então capital de Salvador, em 1808, a família real de Dom João VI, com uma numerosa comitiva (cerca de 15.000 pessoas) quando se transferiu a sede da Coroa Portuguesa para o Brasil, em função da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte.

Vale lembrar que esse acontecimento, da maior importância histórica, concorreu, decisivamente, para a vinda de considerável contingente de imigrantes portugueses, que se fixaram no referido Sertão do Rio Pardo, então em evidência, pela proximidade da nova sede do Reinado Português. Vieram, por assim dizer, nas águas do rei e para ficarem perto dele...

Referido Sertão foi habitado por tribos nômades da nação tapuia, como já dizia na sua famosa carta o padre João de Aspilcueta Navarro, integrante da primeira expedição ao território brasileiro (que passara pelo local) comandada pelo castelhano Francisco Bruzza Espinosa.

Na fase dos assentamentos portugueses, a população indígena no Norte de Minas e Sul da Bahia já era escassa, em virtude dos massacres praticados impiedosamente pelos primeiros colonizadores, ao tempo de Matias Cardoso.

Muitos índios, que eram os donos das terras, foram abatidos como feras. Mas os novatos conviveram com índias já velhas e mansas, bem assim como com alguns nativos ainda rebeldes, muitos dos quais, aos poucos, se deslocaram para o Jequitinhonha.

Mas reza a tradição oral que ao tempo de Maria Rosária, naquelas bandas, muitas índias, na flor da idade, foram agarradas, domesticaram-se, casaram-se e tiveram filhos com os primeiros exploradores, cujos descendentes se miscigenaram com outras etnias.

Exemplo disso foi o que aconteceu com Joaquim Antunes de Souza (cujos antepassados, de procedência hebraica, vieram de Portugal, fugindo da famigerada Inquisição). Ele capturou a laço e com auxílio de cães uma índia que foi levada para casa, amansada e batizada com o nome de Luzia. Dizem que era uma bela mulher, com a qual Joaquim se casou, com a permissão e a bênção de seus pais. O autor destas notas é o seu pentaneto.

Voltando à história de Maria Rosária, sabe-se que essa varoa de ébano era de procedência africana, mas seus ancestrais são desconhecidos. Com certeza, veio ela para Bahia e de lá para Minas, de cambulhada com os portugueses, eméritos apreciadores das nativas d'África. Pompéu, seu amante, era lusitano... Teria tido uma única filha, mas deixou numerosos descendentes, alguns consorciados com os Antunes de Brejo dos Martyres.

Vários escritores cuidaram da história da fundadora do arraial de Tremedal. Muitos deles não a perdoaram, pelo fato de ser negra, mandona e corajuda. Mas, sem dúvida, foi uma pioneira valorosa, de gênio forte, fazendo jus ao título de Patrona do Tremedal. Antonino Neves já advertia que a personalidade de Maria Rosária não podia ser estudada através da tradição popular, sempre fantasiosa.

Ela era temente a Deus e devota de Maria Santíssima. Seu grande mérito, e a prova de sua religiosidade contrastando com a pecha de mulher rancorosa e vingativa, foi a doação do terreno para nele erigir-se a Igreja consagrada à mãe do Redentor sob seu patrocínio, ficando a construção a cargo de seu genro Joaquim Fernandes dos Anjos.

Evocando a sua memória, hoje ergue-se, no mesmo lugar, a Matriz de Nossa Senhora das Graças, um templo imponente, de estilo neoclássico.

Maria Rosária, mulher varonil e empreendedora, desenvolta e rica, não era uma santa. Podia ter os seus deslizes, - como a luxúria, o vício menos nocivo aos outros - mas também suas virtudes; estas, quando reconhecidas, não destacadas pela maioria dos seus biógrafos. Ninguém negou a sua índole religiosa, nem a sua iniciativa de construir a Igreja em seus domínios. Na melhor hipótese, houve quem lhe desse uma colher de chá, mas para dizer que, enquanto acendia uma vela à Virgem, aceitava as tentações do demônio...

Muitos só viram nela a encarnação de uma voluntariosa Messalina sertaneja, quiçá protagonista de bacanais escandalosos, que lembram os tempos bíblicos de Sodoma e Gomorra e, notadamente, o pecado que por vingança teria cometido, infame, mas não comprovado, de ter mandado um escravo seu envenenar o vinho de missa do frei italiano, Clemente Adorno, por ter o mesmo, em inflamados sermões, verberado o seu comportamento pessoal devasso.

A versão, nitidamente teatralizada da vingança, da *causa mortis* e do anátema, põe em dúvida, sobretudo, as virtudes de fé cristã do sacerdote. Teria o mesmo, sem um mínimo da caridade pregada pelo Divino Mestre, lançado esta terrível maldição, que diretamente nem atingia Maria Rosária?

...vou morrer! Mas ai do vil envenenador e da terra que habita...

Não é justo anatematizar todo um povo e sua terra pelo crime isolado de alguém.

E não se pode tomar qualquer tipo de suspeita como prova cabal, nem desprezar circunstâncias ponderáveis na análise de um problema.

Sem discrepância alguma, todos os que trataram do assunto narram que o piedoso sacerdote, depois de cinco dias de longa e cansativa viagem, entre Tremedal e Rio Pardo, passando pelo antigo Lençóis do Rio Verde, tendo escalado montanhas, por ínvios caminhos, já estava gravemente enfermo. E piorando muito o seu estado de saúde, na manhã seguinte, ao celebrar a missa, bebeu do vinho suspeito (que uma vez consagrado não podia ser descartado) para morrer à noite, sendo levado para o sepultamento em Rio Pardo, com grande acompanhamento.

Um dos escribas assim se expressou:

Depois de cinco dias de longa caminhada pelo cerrado, o moribundo frei ainda alimentava o desejo de dizer missa no sítio de São Bartolomeu, onde agravou-se muito o seu estado de saúde. Era necessária uma parada naquela localidade, para que o enfermo recuperasse as suas forças. Naquele mesmo dia (pressentindo a morte) o frei doou, para o oratório daquele casarão, o crucifixo do Senhor do Bonfim. E, na noite daquele mesmo dia, o frei adormeceu para nunca mais despertar.

Conclui-se, dessa narrativa, que a missa teria sido apenas presumida. “O frei ainda alimentava o desejo de dizer missa...”.

O fato é que, ante o sofrimento e a morte do carismático sacerdote, cujas palavras empolgavam multidões, a comoção popular, beirando o paroxismo, pode ter criado uma lenda, acrescentando algo ao episódio, com a dramatização do desenlace, e até inventado um bode expiatório.

Mas, não temos como passar a limpo, sem sombra de dúvidas, uma coisa ou outra.

Podemos encerrar, neste ponto, o relato que se refere à vida e à obra da controversa Maria Rosária, a Patrona do Tremedal, outrora terra dos coronéis – o último dos quais foi o Cel. Levy Souza e Silva, figura de relevo, que também marcou época.

Inteligente, culto e empolgante, o Cel. Levy governou o seu município por longos anos, sagrando-se como personalidade das mais importantes do Norte de Minas, em termos políticos, econômicos e sociais.

Mas aqui vai um registo final:

O sítio e arraial de Maria Rosária, por não ser paludoso, não fazia jus ao seu nome. Mas teve seus dias turbulentos, com a infestação de aventureiros, desordeiros e brigões, como o Correinhas e o gorutubano Picuambas, que aos 21 anos de vida, diziam, já tinha 22 mortes nas costas. Dele se dizia que até o famigerado Athayde tinha medo...

O termo “tremedal”, segundo o “pai-dos-burros”, designa área pantanosa, charco e também indica decadência moral, depravação e aviltamento.

Para apagar a indesejável conotação, coube ao Cel. Levy, em 1938, dar a nova, bela e significativa denominação de Monte Azul, à sua terra natal, inspirado na obra perfeita da Criação Divina.

DONA MARÍLIA PRIMEIRA

Elizabeth Rennó - Cadeira nº 98

Patrono: Aníbal Mattos

Marília

Quanto daria

Pelo teu vestido bordado

Pelo laço e a gargantilha

Pelo teu amor desvelado.

Marília

Veste meu manto

De ouro e azul recamado

De pedras e flores bordado

De prata e rubi cravejado.

Marília

Orna tua fronte

Com minha doirada coroa

De pingentes adornada

De pérola e de esmeralda.

A veste

Que me reveste

É feita de choro e dor

Campa de luto e sossego

Sem tresvario de amor.

Do cetro e do sinete

Senti a força do amor

A mão planejando vidas

Degredo e morte traçou

Nas arcadas corrompidas de sussurros e feridas

Nossa dor assemelhada

Nos meandros dos tormentos

Da saudade mais cerrada

Em arca de ferro guardada.

Grilhões pesados funéreos

Aprisionam sentimentos
Nas lembranças de etéreos
Amores e de algemas
Que cercam com punhos férreos.

Casa Grande de Marília
Queluz de Dona Maria
Jardins, repuxo, coreto
Flores, frutas, luz do dia
Dueto de olaia e alamanda.

Sorte que se transmuda
Em tempo de curtição
Os passeios de Marília
Já não são os do querer
E os de Maria, então, repouso de maldição.

Séquitos, palafreiros
Sumiram em fundo de estrada
De paragens irreais
Só guardas e conselheiros
Seguem o real caminhar.

Vultos de dois embuçados
Sobe um vielas e becos
De Vila Rica a memória
Em rotas roupas surradas
Esvai-se o luso roteiro.

Amor que houve sentido
Em rijo e firme pulsar
Amor que houve deserto
De seco e duro faltar
Os fados entrecruzados que se pudessem trocar!

Sentir o pulsar do amor!
Comutar pena de dor!
Do desejo o entrelaço
Do repasso o permutar
Por espirais do espaço, o terror em seu findar.

O COSMOS NO CONTEXTO HISTÓRICO

Ildefonso Silveira de Carvalho - Cadeira nº 99

Patrono: Abílio Barreto

O Cosmos é o que é, ou o que foi ou o que sempre será. Nós mesmos somos feitos de material estelar. Somos uma maneira do Cosmos conhecer a si mesmo.

A Terra está embebida em quinze bilhões de anos de tempo cósmico. São quinze bilhões de anos-luz até o horizonte cósmico.

Nosso planeta é uma mera mancha de matéria circundando uma estrela na obscura profundidade de uma típica galáxia de quatrocentos bilhões de sóis. As imensidões de espaço e tempo encerram um enorme vazio, uma beleza espetacular e, talvez, muitos outros seres inteligentes que pensam como nós.

O processo que resultou nestas outras inteligências, supõe-se, começou simplesmente com as moléculas orgânicas que existem em abundância nos gases e na poeira entre as estrelas, moléculas estas formadas na antiga história dos planetas. A vida aqui em nossa pequena ilha no oceano cósmico é um testamento às possibilidades escondidas nos átomos de hidrogênio, dados quinze bilhões de anos de evolução cósmica.

Entre todos os mundos, qual é a característica que é única à Terra? Ainda sabemos muito pouco sobre a vida em apenas um mundo. À medida que nos preparamos para explorações futuras, especulamos sobre outras vozes possíveis no mundo cósmico.

Esta geração tem sido a primeira a compreender os trabalhos do DNA, a molécula mestra no coração de toda célula e todo ser vivo na Terra. O DNA, em sua cotidiana biblioteca de informações genéticas e suas pequenas, mas significantes modificações através da mutação, é o compositor, instrumentista e instrumento de toda a vida na Terra.

Para a percepção humana, este processo de evolução é lento. Mas no tempo cósmico, ele tem feito maravilhas. A origem e diversificação da vida na terra têm

transformado e embelezado o planeta. Essa evolução deve ser protegida e bem tratada.

Para algumas espécies, a vida tem desenvolvido a inteligência e algum grau de consciência. Essa consciência possibilita, a nós humanos, voltarmos no tempo, contemplarmos nossas origens e apreciarmos os primeiros passos que nossos antepassados deram para alcançar os céus, o curso que nos leva à cidadania cósmica.

As mesmas leis da natureza determinam a queda de uma maçã, o voo de uma espaçonave interplanetária e a magnífica dança das galáxias a bilhões de anos luz de distância. Os mesmos elementos químicos, as mesmas leis da mecânica se aplicam em qualquer lugar no Cosmos. Essas regularidades são descritas por um matemático como tão elegantes e precisas como uma partida para o solo de violino.

Somos uma espécie de exploradores. O primeiro planeta que exploramos naturalmente foi o nosso, para que, então, possamos empreender excursões pelo espaço.

Em nossa geração, temos presenciado fenômenos muito mais exóticos que qualquer tesouro trazido de terras distantes de nosso planeta - abismos negros, redemoinhos gravitacionais onde a luz é caçada; pulsares rodando trinta vezes por segundo como faróis; nuvens escuras de gás e poeira, mares de sargaço e de matéria orgânica, onde estrelas nascem.

As primeiras naves a cruzar os mares espaciais têm sido como robôs emissários, designados a conhecer os planetas vizinhos. Algumas delas, como Voyager, irão navegar rumo ao exterior, no vácuo espacial.

Se não nos autodestruirmos, as gerações futuras irão desembarcar em mundos incredivelmente diferentes, talvez com uma visão de ascensão de toda a galáxia ou talvez com uma nebulosa multicolorida no céu.

Em razão de nossos estudos sobre outros planetas, desenvolvemos um renovado senso de apreciação pela Terra. Mas através do mau uso de nossa tecnologia, estocando-se armas nucleares, arriscamos destruir nossa própria civilização.

Não há abrigo que nos proteja das mudanças no Cosmos. As colossais explosões de supernovas estrelas que, rasgando-se em tiras, podem ser como a agonia da morte ou as dores de um parto. A estrela e todos os planetas próximos a ela são destruídos. Mas elementos pesados são criados a explosão, construindo blocos de novos mundos e novas formas de vida. As mortalhas de estrelas, as nuvens de gás do resto de uma supernova, são as fraldas de evolução cósmica vindoura.

Os mistérios do universo são ilimitados. Apenas nos últimos instantes do tempo cósmico é que começamos a aprender a resolvê-los. Nós temos escolhas: podemos usar nosso novo conhecimento para mandarmos nossas espaçonaves para os planetas à procura de mais conhecimento, ou podemos usá-lo para acabar com o nosso direito de posse para com este mundo.

Existem centenas de bilhões de galáxias e um bilhão de trilhões (?) de estrelas. Testemunhamos um Cosmos de resplandecente beleza e talvez agitado em formas de vida – um terrível lembrete do poder e da sutileza das leis da natureza e do triunfo da evolução cósmica.

Essas contemplações do Cosmos nos excitam. Olhar para o maior dos mistérios nos traz de volta a nós mesmos. À medida que nossa compreensão se aprofunda, o mesmo acontece com o nosso pavor.

A ciência é um empreendimento coletivo que liga as gerações em uma constante aventura para o descobrimento da natureza do universo. Personificamos os olhos, ouvidos e pensamentos do Cosmos. Nossa obrigação de sobrevivência pertence não só a nós mesmos, mas também ao antigo e vasto Cosmos, de onde viemos.

ASPECTOS COROGRÁFICOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MINAS GERAIS

Jairo Carvalhais Câmara - Cadeira nº 37

Patrono: Conselheiro Affonso Penna

Localizado no centro de Belo Horizonte, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais tem sua sede implantada em um prédio no entorno de ruas e avenidas cujas histórias reunidas constituem um monumento urbano de grande importância na história de Minas Gerais e do Brasil.

Conforme os estudos da Comissão Construtora de Belo Horizonte dirigida pelo Engenheiro Aarão Reis, definindo sequência de nomes para ruas, avenidas e praças homenageando países, estados, cidades, rios, floras, fauna, pessoas, civilizações e fatos históricos relevantes. Existe uma área no encontro de duas grandes avenidas: no sentido Norte-Sul a Avenida Olegário Maciel e no sentido Leste-Oeste, a Avenida Amazonas, ambas entrecortadas pela Praça Raul Soares de formato circular. Do lado Oeste, sentido Norte Sul, a Rua Rio Grande do Sul e lado Leste, sentido Leste-Oeste, a Rua Guajajaras.

Na parte sul dessa área está o imponente prédio CONJUNTO GOVERNADOR KUBITSCHKEK – CONJUNTO JK, constituído de dois blocos A e B, que completam o conjunto de construções e nomes que marcaram suas épocas, histórias que definem suas origens, mitologias, lendas, lutas de sobrevivência com índios hostis, geógrafos, bandeirantes, exploradores, poderes econômicos e políticos, que muito valorizam a própria história da Casa de João Pinheiro que é ser participante de um completo Centro Histórico.

A Avenida Amazonas homenageia Amazona, guerreira feminina que foi componente histórico da Ásia e da Grécia antiga. Crescia com preparo específico para o combate, exímia cavaleira, e que atacava com arco e flecha, chegando ao costume de amputar sua mama direita para melhor manejo do arco. Existe a lenda de que um bandeirante espanhol chegando à região do Rio Amazonas encontrou tribos com mulheres brancas também guerreiras e excelentes nadadoras. Tinham o costume de presentear seus noivos com pedras verdes colhidas no fundo das águas do rio.

A História da Amazônia mereceu do poeta Humberto de Campos, o poema *A Amazônia: Este é o palácio da Mãe d'Água... O dia/ Não corusca de sol como corusca/ Seu mais frágil portal, que espanta e ofusca/ De encantados metais e pedrarias./ Ai, entretanto, de quem corre, e o busca! / Ai de quem, ao transpor-lhe a frontaria/ Tomba lá dentro, com volúpia brusca/ Arrebatado pela verde orgia! Mães e noivas do Sul, ao noivo e ao filho,/ Se andam no Euxino, entre marneis e escolhos/ Dizei que fujam de frontais em brilho./ Lá vive a Iara, a Náíade-cetáceo.../ E desgraçado de quem põe os olhos,/ Nos traidores portais desse palácio!...*

A Rua Rio Grande do Sul representa o Estado da região Sul, palco de revoluções e guerras com países vizinhos, traz com Getúlio Vargas uma campanha de crescente luta política, no sentido de ser eleito Presidente do Brasil e que se transformou durante sua longa viagem ao nosso Estado de Minas Gerais, na Revolução de 1930, desencadeada pelo assassinato de João Pessoa em Recife. A morte do Presidente da Paraíba, candidato como Vice-Presidente de Getúlio na chapa derrotada por Júlio Prestes, com um milhão de votos contra 744 mil de Getúlio, acendeu o estopim da revolta popular, criando as condições para a revolução. Consta que sua presença em Minas exigia a figura de um herói nacional mineiro, sendo construído em urgência o *Monumento à Terra Mineira* na Praça Rui Barbosa.

A Avenida Olegário Maciel, em homenagem ao grande mineiro e Presidente do Estado de Minas Gerais, naquela época, em mandato de 1930 a 1934. Não aceitou a imposição da revolução, alegando ter sido eleito Presidente pelo povo mineiro para um mandato de quatro anos. Em 1932 negou ao governo central armamento da Força Pública de Minas, e teria retrucado: *O armamento da Força Mineira foi adquirido com o dinheiro dos mineiros. É de Minas e daqui não sai um só cartucho.*

Morreu subitamente no Palácio da Liberdade, em 5 de setembro de 1933, estando imortalizado em belo Mausoléu no Cemitério do Bonfim. Olegário Dias Maciel, natural de Bom Despacho, Minas Gerais, formado em Engenharia Civil, foi Deputado Provincial da Monarquia, participou da Constituinte Mineira, vindo depois para a Câmara Federal, Vice-Presidente de Minas Gerais, com o presidente Raul Soares; foi ainda o último Presidente do Estado eleito na República Velha. Vitoriosa a Revolução, Olegário Maciel continuou no Governo, apesar da oposição dos *tenentes*, em luta contra o chamado “bloco da montanha”, liderado por Francisco Campos, que constituiu a Legião de Outubro (*camisas pardas*), depois denominada Aliança Liberal em substituição ao Partido Republicano Mineiro.

No lado norte do prédio, as duas avenidas se cruzam em X num grande espaço de forma circular ocupado pela Praça Raul Soares, uma das mais belas da Capital, onde se encontra a mais antiga fonte luminosa ainda funcionando. Muito frequentada pelas famílias nos bons tempos, atualmente o grande tráfego de veículos torna difícil seu aproveitamento pela população local, mas ainda rica de beleza e história.

A Praça Raul Soares homenageia o Escritor e Político Raul Soares de Moura que nasceu em Ubá, Minas Gerais. Foi Presidente de Minas Gerais e Ministro da Marinha. Estudou no Colégio do Caraça e no Seminário de Mariana. Iniciou o curso jurídico em Ouro Preto e terminou-o

em São Paulo. Em sua carreira política foi Deputado Estadual, Secretário de Agricultura e do Interior em Minas Gerais e, mais tarde, Deputado e Senador Federal. É autor do livro *O Poeta Crisfal*. Em seu Governo foi criado nesta Capital o Instituto Neuropsiquiátrico da Faculdade de Medicina para pacientes mentais. Em 1924, este hospital passou a se denominar Instituto Raul Soares, em homenagem póstuma. Também, pela Lei Estadual nº 826 de 19 de setembro de 1924, a antiga povoação de São Sebastião de Entre Rios passou a denominar-se Raul Soares, em homenagem póstuma.

A Rua dos Timbiras no lado Sul e no sentido Leste-Oeste, é onde se encontra no número 2.500, a fachada principal e portaria do Bloco A do CONJUNTO GOVERNADOR KUBITSCHECK, em homenagem ao grande cidadão mineiro Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Os índios Timbiras pertencem ao grupo das tribos jês, do Planalto Central do Brasil (Timbiras, Caiapós, Aquéns); reúnem características intermediárias entre o tipo de cultura da floresta tropical e o chamado marginal que habita as margens dos rios. A simplicidade dos materiais utilizados contrasta com a elaboração da organização social, pela disposição das casas nas aldeias, contando cerca de 700 indivíduos, que se dividem em clãs matrilineares, divididos em duas metades opostas, uma no nascente e outra no poente em analogia com a natureza, que para eles também se compõe de contrários, lua e sol, noite e dia.

A Rua Guajajaras no lado Sul e no sentido Leste-Oeste, confrontando com o Terminal Turístico JK, do Bloco A, é onde se encontra a fachada principal e portaria do nosso sodalício no número 1.268, onde um modesto letreiro INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS indica sua localização.

Os Índios Guajajaras são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil e habitam no Estado Maranhão, distribuídos em cerca de 10 terras indígenas. Neste trabalho, representam todos aqueles que à época do descobrimento viviam no Brasil e contavam aproximadamente um milhão de indígenas, espalhados por todo o território nacional. Os índios brasileiros

dedicavam-se à caça e à pesca, alguns eram antropófagos, cultivavam a terra numa lavoura rudimentar de subsistência sendo logo transformados em escravos vendidos em São Paulo. Não há unidade cultural na América Indígena. Reduzidos atualmente a pouco mais cem mil, vivem espalhados em pequenas tribos de outras regiões, a exemplo dos Maxacalis no Estado do Espírito Santo, mas, em sua maioria, no Parque Nacional do Xingu que abriga atualmente nove grupos linguísticos diferentes. Existem ainda hoje algumas tribos da região amazônica que jamais tiveram qualquer contato com o homem civilizado.

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS tem sua própria história desde a Fundação em 1911, com imensas dificuldades em locações e mudanças, mas que por decreto de doação do Governador Israel Pinheiro, ocupa área do Bloco B desse CONJUNTO JK, atualmente estando com sua perpetuidade física garantida pelas Leis e pelos títulos de propriedade.

Ao terminar, separo um pequeno espaço para dizer que, nascido em 1929, fiquei sabendo depois pela tradição familiar, das coisas ocorridas na Revolução de 1930. A casa que possuíamos na Rua Junquilhos, e que ainda existe no antigo Bairro da Gameleira, estava na trajetória das balas entre o Front dos atacantes e o Quartel Militar do 12º Batalhão no Barro Preto. Nossas paredes ficaram furadas e uma das distrações de minhas irmãs era catar balas no quintal. Como refugiados, fomos levados para Contagem. Anos depois, pessoalmente como estudante, na Praça Rio Branco ao lado da Secretaria de Agricultura e da Rádio Inconfidência, num comício político, vi o Presidente Getúlio Vargas em seu terno branco, e com forte voz, bradar para uma entusiasmada multidão: *Trabalhadores do Brasil!* Enfim, em 24 de agosto de 1954, voltando de Entre Rio de Minas, ao passar de carro sobre o Viaduto das Almas, o rádio que ouvia interrompeu a programação para um emocionado locutor dizer: *“Lamentamos comunicar que o Presidente*

Getúlio Vargas acaba de falecer por suicídio”. E assim, virava mais uma página da História do Brasil.

Referências:

BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte, Memória Histórica e Descritiva – História Antiga e Média*. Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936. (Empreendimento de seu fundador Antônio Guerra).

BENTON, Willian. Índio Brasileiro. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro/São Paulo: 1969. v. 7.

CIVITA, Victor. *Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo: Abril Cultural, 1969. v. 1.

JACKSON, W. M. Amazona. In: *Tesouros da Juventude*. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1958.

KOIFMAN, Fábio. *Presidentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá/Editora Rio, 2002; São Paulo: Cultura Editora Associados, 2002.

NACIF, Paulo. De Juscelino a Francelino. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1982, ano 34. Jornal de Opinião.

JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS, O ESCRITOR

João José do Nascimento – Cadeira nº 25

Patrono: Joaquim Felício dos Santos

Joaquim Felício dos Santos pode ser considerado como uma das notáveis inteligências do século XIX no Brasil. Foi notável jornalista, professor, jurista, político e escritor. Figura além de seu tempo, procurava sempre estar atualizado com as letras e filosofias europeias: admirava Rousseau e Kant, defensores das liberdades individuais. Dentro desta linha Liberal, ele foi a primeira voz de Minas Gerais a se levantar a favor da Abolição da Escravatura e como partidário da República.

Nasceu em 1828 na Vila do Príncipe, depois cidade do Serro, onde sua família, descendente dos primeiros bandeirantes que chegaram à região, era proprietária de terras de agricultura e de exploração de ouro e pedras. Ainda adolescente, mudou-se para Diamantina e foi estudar no Colégio dos padres lazaristas, em Congonhas do Campo, já que, nesta época, o Colégio do Caraça que era mais próximo, estava fechado devido a Revolução Liberal de 1842. Seus irmãos mais velhos dela participaram em Santa Luzia e foram presos sob o comando do Barão de Caxias e conduzidos a ferros para o Rio de Janeiro. Seria esta a primeira sensação de revolta de Joaquim Felício contra a Monarquia e Caxias.

Completo seus estudos na Faculdade de Ciências Jurídicas do Largo de São Francisco, em São Paulo, onde conviveu com colegas como José de Alencar, Álvares de Azevedo e Bernardo Guimarães, que se destacariam como escritores do Império. Com José de Alencar iria muitas vezes trocar ideias de simpatia sobre nossas raízes indígenas e o indianismo, mesmo sendo ambos de correntes filosóficas e ideológicas contrárias: Joaquim Felício era liberal e republicano – Alencar era conservador e monarquista. Mais tarde, Alencar se consagraria como o autor de *O Guarani* e *Iracema* e Joaquim Felício de *Açayaca*.

Após a formatura, Joaquim Felício voltou para Diamantina e atuou como advogado de pessoas pobres e até de escravos. Dedicou-se também ao magistério, no Seminário Episcopal e no Ateneu de São Vicente, lecionando Português, Francês, História e Geografia. Agnóstico e ateu por filosofia e convicção, era irmão do primeiro bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos, que tem seu nome dado ao Largo D. João, na parte alta de Diamantina. D. João era também abolicionista como Joaquim Felício e comprou a alforria de vários escravos, libertando-os, em seguida. Ele e D. João Antônio fundariam uma das primeiras fábricas de tecidos de Minas Gerais, no Arraial do Biribiri, sem utilizar a mão de obra escrava e com várias trabalhadoras.

Nessa época, meados do século XIX, Diamantina deixara de ser o pólo central dos diamantes, que já rareavam, para se transformar em centro comercial importante do Norte de Minas. Possuía inúmeras instituições de ensino notáveis, atraindo estudantes do norte de Minas e da Bahia, mantendo inclusive internato, com muitos professores especializados e até freiras francesas. Congregava também notáveis intelectuais como os escritores: Teodomiro Alves Pereira, Couto de Magalhães, João da Mata Machado, Antônio Felício dos Santos, Carlos Benedito Otoni e João Nepomuceno Kubitscheck, (tio-avô do ex-presidente Juscelino), todos ligados ao ultra-romantismo. Esta vida intelectual efervescente, daria a Diamantina o título de “Atenas do Norte”.

Em 1860 fundou o jornal *O Jequitinhonha* com o maquinário que adquirira do deputado Teófilo Otoni, proprietário do jornal *O Eco*, do Serro. Aí, nessas páginas, iria publicar como novelas semanais os textos que, mais tarde, se transformariam em livros. Era comum no Brasil, nesta época, os escritores publicarem seus livros como novelas semanais nos jornais. Assim fizeram Machado de Assis, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Manuel Antônio de Almeida e tantos outros, pela dificuldade de se editar livros no Brasil. A obra mais importante de Joaquim Felício, *Memórias do Distrito Diamantino*, praticamente a fonte mais preciosa da historiografia mineira, foi publicada em capítulos semanais. Nela, ele descreve toda a história de Diamantina desde suas origens, com suas tradições locais e com muito espírito bairsta. Os meios intelectuais receberam o

livro como uma grande revelação que vinha do interior do país, por seu alto grau de espírito de narrativa e por sua linguagem pura e escorreita. Logo, o livro seria traduzido para o inglês e o francês. Depois, começa a publicar, também em forma de folhetim semanal, de 1862 a 1863, a história romantizada de Diamantina, onde narra a lenda do aparecimento dos diamantes na região. José de Alencar só publicaria *Iracema* em 1865. Assim, ambos se inserem no âmbito do indianismo, uma das correntes do Romantismo, que dominou a segunda metade do século XIX. O grande contraste visível entre Alencar e Joaquim Felício é que em *Iracema*, a índia se submete aos caprichos do branco dominador, Martim e em *Acayaca* a índia Cajubi se rebela contra os portugueses e torna-se a vingadora de sua tribo, os puri. Em *Acayaca*, Joaquim Felício conta a história em dois planos: primeiramente narra a lenda da acayaca, pertencente ao imaginário dos índios puri, que habitaram a região, e que explica o aparecimento dos diamantes. Depois conta a saga dos brancos que pagariam com dor e sofrimento a descoberta dos diamantes, nascidos dos carvões da árvore sagrada que fora queimada. Ele usa cores do nosso folclore como presságios e maldições, lendas, mitos, aspectos da cultura indígena bem como termos do vocabulário tupi. Lança também todo o seu rancor contra a coroa portuguesa quando fala da sede de cobrança de impostos sobre os diamantes e da dura legislação imposta aos mineiros. Seria esta uma forma sutil dele, anti-monarquista, atacar a monarquia brasileira.

Joaquim Felício produziria ainda em forma de folhetim semanal outras obras: *Fragmentos de um manuscrito*; *Os invisíveis*; *O intendente dos diamantes*; *Cenas da vida do garimpeiro João Costa*; *A novela John Bull*, ou *O pirata Inglês*, uma sátira à Questão Christie, que envolveu a monarquia brasileira e a inglesa. Ela última foi apresentada em vários teatros, como o do Rio de Janeiro, de São Paulo e no Teatro Santa Isabel, de Diamantina. O conto *O Acaba Mundo*, *O Capitão Mendonça Brás*, uma novela na qual criticava a legislação penal do Brasil e *O poção do Moreira*.

Em 1863 começou a publicar no jornal *O Jequitinhonha* em forma de capítulos semanais a *História do Brasil no Anno 2000*, uma terrível sátira à monarquia brasileira na qual usava até de uma linguagem profética, prevendo

muitos acontecimentos políticos que ocorreriam no Brasil no futuro (como a construção de Brasília), o desenvolvimento industrial, o aproveitamento do Rio São Francisco e até de invenções que apareceriam no mundo como os automóveis e o avião.

Após o fim da Guerra do Paraguai, Joaquim Felício fechou o jornal *O Jequitinhonha* e foi convidado pelo gabinete conservador da época para escrever o Código Civil Brasileiro. Dedicou-se 3 anos a esta tarefa, afastando-se da política, dos amigos e da literatura, trancado em uma chácara nos arredores de Diamantina. Publicou à sua custa 5 volumes deste Código e não conseguiu que ele fosse aprovado, por suas convicções anti-monarquistas. Esta tarefa de revisões do Código Civil se arrastaria por vários anos e envolveria tanto o escritor, que ele praticamente paralisou sua tarefa de romancista e teatrólogo. Seu Código Civil não foi aprovado durante o regime da Monarquia, e só foi sancionado após a Proclamação da República, com modificações, assinado pelo Ministro da Justiça, Rui Barbosa e anos depois reformado por Clóvis Bevilacqua, em 1916, aproveitando muito do “Projeto Joaquim Felício”.

Só conseguiu eleger-se senador em 1890, após o advento da República, desencantado, porém, com o regime dos dois presidentes/militares - Deodoro e Floriano, pois para ele, essa não era a República de seus sonhos.

Desencantado com os rumos da vida nacional e meio adoentado, Joaquim Felício afastou-se da política e refugiou-se no arraial do Biribiri, próximo a Diamantina. Nesse local, converteu-se ao catolicismo no mês de junho de 1895, chegando a comungar com seu irmão bispo, D. João, e morreu em 21 de outubro desse mesmo ano. Foi enterrado no próprio Biribiri que tanto amava, depois teve seus restos mortais transferidos para Diamantina para a Igreja do Carmo. Em 1968 a família Felício dos Santos, tendo o então prefeito Dr. Sílvio Felício dos Santos, trasladou seus restos para o Biribiri onde permanece em belo sepulcro à entrada do lado esquerdo da Igreja do Sagrado Coração.

OSWALDO CRUZ, O SANITARISTA DO BRASIL

José Carlos Serufo – Cadeira nº 44

Patrono: General Couto Magalhães

Dever-se-ia lembrar todos os dias, mas a memória nos é irremediavelmente breve...

No ano do centenário da morte do Doutor Oswaldo Gonçalves Cruz, brasileiro de escol, que deveria ter seu trabalho como parte do saber de cada cidadão, o IHGMG enleou-se nessa comemoração de outros tempos, que penetra o cotidiano do nosso povo e desnuda as fragilidades do modelo em curso, face aos riscos eminentes de doenças reemergentes, como a febre amarela. Modelo este fundado em direitos e deveres individuais que perpassam ao largo do bem comum, carente de educação, mas farto de ideologias. Não nos apetece construir mitos, tampouco desconstruí-los.

Oswaldo Cruz nasceu em **5 de agosto de 1872**, em São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo, filho do médico Bento Gonçalves Cruz e de Dona Amália Taborda de Bulhões Cruz, e faleceu em **11 de fevereiro de 1917**, Petrópolis, Rio de Janeiro, vítima de insuficiência renal.

Morou na cidade de Paraitinga até **1877**, quando sua família se transferiu para o Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Laure, no Colégio São Pedro de Alcântara e no Externato Dom Pedro II.

Aos quinze anos entrou no curso de medicina da Universidade do Rio de Janeiro e em **24 de dezembro de 1892**, aos vinte anos, doutorou-se com a tese “A veiculação microbiana pela água”. Seu pai morreu no mesmo dia de sua formatura, vítima de insuficiência renal. Isso retardou seus planos de buscar conhecimentos no exterior...

Em **1896** seguiu para Paris, onde ingressou no Instituto Pasteur, então sob o comando do ilustre Émile Roux, descobridor do soro anti-diftérico. Estagiou na Alemanha e trabalhou no Serviço de Vias Urinárias do professor Félix Guyone. Em que pese o convite do Dr. Roux para continuar no Instituto Pasteur, Oswaldo

decidiu regressar ao Brasil em **1899**. Face à exuberância de seu trabalho, logo abriram-se as portas da Academia Nacional de Medicina. Eleito acadêmico titular, no mesmo ano tomou posse, em **24 de agosto de 1899**, ocupando a cadeira 90.

O primeiro trabalho do sanitarista

No retorno ao Brasil em **1899**, deparou-se com a epidemia de Peste Bubônica no Porto de Santos e demais regiões portuárias do país. São palavras do “Águia de Haia”, extraídas de seu discurso em homenagem póstuma a Oswaldo Cruz, proferido em maio de 1917:

No mesmo ano da sua volta ao Brasil, começa o país a utilizar os trabalhos do consumado bacteriologista, em quem a maturidade de saber tanto precede à dos anos. Já o seu nome entra a chamar a atenção do Governo brasileiro, que o incumbem de ir estudar, em Santos, a peste, ali declarada, a traçar o plano de combate à formidável epidemia, cujos terrores principiam então a nos ameaçar. Oswaldo Cruz reconhece para logo o micróbio de Yersin, certifica a presença da epidemia, e, num relatório cabal, com o desembaraço, a presteza, a segurança de quem pisa em terreno conhecido, formula o sistema de providências, a que deve obedecer a debelação da temerosa enfermidade.

O jovem bacteriologista se engajou no combate à doença. Visando à fabricação do soro antipestoso, em **25 de maio de 1900**, foi criado e instalado na antiga Fazenda de Manguinhos o Instituto Soroterápico Federal, tendo como Diretor Geral o Barão de Pedro Affonso. Por indicação do diretor do Instituto Pasteur, Émile Roux, que havia sido consultado para enviar um cientista ao Brasil, Oswaldo Cruz foi contratado para produzir a vacina antipestosa. Em 1902, com a exoneração do Barão, Oswaldo Cruz assumiu a direção geral do novo Instituto e ampliou suas atividades, alçando à pesquisa básica aplicada e à formação de recursos humanos.

Quem é esse Oswaldo Cruz?

Rodrigues Alves, eleito presidente da república em **15 de novembro de 1902**, declarou objetivo de seu governo a erradicação da febre amarela, peste bubônica e varíola. Atendendo a indicação de Egydio Salles Guerra ao Ministro da Justiça e Negócios, José Joaquim Seabra, o Presidente da República nomeou

Oswaldo Cruz, Diretor Geral da Saúde Pública, cargo que atualmente corresponde ao de Ministro da Saúde. Seu principal objetivo era gêmeo ao do Presidente Rodrigues Alves: o combate às três principais doenças que devastavam a capital do país.

Em **1903**, no curso da reforma urbana do prefeito Pereira Passos, Oswaldo Cruz deu início a um programa de saneamento da cidade do Rio de Janeiro. O Instituto Soroterápico Federal foi sua base de apoio, de onde deflagrou as célebres campanhas de saneamento. Desde então, passou a sofrer ataque acirrado da imprensa e dos opositores ao regime.

No texto publicado pela Academia Nacional de Medicina, percebe-se a dimensão da resistência que sofreu:

Ao combater a febre amarela, na mesma época, Oswaldo Cruz enfrentou vários problemas. Grande parte dos médicos e da população acreditava que a doença se transmitia pelo contato com as roupas, suor, sangue e secreções de doentes. No entanto, Oswaldo Cruz acreditava em uma nova teoria: o transmissor da febre amarela era um mosquito. Assim, suspendeu as desinfecções, método tradicional no combate à moléstia, e implantou medidas sanitárias com brigadas que percorreram casas, jardins, quintais e ruas, para eliminar focos de insetos. Sua atuação provocou violenta reação popular.

No decorrer da campanha contra à Peste Bubônica, entre outras medidas, para envolver a população no combate aos roedores, ofereceu recompensa em dinheiro por animal morto. Isso fez surgir no Rio um ofício novo, o dos "ratoeiros", que saíam pelas ruas comprando os bichos a baixo preço, para, em seguida, revender à Diretoria Geral de Saúde Pública, a duzentos réis por cabeça. Com a redução da população de ratos no Rio de Janeiro, passaram a capturar os roedores em outras cidades, chegando ao final a criadores de ratos. Comércio! Sobrevivência! Descompromisso! Faceta sombria que nos persegue...

Em meses, a peste bubônica, transmitida por pulgas, diminuiu com o extermínio dos ratos. Opositores e críticos sentiram a brisa fria das opiniões volitando em suas rubras faces, mas ainda seguiram incompassíveis em suas paixões...

Para o combate à febre amarela, Oswaldo Cruz montou grupos direcionados ao combate dos criadouros de mosquitos, intitulados de brigadas ou

“polícia sanitária”. As residências eram submetidas à higienização, e aquelas sem condições sanitárias sofriam demolição sumária.

A resistência contra o sanitarista chega ao cume em **1904**, com o novo regulamento sanitário, regido por projeto de lei encabeçado pelo presidente Rodrigues Alves, que impôs a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, cuja epidemia estava em expansão.

Os jornais e revistas se empenharam na campanha contra; o Congresso protestou; organizou-se a Liga Contra a Vacinação Obrigatória. Assim, o trabalho de Oswaldo Cruz foi alvo de fortes reações populares contrárias, instigadas pela oposição ao governo, e foi duramente criticado em discursos ácidos na tribuna legislativa, além de artigos, charges (Figura 1) e poemas satíricos nos jornais e revistas. Pode-se asseverar que boa parte da tinta dos caricaturistas foi gasta com Oswaldo Cruz -inicialmente, no período de 1903-1907, em impetuosa crítica, refletindo/formando a opinião pública.

Não faltaram as marchas carnavalescas. A música “Vacina Obrigatória”, cantada por Mário Pinheiro, é exemplo desta fase:

*Anda o povo acelerado com horror a palmatória
Por causa dessa lambança da vacina obrigatória
Os manatas da sabença estão teimando desta vez
Em meter o ferro a pulso bem no braço do freguês*

*E os doutores da higiene vão deitando logo a mão
Sem saber se o sujeito quer levar o ferro ou não
Seja moço ou seja velho, ou mulatinha que tem visgo
Homem sério, tudo, tudo leva ferro, que é servido.*

*Bem no braço do Zé povo, chega um tipo e logo vai
Enfiando aquele troço, a lanceta e tudo o mais
Mas a lei manda que o povo e o coitado do freguês
Vá gemendo na vacina ou então vá pro xadrez*

*Contam um caso sucedido que o negócio tudo logra
O doutor foi lá em casa vacinar a minha sogra
A velha como uma bicha teve um riso contrafeito
E peitou com o doutor bem na cara do sujeito*

*E quando o ferro foi entrando fez a velha uma careta
Teve mesmo um chilique eu vi a coisa preta
Mas eu disse pro doutor: vá furando até o cabo
Que a senhora minha sogra é levada dos diabos*

*Tem um casal de namorados que eu conheço a triste sina
Houve forte rebuliço só por causa da vacina
A moça que era inocente e um pouquinho adiantada
Quando foi para pretoria já estava vacinada
Eu não vou nesse arrastão sem fazer o meu barulho
Os doutores da ciência terão mesmo que ir no embrulho
Não embarco na canoa que a vacina me persegue
Vão meter ferro no boi ou nos diabos que os carregue.*

Buscando registrar a amplitude da oposição a Oswaldo Cruz e preparando o leitor para a conclusão final do presente artigo, transcreve-se abaixo um trecho da crítica inflamada de Ruy Barbosa (1904):

A lei da vacina obrigatória é uma lei morta. [...] Assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme. [...] Logo não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania, a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução, no meu sangue, de um vírus, em cuja influência existem os mais fundados receios de que seja um condutor da moléstia, ou da morte.

O “Correio da Manhã”, de **7 de outubro de 1904**, implacável, fermentou a insurgência do povilêu:

O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos deste país. A vacinação e revacinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os pontos e que foi ecoar na Câmara dos Deputados através de diversas representações assinadas por milhares de pessoas. De posse desta clava, que o incondicionalismo bajulador e mesureiro preparou, vai o governo do sr. Rodrigues Alves saber se o povo brasileiro já se acanalhou ao ponto de abrir as portas do lar à violência ou se conserva ainda as tradições de brio e de dignidade com que, da monarquia democrática, passou a esta República de iniquidade e privilégios. O atentado planejado alveja o que de mais sagrado contém o

patrimônio de cada cidadão: pretende-se esmagar a liberdade individual sob a força bruta.

Pesaram princípios ideológicos e a recusa em ser vacinado, fomentado pelo medo de possíveis efeitos indesejáveis da vacina, na gênese do movimento que em **13 novembro de 1904**, estourou em rebelião popular, conhecida como a “Revolta da Vacina”, reveladora da ignorância vigente.

O “Jornal do Comércio” em **14 de novembro de 1904**, contou essa história: *Tiveram início na praça Tiradetes as ocorrências que hontem, desde as 2 horas da tarde, subverteram por completo a ordem da cidade. Embora fosse divulgada circular da autoridade policial proibindo, sob fundamento constitucional, qualquer agrupamento com o fim evidente de impedir a execução do recente acto legislativo insituindo a vaccina obrigatória, desde cedo, naquella praça, começou o povo a reunir...*

No dia 14, a Escola Militar da Praia Vermelha se levantou. Felizmente, sob o comando firme do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, o Governo derrotou a rebelião. Os resultados em uma semana foram mais de 110 feridos, 945 presos, 461 pessoas deportadas para o Acre e 30 mortos. Também são resultados, os milhares de brasileiros que não morreram pela doença, nos anos que se seguiram...

A campanha e a sujidade do Rio de Janeiro

A grandiosidade da campanha de combate à febre amarela, maior ainda se considerarmos os recursos disponíveis a época de sua execução, encontra-se bem descrita no livro “A história da febre amarela no Brasil (Odair Franco, 1966)” *“O pessoal subalterno do Serviço de Profilaxia da Febre-Amarela compunha-se de 236 capatazes, 18 carpinteiros e, em média, de 1.100 trabalhadores. Na época mais intensa da campanha, a brigada sanitária chegou a compor-se de 2.500 homens, que o povo, por zombaria, apelidou de mata-mosquitos”*. Um quadro, contendo o relatório anual do período 1903-1907, mostra cada um dos procedimentos utilizados, ultrapassando a casa dos milhões.

Para se ter uma breve ideia da sujidade da então capital da República, a Saúde Pública vistoriou em um mês, 14.772 prédios; extinguiu 2.328 focos de

larvas; limpou 2.091 calhas e telhados, 17.744 ralos e 28.200 tinas; lavou 11.550 caixas de esgoto e 3.370 caixas d'água; retirou 6.559 baldes de lixo e dos quintais de casas e terrenos 36 carroças de lixo (In: Oswaldo Cruz, livro de Egydio Sales Guerra, 1940)

A fama

A clama era geral, de intelectuais a médicos, passando por idealistas e chegando às massas. Não o pouparam. Porém, decerto com o oportuno apoio do governo central, sobretudo sua coragem, ladinice e determinação o tornaram incólume, exitoso e, finalmente, triunfante. Em **1907**, a febre amarela estava erradicada do Rio de Janeiro.

Ainda em **1907**, Oswaldo Cruz representou o Brasil no *14^o International Congress of Hygiene and Demography* (23-29 de setembro), realizado em Berlim, onde apresentou os trabalhos desenvolvidos no Instituto de Manguinhos. O júri do congresso decide, entre os 123 participantes, dar o primeiro prêmio ao Brasil, pela primeira vez concedido a uma instituição estrangeira.

De Berlim foi à França visitar o Instituto Pasteur e de lá foi aos Estados Unidos, onde, representando o Presidente Rodrigues Alves, comunicou ao Presidente Roosevelt a erradicação da febre amarela.

Na carta que escreveu em **10 de novembro de 1907** à sua esposa, registra-se seu fascínio por New York:

Os bondes são todos electricos e andão com uma velocidade de aterrar. Ha alem dos bondes, que se succedem todos os segundos, formando quase que uma fila contínua, um trem subterraneo e varios aereos, de maneira que quem passa pela rua tem sobre a cabeça um cambio a desfilir com toda a rapidez e sob os pés um outro. O barulho é infernal e ha uma verdadeira agitação na colmeia. No hotel ha a disposição dos hospedes: o telephone por “todo o mundo”, o telephone urbano, agencia de bilhetes prá todos os theatros, caminhos de ferro e vapores; ha empregados que escrevem sob dictados em machinas de escrever...

Retornou ao Brasil no início de **1908**. Esbagoaram-se muitos. Tudo mudou. A cauda do vento enovelou-se. A caravela da história fremiu suas velas em novo

rumo. Para ele, não se fez tarda a justiça. Partiram-se os dentes da crítica. A imprensa brasileira recatou-se e o povo recebeu-o nos braços. A figura 2 reúne charges e cartuns deste momento, enquanto a foto (abaixo à direita) registra sua chegada triunfal ao porto.

Em **1908**, a varíola alçou novo surto epidêmico. A população fez fila nos postos de vacinação. Oswaldo teria sorrido, feliz, no travesseiro dos sonhos. A vacinação passou de obrigatória a obrigação do Estado, o que é mais saudável, sem o choque inicial da obrigatoriedade. Pesaram os resultados positivos e o reconhecimento internacional. Certamente, sem estes não teria havido a inversão da procura em tempo tão curto. Nessa ênfase do registro histórico, não se pense que há descuido à importância dos direitos e da educação.

O “Estado de São Paulo” em sua edição de **6 de fevereiro de 1909**. à página 2, estampou a notícia “A extinção da varíola”: *Rio, 5 – O dr. Oswaldo Cruz, director-geral da Saude Publica, conferenciou hoje com o sr. Tavares de Lyra, ministro do interior, declarando-lhe estar quase extincta a epidemia de varíola e que dentro de dois dias mandará fechar o hospital Paula Candido. Sendo poucos os enfermos existentes (...).*

Pouco comentado, firmando competência, o sanitarista Oswaldo Cruz encaminhou ao Congresso Nacional um plano nacional de profilaxia da tuberculose, doença que não tinha tratamento e que havia matado 16.607 brasileiros no período de 1901 a 1907. Infelizmente, não teve o apoio necessário por parte do novo Presidente Afonso Pena. Entre as medidas preconizadas, os doentes deveriam ser isolados e ganhar aposentadoria, o gado leiteiro deveria ser submetido ao teste de Koch (feito com a tuberculina produzida em Manguinhos), o que irritou os produtores. Acresce que a tuberculose atingia os pobres, diferentemente da febre amarela que não respeitava classes. Em consequência da falta de apoio, este e muitos de seus planos para a saúde pública não vingaram.

Desgostoso com o parco empenho do novo presidente na adoção das medidas de profilaxia da tuberculose, além de outras medidas sanitárias barradas, em **novembro de 1909**, com a entrada em vigor de uma lei que proibia a acumulação de cargos no serviço público federal, Oswaldo Cruz deixou a Diretoria

Geral de Saúde Pública para se dedicar ao Instituto de Manguinhos, rebatizado com o seu nome. Em conjunto com discípulos e colegas de São Paulo, entre eles Carlos Chagas, Adolfo Lutz e Vital Brasil, realizaram-se importantes expedições científicas.

A música, esse fantástico termômetro social, não poderia deixar passar em branco... Na composição “Febre Amarela”, interpretada por Geraldo Magalhães, ouvem-se deliciosos trechos, que referem ainda, com certa ironia, à compra de ratos no combate à peste bubônica:

*Hoje em dia é fato rente
Acabou-se a sua guerra
Do senhor, seu Presidente
Não há mais febre amarela*

*Entornou-se todo o caldo
E o mosquito já não grita
Porque o grande mestre Oswaldo
Vai dar cabo da maldita.*

*Foi-se ...,
Foi de embrulho,
Foi de embrulho a passeata.”*

*Pois compra sempre o Oswaldo
Por subir com o figurão
Ratos 300 réis
Camundongos a tostão
Isso todo vale cobre
E o micróbio lança grito
Porque o Oswaldo anda comprando
Esqueleto de mosquito*

A malária na Madeira-Mamoré

As obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, haviam sido interrompidas em razão do grande número de mortes provocadas pela malária, beribéri e pneumonia. Relatos estimam que para cada dormente colocado morria um trabalhador. Acompanhado por Belizário Pena, Oswaldo Cruz percorreu a região

em 1910 e implementaram um plano de saneamento e controle da Malária com resultados a curto prazo, viabilizando a retomada da construção. Entre as medidas adotadas, além das doses elevadas de quinino, o recolhimento obrigatório aos alojamentos protegidos por telas, no final da tarde. A foto 01 registra esse momento.

A epidemia de febre amarela em Belém

No mesmo ano dos trabalhos na Madeira-Mamoré (1910) ele erradicou a febre amarela do Pará em apenas 6 meses. A foto/pintura 02 mostra os brigadistas, comandados por Oswaldo Cruz, que trabalharam na campanha. A charge apresentada na Figura 03 consigna esse sucesso, por parte de um, outrora, ferrenho opositor.

Os organizadores da Exposição Internacional de Higiene, ocorrida em Dresden, Alemanha, em **1911**, conferiram um diploma de honra ao Instituto Oswaldo Cruz, do qual ele era o idealizador, construtor e diretor.

Campanhas de Chagas no Brasil

Nos anos de 1905 e 1906, no cargo de Diretor Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz visitou e impôs medidas sanitárias em 30 portos marítimos e fluviais de todo o país. Posteriormente, sob sua liderança, discípulos e importantes pesquisadores, conduziram campanhas pelo interior do Brasil. São exemplos, Astrogildo Machado e Antônio Martins que visitaram os vales do São Francisco e do Tocantins; Artur Neiva e Belisário Pena que estiveram em Goiás, Pernambuco, Piauí e Bahia; João Pedro de Albuquerque e José Gomes de Faria que visitaram o Ceará e Piauí; Astrogildo Machado e Adolfo Lutz que percorreram os povoados ribeirinhos do rio São Francisco; e Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso que esquadriharam a região da bacia Amazônica.

Escritores contemporâneos

Viveram à mesma época escritores de renome como Machado de Assis (1839-1908) que cuidava do lançamento de “Esaú e Jacó” em 1904; o escritor e

jornalista Euclides da Cunha (1866-1909), que preparava seu “Contrastes e Confrontos”, englobando textos publicados em jornais de 1904, como “Conflito Inevitável” e “Civilização”, mas que passam ao largo da efervescência do Rio de Janeiro; Olavo Bilac (1865-1918), que trocou dezenas de cartas com Artur Neiva, um dos discípulos de Manguinhos; e, merece destaque, o criador do personagem “Jeca Tatu”, que aparece pela primeira vez em dois artigos de 1914, “Velha Praga” e “Urupês”, e que se integrou ao movimento sanitarista em 1918, o também jornalista Monteiro Lobato (1882-1948) com suas dezenas de pseudônimos, criados para darem volume ao “O Minarete”, entre eles Yewsky, Oscarino e **Oswaldo**.

Lamentavelmente, não foram localizadas inserções/opiniões/artigos desses e de outros escritores, cuja maioria exerceu a profissão de repórter, sobre a questão sanitária brasileira, à época da saga de Oswaldo Cruz.

A Academia Brasileira de Letras

Oswaldo Cruz frequentava o mais célebre salão literário-cultural do Rio de Janeiro, o de Laurinda Santos Lobo, mecenas da *belle époque* carioca, que reunia regularmente artistas e intelectuais em seu palacete do Bairro Santa Teresa.

Aceitou o convite de Afrânio Peixoto, e em **1912** concorreu e foi eleito para a cadeira nº 5 da Academia Brasileira de Letras (patrono Bernardo Guimarães), deixada pelo poeta Raimundo Correia. Como em todas as suas conquistas, enfrentou a oposição de um grupo de acadêmicos que não via nele méritos literários estritos. Encabeçado por Afrânio Peixoto, prevaleceu o entendimento, que já havia sido adotado na França, quando da posse de Louis Pasteur.

Assim, o sanitarista tomou posse em **26 de junho de 1913** (Foto 3) e foi sucedido por Rachel de Queiroz. Pode-se observar em trechos do discurso de posse, além da peça literária em si, seu entendimento do momento e a sua visão da nação que, felizmente para nós, escolhera para dedicar a vida e formar escola. São segmentos de seu discurso de posse:

Constitui sempre motivo de prazer o encontrar oportunidade para manifestar reconhecimento pelo que de bem se nos faz. Tanto maiores são

esses sentimentos de gratidão, quanto sou o primeiro a reconhecer que razões de especial indulgência foram os móveis dos atos e feitos que motivaram a minha presença hoje aqui.

É próprio, porém, dos homens não medir a extensão de suas manifestações, já no louvar, já no censurar, e tanto mais acerba é a censura e tanto mais acrimoniosa a invectiva, quanto mais enérgica, quanto mais intensa, quanto mais exagerada, mesmo, será a reação contrária: a censura se transfigura em elogio, a injúria em louvor, a ofensa em encômio. Tudo isto se deu neste caso concreto por um desses caprichos costumeiros da sorte, que faz mudar a direção da corrente das opiniões. A reação é sempre mais intensa que a ação, fenômeno, aliás, que a Biologia consagrou numa lei, que de Weigert tomou o nome.

Foi por isto que um modesto homem de laboratório, um trabalhador que só tem o mérito de prezar, antes de todas as coisas, a profissão que abraçou, depois de atacado com veemência, no começo de sua vida pública, se vê elevado à culminância que hoje atinge tomando lugar entre os que formam a elite da intelectualidade brasileira. Verdade é que este que hoje se sente feliz em mostrar o fundo do coração, bem sabe, bem sente, que a suprema honra, que lhe é conferida, tem menos em mira sua insignificante personalidade que os médicos, higienistas e experimentadores abnegados, que abraçando o ideal de que foi ele apenas o porta-bandeira, quiseram acudir ao apelo de um Governo providente e sábio e empregaram o melhor de sua atividade e talento, uns, no libertar nossa pátria de uma mancha vergonhosa que a enlutava, e outros, no lançar entre nós, de maneira sólida, as bases da Medicina experimental.

Seu padrinho e também médico, Afrânio Peixoto, em feliz acolhida, registrou em seu discurso, além da grandeza do empossado, a importância de se ter Oswaldo Cruz nos quadros ABL:

Senhor: Vossa presença aqui nada tem de surpreendente. Consideramos que ocupais agora um dos lugares que vos devem caber, por toda a parte onde a benemerência seja acatada. Cumprimos conosco, num dever de nossa honra, antes de vos agradecer com uma distinção.

Podereis passar sem nós; a Academia vos requestou. Nisto ela é bem feminina – que pecado feliz! – quando procura possuir todas as jóias ao seu alcance. E, se os que a invejam, neste momento, fingem exigir razão prática de sua escolha, ela lhes confia que não conseguiu ainda divulgar diferença essencial entre ciências e letras, a não ser que umas se fazem

com as outras, e estas, pela literatura – revelação do ambiente, do povo, da ocasião – incluídas assim no determinismo científico. (...).

(...) Este poder absoluto da vontade, em que acreditais e que exerceis, é a vossa força e dela vos veio a glória. Falta-nos competência para discuti-la, no que tem de técnico; os nossos sapientes vizinhos da Academia de Medicina vos conferiram certamente essa honra, com os seus aplausos. Retemos apenas o traço forte de vontade, com que libertastes a nossa pátria do flagelo que mais de uma centena de milhar de vidas lhe consumira e por mais de meio século a injuriava diante do mundo civilizado; retenho o epíteto que vos conferiu nesse momento histórico o assombro e a admiração de alguém que vos compreendeu. (...).

Reunis, por conseguinte, todos os méritos que fazem grande o homem, orgulho da sua espécie: a sensibilidade com que no trato íntimo, na família, entre os amigos e os discípulos, colegas e subordinados, sois querido e venerado; a inteligência com que ides abrindo caminhos novos ao conhecimento, educando uma geração de sábios que já honram ao mestre, e serão ufania desta terra; a vontade, finalmente, com que em todos os dias de vossa vida ajuntais serviço novo e relevante aos que já nos prestastes e beneméritos, de salvação pública, por toda a parte, do Rio de Janeiro aos confins da Amazônia. Não receareis contraste.

A Academia Brasileira, que pretende ser o índice abreviado da cultura nacional, faltaria à sua nobre ambição, se não vos cobiçasse. E se vos tem hoje, não lhe deveis por isso gratidão; não o estranhará a ninguém; é porque tínheis aqui, desde muito, um lugar obrigado. (...)

A necessidade, bem humana, de preencher um vazio que ficara, deparou-nos, porém, o ensejo de um mérito excepcional com que honrá-la: nenhuma homenagem melhor prestaríamos à memória de Raimundo Correia do que vos darmos aqui o lugar dele. Também nenhuma palavra vos saudaria melhor do que a confissão íntima das razões desta escolha. Sede bem-vindo.

O castelo de Manguinhos e a Fiocruz

Em **1905**, contratou o arquiteto português Luiz de Moraes Júnior e entregou-lhe um desenho e a incumbência de efetivar o projeto do castelo estilo neomourisco para abrigar a sede do Instituto Osvaldo Cruz, atualmente, Fundação Osvaldo Cruz ou FIOCRUZ. O objetivo era dar à ciência brasileira um “templo” que lhe proporcionasse grandiosidade, além de visibilidade aos visitantes que chegavam ao porto. A construção contou com materiais nobres: maçanetas americanas de ouro, vitrais alemães, louças inglesas, escadas de mármore Carrara e

o elevador alemão, que é o mais antigo em uso no Brasil. Não era apenas luxo. Os laboratórios se equiparavam aos mais modernos do mundo. A figura 04 mostra o desenho feito por Oswaldo Cruz. Na foto 04, observa-se, ao fundo, o castelo em construção e no primeiro plano um grupo de cientistas segue na carruagem para visita ao laboratório do Instituto.

A construção ficou pronta em **1918**, um ano após a morte deste que é o sanitarista do Brasil, Oswaldo Cruz. Na foto 05, cientistas de Manguinhos e Carlos Chagas, que substituiu Oswaldo Cruz na direção do Instituto, acompanham Albert Einstein em visita ao Castelo de Manguinhos no ano de 1925.

A legislação sobre a febre amarela

À época do Império o AVISO “Providências para prevenir e atalhar o progresso da Febre Amarela mandadas executar pelo Ministério do Império por Aviso N.º 10 de 14 de fevereiro de 1850” trata da estratégia de combate à doença em 33 tópicos, dos quais os três primeiros determinam:

1.º – Todos os navios que tiverem sido infetados serão colocados em lugar afastado, e a sota-vento da cidade, conservando entre si a maior distância possível.

2.º – Não só os mencionados navios como todos os outros ancorados no pôrto desta cidade serão visitados duas vêzes ao dia pelos médicos para êsse fim nomeados, que observarão seu estado de asseio e de arejamento, e darão destino aos doentes que encontrarem.

3.º – Todos os doentes encontrados a bordo serão obrigados a recolher-se ao Lazareto ou Hospital que lhes forem destinados (...).

Ao tempo de Oswaldo Cruz, o regulamento redigido por ele, composto por 77 artigos, que detalham toda a operação de combate à doença, foi aprovado pelo DECRETO N.º 5.157, de 8 de março de 1904 que aprovou o regulamento do Serviço de Profilaxia da Febre-Amarela: *O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, de accôrdo com o disposto no § 1.º do art. 1.º do Decreto Legislativo n.º 1.151, de 5 de janeiro do corrente anno, resolve que no Serviço de Prophylaxia da febre amarella se observe o Regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.*

Rio de Janeiro, 8 de março de 1904, 16° da República.

(O Decreto Legislativo nº 1.151, citado no corpo do decreto acima, trata da Reorganização dos Serviços de Higiene Administrativa da União.)

Em outubro de 1904 foi sancionada a lei que tornou obrigatória em todo o território brasileiro a vacinação e a revaccinação contra a varíola. A seguir, os parágrafos iniciais:

Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904 - Torna obrigatorias, em toda a Republica, a vacinação e a revaccinação contra a variola.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1° A vacinação e revaccinação contra a variola são obrigatorias em toda a Republica.

Art. 2° Fica o Governo autorizado a regulamentar-a sob as seguintes bases:

a) A vacinação será praticada até o sexto mez de idade, excepto nos casos provados de molestia, em que poderá ser feita mais tarde;

b) A revaccinação terá logar sete annos após a vacinação e será repetida por septennios;

c) As pessoas que tiverem mais de seis mezes de idade serão vaccinadas, excepto si provarem de modo cabal terem soffrido esta operação com proveito dentro dos ultimos seis annos;

d) Todos os officiaes e soldados das classes armadas da Republica deverão ser vaccinados e revaccinados, ficando os commandantes responsaveis pelo cumprimento desta;

e) O Governo lançará mão, afim de que sejam fielmente cumpridas as disposições desta lei, da medida estabelecida na primeira parte da letra f do § 3° do art. 1° do decreto n. 1151, de 5 de janeiro de 1904;

f) Todos os serviços que se relacionem com a presente lei serão postos em pratica no Districto Federal e fiscalizados pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1904, 16° da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

A visita de um presidente norte-americano

Revelando uma faceta da dimensão do trabalho de Oswaldo Cruz e de sua fama internacional, registra-se na Foto 05, a visita ao Instituto Oswaldo Cruz, em outubro de **1913**, do presidente norte-americano e ganhador do prêmio Nobel da Paz (1906) Theodore Roosevelt. (Foto 6)

As descobertas de Oswaldo Cruz beneficiaram as populações das colônias francesas na África. Como gratidão o sanitarista brasileiro recebeu em **1914** a mais alta distinção da França, a Legião da Honra.

Em **1915**, deixou a direção do Instituto Oswaldo Cruz devido ao avanço da uremia e mudou-se para Petrópolis. Não afeito ao ócio, aceitou a responsabilidade e foi nomeado prefeito de Petrópolis em **17 de agosto de 1916**. Embora tenha traçado e iniciado vasto plano de urbanização da cidade, a piora de sua saúde obrigou-o a renunciar ao cargo após 6 meses.

Alguns pontos do plano traçado para Petrópolis, facultam o entender da genialidade de Oswaldo Cruz: organização do serviço sanitário; construção de rede de esgotos; regulamentação e fiscalização da venda do leite; organização do ensino primário e educação física obrigatória em todos os colégios; imposto sobre terrenos devolutos; produção de gás com lixo e de energia elétrica para os britadores e oficinas; substituição das carroças de tração animal por automóveis; construção de barragem nos rios e plantio de flores em suas margens; linha de bondes, implantação do Museu Histórico do Império e do Jardim Botânico no Palácio Imperial; realização de estatísticas da população.

Com apenas 44 anos, a insuficiência renal, inexorável, em época carente de recursos terapêuticos, impôs-lhe o óbito em **11 de fevereiro de 1917**.

O testamento

A maioria, dos que morrem, não pensa no dia seguinte, nas pessoas e descendentes que ficam e, muitas vezes, desencadeiam-se brigas, inimizades e disputas judiciais, chegando a assassinatos entre irmãos em razão da partilha de bens. Oswaldo Cruz deixou um testamento delegando à sua esposa Emília o papel

de “testamenteiro”, com as recomendações aos filhos. Os dois parágrafos abaixo, extraído deste documento, registram este momento do grande brasileiro:

Aí ficam nossos filhos, outros tantos rebentos em que vamos reviver, garantias seguras da nossa imortalidade que se encarregarão de levar através do espaço e do tempo as porções de nosso corpo e de nosso espírito de que os fizemos depositários, quando ao mundo vieram. Quanto aos bens de fortuna que deixo, espero que sejam divididos por minha esposa entre os filhos. Espero e rogo que nunca a questão de bens materiais venha trazer a menor discórdia entre os meus: seria para mim a mais dolorosa das contingências. Peço aos meus filhos que acatem sem discussão a divisão que deles fizer minha esposa.

Em resumo

Ao mesmo tempo em que ombreava as críticas patranheiras e enfrentava as epidemias em várias frentes, Oswaldo Cruz investiu na pesquisa e na formação profissional, como também, reestruturou os órgãos de saúde e reformou o Código Sanitário do país.

Finalizando, para dimensionar a magnitude de Oswaldo Cruz para o Brasil, transcreve-se a seguir trechos do discurso pronunciado na cerimônia nacional de homenagem póstuma, realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1917, abordando cada momento de sua vida, agora sob o olhar de um admirador, em outro tempo feroz opositor:

Nem é destes que me arredo, ao exordiar, ocupando-me comigo; porque o bom gosto e a discrição é que me não consentiriam revestir aqui uma dignidade, que não me assiste, assoalhar galas, que não são minhas, entretendo, calado, o equívoco de que eu vos venha falar hoje “em nome da nação”, como anunciaram os nossos jornais, ao darem, com o seu programa, a notícia desta solenidade.

Por menos que valha um homem, senhores, ainda menos ficará valendo, quando tente ou lhe queiram engrandecer o tamanho com o empréstimo de qualidades estranhas. Toda a absorção do alheio nos abala ... Não serei eu, pois, quem me dê por emissário da nação, no que ora me ides ouvir os que me honrais com a complacência do vosso concurso. Nenhuma delegação ou autoridade tenho, para falar de tão alto.

Por mais, porém, senhores, que de tudo me dispa, ou me dispam de tudo, sempre me há de restar o que nem eu a mim mesmo, nem todos os poderios humanos, juntos e conjurados, me lograriam tirar: uma alma de homem, um coração de patriota, uma têmpera de veterano do trabalho. E, se tanto bastasse, para honrar o varão ilustre, que hoje celebramos, para testificar a grandeza da sua obra, para o evocar aqui revivo numa visão bendita, não teríeis errado tão de todo na escolha da testemunha, que nomeastes.

Nem por isso, entretanto, deixou de me parecer temeridade o cometimento. Como descrever os trabalhos de Oswaldo Cruz, caracterizar-lhes a expressão, medir-lhes o alcance, tomar-lhes o relevo, estimar-lhes os resultados, sem entrar pela região dessas ciências, em cujo serviço viveu e ganhou os loiros da sua vida?

Mereceu Oswaldo Cruz à Providência a graça de nascer numa época, em que a medicina, passando pela maior das suas revoluções, tomara uma direção, a que o ajustavam de modo extraordinário as suas qualidades nativas, terreno admirável para a germinação e desenvolvimento ulterior das qualidades adquiridas, que com aquelas se entreteceram em tão fecunda harmonia.

Tais exórdios são da lavra do mesmo Ruy Barbosa, que o havia aviltado 13 anos antes e, agora, o exalta e reconhece seus méritos. Esse texto é também testemunho da grandeza de ambos.

O discurso de Ruy Barbosa, que merece leitura na íntegra, faz ainda uma reflexão da importância da medicina experimental, a partir de Pasteur, e do saneamento para a sociedade brasileira à época da Primeira República, enaltecendo a liderança do genial Oswaldo Cruz, que pautado por suas crenças na ciência e seguro de seus princípios, seguiu impávido às volumosas críticas que o bombardearam no período de 1903 a 1906. No entanto, em 1907, os resultados favoráveis de seu hercúleo trabalho, com redução a zero dos casos de febre amarela, o alçaram à fama internacional, em especial, ao ser contemplado com o prêmio de primeiro lugar no Congresso Mundial de Berlim. Célebre. Notável. De imediato, a opinião pública brasileira reconheceu sua grandiosidade e o discurso de Ruy Barbosa registra o enlevo desse momento.

Vida breve, 44 anos, mas intensa, produtiva e repleta de bons frutos, no qual o Brasil foi o grande beneficiado e milhares de brasileiros ganharam a chance de viver mais e melhor. Oswaldo Cruz controlou e extinguiu epidemias que assolavam o país, em especial, a febre amarela, a peste bubônica e a varíola, o que permitiu a abertura dos portos com a retomada do comércio internacional favorecido pelo baixo risco do novo ambiente saneado.

Ao ilustre brasileiro, probo, criador da Fiocruz, ícone da medicina experimental, professor de brilhantes discípulos, entre eles Carlos Chagas e Ezequiel Dias, e, em foco neste artigo, o reconhecimento como o maior sanitariano do Brasil. A ele, Oswaldo Cruz, homem de grande sabedoria, avançado conhecimento, elevado espírito público e invulgar grandeza de caráter, o Brasil sempre deverá muito, muito, muito...

Referências

Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/academicos/osvaldo-cruz/discurso-de-posse> - Acesso em fevereiro de 2017.

Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/academicos/osvaldo-cruz/discurso-de-recepcao> – acesso em fevereiro de 2017.

Academia Nacional de Medicina: http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=622 - acesso em março de 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.157, de 8 de março de 1904. Approva o regulamento do serviço de prophylaxia da febre amarella. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Seção 1:1160, 10 de março de 1904.

BRASIL. Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904. Torna obrigatorias, em toda a Republica, a vacinação e a revaccinação contra a variola. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Seção 1:5158, 2 de novembro de 1904.

Discurso de Ruy Barbosa aos 28 de maio de 1917: <https://www.bio.fiocruz.br/images/ruy-barbosa-a-osvaldo-cruz.pdf> - acesso em março de 2017.

FRAGA, Clementino. *Vida e obra de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Ed José Olympio, 1972.

FRANCO, Odair. *História da Febre Amarela no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 1969.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. - Acesso em fevereiro de 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Instituto Oswaldo Cruz. Série documentos pessoais. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/> - Acesso em fevereiro de 2017.

GUERRA, Egydio Sales. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi LTDA, 1940.

PROJETO MEMÓRIA BB. *Oswaldo Cruz: o médico do Brasil*. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2003.

Dr. ABRITTA, O RUI BARBOSA MODERNO

José de Assis - Cadeira nº 68
Patrono: Alberto Santos Dumont

Dr. LUIZ CARLOS ABRITTA é brilhante intelectual: Procurador de Justiça Aposentado, Presidente da Academia de Letras do Ministério Público, Presidente Emérito da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, Primeiro Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e membro ilustre de outras entidades culturais, também belorizontinas.

Até recentemente exerceu a Advocacia militante na área criminal, patrocinando importantes causas nessa área, na defesa de seus clientes, inclusive colegas do Ministério Público, fazendo valer os direitos deles de isenção do imposto de renda por direito adquirido postergado pela Receita Federal e restabelecido através de Mandados de Segurança precedidos de Liminares impetrados pelo Dr. Abritta e que lhe foram concedidos pela Justiça Federal, inclusive as Liminares.

Foi Presidente do Conselho Penitenciário de Minas Gerais, em cujo órgão proferiu sábias e justas decisões, via Pareceres, em favor de postulantes de livramentos condicionais e de outros benefícios a que tinham direito.

Como Advogado Criminalista, Dr. Abritta sempre atuou com coragem e discernimento na defesa de seus clientes, ricos ou pobres, com igual empenho para estes e para aqueles.

Com efeito, atuou como Rui Barbosa, o grande Rui, com coragem e inteligência, restabelecendo os direitos de injustiçados.

Sabe-se que Rui Barbosa, como grande Advogado que era, adentrava nas prisões, sem ser molestado, para visitar e levar conforto a presos incomunicáveis ilegalmente, no período presidencial do Marechal Hermes da Fonseca.

Semelhantemente, Dr. Abritta não fugia do seu dever profissional, agindo com coragem e desprendimento em favor dos seus clientes, na defesa dos seus

direitos, pelo que e comparado, merecidamente, com o Grande Rui, como o RUI BARBOSA MODERNO.

Aos ilustres advogados, observa Roberto Piragibe da Fonseca: Nada mais belo existe e, sobretudo, mais convincente que os dez mandamentos apontados por Eduardo Couture à observância de todo advogado digno do nome. É um decálogo de comovente sobriedade, que encanta persuadindo, já que o “poder de persuasão” deve ser próprio do advogado, como uma constante e como um preceito fundamental e de honra: estuda, pensa, trabalha, luta, sê leal, tolera, tem paciência, tem fé, esquece, ama tua profissão.

No fundo do quadro, onde se desdobra a rumorosa vida jurídica, o perfil do advogado emerge e se projeta para a luta, como vanguardeiro da justiça, e é na sua classe, que, em tantas fases da história da civilização, tem sido pioneira dos mais altos ideais, que o direito deve receber os impulsos mais sadios para os novos rumos que o momento atual aponta (Escrito do jurista Sebastião de Souza, honorável desembargador aposentado da Corte de Justiça Mineira).

Exaltar as boas qualidades do advogado, é glorificar os bons predicados de uma grande classe.

A missão do advogado é uma das mais belas, das mais nobres e das mais gloriosas (Palavras do Juiz Dr. Antônio Braga, in Ações Possessórias, p. 385). Vanguardeiro da Justiça, incumbe ao Advogado um papel importante e uma participação ativa na realização do Direito e na Aplicação e Distribuição da Justiça.

Razão tinha Disraeli ao definir a Justiça como a “verdade em ação”, e Paulo VI, advogando pela convivência feliz dos homens, dizendo-lhes *se queres a paz, trabalha pela Justiça* (Rev. Brasil Rotário, de abril de 1976, p. 28, trecho extraído do Tema 4: *Dignificar o ser humano*). (Cf. Curso Prático de Advocacia – Doutrina e Prática – de José de Assis – 1ª. Edição Forense – Rio de Janeiro 1993 – páginas 94/95: Relações da Advocacia com a Magistratura.)

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS: CENTO E
DEZ ANOS DE TRABALHO E DE GLÓRIAS**

Luiz Carlos Abritta - Cadeira n° 82

Patrono: Sen. Levindo Coelho

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais caminha, impávido, para os seus cento e dez anos de trabalho e de glórias. Aproximando-se a data mencionada, é mister que nos reportemos ao passado e, depois, projetemos para o futuro as atividades que irá desenvolver, de forma plena, a nossa Instituição. Já disse Umberto Eco, em seu livro "A misteriosa chama da Rainha Loana", que nós não conseguimos nos projetar para o futuro se perdermos o nosso passado. É por isso que volvemos nossos olhos aos primórdios, pois neles buscaremos as lições e os subsídios que nos faltam.

João Pinheiro da Silva foi o primeiro Presidente do Instituto e sobre ele nos fala o atual Presidente, Aluizio Alberto da Cruz Quintão:

"...Vale acentuar que seu caráter de político idealista e empreendedor, a profundidade e o vanguardismo de sua postura de pensador e a firme e persistente crença nos valores republicanos formam um testemunho de eloquente presença na vida política de Minas Gerais.

"Seu exemplo de vida preenchida de muita sabedoria, de retidão na conduta particular e na seriedade do trato da coisa pública serviu de modelo, sem dúvida, para empresários e políticos, no longo caminhar da República".

Depois de João Pinheiro, uma plêiade de Presidentes notáveis teve e tem o Instituto, com uma característica especial que descobri, ou seja, todos os Presidentes têm prenomes diferentes. Senão, vejamos: João, João Bráulio, Carlos Honório, Virgílio, Rodolfo, Aurélio, Aníbal, Benedito, Herculano, Polycarpo, Salomão, Copérnico, Dermeval, José Geraldo, Alberto, Celso, Wilson, Herbert, Miguel, Syllas, Marco Aurélio, Jorge, Wagner e Aluizio.

Se uma Instituição é a sombra prolongada de um homem, como disse Émerson, o Instituto é a sombra prolongada dos Presidentes que dirigiram e

dirigem o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Evidentemente, ninguém administra sozinho uma entidade, mas o Presidente estabelece metas, define prioridades, faz o planejamento das atividades culturais, enfim, tudo realiza para que os parâmetros traçados sejam atingidos.

Na instalação, o nosso orador-mor Diogo de Vasconcellos, ou melhor, Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927), pronunciou o primeiro discurso, no dia 15 de agosto de 1907, na sala de sessões da Câmara dos Deputados de Minas Gerais. O texto só foi publicado em 1909, na "Revista do Archivo Público Mineiro", ano XIV. Esse discurso deve ser publicado na íntegra em nossa Revista, pois impressiona pela cultura, pela lucidez, bem como pela lição de história nele contida.

Já foi dito muitas vezes, mas não custa repetir, que o Instituto mineiro começou a ser pensado a partir do "Clube Floriano Peixoto" sociedade cívica de debates republicanos sediada em Belo Horizonte, presidido pelo Coronel Júlio César Pinto Coelho.

Em seu discurso, Diogo de Vasconcellos, eleito com 36 votos orador perpétuo do IHGMG, fez um pronunciamento que ainda hoje repercute, tais as colocações básicas que, em resumo, passo a mencionar.

Disse ele que o Instituto surgia para completar um campo de atividade intelectual que marcava o presente de Minas e seria o instrumento que faltava. Para ele, o Sodalício tinha como uma das metas "a condensação das qualidades inatas do povo mineiro, aperfeiçoando a mentalidade transmitida pelos antepassados nas circunstâncias especiais da origem das Minas" (Revista, p. 214).

Prelecionou, ainda, que era da memória dos antepassados que se edificava a identidade de um povo e que o passado domina o presente e considerava importante o "arquivo empoeirado".

Fez um elogio dos historiadores, dizendo que esses pensadores do tempo eram os possuidores das condições de retirar do limbo as lições inesgotáveis propostas pelo passado e, mais, quem faz a ponte entre o conhecimento do passado e o ensino do presente é o historiador (Revista, p. 214).

Disse, ainda, que

Consagrado à história de Minas este Instituto, palpitante aspiração do tempo, vem completar entre nós o aparelho de que já se ufana a atividade intelectual do presente. O povo mineiro, que por sua história peculiar caracteriza-se, desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de lhe se erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais. A bem de se apoderarem das riquezas do solo, nossos avós descortinaram, como sabeis, o sertão bravo, e aqui, longe felizmente das flutuações internacionais, assentaram, nestas Astúrias do continente, o exórdio do nosso Estado. Alheia a migrações estranhas, e reconcentrada em seus arraiais primitivos, a colônia produziu este povo unido e igualitário, e constituiu a família mais congregada e harmoniosa, que se viu nascer ainda aos acessos da expansão europeia. Condensar essas qualidades ingêntas, aperfeiçoar a mentalidade, que nos foi transmitida, pelas circunstâncias especiosas de nossa origem, será, creio eu, o melhor e mais constante objeto de nossos estudos o escopo essencial deste Instituto, ereto em honra da história para farol inequívoco de nossos progressos (Revista, p. 213/214).

Essa interpretação encontrou eco no presente, pois o ex-Governador de Minas Gerais, Antônio Augusto Junho Anastasia, explicitou, no tocante à atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais:

"Por isso mesmo, jamais poderemos contemplar esta Instituição como simples depositária de documentos e mapas. Sua história, na verdade, se confunde com a própria História de Minas, que o Instituto ajudou a construir, nos últimos cem anos" (in "O Instituto Histórico e Geográfico: uma História Centenária", de Jorge Lasmар, 2. ed., 2015, pág. 86/87).

A verdade é que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais avança, a passos largos, para o futuro. Muito há, ainda, a ser feito e uma das missões mais importantes do nosso Sodalício é levar o fruto de nosso trabalho ao interior de Minas, ao Brasil, ao mundo todo, enfim. Não podemos ficar restritos à

rotina massacrante, mas buscar sonhos cada vez mais altos, para chegarmos ao porto onde nem os marinheiros mais ousados conseguiram alcançar, como escreveu Walt Whitman em um poema.

"Finca bem as estacas, desdobra a lona, estica as cordas, amplia o espaço" (Is 54,2). A mensagem do Profeta servirá, também, de parâmetro para todos nós.

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, glória do passado e do presente, caminha para o futuro!

APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A SEDIÇÃO DE VILA RICA E
SEUS PRINCIPAIS PERSONAGENS

Marcos Paulo de Souza Miranda - Cadeira nº 93.

Patrono: Orville Derby

A terra parece que evapora tumultos; a água exalta motins; o ouro troca desaforos; destilam liberdade os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordem os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno. Conde de Assumar, 1720.

Introdução

Passados quase três séculos, a Sedição de Vila Rica ainda está, a nosso sentir, a reclamar maiores estudos por parte dos historiadores, pois ainda é pouco o que se sabe sobre seus principais personagens e suas circunstâncias, se a compararmos com outros movimentos insurgentes ocorridos em Minas Gerais no século XVIII, notadamente a Inconfidência Mineira.

A historiografia tem dado especial ênfase às figuras de Pascoal da Silva Guimarães, que seria o principal cabeça da conjura, e a Filipe dos Santos Freire, que teria sido o único a pagar, com a própria vida, as consequências da afronta à autoridade do Conde de Assumar.

Não descartamos o protagonismo de ambos. Entretanto, de início, duas observações mostram-se necessárias.

Para além de Pascoal da Silva Guimarães, também foram considerados cabeças do movimento e remetidos presos, inicialmente para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para Portugal (1722), Manoel Mosqueira da Rosa, Sebastião da Veiga Cabral, Antônio Nunes Reis, José Peixoto da Silva, José Ribeiro Dias, João Ferreira Dinis, Antônio de Figueiredo Botelho, Manoel Moreira da Silva e Frei Francisco do Monte Alverne¹.

Para além de Filipe dos Santos Freire, os documentos indicamⁱⁱ que Tomé Afonso Pereira também foi preso pelo Tenente José de Moraes, condenado à morte pelo Conde e executado em Vila Rica.

Tomé, considerado “a mais perniciosa pessoa de todas que entravam na revolta”, era próximo a Filipe e no ano de 1720 respondia a processo por dívida de trezentas oitavas de ouro perante a Justiça de Vila Rica, o que talvez possa ter motivado de alguma forma a sua insatisfaçãoⁱⁱⁱ. Aliás, a condição de devedor é comum a boa parte dos implicados na conjura, o que precisa ser melhor apurado, podendo gerar novos olhares sobre a motivação do movimento^{iv}.

Nestes breves apontamentos pretendemos, sobretudo, trazer novas informações sobre a biografia dos dois principais personagens da conjura, colmatando algumas lacunas até então não superadas pela historiografia.

Ocorrida em meados de 1720, a chamada Sedição de Vila Rica pode ser definida como um movimento insurgente que tinha como ânimo a oposição à criação das casas de fundição do ouro em pó em Minas Gerais, tarefa que, determinada em Lei do ano anterior, incumbia ser colocada em prática pelo Conde de Assumar, recentemente enviado como Governador ao território mineiro e que se envolveu em desavenças com os potentados e administradores locais, gerando forte descontentamento no seio da elite ouro-pretana de então.

Pascoal da Silva Guimarães

De acordo com nossas pesquisas, Pascoal da Silva Guimarães foi batizado na Paróquia de Nossa Senhora de Oliveira da Vila de Guimarães, Portugal, em quatro de abril de 1673, filho de Belchior Rodrigues e de sua mulher Margarida da Silva, sendo seus padrinhos o Cônego Gaspar da Fonseca Gois e Ana Correia, mulher de Jerônimo de Mattos^v.

Ainda jovem, dirigiu-se para o Brasil, passando a residir no Rio de Janeiro, onde se casou em 22 de janeiro de 1696, na Igreja da Candelária, com Isabel da Costa, natural do Rio de Janeiro, filha de João Álvares de Souza e de Valéria Cordeiro^{vi}. O sogro de Pascoal era português e a sogra natural do Rio de Janeiro, descendente de família de grande reputação naquela cidade. João Álvares de Souza

serviu como funcionário público na capitania do Rio de Janeiro por mais de vinte anos (1682-1705), ocupando diversos cargos, entre os quais o de escrivão dos Defuntos e Ausentes, partidor e avaliador, e escrivão da Correição e Ouvidoria Geral^{vii}.

Mudando-se em seguida para Minas Gerais, onde foi dos primeiros moradores, Pascoal da Silva Guimarães tornou-se comerciante abastado, opulento proprietário rural na região de Sabará e grande minerador em Vila Rica, onde tinha sua casa do Morro do Ouro Podre, que também era conhecido como Morro do Pascoal, tamanha a sua influência e extensão de propriedades naquela porção de Ouro Preto, adquiridas de um antigo sertanista natural de São Paulo.

No Morro, Pascoal deu início à extração aurífera com base nos métodos utilizados na América Espanhola, revolucionando a tecnologia de se buscar o precioso metal nas Minas Gerais.

Como produtor rural, alegando ter mais de trezentos escravos e pretendendo botar matas virgens abaixo, por suas roças estarem cansadas, Pascoal da Silva Guimarães obteve sesmaria em 16 de abril de 1711^{viii}.

Na área militar, Pascoal alcançou diversos postos de relevo.

Em 20 de março de 1708, considerado como “hu dos momens principais e afazendados naquelas Minas” foi nomeado Sargento-Mor das Minas de Ouro Preto e seus distritos, cargo que ocupava quando da Guerra dos Emboabas, ocasião em que demonstrou apoio ao Governador Antônio de Albuquerque para restabelecer a paz na região.

Em 2 de junho de 1711 recebeu a patente de Mestre de Campo do Batalhão de Auxiliares das Minas de Ouro Preto^{ix}.

Em 8 de julho de 1711, estando entre as pessoas principais do Arraial de Ouro Preto, foi um dos signatários do termo de ereção da Vila Rica e eleito para o importante cargo de Vereador.

Ao seu redor moravam vários de seus familiares, como o filho João da Silva Guimarães e o concunhado Capitão Domingos Francisco de Oliveira, natural de Chamusca, Portugal, guarda-mor das Minas de Ouro Preto, Antonio Dias e Morro (depois chamado da "Queimada"), por provisão de 10 de novembro de 1718,

casado em 5 de janeiro de 1705 com Ignacia de Sousa, natural do Rio de Janeiro, freguesia da Candelária, filha de João Alvares de Sousa, natural do Porto, freguesia de São Nicolau, e de sua mulher Valeria Cordeiro, natural do Rio de Janeiro, de distinta família daquela cidade^x, com quem teve nove filhos. Faleceu em 9 de setembro de 1753, sendo sepultado na Matriz de Antônio Dias. Em sua casa, no Morro, havia uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França^{xi}.

Tamanha a abastança de Pascoal que ele tinha, no Morro, o Frei Montalverne para lhe prestar particular assistência religiosa, bem como uma Capela, onde inclusive batizados de seus parentes e amigos eram realizados.

Em 8 de dezembro de 1710, por exemplo, na “Capella do Mestre de Campo Paschoal da Silva Guimarães” o Pe. Domingos Fernandes batizou José, filho de Domingos Francisco de Oliveira e Inácia de Souza. Foram padrinhos Pascoal e sua mulher, que eram tios da criança^{xii}.

O poderio de Pascoal era de tal ordem que, em 28 de agosto de 1717, quando o Conde de Assumar estava de viagem para as Minas, o Mestre de Campo foi recebê-lo pessoalmente com um comboio em Cubatão, acompanhando o Governador até Ouro Preto, onde teve a honra de receber Assumar em sua casa no dia 15 de dezembro, quando foi visitar a esposa de Guimarães^{xiii}.

Filipe dos Santos Freire

Entre os personagens do motim, Filipe dos Santos Freire, por ter sido um dos únicos a tramar a morte do Conde de Assumar, inclusive estabelecendo senha para o ato^{xiv}, sofreu a pena máxima, após ser sumariamente julgado e condenado pelo próprio Conde. Foi enforcado, arrastado pelas ruas de Vila Rica e esquartejado “para o horror dos mais Régulos”^{xv} em junho de 1720.

Segundo a sentença condenatória, a cabeça do insurrecto deveria ser pregada no pelourinho de Vila Rica e seus quartos nas localidades de Cachoeira, São Bartolomeu, Itabira (atual Itabirito) e na Passagem do Ribeirão Abaixo^{xvi}.

A historiografia muitas vezes se refere a Filipe dos Santos como um simples e pobre tropeiro, sem condições sociais ou financeiras para ocupar qualquer papel de maior relevo no movimento rebelde.

Entretanto, a análise detida de um documento lavrado em Vila Rica no ano de 1722 revela que Filipe era proprietário de quantia expressiva de bens (incluindo dois imóveis, roupas refinadas, escravos e créditos) que, ao todo, somava a importância de 1.501 oitavas de ouro^{xvii}.

Certamente, a fim de tomar medidas judiciais em Portugal para recuperar a meação de seus bens, Dona Teresa Maria Caetana, mulher de Filipe, requereu que lhe passasse certidão dos bens deixados pelo falecido. Para as providências no Brasil, Dona Teresa nomeou como procuradores os mercadores Nicolau Duarte Machado, Manoel Luiz Lessa e Domingos Rodrigues Moreira, residentes no Rio de Janeiro.

Quanto aos aspectos familiares, levantamos que Filipe foi batizado em 15 de janeiro de 1678 na Paróquia de São Vicente de Alcabideche, Conselho de Cascais, Portugal, e era filho de João Vicente e Maria Ferreira^{xviii}. Residindo em Lisboa, Filipe casou-se em 2 de agosto de 1701 na Freguesia de São Sebastião da Pedreira, com Teresa Maria, filha de João Correa e Maria dos Santos, sendo a noiva natural da Freguesia de São Paulo daquela cidade^{xix}.

As fontes arquivísticas citadas desmentem, portanto, a afirmação feita por Boxer, e repetida rotineiramente pela historiografia nacional, no sentido de que Filipe era natural da região do Minho, no Norte de Portugal^{xx}.

Atendendo ao requerido pela esposa do finado, em 4 de fevereiro de 1722 Antônio Rodrigues de Sá, então escrivão das execuções de Vila Rica, verificou que correram oito arrematações em desfavor dos bens deixados por Filipe dos Santos em Vila Rica, passando a enumerá-las.

Abaixo, transcrevemos os principais dados dos processos, segundo a ordem constante da certidão:

- 1) 10-01-1721 – Antônio Lopes de Leão arrematou a escrava Francisca Mina por 161 oitavas de ouro, em execução movida por Manoel Dias de Meneses.

- 2) 05-12-1720 – em execução movida por Manoel Dias de Meneses, Inácio Ribeiro Machado arrematou um rancho coberto de telhas, situado na “Rua detrás da Igreja” por 173 oitavas de ouro;
- 3) 12-12-1720 – O exequente Bartolomeu Azevedo arrematou os escravos João Banguela e José Cambú por 335 oitavas de ouro;
- 4) 12-12-1720 - Em execução de Manoel Dias de Meneses, Bartolomeu arrematou o escravo Manoel Mina, “bastante idoso e com seus achaques”, por 60 oitavas de ouro;
- 5) 06-09-1721 - em execução movida por Bernardo Correia, Manoel de Afonseca Xavier arrematou uma morada coberta de telhas situada em Antônio Dias, por 125 oitavas de ouro;
- 6) 24-04-1721 - Manoel Afonseca Xavier arrematou diversos vestuários (femininos e masculinos, tais como casaca, quimono de mulher, jaleco, cabeleira de trança, meias, ceroulas), toalha de mesa e traveseiros por 50 oitavas de ouro;
- 7) 01-04-1721 – O exequente Antônio da Costa Gouveia arrematou créditos passados por João Rodrigues Annes de Brito (236), Manoel Frois (95) e Cosme José de Magalhães (116), totalizando 447 oitavas de ouro;
- 8) 18-03-1721 – O exequente Manoel da Silva Guimarães arrematou o moleque escravo Tomé Crioulo, por 150 oitavas de ouro.

Assim, somente os bens arrematados somavam 1.501 oitavas de ouro, quantia nada desprezível para a época.

Para se ter uma referência, basta dizer que o Conde de Assumar havia prometido, em 13 de julho de 1720, a recompensa de 100 oitavas de ouro para quem matasse os encapuzados que desciam do Morro do Ouro Podre para fazer arruaças e desacatar as autoridades durante os dias do levante.

De se destacar que os créditos arrematados, ao que se percebe, eram de titularidade do próprio Filipe dos Santos Freire, o que indica que ele era

comerciante autônomo e não mero tropeiro empregado de Pascoal da Silva Guimarães, segundo se afirma tradicionalmente.

Não bastasse, segundo o pagamento de quintos de Vila Rica do ano de 1715, Filipe dos Santos contribuía autonomamente com sete oitavas de ouro, o que reforça também a sua independência como profissional.^{xxi}

Por fim, a residência de Filipe no bairro de Antônio Dias, havida por aforamento já no ano de 1714^{xxii}, e não no Morro do Ouro Podre (ou Morro do Pascoal), também é indicativo de uma factível independência econômica em relação ao grande potentado Pascoal da Silva Guimarães, que dominava completamente a área onde residiam seus asseclas.

O Morro da Queimada

Dominado por Pascoal da Silva Guimarães, que ali residia, o Morro do Ouro Podre foi o *locus* da agitação que tomou conta de Vila Rica no ano de 1720. De lá desciam os mascarados que afrontavam as autoridades constituídas, fazendo arruaças, atentando contra a vida e a liberdade sexual de seus desafetos, violando gravemente a ordem pública.

No Diário do Conde de Assumar, eis o primeiro registro que encontramos sobre o local, feito quando ele foi visitar Dona Inácia da Costa em casa: *Este é o afamado Morro de Ouro Preto, chamado de Pascoal da Silva, porque tem a maior parte nele, que comprou a um paulista. Há muitos mais moradores e se tem tirado muita quantidade de ouro, desde que foi descoberto. E ainda hoje se está tirando, porém não em todo o tempo. Como não há água nele, é necessário esperar pelas chuvas e só então é que logram a felicidade de se tirar ouro os seus moradores*^{xxiii}.

Entre 1715 e 1717 ali viviam e recolheram impostos o Sargento-Mor Arcângelo da Silva Vieira, Francisco da Távora, Manoel Ribeiro Pinto, Capitão Antônio Ramos Rodrigues, Lucas Fernandes Guimarães (ferreiro), Aleixo Ferreira (ferreiro), Felix Rodrigues Mendes (seleiro), o Doutor Ernesto Humberto, o Mestre de Campo Pascoal da Silva Guimarães, José dos Santos (preto forro), Sebastião (preto forro), Antônio Ferreira, o Ajudante Joaquim de Medeiros, Domingos Fernandes Moreira, Manoel de Lemos, Antônio Leão, Teotônio Guimarães de

Brito, Pascoal Marques, Domingos Francisco de Oliveira, Manoel Álvares de Oliveira, Francisco da Silva (preto forro) e Manoel de Souza Cerqueira.^{xxiv}

Muitas vendas ali existiam praticando lucrativo comércio, mas sem autorização e pagamento dos impostos devidos à Câmara de Vila Rica, o que gerava o descontentamento dos comerciantes da parte baixa da cidade e também das autoridades públicas, cujo poder não alcançava faticamente os domínios de Pascoal da Silva Guimarães.

Por esta razão e pelo fato do Morro ser o local de moradia dos mascarados desordeiros, como forma de dar exemplo àqueles que afrontavam o Poder Real, o Conde de Assumar determinou fosse colocado fogo nas casas dos principais envolvidos no motim, donde surgiu posteriormente o epíteto de Morro da Queimada.

Teophilo Feu de Carvalho, em importante, mas tendenciosa, obra sobre o tema afirma que a denominação “Morro da Queimada” foi resultado da invenção de escritores recentes que pretendiam aumentar as consequências da resposta dada por Assumar àqueles que moravam no Morro do Ouro Podre ou de Pascoal da Silva.

Ao que parece, alicerçou o mestre, em tal assertiva, em suas próprias convicções, distanciando-se da fonte segura dos documentos.

Em nossas pesquisas, já em 1769 encontramos registro de morador “na Queimada”, sepultado na Capela de Santana do Morro, o que é o bastante para deixar claro o equívoco do venerando historiador, sendo nossa constatação corroborada por diversos outros assentamentos daquela época.^{xxv}

Ademais, o recenseamento da população de Vila Rica em 1804 enumera os moradores do Distrito do Morro, que era composto por Morro dos Ramos, Jacutinga, Ouro Podre, Ouro Fino, Lages, Piedade, São João, Santana e Queimada. Na Queimada (certamente a porção que foi mais diretamente afetada pelo fogo e assim expressamente denominada em 1804) foram registradas 23 casas.^{xxvi}

Enfim, é a história viva que testemunha o fogo que deitou sobre o Morro do Ouro Podre, transformando-o no conhecido Morro da Queimada, palco de uma das mais antigas conspirações tramadas no seio das Minas Gerais.

Considerações finais

Passados quase três séculos de um dos primeiros movimentos rebeldes ocorridos em solo mineiro, pensamos que é preciso que os historiadores busquem, com maior intensidade, as fontes documentais que podem contribuir para melhor elucidação das razões, dos pormenores e da verdadeira biografia dos personagens da ainda pouco estudada Sedição de Vila Rica.

Ainda há muito a se descobrir.

Notas

i AHU Cx. 12, Doc. 1315. Lisboa, 27 de abril de 1722.

ii Anais da Biblioteca Nacional. Vol. LXV. p. 132.

iii APM. CMOP. Cx 01. Doc. 04 e 06.

iv Sebastião da Veiga Cabral também devia 400 oitavas de dízimos em 1718. Biblioteca Nacional. Casa dos Contos. mss1440926.

v Livro nº 02 de batismos da Paróquia de Nossa Senhora de Oliveira. 1659-1675. p. 203.

vi Livro de registro de casamentos de Paroquia de Nossa Senhora da Candelária. 1675-1699. p. 58. Segundo RHEINGANTZ, Valéria Cordeira, filha de Francisco Álvares Rangel e Felícia Rodrigues, nasceu no Rio de Janeiro, onde foi batizada na Sé, em 17 de março de 1655. p. 75

vii MACEDO, Deoclécio Leite de. Tabeliães do Rio de Janeiro do 1º ao 4º Ofício de Notas: 1565-1822. p. 37-39.

viii Arquivo Público Mineiro. SC 07. p.90.

ix FRANCO, Francisco Assis de Carvalho. Dicionários de bandeirantes e sertanistas do Brasil. p. 196

x LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. Título Lemes. p. 200

xi Livro de Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. 1753-1764. p. 228-229. Na Capela foi batizado em 28 de junho de 1720, João, filho de Domingos e Inácia. p. 50 do Livro de Batizados de Antônio Dias – 1710-1739.

xii Livro de batismos da Matriz de Antônio Dias. 1710-1739.

xiii . Diário da jornada que fez o Exmº Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo e desta até as Minas no ano de 1717. Revista do IPHAN. Vol. 3. 1939. p. 301 e 316.

xiv SOUZA, Laura de Mello e. Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. p. 109.

xv Conforme documentos citados nos Anais da Biblioteca Nacional. Vol. LXV. p. 133-134.

xvi CARVALHO, Theophilo Feu de. Ementário. p. 162.

xvii Arquivo Público Mineiro - CC - CX. 47 – 30285.

xviii Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Livro de registro de batismos 1664/1700 da Paróquia de Alcabideche - p. 71.

- xix Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Livro 01 de Registro de Casamentos da Freguesia de São Sebastião da Pedreira. 1601-1702 p 137.
- xx BOXER, Charles Ralph. *The Golden Age of Brazil, 1695-1750: Growing Pains of a Colonial Society*. p. 194.
- xxi VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Ouro Preto - Revista do IPHAN, p. 177.
- xxii APM – CMOP – 01 – Registro de Aforamentos. Doc. 109, p. 52.
- xxiii Diário da jornada que fez o Exmº Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo e desta até as Minas no ano de 1717. Revista do IPHAN. Vol. 3. 1939. p. 316.
- xxiv APM – CMOP – 02 - Registro de lançamentos dos reais quintos de 1715 e respectiva lista dos cobradores e contribuintes. Entre 1720-1721 foram recolhidos impostos de 696 escravos e de 12 lojas existentes no Morro do Ouro Podre, o que evidencia um maior controle oficial das atividades lá desenvolvidas. APM – CMOP – 11.
- xxv Livro de óbitos da Matriz de Antônio Dias. 1741-1770. p. 425-432.
- xxvi MATHIAS, Herculano Gomes. Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais. Vila Rica. 1804. p.193-195.

Fontes e referências

Arquivo Histórico Ultramarino. Portugal.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa – Portugal.

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Ouro Preto – MG.

Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte – MG.

BOXER, Charles Ralph. *The Golden Age of Brazil, 1695-1750: Growing Pains of a Colonial Society*. University of California. Los Angeles. 1962.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Ementário da história de Minas: Felipe dos Santos Freire na Sedição de Villa Rica 1720*. Belo Horizonte: Edições Historicas, [1933].

DOCUMENTOS INTERESSANTES. Patente de sargento-mor das Minas de Ouro Preto e seus Districtos a Paschoal da Silva Guimarães, dada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro. São Paulo: Arquivo do estado de São Paulo. 1930. Vol. LII, p. 87.

GARCIA, Rodolfo. *Anais da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LXV. Imprensa Nacional. 1945.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat. 1905.

MACEDO, Deoclécio Leite de. Tabeliães do Rio de Janeiro do 1º ao 4º Ofício de Notas: 1565-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATHIAS, Herculano Gomes. Um recenseamento na capitania de Minas Gerais. Vila Rica. 1804. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 1969.

RHEINGANTZ, Carlos G. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Séculos XVI e XVII. Tomo I. Rio de Janeiro. Livraria Brasileira Editora. 1965.

SOUZA, Laura de Mello e. Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720 – Estudo crítico. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. 1994.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro. Objetiva. 2000.

VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Ouro Preto. Sua formação cadastral desde 1712. Revista do IPHAN. Vol. 12. Rio de Janeiro. 1955. p. 171-231

GENEALOGIA DE GENEBRA MACHADO, UM LAPSO A CORRIGIR

Maria Celina Exner Godoy Isoldi*

Num artigo do historiador Carlos da Silveira, publicado na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº XCVIII, em 1944, sob o título *Notas sobre uns Cunhas do São Paulo seiscentista, os quais proliferaram e se expandiram tempo adiante (ensaio para o conhecimento dos troncos paulistas de Tiradentes)*, GENEBRA MACHADO, de São Paulo, nascida por volta de 1715, é mencionada como sendo, “com muita probabilidade”, filha do Capitão José Tavares da Silva e de Francisca de Vasconcelosⁱ.

Décadas depois, o eminente genealogista Helvécio Vasconcelos Castro Coelho também publicou um trabalho sobre esse grupo familiar e, muito embora conhecesse aquelas *Notas*, silenciou a respeito da eventual filiação de GENEBRA MACHADOⁱⁱ pressentindo que a hipótese formulada pelo Dr. Carlos da Silveira estivesse equivocada.

De fato, não se confirmou a suposição sobre a filiação de GENEBRA MACHADO, aventada por Carlos da Silveira. Ao obter dados do inventário e do testamento de GENEBRA MACHADO, em São João Del Reiⁱⁱⁱ, descobrimos que a inventariada era filha legítima de Sebastião Mendes Furtado e de Helena Machado (de Vasconcelos), casal citado por Luiz Gonzaga da Silva Leme^{iv} e por Carlos da Silveira^v. Desse modo, ela seria neta paterna do Capitão Roque Furtado Simões e de Maria Álvares de Siqueira^{vi}, bem como neta materna do Capitão Agostinho Machado Fagundes e Genebra Leitão de Vasconcelos^{vii}. Portanto, GENEBRA MACHADO seria prima e não filha de Francisca de Vasconcelos^{viii}.

Descendente de antigas cepas paulistas, GENEBRA MACHADO (ou MACHADA) era moradora da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alto, em Minas Gerais, sendo casada com o Capitão ANTÔNIO DE VIVEIROS E OLIVEIRA ou ANTÔNIO DE OLIVEIRA VIVEIROS ou, apenas, ANTÔNIO DE VIVEIROS

* Sócia adjunta da Colégio Brasileiro de Genealogia e fundadora da ASBRAP.

com quem teve duas filhas: Maria de Viveiros, que foi casada com Manuel Antônio; e Escolástica de Viveiros, casada com João Fernandes de Freitas.

Em seu testamento, assinado a rogo por Manuel Rodrigues Simões, em data de 15 de outubro de 1748, no Sítio da Boa Vista dos Pousos Altos, ela declarou ser natural e batizada na Freguesia de Santo Amaro, Termo da Cidade de São Paulo.

GENEBRA MACHADO faleceu a 1º de maio de 1751, na Freguesia de Pouso Alto e o corpo foi sepultado na Capela de Nossa Senhora da Penha de França, no Sítio Boa Vista. Seu inventário foi iniciado aos 22 de agosto de 1751, na paragem do Caminho Velho, no Sítio da Boa Vista. Seu marido foi nomeado testamenteiro e inventariante.

Ela deixou 24 escravos e bens de raiz no sítio chamado da Boa Vista, com casa de telhas, ranchos de capins, senzala, com seu monjolo, com uma capela no mesmo terreiro e matas virgens com suas capoeiras, tudo pertencente ao mesmo sítio, além de seu rancho de passageiros.

Na ocasião do processamento do inventário, ambas as filhas de GENEBRA MACHADO já haviam falecido, de modo que seus herdeiros foram os netos: Maria, com 10 anos, Francisco, com 4 anos e Joaquim, com 3 anos (filhos de Escolástica de Viveiros); Bárbara, com 10 anos de idade; Manuel, com 8 anos (filhos de Maria de Viveiros).

§ 1º

I- Capitão ANTÔNIO DE VIVEIROS E OLIVEIRA ou ANTÔNIO DE OLIVEIRA VIVEIROS ou, apenas, ANTÔNIO DE VIVEIROS, nascido na Ilha de São Miguel dos Açores^{ix}, casou-se com GENEBRA MACHADO, com quem teve a seguinte descendência:

1(II)- MARIA DE VIVEIROS MACHADO ou MARIA DE VIVEIROS E OLIVEIRA ou apenas MARIA DE VIVEIROS, casada com MANUEL ANTÔNIO, com geração descrita no § 2º.

2(II)- ESCOLÁSTICA DE VIVEIROS casou-se com JOÃO FERNANDES DE FREITAS, que segue.

- II- ESCOLÁSTICA DE VIVEIROS casou-se com JOÃO FERNANDES DE FREITAS, o qual teve inventário iniciado em 1758, na Paragem do Bom Retiro da Boa Vista^x. Pais de:
- 1(III)- MARIA, que já se encontrava casada com LOURENÇO DIAS BRAVO por ocasião do inventário do pai.
 - 2(III)- FRANCISCO, contava com 10 anos na época do inventário do pai.
 - 3(III)- JOAQUIM, com 9 anos, na mesma ocasião.

§ 2º

- II- MARIA DE VIVEIROS MACHADO ou MARIA DE VIVEIROS E OLIVEIRA ou apenas MARIA DE VIVEIROS, nascida e batizada na Capela de Nossa Senhora da Penha, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alto, em Minas Gerais, filha do Capitão Antônio de Oliveira Viveiros e de Genebra Machado (nº. I do § 1º). Foi casada com o português MANUEL ANTÔNIO, natural de São Julião do Calendário, em Barcelos, do Arcebispado de Braga, filho de Miguel Antônio e de Maria Gomes^{xi}. Ela faleceu a 1º de maio de 1749, na Freguesia de Pouso Alto, com testamento. Seu inventário foi iniciado em 4 de agosto de 1749, na Paragem do Caminho Velho, no sítio chamado Ponte Grande, do qual se depreende que ela tinha 21 escravos e bens de raiz: um sítio onde vivia, chamado Ponte Grande, com cerca de 300 braças de terras, que partem de um lado com a Fazenda Boa Vista, com casas de vivenda cobertas de capim, senzalas, ranchos de passageiros cobertos de capim, avaliados em 150\$000. O monte mor foi avaliado em 6:187\$830. Seu marido foi testamenteiro e inventariante^{xii}. O casal teve:
- 1(III)- BÁRBARA MARIA DE VIVEIROS foi casada com o Capitão ANTÔNIO FIGUEIRA ou ANTÔNIO LOPES FIGUEIRA, com geração que segue no § 3º.
 - 2(III)- MANUEL, com 4 anos por ocasião do inventário da mãe.
 - 3(III)- MARIA DO CARMO VIVEIROS, que se casou com JOSÉ TEIXEIRA DE MELO, que segue.

III- MARIA DO CARMO VIVEIROS tinha 1 ano e meio de idade na época do inventário de sua mãe. Era natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Pouso Alto, Bispado de Mariana, tendo sido casada com o Ajudante JOSÉ TEIXEIRA DE MELO, natural de São Tiago de Magueija, Bispado de Lamego, Portugal, filho de Domingos Teixeira de Melo e de Esperança João. Pais de, que descobrimos:

1(IV)- JOSEFA MARIA DE MELO, batizada na Matriz de Campanha, Minas Gerais, aos 30 de junho de 1765, sendo padrinhos: Reverendo Coadjutor Bernardo da Silva Lobo e D. Joana Felícia Moreira, mulher do Almotacel Caetano José de Almeida. Casou-se em Campanha, no dia 9 de fevereiro de 1791, com o Alferes ANTÔNIO DA SILVA REIS, batizado na Freguesia do Facão da Vila Nova de Cunha, Bispado de São Paulo, filho de Tomás da Silva Reis e de Emiliana Maria de Toledo.

2(IV)- MARIA, batizada com 8 dias de idade, na Igreja Matriz de Campanha, aos 27 de fevereiro de 1768, sendo padrinhos o Reverendo Dr. Manuel Caetano Rodrigues e Ana Maria, mulher de Antônio Luís Ferreira.

3(IV)- TERESA MARIA DE MELO foi batizada na Matriz de Campanha, a 1º de julho de 1770, com 10 dias de idade, sendo padrinhos: Reverendo Domingos da Silva Lobo e D. Maria Boena do Prado, mulher do Licenciado Manuel de Paiva e Silva. Casou-se em Campanha, aos 13 de outubro de 1790, com JOAQUIM PINTO DE CASTILHO, batizado em Taubaté, filho do Ajudante Francisco Tomás de Castilho e de Rita Maria de Jesus.

§ 3º

III- BÁRBARA MARIA DE VIVEIROS, filha de Manuel Antônio e de Maria de Viveiros (nº. II do § 2º). Tinha 8 anos em 1749, quando sua mãe foi inventariada. Nascida no lugar denominado Penha da Boa Vista, em Pouso Alto, Minas Gerais, foi casada com o Capitão ANTÔNIO FIGUEIRA ou

ANTÔNIO LOPES FIGUEIRA, das Ordenanças de Cunha, onde nasceu e sempre viveu, que tinha 45 anos de idade quando aí foi recenseado em 1766^{xiii}. Tiveram os seguintes filhos^{xiv}:

- 1(IV)- ANA ANTÔNIA DE VIVEIROS, nascida aproximadamente em 1765, casou-se em Cunha, aos 23 de outubro de 1787, com CARLOS PEDROSO DA SILVEIRA, nascido em Cunha, aos 24 de julho de 1763, e falecido em Queluz de São Paulo, no dia 13 de dezembro de 1834. Lavrador, foi alferes da 2ª Companhia de Cavalaria Auxiliar da Vila de Curitiba e, posteriormente, por patente de 1809, foi alferes da 2ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Infantaria Miliciana da Vila de Cunha^{xv}. Ele era filho de José Borges dos Santos, natural de Vila Rica, Bispado de Mariana, e de Maria Miguel da Silveira, nascida em Cunha^{xvi}. Com descendência^{xvii}.
- 2(IV)- Padre JOÃO ANTÔNIO DE VIVEIROS nasceu em 1766 e foi ordenado em São Paulo.
- 3(IV)- TERESA MARIA DE VIVEIROS, nascida aproximadamente em 1767, veio a se casar com MANUEL PIRES DE SOUZA, batizado na Matriz de Guaratinguetá, em 14 de junho de 1749, filho de Matias Pires de Souza e Maria do Rego^{xviii}. Com descendência.
- 4(IV)- MARIA EUFRÁSIA DE VIVEIROS nasceu aproximadamente em 1769, em Cunha, onde se casou, por volta de 1789, com MANUEL PEDROSO DE TOLEDO, viúvo de Maria Isabel Pires de Araújo^{xix}. Com geração.
- 5(IV)- MANUEL, nascido por volta de 1770 e falecido, solteiro, no ano de 1804, em Cunha.
- 6(IV)- INÁCIO JOSÉ FIGUEIRA, que nasceu aproximadamente em 1772.
- 7(IV)- ANTÔNIO JOSÉ DE VIVEIROS, nascido e batizado em Cunha, casou-se na Matriz de Campanha, em 2 de agosto de 1792, com MARIA ANTÔNIA DO BELÉM, nascida e batizada em Campanha, filha de Manuel José de Azevedo e de Ana Maria do Rosário^{xx}.
- 8(IV)- VITÓRIA MARIA, nascida por volta de 1774, foi casada com MANUEL MOREIRA DE ALVARENGA, com filhos.

9(IV)- RITA, nascida em 1775.

10(IV)- VITORIANO, que nasceu em 1777.

11(IV)- Capitão-mor JOSÉ LOPES FIGUEIRA, que nasceu em 1778 e foi miliciano do Regimento do Coronel Macedo, em Cunha, onde ocupava o posto de cabo em 1798. Fixou residência em São Luís do Paraitinga, onde foi capitão-mor por muitos anos^{xxi}. Aí se casou, em 1802, com ANA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO TOLEDO, filha do Sargento-mor Manuel Antônio de Carvalho (fundador de São Luís do Paraitinga) e de Inês de Toledo Cortez^{xxii}. O casal deixou descendência.

Notas

i p. 151, nº. 6-1.

ii *Título “Fagundes” da Ilha Terceira (Alguns descendentes nos Açores e em São Paulo)*, in Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro, p. 581-585.

iii Agradeço à Cláudia Boscolo por copiar, no ano de 1999, os dados do inventário e do testamento de Genebra Machado.

iv *Genealogia Paulistana*, v. 8, p. 478, § 6º, e p. 535, n. 3-10.

v *Notas sobre uns Cunhas do São Paulo seiscentista, os quais proliferaram e se expandiram tempo adiante (ensaio para o conhecimento dos troncos paulistas de Tiradentes)*, in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XCVIII, p.158, nº. 4-10.

vi LEME, Luiz Gonzaga da Silva. “*Genealogia Paulistana*”, v. 4, p. 430, n. 2-6; v. 8, p. 460, Cap. 4º.

vii LEME, Luiz Gonzaga da Silva. “*Genealogia Paulistana*”, v. 8, p. 523, n. 2-2.

viii Helena Machado (de Vasconcelos), mãe de Genebra, era irmã de Agostinho Machado Fagundes de Oliveira, pai de Francisca de Vasconcelos (SILVEIRA, Carlos da. *Notas sobre uns Cunhas do São Paulo seiscentista, os quais proliferaram e se expandiram tempo adiante (ensaio para o conhecimento dos troncos paulistas de Tiradentes)*, in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XCVIII, p. 150, n. 5-1, e p. 158, n. 4-10).

ix Ver ascendência do Capitão Antônio de Viveiros e Oliveira em: JUNQUEIRA, Regina Moraes. *Viveiros*, in www.projetocompartilhar.com (consultado em 14 de novembro de 2015).

x Referido inventário encontrava-se arquivado no Museu Regional de São João del Rei. A inventariante foi Vitória Nunes da Silva, segunda mulher de João Fernandes de Freitas, com quem ele teve os filhos: a) João, com 5 anos em 1758; b) José, com 3 anos na mesma ocasião; c) Maria, de 1 ano (agradeço a Cláudia Boscolo por copiar os dados desse inventário, em janeiro de 1999).

- xi SILVEIRA, Carlos da. *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXV, p. 121, nº. 1-8; SILVEIRA, Carlos da. *Notas sobre uns Cunhas do São Paulo seiscentista, os quais proliferaram e se expandiram tempo adiante (ensaio para o conhecimento dos troncos paulistas de Tiradentes)*, in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XCVIII, p.151, nº. 6-1.
- xii Agradeço a Cláudia Boscolo, por copiar os dados do inventário de Maria de Viveiros e Oliveira (em janeiro de 1999).
- xiii SILVEIRA, Carlos da. *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXV, p. 121, nº. 1-8.
- xiv SILVEIRA, Carlos da. *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXV, p. 121, nº. 1-8; SILVEIRA, Carlos da. *Notas sobre uns Cunhas do São Paulo seiscentista, os quais proliferaram e se expandiram tempo adiante (ensaio para o conhecimento dos troncos paulistas de Tiradentes)*, in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XCVIII, p. 151-153, n. 8-1.
- xv SILVEIRA, Carlos da. *Um precioso manuscrito. Notas de família (descendência de Carlos Pedroso da Silveira)*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXIII, p. 253 e 269-271.
- xvi LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, v. 5, p. 510, n. 3-4; RHEINGANTZ, Carlos G. *Rio Seiscentista – A família Botafogo*, in Brasil Genealógico, tomo 1, n. 1, p. 55, nº. V-4; SILVEIRA, Carlos da. *Um precioso manuscrito. Notas de família (descendência de Carlos Pedroso da Silveira)*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXIII, p. 246-247; 248, nota 7; e 249, nota 12.
- xvii SILVEIRA, Carlos da. *Um precioso manuscrito. Notas de família (descendência de Carlos Pedroso da Silveira)*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXIII, p. 253-257. O Alferes Carlos Pedroso da Silveira e Ana Antônia de Viveiros são pentavós de Carlos Alberto da Silveira Isoldi, falecido marido da autora.
- xviii LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, v. 3, p. 77, n. 4-4.
- xix LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, v. 5, p. 565, n. 4-3.
- xx O casal Antônio José de Viveiros e Maria Antônia do Belém é omitido nos trabalhos do Dr. Carlos da Silveira.
- xxi SILVEIRA, Carlos da. *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXV, p. 125-126, nº. 2-10.
- xx LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, v. 5, p. 546, n. 3-4.

Referências

- COELHO, H. V. Castro. *Título “Fagundes” da Ilha Terceira (Alguns descendentes nos Açores e em São Paulo)*. In: Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro. São Paulo, 1991
- JUNQUEIRA, Regina Moraes. *Viveiros*. In: www.projetocompartilhar.com
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, v. 3, 4 e 5. São Paulo: Duprat & Cia., 1904.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, v. 8. São Paulo: Duprat & Cia., 1905.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Rio Seiscentista – A família Botafogo*. In: Brasil Genealógico - Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia, Tomo I, nº. 1, 1960.
- SILVEIRA, Carlos da. *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXV. São Paulo, 1938.
- SILVEIRA, Carlos da. *Notas sobre uns Cunhas do São Paulo seiscentista, os quais proliferaram e se expandiram tempo adiante (ensaio para o conhecimento dos troncos paulistas de Tiradentes)*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. XCVIII. São Paulo, 1944.
- SILVEIRA, Carlos da. *Um precioso manuscrito. Notas de família (descendência de Carlos Pedroso da Silveira)*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XXXIII. São Paulo, 1937.

AS BATINAS NEGRAS NA CONJURA DE MINAS

Maria de Lourdes Costa Dias Reis - Cadeira nº 35

Patrono: Ayres da Matta Machado Filho

A participação dos clérigos no movimento da Conjuração Mineira em fins do século XVIII foi bastante variada, uns em maior proporção, outros em nível menor. Através da leitura dos “Autos de devassa da Inconfidência Mineira”, pode-se perceber e aquilatar os depoimentos dos clérigos e perceber que, por ingenuidade ou imaturidade, havia por parte desses clérigos total despreparo para realizar tal empreendimento.

Oficialmente, esses padres estavam a serviço da Igreja Católica, mas, na realidade, mais preocupados com seus interesses particulares, como dilatar sua fortuna e seus bens materiais, que exercer as funções sacerdotais.

Dentro do contexto histórico vigente à época do século XVIII, seria natural que os clérigos se envolvessem no movimento da Conjura mineira. Eram pessoas intelectualizadas para a época e em comparação com o homem mediano do momento. Estudaram em Seminários, considerados os centros de educação mais avançados para a época; alguns tiveram oportunidade de passar por universidades europeias, completamente sintonizadas com o ideário iluminista, que impregnava a mente da classe burguesa. Vários deles eram possuidores de vastas bibliotecas, guarnecidas de obras de peso de filósofos, desde os clássicos aos avançados iluministas. Não estavam satisfeitos com o poder reinante à época nem com a opressão ditada pelo Fisco, e muito menos com a falta de liberdade de pensamento, expressa pela ausência de imprensa na colônia bem como a proibição da entrada de livros.

Pertenciam à elite burguesa brasileira, enriquecida pela mineração, muito deles verdadeiros nababos, donos de terras, fazendas de gado, lavras de ouro e diamantes, joias, objetos de luxo e escravaria.

Tudo faz crer que, além do interesse econômico pessoal que abrangia o patrimonial e o financeiro, esses padres também queriam liberdade de culto, o que

significava livrar-se do controle oficial dos altos órgãos eclesiásticos portugueses. Isso significava liberdade em sua arrecadação de dízimos e recebimento de espórtulas, bem volumosas. O padre queria liberdade de ação completa, já que era um elemento de notória importância na sociedade, pois além de confessor, era confidente, conselheiro, uma espécie de chefe tutelar das famílias, com alta importância na sociedade da época.

Após a verificação dos vários motivos, percebe-se que o envolvimento dos clérigos no movimento da Conjuração Mineira tem razões bem evidentes e fortes, fugindo às vezes da visão do leitor comum. A derrama era um pretexto. A realidade era bem outra.

Os Clérigos e sua atuação no movimento da Conjuração Mineira

Participaram deste movimento sete clérigos: Cônego Luís Vieira da Silva, Padre José da Silva e Oliveira Rolim, Padre Carlos Correa de Toledo e Melo, Padre José Lopes de Oliveira e Padre Manuel Rodrigues da Costa e, de forma menos atuante, o Padre José Maria Fajardo de Assis e Padre Francisco Vidal de Barbosa Laje.

O Cônego Luís Vieira da Silva

Mineiro da Freguesia de Ouro Branco, fez seus primeiros estudos em Mariana e depois em São Paulo, onde fora cursar Filosofia e Teologia Moral, no Colégio dos jesuítas. Ordenou-se sacerdote em 1759, aos 24 anos na cidade de Mariana, onde regressou e assumiu o cargo de professor de Filosofia no Seminário dessa cidade, e é apontado por muitos autores como grande pregador sacro, solicitado nas ocasiões festivas ou solenes.

Apesar de ser homem de poucos recursos, perante a riqueza de seus dois colegas de sacerdócio – Padre Rolim e Padre Toledo – possuía vasta biblioteca, “vulgarmente notável para o tempo e lugar”, conforme palavras de Eduardo Frieiro no seu livro, *O Diabo na Livraria do Cônego*. Uma interrogação fica no ar ... como ele teria conseguido formar essa imensa biblioteca, abastecida das melhores obras da época, no interior da Capitania de Minas, quando havia toda a sorte de

empecilho à entrada de livros no país, somadas às dificuldades de ordem material para sua aquisição, pois a maioria deles provinha da Europa, além dos problemas com seu transporte. É este talvez um dos mais intrigantes mistérios que cercam o movimento da Conjuração Mineira e que vem se juntar a tantos outros.

O Cônego era pobre, torno a repetir. Sua riqueza, no entanto, eram os livros, pois sua biblioteca era formada de 270 obras importantes, mais ou menos de cerca de 800 volumes. Mais da metade formada por obras em latim, 90 em francês, 30 em português, 24 em inglês, 5 ou 6 em italiano, e, algumas em espanhol. Essa biblioteca realçava mais pela qualidade que pela quantidade, sendo a relação de seus livros arrolados no processo, conforme atestam os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.

Eduardo Frieiro, quando titulóu seu livro *O Diabo na Livraria do Cônego* centrado na figura do Cônego Luís Vieira da Silva e sua biblioteca, intitulou-o metaforicamente, como assinalar que os livros eram “perigosos”, muitos deles dentro filosofia do Iluminismo, como sendo a “perdição” que iria perturbar o espírito do pacato padre de Mariana e levá-lo aos tribunais da Devassa.

Possuía vários dicionários e obras de consulta em forma de dicionários; obras de Teologia, Direito Canônico, Liturgia, Exegese, Apologística Cristã e outras, de caráter sacro. Obras de oradores profanos e sacros, além de outras, como as de Santo Ambrósio, São Jerônimo, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, São Gregório Magno. Possuía várias obras de Filosofia, Metafísica, Lógica, boas obras sobre Medicina e muitas de autores clássicos da Antiguidade. Também clássicos quinhentistas e setecentistas, além de clássicos franceses. Era possuidor ainda de obras de poesia e dicionários de expressão poética para ajudar a compor versos latinos, além de obras dos mestres da Oratória. Cultivava também livros de narrativas de viagens, Geografia, História Natural, Física e Matemática. Sua febre de instrução era tamanha que o levou a cultivar livros de guerra que iriam comprometê-lo seriamente no processo da Conjuração como o “provável estrategista da planejada revolta contra a Metrópole”, segundo Eduardo Frieiro (1981: 30 e segs.).

Também a curiosidade acerca da língua inglesa demonstrava seu interesse pela jovem república americana, considerada pelos filósofos sociais seus contemporâneos como campo de experiência do mundo. Apaixonado por História, colecionava grandes nomes ligados a este assunto, como César, Suetônio, Bossuet, mas seu guia e mestre inspirador era Voltaire, o “campeão das liberdades individuais”, cujas obras pregavam o enciclopedismo, o racionalismo e o espírito da revolução. Interessado pelas ciências políticas e a filosofia social da época, lia Montesquieu (*L'Esprit des Lois*), Diderot e D'Alembert, considerados máquina de guerra a serviço crítico e da incredulidade, movida por livres pensadores que almejavam subverter os fundamentos políticos e religiosos da sociedade, conforme afirma Augusto de Lima Jr. no seu livro *Pequena História da Inconfidência*.

Luís Vieira era, portanto, filho da “Ilustração” como tantos outros conjurados mineiros, pertencentes a uma elite intelectual, que havia bebido nos ensinamentos de Voltaire e de outros filósofos do século XVIII, inconformados com a estrutura vigente. O religioso conhecia bem o pensamento social e político que as ideias, principalmente francesas, que influíram nos brasileiros mais esclarecidos daquele tempo. Tais ideias marcam o pensamento autonomista dos conjurados mineiros somadas às razões econômicas e afetivas, ao medo da derrama e ao próprio sentimento de hostilidade ao elemento português, conforme palavras de Eduardo Friero.

Nos depoimentos contidos nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, Luís Vieira da Silva é acusado de sustentar ideias de que as potências europeias não tinham direito sobre a América e de dizer que a monarquia portuguesa nada custara à conquista do Brasil das mãos de outros povos: os brasileiros haviam reconquistado a Bahia dos holandeses e libertado o Rio de Janeiro dos franceses. Vários livros afirmam que Alvarenga Peixoto teria dito que o Cônego Luís Vieira da Silva tinha uma “paixão dominante” pelas Américas inglesas. José Geraldo Vidigal de Carvalho em estudo sobre o clero mineiro na Conjuração Mineira, na obra *Ideologia e Raízes do Clero da Conjuração*, embora siga linha facciosa, é fruto de apurada pesquisa, principalmente em Mariana, confirma a apaixonada admiração do Cônego pela república dos Estados Unidos.

Ainda nos *Autos da devassa* Luís Vieira é acusado de ter falado que se houvessem muitos homens iguais a Tiradentes, o Brasil seria uma “república florescente” e que a terra não podia estar sujeita a “El Rei de Portugal” porque os nacionais queriam fazer uma república”. Como se fora o projeto da independência do Brasil, e, em linguagem profética, afirmava que nossa liberdade só seria concretizada se para cá viesse um Príncipe da casa real portuguesa.

O historiador Márcio Jardim, na obra *A inconfidência Mineira – uma síntese factual*, faz um trabalho alentado sobre o assunto, numa linha mais factual que crítica e afirma que grande parte da biblioteca do Cônego Luís Vieira estava guardada no Seminário de Mariana e o que dela sobrou ficou guardado nesse mesmo lugar e no Colégio do Caraça, no município de Santa Bárbara. Segundo Márcio Jardim, esses livros teriam sido redescobertos pelo pesquisador Paulo Gomes Leite, em 1987.

O Cônego Luís Vieira da Silva foi preso em 22 de junho de 1789 e remetido para o Rio de Janeiro, ficando preso aguardando o julgamento e respondendo às inquirições da Devassa na Fortaleza da Ilha das Cobras. Foi interrogado várias vezes e seus depoimentos são apresentados principalmente nos volumes dois e cinco nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.

Após os interrogatórios, Luis Vieira da Silva foi enviado para Lisboa, onde cumpriria quatro anos de prisão no Forte de São Julião da Barra e depois na Clausura no Convento de São Francisco da cidade, sem saber qual a pena que lhe fora decretada.

Indultado com parecer favorável do Visconde de Barbacena, foi autorizado a regressar ao Brasil, fazendo-o em 1804, no final do ano. Terminou seus dias como sacerdote na cidade natal de Soledade, ao lado de uma filha, vindo a falecer em 1809, um ano após a vinda para o Brasil do príncipe herdeiro de D. João, sendo esse o primeiro passo para a nossa independência, conforme ele próprio, Cônego Luís Vieira, um dia previra...

Padre José da Silva e Oliveira Rolim

Este padre, mais conhecido como Padre Rolim, foi um dos envolvidos no movimento da Inconfidência Mineira e tem uma ligação muito forte com Diamantina. Nasceu em 1747 no antigo Arraial do Tijuco, filho do Sargento-Mor José da Silva de Oliveira, que fora o primeiro Caixa Administrador do real Contrato dos Diamantes neste Distrito. O sargento, por sua posição social e econômica, conseguiu arrecadar grande fortuna e a repassou para os filhos: Plácido (bacharel em Direito por Coimbra), Carlos, também bacharel em Direito e depois padre Alberto, envolvido também na Inconfidência Mineira e uma filha de criação de nome Francisca da Silva, que seria depois conhecida e celebrada como “Chica da Silva”, figura que seria muito importante nessa vila. Chica era mulata, sua escrava e foi alforriada, casando-se com o médico do Serro Dr. Manuel Pires Sardinha e com ele teve três filhos.

Alguns anos mais tarde, ela se uniria ao último Contratador dos Diamantes do Tijuco, o Desembargador João Fernandes de Oliveira, tendo com ele uma filha de nome Quitéria Rita, portanto, sobrinha do Padre Rolim. Ela seria a grande mulher desse clérigo e deu-lhe cinco filhos. Tanto o Padre Rolim como seu pai, eram pessoas influentes e muito ricas no Arraial do Tijuco, envolvidas com a extração de diamantes. Padre Rolim era também maçom, como a maioria de pessoas influentes da rica região das minas. Com o cerco fechado imposto pela Metrópole portuguesa, os negócios desses familiares foram muito prejudicados. Não é de se admirar que o Padre Rolim passasse a dedicar grande animosidade e ódio ao domínio português. Foi enviado pelo pai e fez seus estudos no Seminário de Mariana e depois concluiu seus estudos em São Paulo. Primeiramente foi pároco no distrito de Rio Manso e depois de outra, já no Tijuco, mas na realidade dedicava-se muito mais à extração de diamantes e outras pedras preciosas na região que às atividades de clérigo. Era também uma espécie de banqueiro, pois vivia a emprestar dinheiro a altos juros e tido também como contrabandista de diamantes. Tornou-se rico latifundiário, pois suas terras iniciavam na região do Tijuco, passavam por Conceição do Mato Dentro e Serra do Cipó, chegando até as cercanias de Sabará. Teve uma vida atribulada, fugindo muitas vezes de ser preso e

perseguido, entre o Arraial do Tijuco e regiões da Bahia. Envolveu-se no movimento da Inconfidência Mineira mais por suas atividades econômicas, cerceadas pelo domínio português na região das minas, que por convicções ideológicas e políticas. Dizia que seria capaz de “levantar a região do Serro” e se comprometera de arrematar mais de 200 cavaleiros armados e conseguir pólvora para a causa do movimento, pois sabia de minas de salitre na região. Antes de fugir e ser preso, internou sua mulher e seus filhos no Convento de Macaúbas, região de Santa Luzia, terras de propriedade sua. Foi preso e levado para a Fortaleza das Cobras, no Rio de Janeiro, sendo interrogado várias vezes pelo processo da Devassa. Seria condenado à morte na forca, mas por intervenção da rainha D. Maria I, que deu indulto aos padres envolvidos no movimento, foi apenas enviado para o Mosteiro de São Bento da Saúde, em Lisboa. Permaneceu preso por quatorze anos, mas sempre gozou de muita liberdade em Portugal, talvez por interferência de seu sogro, o Desembargador João Fernandes de Oliveira que ainda estava vivo e ainda era pessoa proeminente na Corte portuguesa.

Voltou ao Brasil em 1805 e foi residir novamente no Arraial do Tijuco. Retirou seus filhos e sua mulher Rita Quitéria do Convento das Macaúbas e passou a viver em sua companhia no Tijuco. Lutou para reaver sua fortuna e só o conseguiria após a independência do Brasil, em 1822, voltando a ser rico e dono de prósperos bens. Sua mulher Quitéria morreu antes dele e seu filho Domingos Augusto de Oliveira passou a administrar seus bens na velhice. Morreu em idade avançada (principalmente para a época), com 88 anos, em 1835, e foi velado com seus paramentos maçônicos e enterrado na Igreja do Carmo, em Diamantina, no carneiro de número 2. Residia no Arraial do Tijuco na Rua Direita, onde hoje, em sua homenagem, é o Museu do Diamante, prédio também conhecido por Casa do Padre Rolim, local de muita atração turística na charmosa cidade de Diamantina.

Padre Carlos Correia de Toledo e Melo

Natural de Taubaté, Capitania de São Paulo, era vigário da Freguesia de Santo Antônio da Vila de São José, da Capitania de Minas Gerais, que abrangia a

Vila de São José Del Rey e numerosos arraiais do Sul de Minas, compreendendo vasta área territorial.

O Padre Carlos Toledo era também um homem rico, dono de escravos, fazendas e lavras de ouro, além de opulenta residência em São José do Rio das Mortes, que possuía boa biblioteca, conforme atesta o arrolamento de seus bens.

Em 1788 estava com uma viagem programada para Portugal, talvez para fazer algum contato político, como suspeitaram seus inquiridores na Devassa. Maxwell dá outra versão para sua viagem: teria ido para resolver uma questão a respeito da criação de uma paróquia implicada com questões de terras em Tamanduá (Itapecerica/ Capitania de Minas).

No movimento da Inconfidência Mineira, contaria com apoio das vilas de São José, Borda do Campo e Tamanduá (Minas). Nos Autos da Devassa, foi acusado de ser o elemento que forneceria duzentos cavalos e procuraria obter o apoio da região do Sul de Minas e de São Paulo, através de suas relações de amizade e de familiares.

Seus principais amigos em Vila Rica eram o Dr. Cláudio Manoel da Costa e o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga.

A sentença que lhe coube no processo foi a morte na forca, sendo levado para Lisboa para decisão final da Rainha D. Maria. Ficou preso na Fortaleza de São Julião da Barra, sendo depois remetido para a clausura do Convento de São Francisco da Cidade, onde faleceu em 1803, aos 72 anos. Seu processo ficou também em segredo, como o dos demais eclesiásticos.

Padre Manoel Rodrigues da Costa

Manoel Rodrigues era culto, simpático à Ilustração e bem provável que fosse partidário de um Brasil independente. Nasceu em Conceição de Ibitipoca, distrito do atual município de Lima Duarte. Seu pai era compadre do banqueiro João Rodrigues de Macedo e ele se hospedava sempre na Casa dos Contos, o que leva a crer que ele era seu padrinho. Estudou no Seminário de Mariana e ordenou-se aos 26 anos. Era proprietário da Fazenda do Registro Velho, perto de Barbacena, caminho estratégico entre Vila Rica e o Rio de Janeiro.

Era muito religioso e prestava muita assistência religiosa aos seus fiéis. Possuía uma boa biblioteca com livros religiosos, de História, Filosofia e Educação Infantil, além de algumas obras iluministas. Era, portanto, um homem de boa cultura. Foi preso como suspeito e foram sequestrados seus bens. Foi incriminado por ter hospedado Tiradentes em sua fazenda e também outros inconfidentes. Sua sentença seria degredo perpétuo na Ilha de Cabo Verde, mas por influência de amigos importantes foi enviado a Lisboa para um convento. Ali pôde estudar e até comprar máquinas que trouxe para o Brasil para implantar uma fábrica têxtil em sua fazenda de Barbacena.

Foi o primeiro inconfidente a voltar para o Brasil, em 1804. Empreendeu vários projetos industriais em sua fazenda, como fabricação de vinho e de azeite de oliva. Saint-Hilaire visitou sua fazenda e chamou-o de “agricultor notável”, por seus projetos. Em 1822 assinou juntamente com outros barbacenenses uma representação da Câmara Municipal dirigida a D. Pedro, Príncipe Regente, conclamando-o para fundar um império no Brasil e colocando a cidade de Barbacena como capital. Após a Independência, juntamente com Rezende Costa Filho, foi eleito Deputado por Minas à Assembleia Constituinte.

Em 1831 recebeu D. Pedro I em sua Fazenda do Registro Velho quando de sua visita a Minas. Foi nomeado Cônego da Capela Imperial. Em 1842, já com 88 anos, acolheu os revoltosos que projetavam a Revolução de 1842.

Faleceu em 1844 com 89 anos e foi enterrado na Igreja Matriz, sendo o último inconfidente a morrer. Seus restos mortais se perderam quando se reformou essa igreja, por isso não foi conduzido para o Panteon em Ouro Preto.

Padre José Lopes de Oliveira

Nasceu na Freguesia de Igreja Nova da Borda do Campo, atual cidade de Barbacena, em 1740. Seu pai era Tenente Coronel dos Auxiliares e teve vários irmãos, sendo um também inconfidente – Francisco Antônio de Oliveira Lopes e outro, militar e colega de farda de Tiradentes. Ele era ainda tio de Joaquim Silvério dos Reis e tio-avô do Duque de Caxias. Recebeu em sua fazenda a visita de Simão Sardinha, o filho de Chica da Silva, para estudar fósseis de grandes proporções ali

encontrados. Simão seria o primeiro homem a fazer estudos paleontológicos no Brasil e em Minas Gerais. Foi preso mais por suas ligações de parentesco e de amizade com inconfidentes. Foi preso e seria condenado à morte. Teve sua pena comutada em degredo no Convento de São Julião da Barra, em Lisboa, onde morreu em 1796 com 56 anos de idade.

Padre Francisco Vidal de Barbosa Laje

Era irmão do inconfidente Domingos Vidal de Barbosa Laje. Nasceu próximo de Simão Pereira, em 1757. Ordenou-se aos 25 anos em Mariana. Não se envolveu muito no processo da inconfidência. Foi incriminado porque teria sugerido a queima dos livros de registros públicos como forma de apagar o passado, com a vitória da Revolução. Teve um entreviro com o Alferes Tiradentes que queria prender um soldado caboclo, acusado de tentar raptar uma moça e o Padre Francisco Vidal o colocou sob sua guarda. Tiradentes manda prendê-lo e ele alega doença, o que o Alferes não admitiu e mandou carregá-lo como estivesse, pois, estava a mando do governador Luis da Cunha Menezes, chamado de “Fanfarrão Minésio”. Quando foi chamado a depor, os inquirentes pouco sabiam a respeito de sua atuação. Não foi condenado e sua sentença foi igual aos demais clérigos, enviado a Mosteiro em Lisboa. Não há mais informações a seu respeito. Só se sabe que morreu em 1800 com mais ou menos 45 ou 50 anos.

Padre José Maria Fajardo de Assis

Era morador de Carijós, hoje a cidade de Lafaiete. Escritor e poeta, fez um poema laudatório à obra de Cláudio Manoel da Costa – *Vila Rica*. Foi incriminado por Inácio Pamplona e nos inquéritos acabou confessando que sabia das tramas revolucionárias porque Francisco Antônio de Oliveira Lopes havia conversado sobre o assunto com ele. José Maria Fajardo de Assis morava num entroncamento importante, passagem obrigatória entre São João Del Rei e Vila Rica. Hospedava muitos viajantes e seu aliciamento se deve a conversas que poderia ter ouvido de pessoas importantes. Ouvira diretamente do Alferes Silva Xavier, o Tiradentes, a pregação revolucionária, muito bem aceita por seu ouvido de homem culto e

conhecedor da história dos Estados Unidos, segundo afirma o historiador Márcio Jardim. Nunca foi preso nem jamais foi interrogado como réu.

Referências

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *Ideologia e Raízes do Clero da Conjuração*.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

LIMA JR., Augusto de. *Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968.

MINAS GERAIS. *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976.

JARDIM, Márcio. *A inconfidência Mineira – uma síntese factual*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1989.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

COSTUMES TRADICIONAIS AFRICANOS FACE À ORDEM JURÍDICA DE
ANGOLA

*Miguel Faria de Bastos**
Associado Correspondente

O meu conhecimento dos usos institucionais próprios de comunidades angolanas com organização de tipo tribal ou delas derivados, só em parte tem a ver com a minha intervenção directa como operador judiciário (advogado e temporariamente juiz) em Angola antes e depois da independência nacional. Em grande parte, vem, indirectamente, da experiência de magistrados judiciais e do Ministério Público que exerceram funções em Angola, sob sobretudo longe da zona litoral, em comarcas onde há comunidades, de vida predominantemente agrária, com uma organização social tradicionalmente africana.

Esta comunicação incide, pois, principalmente, sobre os usos institucionais tradicionais de comunidades agrícolas (não sobre comunidades viradas para a pastorícia, por natureza nómadas e, portanto, com usos significativamente diferentes). Tem como referência comunidades agrícolas do interior, distantes da faixa litoral, com uma organização social não afectada sensivelmente pela colonização portuguesa (alguns usos desses, como, por exemplo, o alambamento ocorrem, desgarradamente, fora dessas comunidades tribais, inclusive em meios urbanos, a par de usos europeus, ou europeizados das mesmas pessoas, mas só nos ocupamos aqui de instituições típicas das comunidades agrárias em estado tribal).

Tomamos aqui como referência usos de comunidades agrícolas das províncias da Huíla (ex-Sá de Bandeira) e vizinhas do Sul.

Em Angola, tal como nos restantes PALP (Países Africanos de Língua Portuguesa) e em Portugal, vigora, em matéria de valor jurídico dos usos, a mesma

* O autor é advogado em Portugal e Angola. Este seu artigo foi publicado no livro *Língua e Cultura* e, à época de sua edição, era ele Presidente da Sociedade da Língua Portuguesa, com sede em Lisboa.

disposição (art. 3º, n. 1, do Código Civil), com o seguinte texto: “Os usos que não forem contrários aos princípios da boa-fé são juridicamente atendíveis quando a lei o determine”.

Da comparação desta disposição com o art. 1º, nº I, do Código Civil, vigente com a mesma redacção nos mesmos países, vê-se que os usos, ao contrário das leis, não são fontes imediatas do Direito.

Os usos referidos são as práticas sociais ou costumes de facto, não são, pois, normas de direito em si mesmas.

Esses usos, para que, sempre indirectamente, tenham relevância jurídica e sejam, portanto, tomados em conta pelos tribunais e pelos órgãos da administração pública, devem, como manda a lei, obedecer a duas condições: não contrariarem os princípios da boa-fé e serem reconhecidos por lei como juridicamente atendíveis.

Em Angola, nem a Lei Constitucional nem lei ordinária alguma reconhece os costumes tradicionais. Esta omissão não difere sensivelmente da do tempo colonial. São reconhecidos, no entanto, as línguas regionais, em Angola ditas oficiais, mas abrangidas por um mero estatuto de facto de línguas protegidas (menos protegidas, por exemplo, do que o aragonês e o astúrio-leonês que, em Espanha, têm por lei o estatuto de línguas protegidas).

Na prática, há em Angola comunidades, como os pequenos sobados, onde os costumes tradicionais são erigidos em sistema de direito consuetudinário, constituindo cada um desses sistemas um mini-ordenamento à parte ou à sombra do ordenamento jurídico de cobertura nacional

Esses costumes tradicionais, mesmo quando contrários ao sentido ético-moral acolhido na lei constitucional e nas leis ordinárias, só em situação-limite, pontuais e excepcionais são censurados ou contrariados pelos órgãos decisores (judiciais ou administrativos). Visto que não estão legalmente reconhecidos, podem dizer-se, consoante as situações, tolerados ou consentidos.

A título exemplificativo, citam-se superficialmente alguns dos usos mais diferentes ou contrastantes, tomados como arquétipo metodológico os correspondentes eurógenos.

O **soba** é o chefe político e administrativo do **sobado** (comunidade do tipo clã, constituída por um conjunto de famílias). É assessorado por um **conselho de anciões**, o **quimbanda** e o **adivinho**. O Conselho tem funções consultivas à semelhança dum mini-Conselho de Estado. O **quimbanda** (a que por vezes se chama feiticeiro) corresponde, entre nós, aproximadamente, ao médico homeopata mas também ao psicólogo clínico e ao psiquiatra (trata do corpo e da alma, fazendo ou neutralizando feitiços e afastando os maus espíritos). O **adivinho** assessorava também o **soba**, entre o mais, na investigação criminal (com funções idênticas às dum Procurador-Geral da República e às dum agente de polícia judiciária, dirigindo pessoalmente a investigação criminal), na prognose sobre o tempo e sobre sorte das futuras culturas (com funções em parte idênticas às dum meteorologista), e na comunicação mediúcnica com os antepassados tribais.

A sociedade em muitos dos seus traços é fechada. E é indiferente à nossa justiça segundo o arquétipo europeu. O que o chefe procura preservar não é nem a justiça, nem a paz social, mas, sim, o **equilíbrio económico**, base da **sobrevivência da célula familiar**, por sua vez necessária para a subsistência da cadeia de ligação entre antepassados e vivos.

O **soba** não toma decisão alguma de importância sem ser por instrução dos **antepassados**, comunicada através do **adivinho**, que ele consulta para o efeito caso a caso.

A **propriedade da terra**, bem que basicamente conta, é colectiva, e qualquer decisão sobre culturas, assim como sobre venda, abate ou entrega por **alambamento**, de uma cabeça de gado deve ser tomada dentro dum processo de prévia consulta dos antepassados, através do adivinho. O produto das colheitas é distribuído segundo as necessidades, pressupondo-se igual trabalho. O que possa sobrar é armazenado como bem colectivo. Uma das preocupações básicas é a da distribuição equitativa da riqueza por todos os membros da comunidade. A sociedade tem traços que a aproximam do chamado comunismo primitivo. A propriedade colectiva é particularmente visível na distribuição do produto da colheita global.

O rito da puberdade constitui um marco importantíssimo para a vida e para a morte dos adolescentes de ambos os sexos.

As crianças, até passarem pela festa da puberdade, não pertencem aos pais nem aos familiares – pertencem à comunidade. Só após as sessões de aprendizagem, as cerimônias e as festividades finais da puberdade, passam a ter um nome, uma família, antepassados e personalidade jurídica como adultos. Isto dá-se uma vez por ano, acontecendo com a mulher após a primeira menstruação e no homem após os primeiros sinais púbicos. A aprendizagem nas mulheres, tem a haver principalmente com o comportamento corporal na prática sexual (comportamento orientado para o prazer e o orgasmo masculino, com descaso pelo orgasmo feminino, sendo as relações sexuais estritamente intergeritais e não existindo o beijo) e tem a ver também com a culinária e com a agricultura. Nos homens, a aprendizagem tem a ver com a orientação e sobrevivência na mata e com a caça. Não há qualquer prática de iniciação sexual durante o rito da puberdade. As mulheres são sujeitas a desvirginamento (no sentido anatômico e não no médico-legal) por uma anciã respeitada (serve de instrumento de rompimento do hímen um canivete, uma maçaroca de milho ou outro objecto faliforme, consoante a comunidade). Não são sujeitas a excisão. Os homens são sujeitos a circuncisão.

Não existem as noções de **paraíso** nem de **Deus** e **diabo**, como nas crenças judaico-cristã e muçulmana. A vida é passageira e por isso menosprezada. Só após a morte, as pessoas se assumem plenamente, como antepassados com poderes sobre os actos dos seus descendentes por transmissão mediúnica. Só aí atinge a capacidade jurídica plena.

A **transmissão sucessória das funções de chefia**, quer a nível do soba, quer a nível da célula familiar, faz-se para o filho mais velho da irmã mais velha (matrilinearidade segundo o princípio traduzido no direito romano como “*mater sempre certa, pater nunquam*”).

A **morte**, porque faz ingressar o morto na **plenitude**, é sempre saudada com festejos vistosos. Os vivos têm uma espécie de “*capitis deminutio*”. Os vivos não podem, por si, dispor, por exemplo, dos bois. São propriedade da família. É

obrigação dos vivos deixarem ao morrer não menos bois do que os que receberam. Os antepassados é que dispõem dos bens da família e da tribo. É permanente o diálogo entre vivos e antepassados.

A importância enorme que têm os antepassados explica em grande parte o peso que têm as mulheres na família. São elas, **porque férteis** (o problema da fertilidade nunca se põe em relação ao homem), que asseguram a procriação e gestação e, portanto, a cadeia de transmissão entre vivos e antepassados. Assegurada a descendência, fica assegurado o exercício de direitos de disposição e administração dos **antepassados** (que sem ligação aos vivos, perdem razão de ser). Toda a cultura social gira em torno da **fecundidade** (feminina unicamente). Só as mulheres, porque fecundas, trabalham a terra, fecundável. A terra não se deixa fecundar por trabalho do homem.

Homem que tenha à sua responsabilidade um grande patrimônio tem de ter **muitas esposas**, que são vistas principalmente como **garantes da descendência** (que dá razão de ser aos antepassados) e como **agentes de produção agrícola**. De resto, a mulher não pode ter qualquer posição de chefia no sobado nem passará ao rol dos antepassados.

A **poligamia** na modalidade de **poliginia** (nunca de poliandria) é livre, sendo o número de esposas ditado por razões econômicas que se medem pela grandeza do patrimônio a gerir.

O **casamento tradicional banto**, chamado em Angola “**alambamento**”, difere muito do casamento institucional europeu. Antes de mais, trata-se dum contrato ajustado não entre os nubentes, mas, sim, entre as respectivas famílias de progenitores. O contrato assemelha-se a uma compra e venda, embora muitos antropólogos considerem simplista esta caracterização, dadas as suas especificidades contratuais, entre os quais avulta o facto de a esposa, ao ser transferida da esfera de disponibilidade duma família para outra, não o ser propriamente como esposa, mas, sim, como mãe potencial (e como trabalhadora certa). Assemelha-se, em certos aspectos, a uma compra sob condição resolutiva de infertilidade.

O **preço do alambamento**, pago à família da mulher, assemelha-se ao **dote** na sua configuração original na sociedade europeia. No caso da infertilidade ou morte, o marido tem o direito à substituição da esposa (por uma irmã desta ou nora do pai desta) ou à devolução do preço do alambamento.

Este preço pode consistir em bens fungíveis agrícolas, cabeças de gado, peças de vestuário, alimentos, bebidas ou outros bens, duradouros ou consumíveis, pré-determináveis em espécie e em medida (consoante a região, a família da esposa e outros fatores). A mulher, vista como produtora do trabalho e como potencial geradora de produtores de trabalho, **é um bem** no sentido econômico do termo. A sua transferência da sua família de origem para a esfera vital do marido é uma **atribuição patrimonial** em sentido econômico e, por isso, deve esta ter uma contrapartida, que supra o vazio patrimonial deixado com a sua transferência. O **reequilíbrio econômico** é, ainda aqui, ditado por uma preocupação de **sobrevivência familiar**.

O **adultério** não é punido nem importa qualquer estigma, podendo eventualmente ser motivo de divórcio, com conseqüente devolução do preço do alambamento ao marido. Se o adultério se traduzir em **nascimento dum filho**, o filho adúltero será visto como uma **mais-valia**, porque aumenta a prazo a capacidade produtiva do agregado a que o filho passa a pertencer e/ou assegura a cadeia sucessória que faz jus aos antepassados. Para o progenitor adúltero o nascimento é uma desgraça, porque o filho não será reconhecido como seu e vai enriquecer econômica e espiritualmente a família a que pertence a progenitora adúltera, e não a família do próprio progenitor masculino.

A mulher virgem (“rectius”: não desvirginada ritualmente) é considerada impura porque, não tendo sido ritualizada a sua entrada na puberdade, não tem antepassados que a dignifiquem nem é reconhecida juridicamente como uma pessoa. Nenhum homem, pois, se expõe a ter relações com uma mulher virgem.

O crime mais grave é o **homicídio**. Em certos sobados ainda hoje se usam **ordálios** de infusões tóxicas que são dadas a beber a todos os adultos, vistos como objectivamente suspeitos, que não pertençam aos órgãos da hierarquia tribal. São ordálios diferentes dos da Europa medieval e dos da antiguidade (por exemplo, os

conhecidos através das leis assírias e do Código de Hamurabi). Os ordálios angolanos – ao contrário dos euro-medievais (chamados também juízos de Deus), que eram totalmente aleatórios, quando não manipulados pelo ministrador – obedecem, aparentemente, a um mecanismo psicossomático que os torna tendencialmente certos na descoberta do culpado, vítima muitas vezes mortal do agente tóxico ingerido. O efeito deste ordálio tóxico dependerá do modo, expedito ou lento da sua ingestão – no primeiro caso (quando o suspeito se sente inocente e não receia o ordálio), o estômago rejeita o líquido pelo vômito; no segundo (quando o suspeito se sente culpado e receia o ordálio), o estômago conserva o veneno e passa-o para a corrente sanguínea.

Quando o culpado é confesso ou sobrevive ao ordálio, a **pena** consiste em deslocar o homicida para a esfera de produtividade da vítima do homicídio, de forma a compensar a família deste em força de trabalho. O vazio econômico deixado pelo morto é tendencialmente compensado com o do seu homicida, que fica na nova família com um estatuto análogo ao dum escravo, perdendo os antepassados da família que perdeu e não se ligando aos antepassados da família que passou a servir. Transforma-se num pária, em situação de morte civil, com a acrescida pena espiritual de perda dos antepassados.

Nas **audiências de julgamento** o soba faz de juiz, o conselho de anciãos de júri (só consultivo) e dois membros do sobado fazem “*ad hoc*” de advogados das partes. O julgamento processa-se com garantismo máximo e celeridade mínima. A exaustão das partes no exercício do direito de alegar e instar determina o fim da audiência.

A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE CAXAMBU

Paulo Paranhos - Cadeira nº 26

Patrono: Polycarpo Viotti

No limiar do século XX Caxambu adquiriu foros de município, mais precisamente no dia 16 de setembro de 1901. É bem verdade que um pouco antes, em 14 de setembro de 1891, já não era mais um arraial ou um povoado e sim um distrito de Baependi e dali para a emancipação política seria questão de tempo e de perseverança de homens importantes como o Dr. Polycarpo Rodrigues Viotti, o conselheiro Mayrink, o comerciante Costa Guedes, o major Penha e Praxedes da Costa, um obstinado jornalista na causa da emancipação de Caxambu e que, em 1896, como presidente do então Conselho Distrital, externou que *os distritos organizados como estão, não podem continuar acorrentados à tutela de um poder central, precisam impor-se pela independência, governar-se livremente, ocupando perante o município a mesma posição que este ocupa perante o Estado*¹. É partir desse seu entendimento que o conselheiro Mayrink e outros cidadãos, no dia 2 de abril de 1901, redigiram uma representação popular ao então Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, pleiteando a autonomia administrativa e a criação da Vila de Caxambu.

Assim, na data acima citada foi criada a Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Caxambu, desmembrada do município de Baependi, passando então a ter dois distritos: o da sede e o de Soledade. No entanto, diferentemente do que muitos pensam, Caxambu ainda não teria um prefeito municipal e muito menos uma Câmara de Vereadores. Na realidade, de acordo com a lei, o município só seria efetivamente instalado quando existissem edifícios públicos para a Câmara e para uma escola pública, com a capacidade e condições requeridas para os fins a que seriam destinados. Assim, o até então Conselho Distrital começou a trabalhar nisso e chegou-se ao dia 2 de dezembro quando foi eleita a primeira Câmara de Vereadores do município, da qual participaram os seguintes vereadores: José Paschoal Ribeiro, Alexandre Francisco Pinto, José Penha de Andrade, José Maria

Brochado, José Maria da Costa Guedes, Domingos Francisco Pinto, Domiciano Nogueira Noronha Sá, Henrique de Almeida Leite Guimarães. Infelizmente o senhor José Penha de Andrade logo adiante faleceu e em seu lugar assumiu o vereador Antônio Campos Martins.

Praxedes da Costa

Deve-se louvar, por questão de justiça, essa extraordinária figura que deu sustentação aos primeiros tempos do município: Praxedes da Costa. Em 1895, ele foi indicado ao cargo de presidente do Conselho Distrital e, segundo seus contemporâneos, o jornalista tinha um espírito de líder nato, abolicionista de primeira hora e incansável admirador da República. Ficaria no cargo até o ano de 1898. Mantinha o jornal *Correio do Povo*, importante veículo de comunicação na época e que servia para a informação dos habitantes da freguesia. A educação no interior era uma de suas grandes preocupações, tanto é que é desse tempo a criação do primeiro colégio no bairro dos Vicentes. Deu-se também especial atenção ao calçamento e à iluminação das ruas (ainda a querosene), procurando dotar, inclusive, a zona urbana de condições mínimas de higiene, água potável e esgoto. Em uma de suas proposições à Câmara Municipal de Baependi, Praxedes da Costa informava que *os melhoramentos pretendidos para Caxambu salientam-se entre todos que a população reclama; deles depende a saúde pública, depende o saneamento da povoação de Caxambu, sede do mais rendoso distrito do município*². E reforçou que há anos *dedicava todos os seus esforços à propaganda dos benefícios que Caxambu reclamava, sem aspirar outras vantagens senão as que resultassem no bem do povo*³, como o faziam ele e outros mais, sempre obedecendo ao cumprimento do dever.

Na realidade, os administradores sempre esbarravam em embaraços que somente a tenacidade deles conseguia vencer. Foi o caso de Praxedes da Costa, que lutava pelos melhoramentos da freguesia e não cedia ante as adversidades e compreendia como poucos que os obstáculos à época, no caso de Caxambu, existiam por falta da autonomia administrativa do distrito, cujas resoluções dependiam da aprovação de Baependi. Em seu conselho havia cidadãos

importantes, assim como Francisco Rodrigues Gouveia, Pedro Meirelles de Barros e Martinho Cândido Vieira Lício. Além destes, apareciam os nomes de Venâncio da Rocha Figueiredo, como engenheiro distrital; José Ricardo Barbosa, como fiscal de Caxambu e Manoel Fernandes Moreira, como fiscal de Soledade.

Foi por essa visão de administrador que Praxedes da Costa chegou ao cargo de Agente Executivo de Caxambu, o que hoje conhecemos como prefeito municipal. Então, cumpridas as exigências legais, Caxambu, emancipada em 16 de setembro de 1901, teve sua municipalidade instalada no dia 2 de janeiro do ano seguinte. Praxedes da Costa, por ser o presidente da recém-criada Câmara de Vereadores, foi nomeado Agente Executivo, para exercício até o ano de 1904.

O Agente Executivo

Relativamente à ação do Agente Executivo, cabem alguns esclarecimentos: de acordo com a lei ele presidia a Câmara de Vereadores, além de administrar os bens adquiridos pelo município, exercia e fazia cumprir as deliberações do conselho municipal e outros serviços de interesse público. Até a sua emancipação, conforme assinalado, Caxambu era administrada por um Conselho Distrital, sob a tutela da Câmara Municipal de Baependi. Esse conselho era composto de 3 cidadãos e tinha a responsabilidade direta nos destinos da então freguesia.

Praxedes da Costa, o Agente Executivo municipal, licenciou-se do cargo em 15 de setembro de 1903 por motivo de saúde e foi substituído no cargo por Alexandre Francisco Pinto, um dos vereadores municipais, que cumpriria o mandato até o ano seguinte. Nesse mesmo ano de 1903, lei do governo de Minas Gerais criou uma nova modalidade para as cidades que eram consideradas estâncias hidrominerais e, por esse motivo, seria implantada em Caxambu a prefeitura municipal em 2 de janeiro de 1905, administrada diretamente pelo governo do Estado, sendo para ali indicado um prefeito municipal, recaindo pioneiramente no Dr. Américo de Macedo a nobre função, tendo tomado posse somente no dia 17 de julho, mantido Alexandre Francisco Pinto como interino até aquela data.

Américo de Macedo e a prefeitura municipal

Américo de Macedo nasceu em Paracatu, no dia 20 de março de 1864, filho de Alexandre Lourenço de Macedo e de Regosina de Macedo. Coursou Humanidades no Colégio Aquino, na cidade do Rio de Janeiro, formando-se em Engenharia pela Politécnica do Rio de Janeiro no ano de 1886. Trabalhou na construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, no trecho localizado na Serra da Mantiqueira. Posteriormente, prestou serviços à Estrada de Ferro Sapucaí, a mesma que chegou em Caxambu em 1891. Além de suas incursões na engenharia ferroviária, também participou da comissão organizadora da construção da cidade de Belo Horizonte.

O Dr. Américo de Macedo foi eleito deputado estadual para o período de 1903 a 1906, renunciando em 1905, ocasião em que foi convidado pelo então presidente do Estado para assumir a prefeitura municipal de Caxambu, ficando no cargo até o final do ano de 1909. O governo liberou, por ocasião de seu mandato, 500 contos de réis para a realização de melhorias no município; assim iniciaram-se as obras de saneamento básico da cidade que era o que mais se precisava na época, além do calçamento público, energia elétrica, água tratada, ou seja, toda uma infraestrutura básica e necessária para uma cidade que começava a atrair grandes levas de turistas das mais diversas partes do país, dadas as propriedades medicinais de suas águas minerais.

Américo de Macedo também enfrentou em seu governo uma violenta epidemia de varíola. Os doentes foram isolados em chácaras fora da cidade, sendo que a principal delas era de propriedade de Francisco Rodrigues Gouveia e passou a ser conhecida como “Lazareto”.

Sobre a emancipação político-administrativa

Uma discussão que se fez ao longo do tempo na cidade diz respeito à verdadeira data de emancipação do município. A indagação é se não se deveria comemorar a sua data em 18 de setembro, pois foi nesse dia e mês do ano de 1915 que se deu a Caxambu os foros de cidade. Qual seria o certo? Realmente muita gente confunde não só as datas como também o que seja freguesia, vila, município

e cidade. A coisa realmente é meio complicada, e para isso socorremo-nos de algumas obras que tratam do assunto, e verificamos que um município pode se iniciar em um povoado que se formou devido às mais diversas condições; no caso de Caxambu, a presença das águas minerais, que foram descobertas no início do século XIX, foi decisiva para que ali se formasse um povoado no entorno das fontes que começavam a ser captadas por gente vinda de Baependi.

Esse primeiro assentamento humano, que efetivamente ocorreu com a participação decisiva de homens como João Constantino, Oliveira Mafra, Teixeira Leal e José Nogueira, com o tempo, e dadas as condições de vida existentes, atraiu pessoas interessadas nos benefícios que as águas minerais traziam. Gente, inclusive, do alto escalão do governo imperial, não fosse a mais importante visita a da Princesa Isabel e seu esposo, o Conde D'Eu, em 1868. Assim, a tendência do povoado era crescer. Ainda que lhe faltassem muitos recursos, não restam dúvidas de que avançou em termos de crescimento populacional, despertando, também, a atenção de comerciantes – na sua maior parte hoteleiros – com a tendência, conforme dito, do crescimento do povoado, tornando-se uma freguesia e, posteriormente, uma vila, e aqui não deve ser esquecido, conforme consignamos anteriormente, o nome do conselheiro Mayrink, um dos que mais pugnaram para a emancipação de Caxambu. Com as modificações que se sucederiam, principalmente saneamento, água potável e luz elétrica, a vila cresceria, transformando-se em uma cidade.

Obras de Direito Administrativo, principalmente aquelas da lavra de grandes mestres, como o Prof. Dr. Marcello Caetano, informam melhor sobre o assunto e assim é que verificamos que no Brasil colônia a freguesia era exatamente o mesmo que em Portugal: *A freguesia é um agregado de base territorial, imposto por necessárias relações de vizinhança e podem ser urbanas e rurais, sendo que a freguesia urbana é uma simples divisão traçada com intuítos predominantemente administrativos, com escassos meios de ação, que vão desenvolvendo modestas atividades de interesse social*⁴.

No caso de Caxambu, dadas essas “atividades de interesse social”, a Lei provincial nº 2.157, de 16 de novembro de 1875, deu-lhe a primazia de Freguesia

das Águas de Caxambu, por apresentar características próprias que a definiam como tal. A freguesia adquiria a sua autonomia político-administrativa, constituindo-se, nesse caso, um conselho distrital composto de três membros, com autoridade outorgada pela Câmara de Baependi, a quem ainda estava subordinada a freguesia e a quem competia a responsabilidade direta na sua administração.

É verdade que na maior parte das vezes usamos a palavra cidade como sinônimo de município. Na realidade, não significam a mesma coisa, pois o município compreende tanto a cidade, que é a área urbana, como o campo, que é a sua zona rural. Essa formação administrativa implantada no Brasil também tem a sua fundamentação no sistema português. Por isto, hoje, equivocadamente, muitos municípios criados na colônia e no império comemoram o dia da sua fundação como sendo aquele em que foram elevados à categoria de cidade, o que é incorreto, pois na realidade alcançaram autonomia política no dia da criação da vila. E este é o caso em questão: Caxambu foi emancipada de Baependi em 16 de setembro de 1901, por força da Lei nº 319, tendo os foros de município e vila. O título de cidade, por essa época, era muito mais honorífico e pouco acrescentava em termos de organização política e administrativa.

Notas

1. Citado por Lysandro Guimarães, in: Caxambu, p. 13.
2. Idem.
3. Idem, p. 14.
4. *Manual de Direito Administrativo*, p. 204.

Referências

- CAETANO, Marcello. *Manual de Direito Administrativo*. Coimbra: 1947.
- GUIMARÃES, Lysandro Carneiro. *Caxambu (1894-1905)*. Caxambu: 1955.
- MONAT, Henrique. *Caxambu*. Rio de Janeiro: Luiz Macedo, 1894.
- PARANHOS, Paulo. *História de Caxambu para jovens (e adultos também)*. Rio de Janeiro: Letras & Versos, 2015.

ORIGEM DO BRASILEIRO

Ronaldo Vieira de Aguiar - Cadeira nº 21

Patrono: Bernardo Guimarães

Introdução

A origem do brasileiro é conhecida por todos nós. Sabemos que três grandes etnias fazem parte da formação do nosso povo. O Brasil já era habitado por milhares de tribos indígenas, quando aqui chegou Pedro Álvares Cabral com sua esquadra. As populações nativas viviam ainda na idade da pedra polida, andavam nus e usavam adereços. As línguas eram numerosas como o número de tribos. Este, então, é o primeiro braço da estrutura do brasileiro. Inicialmente, tentou-se a escravização do indígena, mas em poucas décadas foi substituída pela africana. Os nativos não estavam acostumados com o tipo de trabalho do colonizador europeu. Calcula-se, grosso modo, que aqui chegaram cerca de quatro milhões de escravos africanos, vindos de várias regiões da África. Dos indígenas, calcula-se que seu número seja de 3 milhões de seres. Resta falar sobre o europeu colonizador, foco principal do nosso estudo. Por mais incrível que possa parecer, é o mais mal estudado e desconhecido.

Para todos, o europeu colonizador é o português.

Porém se faz necessário salientar que numerosos povos habitavam a Península Ibérica. Quando da descoberta do Brasil, em 1500, prevalecia, na região, a Inquisição, cuja principal função era a luta contra as heresias e a mais prevalente era a judaica. Os judeus ibéricos, chamados sefarditas, faziam parte da região por muitos séculos, praticando seus hábitos, religião e costumes. Sefarad é o nome hebraico para a Ibéria.

O que aconteceu foi que esse povo desvalido se refugiou no Brasil. A primeira tentativa de colonização de nossas terras foi através do cristão-novo português, Fernando de Noronha. Por ser muito amigo de El Rei Manoel I, conseguiu autorização para dar início, em 1503, à colonização das novas terras. Veio comandando uma população de 400 cristãos-novos, acomodada em seis

navios. Chegou à ilha, logo chamada São João, mais tarde a famosa Ilha de Fernando de Noronha. O explorador deu início ao comércio do pau-brasil, tendo grande sucesso. Tanto que o contrato de arrendamento se renovou até 1515. O comércio nascente despertou a cobiça de nações europeias e a pirataria passou a imperar. A coroa portuguesa passou a ver a Terra de Santa Cruz com outros olhos. Fica registrada a importância do grande explorador na conquista do novo território, até então, terras do fim do mundo.

Este meu trabalho de pesquisa começou, quando eu, em minhas especulações, uni três acontecimentos históricos dos quais já tinha algum conhecimento: Inquisição, Sefarad e os sefarditas e o surgimento dos cristãos-novos. Jogando tudo no computador, caí num mundo imenso e desconhecido. Confesso a minha perplexidade. Em dado momento, descobro um historiador brasileiro: Flávio Mendes Carvalho. Estudioso e voltado à pesquisa de suas origens, descobriu sua origem judaica. Aprofundou-se, até que chegou à Torre de Tombo, edifício medieval português que abriga documentos da Inquisição. Manuseou milhares de documentos. Relacionou duzentos e onze sobrenomes brasileiros de origem judaica e por fim proclamou: O Brasil foi colonizado pelos sefarditas, judeus da Península Ibérica. Esta é uma afirmação inédita que trará uma nova visão da nossa história. Poucos portugueses aventuravam vir ao Brasil. Preferiam ir para as Índias ou então curtir as mordomias das terras lusitanas, onde gozavam de ampla liberdade,

Vou relacionar os principais sobrenomes sefarditas que tenho em mãos:

Letra A: Abreu, Afonso, Aguiar, Almeida, Alonso, Alvarenga, Amaral, Andrade, Antunes, Araújo, Ávila, Azevedo

Letra B: Barbosa, Barros, Bastos, Borges, Braga, Brandão, Brito

Letra C: Camargo, Campos, Cardoso, Carvalho, Carneiro, Castro, Coelho Cordeiro, Correa, Costa, Couto, Coutinho, Cruz, Cunha

Letra D: De Paula, Diniz, Domingues, Dourado, Duarte

Letra E: Esteves

Letra F: Falcão, Faria, Fernandes, Ferreira, Fonseca, Franco, Freire, Freitas, Furtado

Letra G: Gabriel, Galvão, Gama, Garcia, Gomes, Gonçalves, Guedes, Guerra

Letra H: Henrique, Henriques

Letra J: Jacinto, Jorge

Letra L: Lara, Leal, Leão, Lemos, Lima, Lopes, Lourenço, Lucena

Letra M: Macedo, Machado, Maia, Marcos, Morais, Martinez, Matos, Melo, Mendes, Mendonça, Menezes, Mercado, Mesquita, Miranda, Monteiro, Moreira, Moreno, Mota, Munhoz, Muniz

Letra N: Navarro, Netto, Neves, Nogueira, Nunes

Letra O: Oliveira

Letra P: Pacheco, Pais, Paiva, Paz, Peixoto, Penha, Pereira, Peres, Pessoa, Pimenta, Pimentel, Pinheiro, Porto, Peres, Pires, Porto, Prado

Letra R: Rabelo, Ramalho, Ramos, Rangel, Rego, Reis, Resende, Riba, Ribeiro, Rios, Rodrigues, Rosa, Ruiz

Letra S: Sá, Salgado, Salvador, Sampaio, Santos, Santiago, Saraiva, Serra, Silva, Silveira, Simão, Simões, Siqueira, Soares, Souza

Letra T: Tavares, Teixeira, Teles, Toledo, Torres, Trindade

Letra V: Vale, Vargas, Vaz, Veiga, Ventura, Vidal, Vieira, Vilela

Outros: Ximenes, Zamora, Zacarias, Zalazar

Perspectiva histórica

Vamos avaliar como e por que isto aconteceu. Como os judeus chegaram à Península Ibérica? A leva inicial aconteceu quando houve a primeira diáspora do povo hebreu de Israel. Nabucodonosor conquistou suas terras, 600 anos a.C., levando o povo para a Babilônia, como escravo. Uma parte conseguiu fugir e um destino preferido foi a Ibéria, conhecida como terra do fim do mundo (*finis terrae*). Era onde acabava o continente. Depois surgia o oceano imenso e intransponível. A palavra hebraica para “Fim de Mundo” é Sefarad. Daí, surge o adjetivo sefardita ou sefaradita. Na segunda diáspora, ocorrida quando os romanos expulsaram os judeus de Israel, a partir dos anos 70, terminando no ano 135, novamente a Península Ibérica acolheu a população expulsa em boa parte.

Até fins do século XV, os sefarditas viviam em relativa paz social. De 1450 a 1480, este povo alcançou grande projeção social, contribuindo de maneira decisiva para preencher os quadros de médicos, advogados, ministros, procuradores, mercadores, financistas, intelectuais, geógrafos, astrônomos. Era a população com o melhor grau de alfabetização e escolaridade.

Após 1480, as relações judaico-cristãs se deterioram. Em 1492, cria-se a Inquisição na Espanha sob o comando de Torquemada, do Rei Fernando e da Rainha Isabel. O objetivo principal da instituição era de combater as heresias, sendo a judaica a mais importante. Em 31 de março de 1492, os judeus são expulsos da Espanha, em número aproximado de 120.000 pessoas, e vão para Portugal. Ocorreu o casamento em terras lusitanas de D. Manuel I e Isabel, princesa espanhola, que tinha como preceptor o inquisidor Torquemada. Dessa forma, prevalecia a obrigatoriedade de expulsão de Portugal dos perseguidos. Contudo, algumas leis portuguesas foram criadas, na tentativa de assimilação dos expulsos. O filho do converso poderia receber sua parte da herança. Era proibido ao judeu deserdar seu filho por mudança de crença.

Em 1496, no mês de dezembro, o Rei D. Manuel I expediu o édito de expulsão dos judeus de Portugal, dando-lhes o prazo de dez meses, sob pena de morte, e confisco dos bens. Em 1497, novo decreto determinou que os filhos menores de 14 anos fossem tomados daqueles que optassem pelo desterro e distribuídos a famílias de confiança do Rei. A situação provocou desespero entre os candidatos ao desterro. Como ficar a família sem os filhos? Era uma tremenda manobra para a conversão. Houve caso de suicídio e de loucura, na população atingida.

Em outubro de 1497, a população hebraica aglomerada é obrigada a se batizar em praça pública. Aconteceu pancadaria geral aos resistentes. Os batizados agora não são mais judeus e sim cristãos-novos. Dessa forma, foi criada a nova expressão.

Colonização brasileira

Na colonização do Brasil, foram os cristãos-novos os primeiros a participar do imenso território descoberto. O primeiro colonizador, já mencionamos, foi Fernando de Noronha, de 1503 a 1515.

Antes de prosseguir, temos que falar sobre o descobrimento. Na esquadra cabralina, vieram muitos cristãos-novos. Dois deles se destacavam: João Faras, médico e astrólogo, descobriu a Constelação do Cruzeiro do Sul. Conhecido como Mestre João, era um cristão-novo que gozava do prestígio do Rei. O outro foi Gaspar da Gama. O sobrenome foi adotado em homenagem a Vasco da Gama. Na realidade, seu nome verdadeiro era Gaspar Lemos. Era um navegador poliglota que fora piloto de Vasco da Gama na descoberta das Índias.

Registra-se que o maior número de cristãos-novos veio para o Brasil. Outros participaram da colonização da América Latina. O Brasil, que já se chamara Terra dos Papagaios, depois Terra de Santa Cruz, agora adotava o nome de Brasil, em vista da grande movimentação do comércio do pau-brasil, graças ao dinamismo de Fernando de Noronha.

El Rei de Portugal, sabedor da cobiça que despertava a preciosa madeira, que além dela fornecia tinta vermelha, importante na indústria de tinturaria na Europa, organizou armadas de guarda-costas, sob o comando de Cristóvão Jacques, durante o período de 1516 a 1528. Os colonos sefarditas permaneciam na nova Terra. Faziam contatos com os navegantes exploradores e se entrosavam com a população indígena com grande êxito, por serem versados em línguas.

Eis que o Rei D. João III nomeia Martim Afonso de Souza para a primeira expedição colonizadora do novo país, em 1530. Aqui encontrou a figura lendária de João Ramalho, náufrago que se adaptou à vida indígena, casando com a filha do cacique da tribo. Muito se beneficiou Martim Afonso - Capitão-mor e Governador das Terras do Brasil com ajuda de João Ramalho. Em 2 anos, o capitão-mor cobriu todo o território desde o Amazonas até o Rio da Prata. As regiões que mais se desenvolveram foram a de Recife e a de São Vicente, sudeste.

Com meio caminho andado, El Rei criou as Capitânicas Hereditárias, dividindo o território em 14 capitânicas com 12 donatários. Por razões facilmente

explicáveis, as que tiveram melhor desenvolvimento foram as de Pernambuco e São Vicente. Dessa maneira, os colonos trazidos eram sempre os cristãos-novos. Aos portugueses, cristãos-velhos, a aventura não era interessante. Melhor seria comerciar com as Índias, lucrar com as especiarias ou então desfrutar das mordomias das terras lusas. Quando vinham, voltavam. Ficavam os sefarditas deserdados, ansiosos por liberdade. Assim se transformaram em hábeis colonizadores, no contato fácil com os índios, no domínio de línguas e na vontade de prosperar em terras brasileiras.

Em 1548 foi criado o primeiro Governo Geral, com sede na Bahia, com finalidade de coordenar o desempenho das capitânicas. Registra-se vinda dos jesuítas com destaque para o padre Anchieta, que lutou contra a instalação de tribunais da Inquisição no Brasil. Diga-se, de passagem, que o próprio Anchieta era descendente de judeus. Sua mãe era judia. Outro personagem importante que apareceu foi Caramuru, o diabo-velho, que se livrou de ser devorado pelos índios ao disparar um tiro e abater uma ave em pleno voo. Considerado um deus, salvou-se da condenação. O herói muito ajudou a Martim Afonso e ao primeiro governador, Tomé de Souza. João Ramalho, náufrago, casado com índia Bartira, colaborou igualmente. Este era um autêntico sefardita pelas características de sua história.

Foi no período de 1500 a 1570 que houve a melhor evolução dos cristãos-novos, deixando a marca registrada de fornecedor de pau-brasil e depois de grande produtor de cana-de-açúcar a partir da vinda de Martim Afonso de Souza. Em 1591, aconteceu no Brasil a visita da Inquisição no Brasil. Havia denúncia de práticas judaicas e de ritos. Vários cripto-judeus são presos. Bastava a simples delação secreta. Ao réu competia comprovar sua inocência. Não comprovada, vinham torturas e em última instância a condenação à pena capital pela fogueira.

Havia também a pena do uso do sambenito, veste que era uma espécie de capa com cruz amarela. Como arranjar emprego com tal veste? As casas eram vasculhadas à procura de qualquer símbolo judaico. Quem tivesse uma estrela de David ou Torá estava condenado. Os costumes também eram observados: o tipo de alimentação, o hábito da oração em família à tarde ao despontar da primeira estrela,

o hábito de acender velas, o costume de abençoar os filhos, a circuncisão, os hábitos higiênicos. O cripto-judeu passou a destruir tudo aquilo que pudesse comprometer-lo. Dessa forma, os vestígios da cultura judaica desapareceram da cultura brasileira e tudo foi jogado no esquecimento. Daí a razão de não se saber nada sobre esse tema. O brasileiro é um povo órfão. Nada sabe sobre seus ancestrais e costumes antigos. Durante quase 4 séculos, a opressão foi mantida, tempo suficiente para apagar qualquer vestígio de um povo adiantado e de cultura muito rica. Apesar de tudo, muitos costumes persistem até hoje:

- 1) Passar a mão na cabeça (acarinhar, perdoar)
- 2) Jurar pela alma de ente querido
- 3) Deus te crie
- 4) Varrer a casa da porta para dentro e fundo da casa
- 5) Passar mel na boca - agrado após a circuncisão
- 6) Massada (fortaleza destruída pelos romanos em 70 d.C.)
- 7) Lavar os mortos
- 8) Para o santo - derramar parte do cálice antes do beber
- 9) Punhado de terra no caixão antes de descer
- 10) Mesura - uma reverência antes de entrar numa casa
- 11) Carapuça - o réu punha carapuça quando culpado
- 12) Judiar - maltratar
- 13) Mesa com gaveta - esconder os hábitos alimentares
- 14) Lenda da verruga – apontar estrela dá verruga
- 15) Ficar a ver navios. Os judeus esperavam o navio para partir, mas foram batizados à força. Agora eram cristãos-novos
- 16) Sangrar uma galinha e enterrar o sangue em buraco

Podemos fazer outras especulações:

- 1) As casas, no período colonial, eram de cores azul e branco. O motivo oculto seria reproduzir as cores de Israel
- 2) A mesma indagação quanto à Bandeira Brasileira. Nela aparecem o azul e o branco

- 3) Temos também o losango na Bandeira. São 2 triângulos que se encontram pela base
- 4) De onde teria vindo o nome Brasil? Segundo novos pesquisadores, viria da palavra hebraica “Barzel” que significa “ferro”. Era o chamado pau-ferro, denso e mais pesado que a água, onde deixava cor avermelhada.
- 5) O Tupi-Guarani fora criado com o objetivo de o cristão-novo falar alguma coisa do hebraico, presente na nova língua criada por Anchieta. Nenhuma tribo falava o Tupi-Guarani. Os índios como os bandeirantes aprendiam a falar a língua. Para os indígenas, era mais fácil dominá-la do que o português. Anchieta usou termos mais comuns das principais tribos que conhecia.
- 6) Quem realmente dominava o Tupi-Guarani eram os bandeirantes e eles davam nome aos acidentes geográficos que descobriam. Não havia um índio de plantão para fazê-lo. Cada tribo falava uma língua diferente, ainda mais quando a distância era grande.

Volto a falar no trabalho desenvolvido pelo historiador Flávio Mendes de Carvalho. Foi ele que proclamou que o Brasil foi colonizado pelos cristãos-novos, os sefarditas, também chamados de anussim (forçados em hebraico) ou pejorativamente marranos (porcos em espanhol). Somos descendentes desse povo. A imensa maioria dos brasileiros quatrocentões, isto é, aqueles cujos ancestrais vieram de Portugal para o Brasil, no período de 1500 a 1900, são descendentes dos sefarditas, os judeus da Península Ibérica, inclusive os mestiços. O famoso geneticista brasileiro, Sérgio Pena, mostra, em seu trabalho sobre “O Genoma do brasileiro”, que 98% do cromossomo Y, obviamente de origem paterna, são do colonizador europeu. O DNA mitocondrial (feminino) é de 39% europeu, 33% indígena, 29% negro.

Na segunda diáspora judaica, na sétima década da era cristã, os hebreus fugiram para o sudoeste da Europa, dando origem aos judeus Asquenazitas, que se tornaram semelhantes aos eslavos e alemães. São os judeus que conhecemos pela imigração. Conhecemos vários deles e sabemos como são. Já os sefarditas têm

aspectos diferentes. São morenos, próximos dos árabes, com nariz inconfundível. Estão presentes na fisionomia de muitos brasileiros.

Somos dessa forma parentes dos antigos hebreus da Palestina. No Brasil foi criada a Abradjin (Associação Brasileira de Judeus da Inquisição) e em Belo Horizonte existe o Museu da Inquisição, no bairro Ouro Preto, na Pampulha, entidades criadas pelo rabino Marcelo Miranda Guimarães. Internacionalmente, existe em Portugal e na Espanha estrutura, alicerçada em decreto, que permite a obtenção de nacionalidade portuguesa ou espanhola à pessoa que consiga provar ser descendente de sefardita, expulso da Ibéria.

Processo de aniquilamento da ancestralidade:

- 1) Fragmentação da cultura; objetos e símbolos eram escondidos. Práticas secretas de hábitos alimentares como não comer carne de porco, não comer peixe de couro. Daí surgir uso da mesa de gaveta. O alimento era escondido quando chegava gente de fora. Hábitos religiosos como oração em família ao aparecer a primeira estrela. Não usar imagens.
- 2) As casas eram vasculhadas à procura de fragmentos da cultura judaica. A princípio estrela de David e a Torá eram escondidas e depois destruídas para maior segurança.
- 3) Os hábitos passaram a ser escondidos pelos pais no sentido de proteger a prole. Pouco a pouco os filhos iam esquecendo as tradições ou não chegavam a conhecê-las.
- 4) E por fim a negação da própria origem, culminando com o silêncio total quanto à ancestralidade.
- 5) Tudo isto posto em prática, durante quase quatro séculos, proporcionou o sepultamento de uma cultura.

Diante do exposto, resta uma afirmação que julgo verdadeira: somos parentes de Jesus, Maria e José. Temos também o mesmo DNA de Spinoza, grande filósofo holandês de família portuguesa sefardita.

PIO XII DEFENDEU OS JUDEUS, NÃO O NAZISMO!

Wagner Augusto Portugal - Cadeira nº 51

Patrono: Milton Soares Campos

Neste artigo, pretendemos demonstrar, com amplíssimas citações bibliográficas, que, ante a documentação existente, é praticamente impossível afirmar que o Papa Pio XII (1939-1958)¹ não tenha atuado em favor dos judeus perseguidos por Adolf Hitler, e tenha dado apoio ao Nazismo, como por longo tempo foi apregoado e ainda se apregoa em alguns setores sociais e acadêmicos.

O que se pode debater – e aqui também o fazemos em favor de Pio XII – é o modo como agiu aquele Pontífice: alguns julgam que atuou covardemente, pois deveria ter bradado ao mundo que o Nazismo era mau e perseguia os judeus; outros, por sua vez, julgam – e nos associamos a estes – que o Papa agiu corretamente, pois documentos da época demonstram que se o Papa tivesse condenado publicamente o nacional-socialismo teria causado, em vez de grande bem aos judeus, perseguição e mortandade ainda maior.

Esperamos que este artigo projete luz à figura do Papa Eugênio Maria Paccelli, um tanto mal compreendido, injustamente acusado, mas sabiamente reconhecido como defensor dos filhos de Abraão perseguidos, especialmente no decorrer da Segunda Guerra Mundial, tempo em que Paccelli já era Papa, com o nome de Pio XII.

Este artigo apresenta, portanto, extensos documentos demonstrando sua atuação em favor dos judeus, especialmente nos anos que coincidem com a Segunda Grande Guerra, de 1939 a 1945.

A defesa dos filhos de Abraão na palavra dos próprios judeus

As críticas ao Papa Pio XII não surgiram logo após a Guerra, mas treze anos depois por obra do dramaturgo alemão Rolf Hochhut, com a obra *Der Stellvertreter*, em português, *O Representante* ou *O Vigário*, o que bem parece

demonstrar mais uma campanha publicitária contra aquele Pontífice e contra a Igreja, por consequência, do que a narrativa de fatos históricos fidedignos.

Importa aqui propor dois detalhes importantes, sendo o primeiro uma síntese da peça teatral e o segundo alguns agradecimentos de autoridades ou personalidades judaicas ao Papa Pio XII, logo após o término da Guerra ou depois de sua morte, como reconhecimento de tudo o que ele fez em favor dos filhos e filhas de Abraão.

Síntese crítica da peça: “Aos 20 de fevereiro de 1963, o teatro popular de Berlim-Oeste dava estreia à obra de Rolf Hochhuth intitulada ‘Der Stellvertreter’, peça posta em cena por Erwin Piscator, famoso técnico que já contava cerca de cinquenta anos de serviço no teatro alemão. Ao mesmo tempo era publicado o respectivo enredo em livro da Editora ‘Rowohlt’, de Hamburgo”.

“Tal enredo referia-se à perseguição movida contra os judeus pelo governo nacional-socialista. Corria o ano de 1943... Aconteceu então que um jovem sacerdote jesuíta, o Pe. Riccardo Fontana, é avisado por um oficial da SS (‘Schutzstaffel’, tropa de defesa) alemão de que o governo nazista acabava de conceber um plano para exterminar por completo os judeus. Ardoroso como é, esse jovem religioso vai ter com o Papa Pio XII, pedindo-lhe que intervenha em favor dos israelitas mediante solene pronunciamento. Pio XII, porém, recusou-se a isto, procurando atender a interesses de sua política (“razões de Estado”). O Pe. Fontana retirou-se então, e resolveu tornar-se o representante (‘Stellvertreter’) da compaixão cristã junto aos judeus perseguidos, tomando sobre a sua batina a estrela amarela (distintivo então imposto aos israelitas) e internando-se com eles no campo de concentração de Auschwitz. Finalmente, aí veio a morrer. Tal é, sumariamente, a trama da peça.”

“Em uma palavra, ela significa severa crítica ao Papa Pio XII, que é apresentado como o chefe de uma instituição de interesses meramente terrestres, gélido e cobiçoso, aristocrático e destituído de atenção para com os sentimentos mais ternos do coração humanoⁱⁱ.”

Alguns reconhecimentos a Pio XII: “O testemunho mais eloquente é, sem dúvida, o do Grão-rabino de Roma Israele Zolli. Foi tão tocado pela incansável dedicação de Pio XII que se converteu ao Catolicismo, declarando: *A irradiante caridade do Papa debruça sobre todas as misérias provocadas pela guerra, sua bondade para com meus correligionários perseguidos foram para mim o furacão que varreu meus escrúpulos diante do tornar-me católico...*”

“Já no dia 29 de novembro de 1944, setenta judeus foragidos, embora marcados pelo sofrimento, bateram às portas do Vaticano para agradecer ao seu benfeitor.”

“Aos 9 de fevereiro de 1948, quarenta delegados de *United Jewifs Appeals* foram recebidos pelo Santo Padre, ao qual apresentaram seus agradecimentos.”

“Aos 26 de maio de 1955, 94 músicos judeus provenientes de quatorze países foram executar na presença de Pio XII a nona sinfonia de Beethoven ‘em agradecimento pela grandiosa obra humanitária realizada por Sua Santidade, a fim de salvar numerosos judeus durante a segunda guerra mundial’.”

“Todos são unânimes ao afirmarem a mesma coisa: Pinchas Lapide, Cônsul de Milão, o Dr. Saffran, a Agência judaica, Órgão do Sionismo Internacional, o Grão-Rabino Dr. Elio Toaf, o Grão-rabino da Itália, e até mesmo Albert Einstein, que declarou: *A Igreja Católica foi a única a protestar contra os assaltos hitleristas que violavam a liberdade.*”

“A Primeira-Ministra israelense Golda Meir declarou na ONU, por ocasião da morte de Pio XII, em 1958: *Compartilhamos a dor da humanidade pela morte de Sua Santidade Pio XII.. Pranteamos um grande servidor da paz e da caridade. Durante os dez anos de terror nazista, quando nosso povo sofreu espantoso martírio, a voz do Papa se ergueu para condenar os carrascos e para exprimir sua compaixão em relação às vítimas*ⁱⁱⁱ.”

Vê-se, assim que nenhum historiador sério pode ignorar esses dois fatos muito contrastantes: a crítica a Pio XII só ter surgido em 1963, portanto, treze anos após o término da Grande Guerra, e, muito antes, judeus de renome elogiarem os gestos de coragem e galhardia do Papa.

A ira de Hitler e do Nazismo contra Pio XII

O Papa Pio XII foi, conforme citam vários depoimentos fidedignos, mais de uma vez, ameaçado de ser sequestrado pelas forças do nacional-socialismo que ocupavam a Itália.

É um fato pouco conhecido do grande público, mas que, graças a ingentes pesquisas, têm vindo à tona e não podemos nos furtar a conhecê-lo. Eles projetam, no presente, luz sobre o passado sombrio que cercou os bastidores da Segunda Grande Guerra, na qual o Papa foi, então, acusado de ser filonazista.

Na realidade, porém, Pio XII era inimigo ferrenho daquela ideologia opressora que por ver nele um embaraço a seus projetos de conquistar o mundo e lhe impor a “raça ariana”, tentou sequestrá-lo e, quiçá, assassiná-lo, a fim de ter caminho livre para mais e melhor semear o terror pelo mundo todo.

Eis um relato recente sobre o referido sequestro do Papa: “Adolf Hitler tinha planejado sequestrar o Papa Pio XII em 1944 por sua postura contra o nazismo e colaboração com os judeus^{iv}. [...] se baseia no testemunho do ex-general da SS, Karl Friederich Otto Wolff”.

“Segundo o periódico, a informação de Wolff aparece em uma declaração escrita de 1972 que remonta ao processo de Nüremberg e que está entre os documentos do processo de beatificação de Pio XII.”

“O *L'Avvenire* sustenta que Wolff recebeu do *Führer* em pessoa a ordem de raptar o Papa Pio XII em maio de 1944, mês no qual o general nazista foi recebido pelo Pontífice.”

“A audiência foi realizada no dia 10 de maio de 1944 e nela o militar alemão, que secretamente se opunha ao plano de Hitler, teria advertido o Papa de suas intenções.”

“Para que demonstrasse sua sinceridade, Pio XII pediu a Wolff a libertação de dois condenados à morte, coisa que o ex-general fez em 3 de junho daquele ano, segundo o jornal.”

“O Pontífice deveria ser levado ao castelo de Lichtstein, em Wüttemberg, acrescenta o jornal, que fala sobre a existência de documentos que mostram que

desde 1941 havia no Vaticano preocupação com uma eventual ação nazista contra o Papa.”

“Alguns historiadores, como Andrea Tornielle, autor de *Pio XII, o Papa dos judeus*^v, já especularam anteriormente sobre a teoria de que Hitler pretendia deportar o Pontífice em represália a sua suposta ajuda aos judeus e apontavam que, entre outras coisas, foi a oposição de Wolff que o impediu^{vi}”.

É certo que Pio XII foi informado desse plano malévolo de Adolf Hitler e por isso – pensando no pior – deixou preparada uma Carta de Renúncia ao Papado. Dizia ele que, caso os soldados alemães invadissem o Palácio Apostólico, prenderiam o Cardeal Paccelli e não o Papa. Ele automaticamente deixaria de sê-lo, por livre e espontânea vontade, no momento da prisão. Pensava, com isso, caso fosse assassinado ou deportado, que a Igreja ficaria livre para escolher seu sucessor com o Conclave feito em um país neutro, talvez Portugal.

A razão pela qual o Papa optou pelo “silêncio diplomático”

D’Arcy Osborne, diplomata inglês, exerceu suas funções junto à Santa Sé até 1947, ano de sua aposentadoria e testemunha que se o Papa Pio XII fizesse um solene pronunciamento frente ao nacional-socialismo teria colocado tudo a perder. São suas palavras: “A afirmação de que Pio XII se calou para salvar os investimentos do Vaticano é coisa absurda que deve ser varrida. Quanto à denúncia central do livro *O Vigário*, de Huchhut, segundo a qual o Papa não levantou a voz enquanto os judeus de Roma eram detidos debaixo dos seus olhos, digo-lhe o seguinte: um Papa que naquele momento se pusesse a gritar, seria totalmente irresponsável. Havia ainda cinco ou seis mil judeus escondidos em Roma; era preciso evitar que as detenções continuassem e que a Gestapo^{vii} se apoderasse dos mosteiros. O silêncio do Papa ainda possibilitava a chance de que toda aquela gente não fosse encontrada e um ou outro conseguisse escapar. Entrementes, Pio XII tudo fez que estivesse ao seu alcance, trabalhou de maneira concreta e obteve que muitos judeus fossem postos em liberdade. Em suma, da minha parte eu o absolvo. E, veja bem, não escrevi meu livro com a finalidade de chegar a este resultado, mas

apenas no intuito de facilitar a compreensão dos dramas da segunda guerra mundial^{viii}.”

Mais outro relato reforça o depoimento do diplomata Osborne: “É com horror que nos lembramos daquela manhã de agosto de 1942, quando os jornais, com grandes manchetes, trouxeram horríveis notícias: o protesto oficial dos Bispos holandeses contra a desumana perseguição aos judeus movera Hitler a mandar prender de noite 40.000 judeus e a ordenar a sua morte. Entre eles se encontrava a célebre filósofa e carmelita Edith Stein, cujo itinerário de vida Pio XII acompanhara com muita simpatia. – Os jornais da manhã foram levados ao escritório do Santo Padre, que se aprestava para dar audiências. Apenas leu os títulos e tornou-se branco como um lençol. De volta das audiências (já eram 13 horas, momento de almoçar), antes de passar para a sala das refeições, o Santo Padre tendo na mão duas grandes folhas cobertas de densa escrita, foi à cozinha (onde havia a possibilidade de mandar queimar a alguma coisa) e disse: ‘Desejo queimar estas folhas; são o meu protesto contra a horrenda perseguição aos judeus. Este texto deveria ser publicado em *L’Osservatore Romano* desta tarde. Mas, se a carta dos Bispos holandeses custou 40.000 vidas humanas, o meu protesto poderia custar talvez 200.000. Não devo nem posso assumir esta responsabilidade. Por isto é melhor que em público eu me cale e que faça em silêncio, como antes, tudo o que seja possível fazer em favor desse pobre povo’.”

“– Santo Padre, tomei a liberdade de objetar, não seria pena queimar o que V. Santidade assim preparou? Poderão precisar disso um dia!”

“– Eu também pensei nisso, respondeu Pio XII, mas se, como sempre estão a repetir, entrarem aqui por força e encontrarem estas folhas (o meu protesto está redigido em tom muito mais incisivo do que o protesto holandês), que farão dos católicos e dos judeus sob a espada alemã? Não; é melhor destruí-lo.”

“O Santo Padre esperou, para deixar a cozinha, que as duas grandes folhas estivessem completamente queimadas...”

“Hitler estava decidido, como evidencia a sua intervenção na Holanda, a realizar o extermínio dos judeus com um cinismo que os protestos só tornavam

mais brutal. As próprias vítimas da perseguição não cessavam de conjurar o Santo Padre para que só as ajudasse secretamente^{ix}.”

Eis as sábias, angustiantes e ponderadas razões para que o Papa Pio XII agisse como agiu, ou seja, com firmeza e determinação, mas no silêncio diplomático e caridoso, pois sabia que a elevação de sua voz traria maior atrocidade aos perseguidos.

Conclusão

Nos dias de hoje parece fácil julgar Pio XII à moda de um mero torcedor que da arquibancada ou do sofá de sua sala julga impiedosamente um jogador por não ter feito o gol da vitória de seu time preferido. Como espectador e julgador ninguém erra.

Na realidade, contudo, as coisas mudam. É preciso, se desejamos ser imparciais em um julgamento, que nos transportemos para o ambiente em que os fatos ocorreram buscando viver mentalmente todas as suas circunstâncias com atenuantes e agravantes.

Cremos, com esse espírito crítico, ter tomado a posição de defesa do Papa Pio XII ante as evidências de provas amplamente citadas no decorrer deste artigo. Fizemo-lo com a convicção de que a atitude do Santo Padre naquele momento crucial não poderia ter sido outra, ainda que contra ele pesem acusações ferrenhas de quem julga os fatos de fora e não de dentro, como é o caso do diplomata britânico e dos judeus que tudo acompanharam muito de perto.

Notas

i. Rubert, Arlindo. *Tudo sobre os Papas*. Porto Alegre: Est, 2003.

ii. *Pergunte e Responderemos* n. 72, dezembro de 1963, p. 467-476 e n. 434, julho de 1998, p. 290-302.

iii. *Pergunte e Responderemos* n. 461, outubro de 2000, p. 480.

iv. *L'Avvenire*, edição de 15/01/2005 *apud* Pergunte e Responderemos n. 515, maio de 2005, p. 233.

v. Torielli, Andrea. *Pio XII: o Papa dos judeus*. São Paulo: Civilização, 2002.

vi. *Pergunte e Responderemos* n. 515, maio de 2005, p. 233.

vii. Polícia alemã.

viii. *Pergunte e Responderemos* n. 305, outubro de 1987, p. 434-446.

ix. *Idem*.

A PIRÂMIDE INVERTIDA

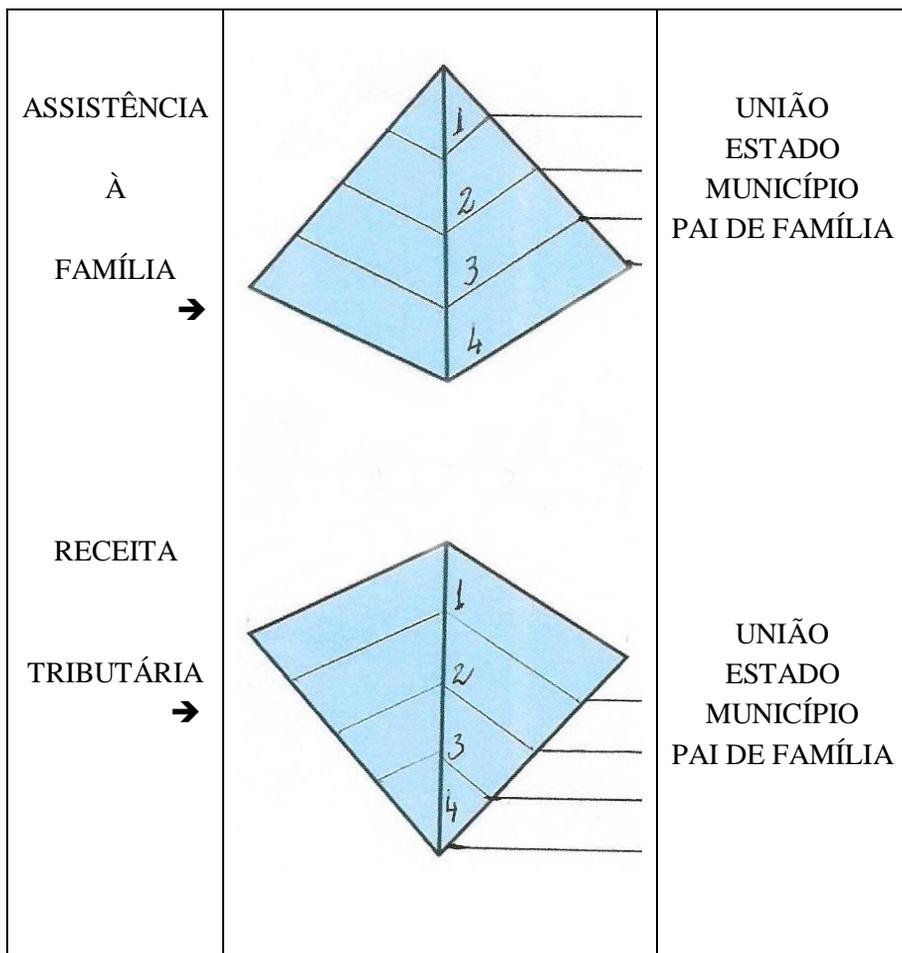
Walter G. Taveira - Cadeira 23
Patrono: Augusto de Lima Junior

Há pouco mais de um ano um amigo escreveu-me solicitando orientação para uma monografia relacionada com a conclusão de um curso de pós-graduação em Administração Pública. Ele pesquisava formas de apoio econômico aos cidadãos de um município pelo Governo Municipal, especificamente focalizando preferências de compras do poder público junto ao comércio local. Senti que não podia ajudá-lo naquele enfoque porque disto ele sabia muito mais do que eu. Lembrei-me então do Princípio de Subsidiariedade, uma das bandeiras defendidas pela Monarquia-Parlamentarista, talvez a principal delas, cujo propósito é reconhecer a Família como foco principal de atenção dos governos. Ouvi exposição sobre esse princípio, pelo menos duas vezes, do próprio Príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, em suas visitas a Belo Horizonte. Segue abaixo, nos itens 1 a 4, as orientações que transmiti ao referido amigo:

1 - A administração de um povo, segundo a tradição milenar da sociedade, se apoia numa hierarquia de responsabilidades, aproximadamente como a figura de uma pirâmide. O foco é sempre na família, ou seja, há que se preocupar com o bem-estar da família. A primeira responsabilidade disto é do Chefe de Família (a base da pirâmide). Mas o Chefe de Família tem suas limitações e não pode fazer tudo.

2 - Aí então assume o Poder Municipal. É da responsabilidade da Administração Municipal prover o bem-estar das famílias do município, naquilo que escapa das possibilidades do Chefe de Família de fazê-lo. Mas o Poder Municipal tem também suas limitações.

Situação atual do Brasil



3 – Agora é a vez de se definir a responsabilidade do Estado (ou da Província). Tudo que escapa das possibilidades do Chefe de Família e do Poder Municipal com o objetivo de prover o bem-estar das famílias é de responsabilidade do Poder do Estado (ou da Província). Mas o Estado (ou Província) tem também suas limitações.

4 – Finalmente, o pouco que resta, depois de assumidas as responsabilidades do Chefe de Família, do Poder Municipal e do Poder Estadual (ou Provincial), é da responsabilidade do Governo Federal (o topo da pirâmide).

Dos cem por cento dos impostos pagos pela população não mais que 8 ou 10% ficam no município. Ora, no Brasil a pirâmide de arrecadação está invertida. As dimensões do que deveria ser o topo da pirâmide são imensas, de fato do tamanho do que deveria ser a base dela. Não há milagre que consiga manter o equilíbrio de uma pirâmide invertida, a menos que se remova a força de gravidade do sistema. Essa inversão da pirâmide é o que se percebe no Brasil, as famílias permanecem literalmente desassistidas em todas as interfaces da vida em comunidade, com o governo federal distribuindo disfarçadas esmolas para um minúsculo universo da população, ato esse acompanhado de uma gigantesca publicidade demagógica.

A concentração das compras públicas no comércio e na indústria do município pode ser uma contribuição do Poder Municipal de grande impacto na comunidade, que independe do Governo Federal. É uma forma de estimular uma maior circulação de riquezas no âmbito da sociedade local. Mas isto é muito pouco do que deveria ser feito e jamais levará a Família Brasileira a usufruir do conforto, do bem-estar e do padrão de vida como se vê acontecer nos países do chamado primeiro mundo, como na Europa, no Canadá, nos EUA, na Austrália e na Nova Zelândia.

Os Poderes Municipal e Estadual não deveriam depender de socorro, ou de favores, do Poder Federal para prover o bem-estar das famílias. E quando o socorro

é prestado, é embuste, é demagogia perversa e impatriótica, é propaganda eleitoral. Basta que nos lembremos de que no Brasil um trabalhador de dois salários mínimos paga mais de 50% de sua renda em taxas e impostos indiretos e quase nada recebe. É a Família Brasileira cuidando do Governo, ou de uma enorme elite de famílias inadvertidamente escolhidas para receber benesses em forma de elevados salários e benefícios pecuniários, custeadas pelo contribuinte brasileiro, este vivendo como um pária da sociedade universal, consequência de uma inversão total de responsabilidades.

Cada vez que um Chefe de Família perceber carências em seu lar deve se lembrar da pirâmide invertida. Como seria bom se tivéssemos no país uma liderança disposta ao ato heroico de reverter a inversão da pirâmide!

O problema decorrente dessa concentração de arrecadação e dispêndio na esfera do Governo federal jamais, repito, jamais permitirá ao cidadão brasileiro ter, durante sua vida, o conforto, a segurança, a assistência à saúde, enfim, um padrão de vida pelo menos próximo do padrão de vida dos cidadãos de países como a Bélgica, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, a Alemanha, o Canadá, e outros, considerados do primeiro mundo. E não se percebe eficiência dos administradores da esfera federal, aquinhoadas com a maior parte da receita pública na defesa de seus cidadãos. O Brasil é imenso, tão imenso que depois de 195 anos de independência ainda não foi capaz de fazer este imenso território gerar renda para seus cidadãos. Será que devemos considerar essa imensidão como reserva de valor para usufruto das gerações futuras?

Parece-me que não, pois somos pressionados progressivamente para cuidar desse patrimônio em benefício da humanidade. A Amazônia, por exemplo, é hoje alardeadamente definida como Patrimônio Mundial da Humanidade. Mas todos sabemos que a nossa Receita Federal não encontrou ainda o apoio necessário para emitir o CPF de contribuintes de outras paragens, também beneficiários do “Pulmão do Mundo”. E não é só. Temos em situação análoga o Pantanal Mato-grossense, o Arquipélago de Fernando de Noronha, a Chapada Diamantina e muitas outras áreas privilegiadas da natureza, cujos custos de vigilância, administração e manutenção o cidadão brasileiro paga sozinho. Se contabilizarmos

tais custos para ratear com nossos parceiros internacionais temos um imenso crédito a receber das Nações Unidas, suficiente para isentar o brasileiro de tributos por pelo menos setenta anos. E passados os setenta anos pagaremos impostos como qualquer nação que assegure conforto pleno aos seus cidadãos, muito menos do que pagamos agora em relação às nossas rendas. É válido lembrar que esta é também a situação de nossos vizinhos sul-americanos, sócios do Brasil na propriedade da Amazônia.

A SOMBRA DO SANTO JOSÉ DE ANCHIETA

Wolmar Olympio Nogueira Borges - Cadeira nº 55

Patrono: Conselheiro Lafayette

O burel esgarçado sobreposto à poenta batina do Apóstolo dos Gentios, padre José de Anchieta, após sua morte, aos 9 de junho de 1597, na aldeia de Irirityba, às margens do rio Itabapuaana (ES), estendeu-se a dar sombra de espiritualidade e a agasalhar o Brasil. Esse frescor radioso, sobrepairando a incipiente nacionalidade, concorreu para retemperar a substância vital do povo caldeado nas três raças tristes, negra, indígena e ibérica, que aqui selaram seu destino.

Apóstolo do bem, realizador infatigável, o ilhéu espanhol Anchieta deu dignidade à colonização e legitimou, pelos efeitos da catequese, a conquista portuguesa. As suas excepcionais virtudes, a raiar a santidade, aliavam-se à dedicação que emprestava aos gentios, fator decisivo para o bom êxito da dignificante missão. A eloquência de sua palavra realçava, não a eficácia retumbante da retórica, mas a eficiência persuasiva do sentimento de pureza, a humildade que envolve corações, pois se aquela deslumbra, somente esta convence. Depreende-se que, na intimidade afetiva daquele Inaciano disciplinador típico, pertinaz, gotejavam as cristalinas ternuras da inspiração Franciscana.

Há 400 e tantos anos, exéquias de Anchieta - impressionantes pela singeleza poética e profundo significado - o esquife por sobre ombros humanos quinze léguas seguidas até a capela de São Tiago, dos jesuítas, em Vitória, no Espírito Santo, ao relento na solidão do Novo Mundo através de trilhas, planuras, florestas, sob a cadência do alegre alvoroço dos pássaros e do arrastar triste dos pés descalços de reverenciosos nativos, naquela catedral da natureza, iluminada pelo sol dos trópicos - significaram reconhecimento à preexcelência do morto, "um dos mais extraordinários homens do seu tempo", na opinião de Auguste de Saint Hilaire.

E, entre os dois extremos da comunidade iniciante - a destemperada insubmissão dos cristãos-novos, reinóis iconoclastas, degredados, contestadores da autoridade, mercadores ávidos pelo ouro, pelo fumo, pelo açúcar, pela ibirapitanga e a intolerante arremetida dos religiosos interferindo-se na vida política dos colonos a exigir leis severas por condenarem a preação de índios, a cupidez pelo dinheiro, a licenciosidade, a escravidão aviltante - refulgiam, no Apóstolo, os seus atributos de conciliador em defesa dos bons costumes, ascendência moral indisputada, mercê de uma filosofia de cunho prático que exercitava junto ao governo receptivo aos princípios da fé cristã. Inquebrantável fé, que o tornara senhor absoluto da dedicação a estimulá-lo a volver os olhos do sentimento para o futuro da nacionalidade.

Dignificá-lo constitui prova de amor à pátria. Haveremos de honrar tais instantes de nosso começo político, sem embargo de avivarmos os fastos como lições candentes do idealismo heroico!

Anchieta, o fidalgo frágil, esmirrado, prematuramente envelhecido pelo defeito de uma vértebra, olhos fulgurantes e com a doçura da santidade à mostra, tornou-se gigante pelo que empreendeu a bem do Estado do Brasil, ao formar caracteres aptos a viverem sob o império da justiça *Ad Majorem Dei Gloriam*. De comovente simplicidade é a sua informação prestada ao superior geral, seu primo Inácio de Loyola, - "aqui estamos, às vezes, mais de 20 dos nossos, numa barraquinha de caniço e barro, coberta de palha, longa 14 pés, larga 10. E isto a escola, a enfermaria, o dormitório, refeitório, cozinha, despensa", tanto quanto, da mais comovedora crueza é a sua constatação do perigo a afrontar, desafio que revitalizará, para futuro, suas energias santificantes - "as mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes, porque têm por honra dormir com os cristãos".

Entre meio a todas as adversidades, concretizou o acordo de Iperoig com os facinorosos Tamóios, tribo junto à qual viveu, na condição de refém, em cativo consentido, que se estendeu pelo espaço de cinco meses.

Os indígenas pacificados acoimaram-no de *paiê-guassu, o amarramão*, título que o agradava, e consciente da verdade, é ele quem reconhece, por carta aos seus superiores, "que os padres da Companhia são pais dos índios, assim das almas como dos corpos"

De que maneira julgar o surpreendente atestado de fragilidade física que dá Fernão Cardim a seu respeito, a não ser invocando os insondáveis mistérios da Providência Divina? - "O padre vinha de trás, a pé, com as abas na cinta, descalço, bem cansado; é este padre um santo de grande exemplo e oração, cheio de toda perfeição desprezador de si e do mundo, uma coluna grande desta província e tem feito grande cristandade e conservado um grande exemplo; de ordinário anda a pé, nem há retirá-lo de andar sendo muito enfermo. Enfim sua vida é *vere apostólica*".

Esplêndida constatação. Respeitavam-no pelo exemplo da castidade, pela renúncia que fazia à lascívia das índias, seduções a ele ofertadas e pelas lições bem-sucedidas de dedicação ao próximo, recheadas de valor moral. Tais métodos de ação catequética, edificantes, transformaram a penumbra da ignorância nativa em alvorada de luz redentora, aquecida pela fidelidade à verdade transcendente da crença que se sobrepunha vitoriosa ao meio inculto. Dir-se-á que o suor de seu ingente trabalho, sangue dos predestinados, regou o solo opulento e dadivoso, a dar maior vigor às raízes das virtudes que floresciam ao calor do novo mundo.

Não obstante as vicissitudes, o fascínio da sua própria personalidade deu-lhe condições para que ministrasse a pedagogia da *ratium studiorum* dos católicos, aliada à competência que transcendia a ambiência da nacionalidade emergente. Fundou escolas em Piratininga, Pernambuco Bahia, Espírito Santo. Poliglota, humanista, poeta e historiador, muito fez para o estudo da flora e da fauna brasílicas. Psicólogo ao lidar com os antropófagos, constatou, pelos efeitos, a cediça lógica pedagógica de captar a realidade do fenômeno e aplicar-lhe elementos de resolução prática para atingir o melhor resultado, a ponto de reconhecer que não haveria melhor pregação do que a "espada e a vara de ferro".

Desta maneira educou Tibiriçá, que se tornou cacique dos Goianás e, aos moldes de um líder destemeroso e aplicado pupilo, venceu Aimberê, o organizador da Confederação dos Tamoios.

Escreveu obras significativas à cultura pátria. Capistrano de Abreu afiança que, em 15 dias ele compôs a gramática da língua tupi. E o que dizer dos 4.172 versos do "Poema em Louvor da Virgem Nossa Senhora" escritos nas areias da praia de Iperoig, memorizados por ele? e cuja dedicatória amorosa vem temperada de singelos ardores e perenes afetos?

- "Eis, Mãe Santíssima, o Carmen que ofereci em teu louvor, vendo-me cercado de inimigos - quando, com a minha presença tranquilizava os Tamoios irritados, e, desarmado ajustava pazes com armados Bárbaros. Então, Tua bondade teve, com amor materno, cuidado em mim, e, à sombra de Teu amparo, vivi seguro em corpo e alma".

Porém, artífice de excelsas dedicações, a sua bondade tornou-se símbolo de concórdia, bandeira a tremular ao vento do heroísmo de uma autoridade reconhecida e admirada.

Marcos Almir Madeira, ilustre membro do IHGB e da ABL, definiu-lhe a trajetória com precisão: “- ...como escritor e homem de ação, seus feitos e obras indicam o feliz amálgama que brotou da própria diversidade de seus componentes étnicos. E terá sido o ecletismo das suas fontes originárias que, inspirando a humildade perante os valores contrários, lhe deu, enfim, a visão plural da inteligência e do destino da cultura, sem jamais perder de vista, é claro, a unidade moral do homem. Há quatro séculos de sua morte, ele aparece como genuíno precursor de uma educação dinâmica e daquele outro realismo - realismo de espírito que produziu a primeira escola integrativa, o primeiro projeto de educação "supletiva" e o primeiro teatro popular do Brasil. E justo louvar no mestre diferente o comunicador paladino, a escola comunicativa, ao ar livre, a comunicação expedita e corajosa entre raças, idades e vocações. E, reconheçamos: no fundo do tempo, Anchieta é uma claridade - uma expressão de atualidade consoladora", da mesma maneira que Joaquim Nabuco, em conferência, na São Paulo dos idos de 1897, soubera delinear a transcendente missão do Apóstolo dos Gentios: "Anchieta pertence a um calendário cujas biografias são todas as mesmas, cujo tom dominante é o da vida interior que se não vê; calendário, por assim dizer, anônimo, em oposição à glória que, esse, sim, é todo pessoal, a saber, o calendário dos

Santos, onde o único sucesso é a perfeição, onde a imortalidade se eclipsa, desaparece, na eternidade (...) Acreditais, se não fosse o catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente, que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná?"

Houve quem dissesse - o Brasil fora salvo com a centralização administrativa e com a chegada dos missionários jesuítas, da comitiva de Tomé de Souza - e, também, realçasse que o venerável Anchieta foi o "primeiro humanista da América e o primeiro americanista da humanidade".

A sua admirável figura então se confundirá com as tradições da nova pátria, tamanha a exponencialidade do valor civilizatório e do trabalho empreendido. Ele, Anchieta, como personalidade religiosa, foi, acima de tudo, o servidor de Cristo, mártir das mensagens e dos valores da civilização que representava. Isto, sem desmerecer a condição de homem, que professava os mandamentos cívicos da época, o zelo pelo futuro, ao almejar a paz social baseada nos princípios saudáveis da justiça, a fim de servirem de estrutura ao porvir da grande nação que fora chamada no berço, de Terra de Santa Cruz. Munífico e piedoso prelado, ou prudente e sábio cidadão, foi o caminheiro da liberdade e da independência social do Brasil.

Representante de ideias preconcebidas, taumaturgo atento às almas tornara-se estadista mercê da aptidão pessoal e do prestígio alçado aos níveis dos próprios dignitários da Coroa Portuguesa - evidência que se fazia realçada no seu modo de ser de homem harmonioso, a agir à porfia, mas sem alarde, no silêncio de uma dedicação muito devota e santificada.

Ora, tanto no recesso das escolas, no burburinho da vida colonial, ou ali, ao sopé esverdeado e ensombrado pelas alcandoradas fragas da Serra do Mar, santuário selvagem de Iperoig, onde o amor se transformou em bodas espirituais na cadência de intermináveis versos à Virgem Santíssima, escritos na areia, ao som do fluxo e refluxo do mar, que trazia, nas ondas, a sonora saudade de sua meninice esquecida no velho mundo - quanto, na mansuetude panorâmica da colina de São Lourenço, em Niterói, a cavaleiro da paisagem magnífica, imagem sublime do azul radioso, montanhas recortadas ao redor e emoldurando a baía de Guanabara,

majestoso cenário donde compõe os "Autos", Anchieta erguia a Deus suas preces e oferendas, frutos de seu trabalho.

Ele se destacava, pequenino, mas indômito, naquela vastidão da incomensurável abóbada no ápice da qual fulgiam, radiosas para o mundo, cinco estrelas - símbolo eterno da sua vida ascética e de sua pátria de adoção - o Cruzeiro do Sul!

Mas, já combalido por inúmeras atribulações, com 52 anos de idade, a pedido, padre José de Anchieta deixa de ser o 5º Provincial dos Jesuítas - e, do Rio de Janeiro, transfere-se para o Espírito Santo, aonde, às margens do rio Itabapuaana o surpreende a morte que, indiferente à humildade do pobrezinho, o levará à imortalidade histórica.

E, pela justiça dos homens, sagrou-se apóstolo no altar da pátria!

2ª SEÇÃO: DISCURSOS E PALESTRAS

2.1. DISCURSOS

LANÇAMENTO DA MEDALHA COMEMORATIVA

“70 ANOS DO MANIFESTO DOS MINEIROS”*

Marcos Henrique Caldeira Brant - Cadeira nº 59

Patrono: Marquês de Barbacena

É com satisfação que faço a apresentação técnica da medalha alusiva à efeméride dos “70 anos do Manifesto dos Mineiros” que estamos neste ano de 2013 a comemorar com uma série de eventos para marcar de forma indelével este acontecimento político, orgulho de todos nós mineiros e glória para a memória política de nosso Estado. Minas Gerais que por tradição sempre se manteve altaneira na defesa dos direitos e da liberdade não é outro que a bandeira dos inconfidentes tem dístico *Libertas quae sera tamen*.

O Instituto Histórico e Geográfico, Casa de João Pinheiro, o mais antigo órgão de cultura de Minas Gerais, e, portanto, o legítimo guardião da história mineira, cumprindo suas finalidades estatutárias, resolveu por bem positivar a data de 24 de outubro de 1943 do calendário nacional como marco de uma das fases da redemocratização do Brasil, produzindo uma peça metálica artística para eternizar este acontecimento.

Idealizamos, projetamos e coordenamos a produção da medalha. Optamos para um novo estilo de medalha de formato quadrado empregando o aço inox polido. Descartado o formato circunferência e a liga metálica zamac que há anos, por seu baixo custo, vem sendo utilizada na produção de medalhas, haja vista o grande custo dos metais nobres: do cobre, da prata e do ouro.

É de se acentuar a pronta receptividade do presidente Professor Wagner Colombarolli que, ouvida a diretoria, encampou prontamente a iniciativa para orgulho do Instituto, não correndo qualquer custo financeiro, pois adotou-se o sistema de parceria. O Instituto legitimou a medalha com a autoridade de seu nome e os parceiros financiaram a produção e distribuição. Para tanto, obtive o

* Discurso proferido em 26 de outubro de 2013.

patrocínio do IAMG - Instituto dos Advogados de Minas Gerais, na pessoa do Sr. Presidente Luiz Ricardo Gomes Aranha, e do JASA - José Anchieta Silva Advocacia. Obtendo, ainda, o apoio da Imprensa Oficial de Minas Gerais, na pessoa do seu dinâmico Diretor Eugênio Ferraz.

Pois bem, senhoras e senhores.

A tradição de produzir, cunhar medalhas é um meio importante de eternizar acontecimentos e personalidades, transmitindo para o futuro um testemunho indestrutível gravado no metal. Evocar fatos e personalidades homenageando assim valores não deixa de ser um veículo de informação e comunicação que perpetua a história de um povo. De modo que a medalha possui o poder de reviver na memória e na nossa consciência um vivo sentimento de orgulho de nossos feitos e antepassados e a fé da grandeza do amanhã.

A medalhística, um ramo da história que estuda as medalhas, estas podem ser classificadas basicamente como: condecorativa e comemorativa. A medalha emitida pelo Instituto Histórico e Geográfico, aqui tratada, é de caráter comemorativa. Ela não é honorífica, não objetiva agradecer por mérito a ninguém. Veja bem que a medalha por ser de caráter comemorativo não possui fita que a pende para ser ostentada. Ao contrário, destina-se a ser exposta em lugar de destaque.

Mas, o que se pretende, senhores, é distribuir a medalha como recordação de um acontecimento, de uma passagem significativa de nossa história social e política, ficando assim registrado numa peça metálica artística, informações fundamentais, que evocam a relevante efeméride do Manifesto dos Mineiros.

Para instituir a medalha o presidente desta Casa editou o Ato Normativo de número 01/2013, o qual disciplina em detalhes: sua forma, material utilizado, dimensões, peso, a técnica empregada na manufatura, o conteúdo, sua simbologia, número de unidades produzidas, o acondicionamento e o processo de distribuição.

Vejamos as características permanente e técnica da medalha.

A medalha é manufaturada em aço inox acabamento polido, e constituída de um polígono regular quadrado de 50 mm (cinquenta milímetros) com 1,6 mm

(um vírgula seis milímetros) de espessura e peso de 4g (quatro gramas) e imagens gravadas captadas pela técnica processo foto corrosão.

O Anverso da medalha contém: ao centro, atingindo as bordas do polígono regular quadrado em primeiro plano, reprodução de um triângulo equilátero em baixo relevo na cor cinza claro fosco. Sobrepondo a inscrição centralizada MANIFESTO DOS MINEIROS 70 ANOS em baixo-relevo na cor cinza claro fosco. Abaixo, centralizada a inscrição numérica 1943 hífen 2013, em baixo-relevo na cor cinza claro fosco.

O Reverso da medalha contém: encimada a inscrição: “DE MINAS GERAIS PARA O BRASIL”; embaixo a inscrição: “24 de OUTUBRO DE 1943”, em baixo-relevo na cor cinza claro fosco. Centralizada a inscrição: “Pela Restauração da Democracia” em baixo-relevo na cor cinza claro fosco. No centro inferior centralizada a inscrição: “INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS”, em baixo-relevo na cor cinza claro fosco. No canto inferior direito, na vertical, a numeração sequencial e o nome do fabricante Inoxmig, em baixo-relevo na cor cinza claro fosco.

A Simbologia da medalha. O tipo da medalha é representado por um polígono regular quadrado, denominado na heráldica e medalhística de tornês. A inscrição de um polígono regular, triângulo, equilátero com contorno duplo simboliza o triângulo da Santíssima Trindade que ostenta a bandeira oficial de Minas Gerais, conforme projetado pelos Inconfidentes em 1789. As referências aos 70 anos e as datas de 1943 e 2013 positivam e realçam a importante efeméride para a memória política mineira e que sempre merece ser cultuada e difundida pela vocação liberal que, desde o período colonial, está presente nos anseios do povo das alterosas.

O acondicionamento e edital da medalha. A medalha está finamente acondicionada em estojo personalizado, modelo quadrado com dimensões 100mm x 100mm, acabamento interno e externo em veludo, na cor vermelha, símbolo oficial de Minas Gerais e será acompanhada de edital que definirá suas características.

Foram produzidas somente 300 (trezentas) unidades da medalha comemorativa, todas numeradas em cardinal para melhor controle. A distribuição é dirigida às pessoas físicas e jurídicas, a cargo de uma comissão de três membros. Tudo será devidamente registrado em livro próprio com dados cadastrais para os Anais do Instituto.

A medalha será distribuída no decurso do ano celebrativo de 2013 e nos próximos anos, caso oportuno, por ato do Presidente do Instituto ou por seu representante designado, em cerimônia solene ou não, na sede do Instituto ou em outro local particular ou público.

Devido à pequena quantidade de medalha produzida e o rigoroso controle de sua distribuição em futuro próximo será colecionável e adquirirá lastro.

É esta, senhoras e senhores, a apresentação técnica da medalha comemorativa dos “70 anos do Manifesto dos Mineiros”.

Certamente, com esta iniciativa o Instituto encarnando sua autoridade e força cultural, restabelece uma antiga e nobre prática que há muito restava esquecida, qual seja: de emitir medalhas como recordação de acontecimentos ou homenagens a personalidades assim prestigiando nossa história.

SAUDAÇÃO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 58*

Mário de Lima Guerra - Cadeira nº 61

Patrono: Visconde de Abaeté

Nos idos de 1940 a 1950, o Bairro de Santa Efigênia, em Belo Horizonte, assemelhava-se às nossas cativantes pequenas cidades do interior. Todos se conheciam, as crianças brincavam pelas ruas, homens passavam a cavalo, havia carroças fazendo entregas e a vida se fazia em torno de quatro referências: o Quartel do 1º Batalhão da nossa gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais, a igreja de Santa Efigênia, o Cine “Santa Efigênia” e a Santa Casa de Misericórdia. Havia até uma estação ferroviária da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, denominada “Estação de Santa Efigênia”.

Na Praça do Quartel, a banda dos militares tocava seus dobrados e valsas no coreto *art-nouveau*, embalando a quietude das noites de sábado, enquanto meninas brincavam de roda e suas mães, assentadas nas cadeiras sobre os passeios, conversavam despreocupadas.

Na Avenida Brasil, esquina com a Rua Álvares Maciel, pertinho da igreja, ficava a padaria com quitandas saborosas e cheirosos pães e, ao lado, a barbearia do negro Imar. Do outro lado da Avenida, em frente à padaria, o bar e mercearia do português Balthazar com seus deliciosos pastéis, a pinga da roça e a Brahma sempre bem gelada. Bem perto dali, na Rua Manaus, nº 444, em uma casa de estilo moderno, arrojadíssimo para a época, morava o casal Dr. Aristides Salgado Guimarães, Médico e Coronel da Polícia Militar, e sua esposa, Dona Nancy Jones Salgado. O Dr. Aristides era de tradicional família de Ubá, com ancestrais na Prússia e na Galícia. Dona Nancy, novalimense, era filha de inglês e sua mãe, também filha de inglês, era mineira da família de Augusto de Lima. No Bairro de Santa Efigênia, nasceram e foram criados os oito filhos, do casal, cinco mulheres e três homens.

* Saudação proferida em 11 de junho de 2016.

O Coronel Médico, Chefe do Hospital Militar, Dr. Aristides, entre outros hobbies, possuía um rancho nas barrancas do Rio São Francisco, onde pescava; nas ruas do bairro de Santa Efigênia, gostava de andar a cavalo com os filhos menores; desfrutava a vida rural, em sua pequena fazenda, que chamava de “sítio”, a qual ficava em Bebedouro, em Pedro Leopoldo, divisa com a Jaguará. Dirigia sua caminhonete nas ainda bucólicas cercanias de Belo Horizonte e lá, pelos lados da Serra do Curral, descia da caminhonete e seguia a pé, normalmente acompanhado pelos filhos. Passava por barracões de gente mais humilde e, como médico, ia atendendo a consultas gratuitas, fornecendo medicamentos e, às vezes, quando era caso de crianças necessitando de tratamento prolongado, não se continha e as trazia consigo para tratá-la em sua própria casa, na Rua Manaus. Dona Nancy recebia as crianças pobres e doentes como se fossem seus próprios sobrinhos, alojava-as no quarto de hóspedes e, com todo o desvelo, servia de Enfermeira para elas, até que o marido as curasse e lhes desse alta.

Outras vezes, o Dr. Aristides trazia doentes da região do Rio São Francisco e também os hospedava para deles tratar. Tudo, é claro, gratuitamente. De tal forma ficou o costume de pacientes albergados que as crianças apelidaram sua residência de “Pensão do Jajá”.

Na rua, os filhos do casal estavam sempre brincando com as crianças do bairro mais as outras albergadas na “Pensão do Jajá”. Na esquina da Rua Manaus com a Rua Padre Marinho, ainda até hoje, encontra-se o Centro de Psiquiatria Infantil do Estado e então, por muitas vezes, os seus pequenos doentes internos fugiam e, ao ver aquela meninada brincando em frente à casa nº 444, para lá se dirigiam e com ela se misturavam. Os enfermeiros do Hospital Psiquiátrico ficavam atordoados e nunca encontravam os pequenos pacientes fujões, até que, com o passar do tempo, não tinham mais dúvidas, era só ir até a casa do Dr. Aristides e da Dona Nancy, onde certamente os seus enfermos ali se encontravam brincando ou tomando café com broa e outras guloseimas, juntos aos filhos do simpático e querido casal.

Foi neste ambiente altamente familiar, de fraternidade, de caridade, de alegria, de admiração pela natureza e de dedicação à Medicina e à Enfermagem que

nasceu e foi educado Ricardo Salgado Guimarães, em um bonito alvorecer do Belo Horizonte, em 1945, no dia 31 de julho.

Sua infância e adolescência foram caracterizadas por três aspectos: introspecção, aplicação aos estudos e vocação para a pesquisa. Colecionava de tudo, moedas, selos, pedras, borboletas, plantas, amostras de madeiras, mas nunca se satisfazia em apenas arrumar sistematicamente suas peças. Queria saber tudo sobre cada uma delas e para isto estava sempre consultando livros e enciclopédias, anotando e catalogando e arquivando. Já revelava o seu espírito de pesquisador, que iria despontar em sua vida de Médico e de Historiador.

Outro fator curioso daquele jovem belo-horizontino era sua fé religiosa, certamente enriquecida pela educação familiar e pelas fortes personalidades evangelizadoras do Padre Armando e do Padre Luiz De Marco, os famosos padres irmãos do Bairro de Santa Efigênia.

Ao concluir seus estudos no Colégio Tiradentes, o jovem Ricardo, mesmo sem ter feito o Cursinho Preparatório, como outros colegas o fizeram, inscreveu-se no exame vestibular para a Faculdade de Medicina, mas não revelou à sua família o dia da publicação do resultado, exceto para a irmã Elizabeth, pedindo a ela para se manter em silêncio.

O resultado do exame vestibular era afixado na porta da Faculdade, e, na data da sua publicação, todos os candidatos chegavam até antes da hora apazada para tomar conhecimento, pois, a expectativa era altíssima, como é até hoje. Elizabeth, já casada, chegou à casa dos pais, na hora do jantar, procurou imediatamente o irmão, querendo saber se ele fora aprovado. Informaram-na que ele havia ido para o cinema. Como o clima em casa era de muita calma, ela deduziu que ele não havia sido feliz, pois, do contrário, todos iriam comentar com ela. Mantendo o silêncio prometido, foi com a irmã mais nova, Lúcia, até à Faculdade para conferir pessoalmente a lista de aprovados. Qual não foi sua surpresa, ao encontrar o nome do irmão querido. Concluiu então que ele não tinha ido conferir a lista de aprovação. Entrou em seu carro e, em alta velocidade, foi para o Cine “Santa Efigênia”. Como o irmão já havia entrado, ela convenceu o Porteiro para deixá-la entrar com sua irmã sem pagar, pois, iria apenas dar um aviso. Além disto,

todos se conheciam e o Porteiro ficou feliz em saber que o filho do Dr. Aristides havia sido aprovado no vestibular de Medicina. Dentro do salão do cinema, que estava repleto, as duas irmãs começaram a procurar o Calouro, enquanto já tocavam a música do chamado “prefixo” (música que precedia o apagar das luzes). Quase ao final da “música-prefixo”, Elizabeth avistou Ricardo, que também a viu de longe. Elizabeth então gritou:

- PASSOU!

Ele, surpreso, de alegria, saltou da poltrona. As pessoas próximas a ele se assustaram e, não se sabe por qual razão, entenderam que o grito havia sido:

- “FOGO!”

Todos saltaram das poltronas, saindo correndo para fora do cinema.

Dr. Ricardo Salgado Guimarães graduou-se em Medicina no ano de 1971, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sua Residência Médica foi no Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro. É Pós-Graduado em Cirurgia de Cabeça e Pescoço, em Medicina do Trabalho e em Administração Hospitalar. Estagiou no Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais nas áreas de Banco de Sangue e Eletrocardiografia, onde foi Residente Interno em Clínica e Cirurgia. Possui ainda diversos cursos e participação em diversos congressos, sempre procurando ficar atualizado com os avanços científicos da sua carreira.

Foi Médico da Santa Casa de Belo Horizonte e Diretor do Hospital da Companhia Morro Velho, em Nova Lima. Também em Nova Lima, foi Coordenador de Medicina do Trabalho da Mineração Morro Velho Ltda., Responsável Técnico de Medicina do Trabalho da Anglo Gold América do Sul e Consultor Técnico em Medicina do Trabalho nesta mesma empresa.

Na administração pública, ocupou, por onze anos, o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima, sendo que durante três anos acumulou consigo a Secretaria Municipal de Saúde. Além de tudo isto, foi Médico da Policlínica Municipal de Nova Lima por catorze anos.

Em suas ações voluntárias para o desenvolvimento social, prestou serviços gratuitos como Médico da Pastoral da Saúde da Paróquia de Santo Antônio de

Nova Lima e, como Secretário do Meio Ambiente, desenvolveu e executou projetos para milhares de alunos das escolas municipais conhecerem os cursos d'água locais e as matas ciliares do Rio das Velhas. Nas margens deste nosso histórico rio, promoveu o plantio de milhares de mudas de plantas nativas e grande semeadura de espécies vegetais da região.

É um dos maiores conhecedores da Geografia do município de Nova Lima e seus arredores, em que se incluem Belo Horizonte e Raposos, bem como das espécies da Mata Atlântica. Contribuiu para esta sua vocação de Geógrafo e de Botânico a formação que recebeu de seu pai, percorrendo com ele léguas e léguas a pé, a cavalo ou de carro, para identificar acidentes geográficos, cursos d'água, nascentes, caminhos, fauna e flora.

Em sua vocação de Historiador, o Dr. Ricardo Salgado Guimarães vem prestando uma grande contribuição à defesa da Memória de Minas: participou na criação do Centro de Memória da Mineração Morro Velho, em Nova Lima; colaborando com a Reverenda Meriglei Simim, foi o Coordenador da restauração do Templo Anglicano de Nova Lima; é Membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima; é Associado Fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Alto Rio das Velhas, com sede em Nova Lima, e é Associado Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Ciclo do Ouro, com Sede em Sabará.

São de sua autoria, entre outros, os seguintes livros e trabalhos publicados: *História do Templo Anglicano de Nova Lima*; *Biografia do Dr. George Chalmers*; *Ouro e Fé – Presença Inglesa de Congonhas de Sabará a Nova Lima* e *Medicina do Ciclo do Ouro em Congonhas de Sabará*.

Uma das suas mais destacadas atuações em defesa da História da Cultura Mineira é a que exerce, voluntariamente, visitando, metodicamente, todas as escolas municipais de Nova Lima e fazendo palestras sobre as heroicas e vibrantes páginas da História de Minas Gerais, um verdadeiro apostolado cultural, inédito e exemplar. O magistral trabalho que o Padre Anchieta e o Padre Nóbrega desenvolviam com os curumins sobre a Cultura Portuguesa, Dr. Ricardo faz com as crianças novalimenses sobre a Cultura Mineira. Quando

fazia sua Residência Médica no Rio, Dr. Ricardo conheceu uma jovem pianista, Universitária de Letras, Lilian Maria Lyra Seabra, descendente de antigas famílias de comerciantes portugueses e da grande mineira Dona Joaquina do Pompeu. Até hoje, ninguém descobriu como aquele mineirinho e jovem médico, muito reservado, sério e de cara fechada do Bairro de Santa Efigênia conseguiu conquistar e convencer a bonita, inteligente, culta e elegantíssima carioca a deixar a Corte do Rio de Janeiro, sua família no Flamengo e no Alto da Boa Vista, casar-se com ele e vir morar em nossa mui querida Nova Lima.

Posteriormente, uma das residências da família de Dona Lilian foi herdada pelo casal, a luxuosíssima propriedade do Alto da Boa Vista, plantada em plena Mata Atlântica, ao lado da entrada da Floresta da Tijuca. Então Lilian e Ricardo passaram a viajar para o Rio nos finais de semana, provocando o seguinte comentário em Nova Lima:

- Enquanto todo mundo tem sítio na roça, Dr. Ricardo e Dona Lilian têm sítio é no Rio de Janeiro.

O casal fez doação ao povo brasileiro de uma grande parte do terreno florestal dessa sua propriedade, recebendo por isto uma homenagem do Governo Federal, em 2011, nas comemorações dos cem anos de reflorestamento criado pelo Imperador Dom Pedro II e pelos cinquenta anos do Parque Nacional da Tijuca, que é a maior floresta urbana do mundo.

Sendo políglotas e muito cultos, Ricardo e Lilian estão sempre viajando, à procura de conhecer outras culturas e civilizações históricas, já tendo visitado cerca de trinta diferentes países.

O casal foi abençoado por Deus com duas filhas: Ana Maria e Sílvia.

Ana Maria herdou os dotes artísticos de suas avós, materna e paterna, e, sendo criada em uma casa com maravilhosas coleções de obras de arte, tornou-se dedicada pesquisadora de arte, fotógrafa e designer autodidata, possuindo um ateliê de concepção e produção de utilidades femininas e obras decorativas em reciclagem, o que lhe valeu uma premiação pela Casa Aristides de Nova Lima.

Sílvia, graduada em Filosofia, mantém a vocação artística da família, sendo pintora de diversas obras de óleo sobre tela, e, seguindo a carreira da mãe, tornou-se Professora de Inglês em renomadas instituições deste idioma em Belo Horizonte.

Neste ano de 2016, a Escola de Samba “Beija Flor” do Rio de Janeiro homenageou o Marquês de Sapucaí. Na letra da música que os carnavalescos daquela agremiação cantavam, dizia-se que o mesmo havia nascido em Nova Lima. Então, em Sabará, minha terra, houve um alvoroço e um dos jornais da cidade publicou em sua primeira página uma indignada manchete proclamando: “O Marquês é nosso!”. Ou seja, ele teria nascido em Sabará e não em Nova Lima e os sabarenses protestavam por estar perdendo um conterrâneo tão ilustre. Nós, sabarenses, entre outros argumentos, exigimos que seja lembrado o que o Imperador Dom Pedro II escreveu em seu Diário, quando esteve em Sabará:

- Hoje, visitei a casa em que nasceu Sapucahy.

Acontece, que, em 1917, descendentes do Marquês, historiadores e muitas autoridades instalaram uma enorme placa de bronze na casa em que ele efetivamente nascera, em Nova Lima, homenageando a memória daquele grande brasileiro. Com o tempo, esta casa foi se desmoronando e suas ruínas demolidas. Junto com a casa, desapareceu a placa de bronze.

Muitos anos depois, Dr. Ricardo, agindo como um Sherlock Holmes, ou como outro autêntico detetive inglês de Agatha Christie, descobriu a placa em um depósito de ferro velho, cujos oitenta quilos de bronze, felizmente, ainda não haviam sido derretidos. Ele comprou a placa, providenciou sua limpeza e restauração, instalou-a em um suporte de madeira de lei e doou-a ao Instituto Histórico e Geográfico, sediado em Nova Lima, onde se encontra em exposição permanente.

Ninguém pode mais dizer que o Marquês não seja novalimense.

Refletindo sobre estes episódios do Marquês e convicto de que Dr. Ricardo Salgado Guimarães será uma marcante presença no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, como tem sido em todo lugar por onde passa, os belo-

horizontinos sempre serão orgulhosos dele. Por outro lado, ele também é novalimense, pois descende de ingleses da Morro Velho e da família de Augusto de Lima, que deu o nome a Nova Lima, e lá ele reside desde que se casou. Como se não bastasse tudo isto, ele conquistou, com muita justiça, o título de Cidadão Honorário de Nova Lima.

Então, antevejo um tempo em que os belo-horizontinos estarão se vangloriando de possuírem tão ilustre conterrâneo e um jornal de Nova Lima protestará com justa indignação:

- “O Dr. Ricardo é nosso!”.

Seja bem-vindo ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Historiador, Geógrafo, Botânico, Humanista, Médico e amigo Dr. Ricardo Salgado Guimarães!

POSSE DO ASSOCIADO DA CADEIRA N° 58*
(Marquês de Queluz - João Severiano Maciel da Costa)

Nasceu em 1769 em Mariana, Minas Gerais.

Viveu os primeiros anos de sua existência em pleno apogeu do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, um período privilegiado na capitania de Minas. Observando sua trajetória estudantil pode-se depreender que ele tinha boa condição socioeconômica, pois bem cedo foi remetido para estudar em Coimbra, fato este reservado aos brasileiros de muito boa condição financeira.

Em Coimbra dedicou-se aos estudos de direito, matemática e filosofia, formando-se em 23 de junho de 1792.

Como aluno em Coimbra foi agraciado com várias honrarias daquela Universidade, considerado um estudante brilhante.

Ao terminar seus estudos permaneceu em Coimbra, onde advogou até meados de 1796, quando foi nomeado para Juiz de Fora de Covilhã, cidade próxima a Coimbra. Em todo esse período profissional em Portugal foi muito distinguido por suas ações de extrema correção. Casou-se em Covilhã com D. Bárbara Benedita de Tavares da Costa Lobo.

Seu primeiro cargo no Brasil foi em 1804, nomeado como ouvidor da Comarca de Paraíba do Norte, atual estado da Paraíba (Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

Quando da mudança da família Real portuguesa para o Brasil em 1808, o Sr. João Severiano Maciel da Costa encontrava-se como magistrado no norte do Brasil, em Recife.

Deixou essa cidade em novembro de 1808 passando pela Bahia com destino ao Rio de Janeiro, onde deveria se apresentar ao Príncipe Regente D. João VI. Estes dados são confirmados pelas correspondências endereçadas ao Conselheiro e Ministro Thomaz Antonio Vilanova Portugal. A partir deste

* Discurso de posse em 11 de junho de 2016.

momento o Sr. Severiano Maciel da Costa iniciou uma das mais ricas vidas públicas daquele período no Brasil.

Em 10 de julho de 1809 foi nomeado Desembargador da Casa de Suplicação da Corte.

Em 1808/09 D. João VI, em guerra com a França, determinou a ocupação da Guiana francesa pelas tropas portuguesas e a regularização dos limites do Brasil e da França no norte do país.

Em 14 de janeiro de 1809 Caiena foi definitivamente ocupada. A insalubridade daquela região, falta de alimentos, indisciplina e falta de recursos financeiros dificultaram intensamente aquela ocupação. Era necessária uma direção que pudesse ordenar a situação político financeira de Caiena.

A administração deveria ser entregue de forma civil e militar a uma pessoa de grande competência técnico gerencial. Para ocupar esta administração foi escolhido o Sr. João Severiano Maciel da Costa, sendo o mesmo nomeado por carta régia de 10 de junho de 1809 e empossado em março de 1810. Realizou com extrema competência a difícil missão que lhe foi designada pelo Príncipe Regente. Permaneceu neste cargo até 8 de novembro de 1817.

Pela convenção de Paris, em agosto de 1817, com o objetivo de acertar o impasse sobre a posse da Guiana francesa e devolvê-la para a França e aceita por Portugal, assumiu o governo de Caiena o Sr. Conde Carra de Saint Cyr.

Em uma viagem extremamente atribulada retorna ao Rio de Janeiro, só conseguindo chegar no início de janeiro de 1819.

O Sr. João Severiano administrou com competência, civismo e dignidade, sendo destaque incontestes esses fatos pelas autoridades da época.

Durante o período que governou Caiena preocupou-se em transplantar para o Brasil mudas de plantas e especiarias, tanto indígenas como exóticas, adaptadas aos trópicos; a saber: cravo-da-Índia, noz-moscada, canforeira, abacateiro, caneleira, árvore de carvão, cana-de-açúcar de várias espécies e a Caiena, com imensa capacidade produtiva. Veio aumentar significativamente a produção de açúcar, grande riqueza no país naquela época.

A forma de administrar implantada por ele foi grandemente reconhecida pelos próprios franceses, mesmo sabendo que eles haviam perdido seu ponto na América do Sul pela invasão portuguesa. Maciel não criou restrições às produções, não criou novos impostos. Nunca o trabalhador rural temeu ter suas terras invadidas. Em caso de disputas entre o devedor e os agentes do fisco, ele sempre decidia pelo colono. Maciel sustentava que era essência do regime colonial que as vantagens do principado deviam ser sacrificadas às dos particulares (relatado em *Coup d'Oeil sur Caienne - Paris 1823 - Vignal*). João Severiano da Costa Maciel, ao saber dos encaminhamentos da França para retomar a Guiana, escreveu um manifesto sobre a reunião das três Guianas e sua anexação ao Brasil e o endereçou ao Conde de Funchal. Portugal naquele momento não apresentava condição de tal reivindicação. Caso tivesse ocorrido essa reunião, o mapa geopolítico da América do Sul seria bem diferente do que é hoje. Curiosamente os limites do Brasil com a França, na região da Guiana francesa, somente foram aceitos em 1º de dezembro de 1900, graças à decisão do júízo arbitral do Conselho Federal Suíço (Barão do Rio Branco).

Acreditamos que Maciel anteviu a vontade da França em estender seus limites territoriais dentro da Amazônia brasileira.

As ações de João Severiano conduziram-no às mais altas posições no 1º Império.

Em 17 de outubro de 1811 D. João VI o agraciou com o Hábito da Real Ordem de Cristo, no seu retorno para o Rio de Janeiro, e por carta régia de 21 de agosto de 1818 concedeu-lhe o Título do Conselho do Rei e o incorporou ao círculo dos mais elevados conselheiros.

Com os movimentos libertários do Brasil de Portugal, junto com o grande líder José Bonifácio de Andrada, João Severiano uniu-se aos grandes estadistas brasileiros em prol da libertação do Brasil e conseqüente transformação de toda a América portuguesa em um único país: Brasil.

Ao retornar de Caiena, Maciel passou cada vez mais a ter influência junto à maioria dos patriotas fluminenses e mineiros. Era uma época de muita intriga na corte. Portugal exigia o retorno de D. João VI.

As ideias libertárias republicanas estavam no ar e tumultuavam a corte, as intrigas palacianas cada vez maiores, Portugal não dava tréguas a D. João VI. Nesse clima D. João determinou por decreto a prisão de João Severiano Maciel da Costa em 3 de março de 1821 na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro; sendo solto em 16 de março de 1821, possivelmente por influência de Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Varias hipóteses são aventadas para justificar essa prisão, todavia a mais aceita e a adotada pelo Barão do Rio Branco é que a mesma foi devida à denuncia de que Maciel estaria incentivando os brasileiros a se oporem à partida de D. João VI para Portugal. É conhecido que D. João VI sempre teve dúvida ao seu retorno a Portugal. Para tanto, logo ao libertar Maciel, designou-o para a corte de Roma, apenas para justificar sua passagem por Portugal para analisar o clima político. Essa missão reservada foi atribuída pessoalmente pelo soberano em 15 de abril de 1821, tendo Maciel partido imediatamente. Infelizmente a viagem ocorreu cheia de percalços e transtornos, e a pressão de Portugal tornou-se insustentável. Em 20 de abril de 1821 D. João decidiu partir para Portugal, tornando assim a viagem de Maciel inútil, pois o imperador chegou a Portugal antes de Maciel.

Com essas atribuições ficou João Severiano proibido de aportar em Lisboa. Mais tarde foi autorizado seu desembarque, mas a corte determinou que o mesmo se estabelecesse distante 20 léguas de Lisboa e 10 léguas da costa marítima. Fixou-se em Coimbra, sendo afastado de suas atribuições políticas, dedicando-se à escrita. Em 1821, em Coimbra, escreveu seu primeiro tratado conhecido sobre a introdução dos escravos no Brasil e a futura abolição da escravatura. Vários outros escritos foram produzidos em Coimbra. Durante mais de dois anos João Severiano Maciel da Costa ficou retido em Portugal. Em 3 de maio de 1823 foi instalada a Assembleia Constituinte do Brasil. Apesar de estar retido em Portugal foi eleito deputado constituinte por Minas Gerais. Somente a 3 de abril de 1823 foi concedida autorização para o mesmo retornar ao Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em julho de 1823 e tomando posse de sua cadeira em 4 de agosto de 1823.

Foi um período muito confuso para o estabelecimento do império brasileiro. A ruptura dos vínculos da antiga colônia com a corte portuguesa

demandou muita articulação política dentro do Brasil, até a criação da 1ª Constituição.

Em 8 de agosto de 1823 Maciel da Costa ocupou a tribuna para defender as teses em que o mesmo acreditava com relação à Assembleia Constituinte:

1º A ação da Assembleia seria restrita à votação da Constituição e reformas urgentes.

2º A Constituinte não deveria invadir as atribuições do executivo evitando o ocorrido em Portugal.

3º Como monarquista convicto propôs que deveriam ser resguardadas a autoridade e prerrogativas do Imperador.

4º Devendo a lei e a justiça em todas as suas instâncias sustentar o progresso material e a ordem pública, condenando a marginalidade e a licenciosidade.

Como norma da Constituinte de 1823, cada mês haveria um novo presidente da mesma, tendo em novembro Maciel sido escolhido como o sétimo Presidente da Constituinte. Mais uma vez o império passava por atribuições, tendo D. Pedro I substituído todo seu ministério, dificultando sobremaneira os trabalhos da Constituinte. Podia-se prever a dissolução da Constituinte e a prisão de vários membros da mesma. Rapidamente D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado para redigir o novo projeto da Constituição. Para coordenar as ações do Conselho de Estado e a rápida constitucionalização do país deveria ser escolhido um jurisconsulto experiente e com grande saber jurídico. O nome de João Severiano Maciel da Costa foi o indicado em 17 de novembro. Talvez tenha sido uma das atribuições mais difíceis de sua vida profissional, pois passou a liderar um novo grupo de personalidades do império apenas três dias após a dissolução da Constituinte. Os anais parlamentares o registraram como constituinte e presidente da mesma com a maior correção cívica. Maciel sabia que poderia contribuir para a consolidação da independência e a união de todas as províncias brasileiras, e assim o fez. Cinco dias após sua nomeação em 5 de novembro de 1823 determinou a execução do projeto de lei da Assembleia Constituinte sobre a liberdade de imprensa. As ações de Maciel eram eminentemente políticas, pois visavam a constitucionalização do país. Em 11 de dezembro de 1823 foi assinado o novo

diploma constitucional por dez conselheiros, sendo João Severiano Maciel da Costa o primeiro signatário. Maciel exerceu a missão de Ministro do Império entre 17 de novembro de 1823 e 14 de outubro de 1824; período de extrema importância para a unidade das províncias e a consolidação da Independência.

Em 4 de abril de 1824 foi agraciado com a Ordem do Cruzeiro. Foi demitido pelo mesmo D. Pedro em 14 de outubro de 1824, pois Maciel havia incluído dois amigos para serem agraciados com a Ordem do Hábito de Cristo sem ter havido o despacho do imperador. Em 8 de abril de 1825, D. Pedro I o nomeia Presidente da Província da Bahia, tomando posse em 4 de julho de 1825 e ficando no cargo até 7 de julho de 1826. Nesse período recebe a visita de D. Pedro I entre 27 de fevereiro e 19 de março de 1826, acompanhado com grande e ilustre comitiva. Em 12 de outubro de 1825, dia do aniversário natalício do imperador, Maciel foi contemplado com o título de Visconde de Queluz com Grandeza. Em 2 de janeiro de 1826 era nomeado Senador do Império, cargo este vitalício. Em 27 de julho de 1826 tomou posse do cargo representativo da província da Paraíba, província esta onde iniciou sua carreira de magistrado no começo de sua vida pública. Em 12 de outubro de 1826 recebe o título de Marquês de Queluz.

Com a morte da Imperatriz Leopoldina em 11 de dezembro de 1826, D. Pedro recorreu mais uma vez ao Marquês de Queluz nomeando-o para assumir simultaneamente as pastas dos Estrangeiros e da Fazenda. Afastou-se do Senado entre 15 de janeiro e 20 de novembro de 1827. No seu período como Ministro de Relações Exteriores assinou o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio com a Áustria, Prússia e Grã-Bretanha.

Providenciou e assinou Tratado de Paz com as Províncias Unidas do Rio da Prata, assinado em 27 de maio de 1827 na cidade do Rio de Janeiro. Em 20 de novembro de 1827 um novo Ministério foi formado, tomando posse o Sr. Pedro Araújo Lima, Marquês de Olinda.

Em 17 de novembro de 1827 retornou à sua cadeira no Senado, permanecendo fiel à sua solidariedade a D. Pedro I. Essa solidariedade ao Imperador provocou pronunciamentos políticos inadequados e censuráveis a ele, conforme visão dos senadores liberais. Queluz lutou por aquilo que acreditava e

deixou para o novo país ações que ainda hoje ecoam pela nossa liberdade. Em 2 de maio de 1829 Queluz aposentou-se, retirando-se da vida pública. Logo após iniciaram-se os movimentos que levariam à abdicação de D. Pedro I. O Marquês de Queluz permaneceu leal à monarquia e a D. Pedro I.

Curiosidade histórica

Em reunião no Instituto Histórico e Geográfico do Alto Rio das Velhas, em Nova Lima, comuniquei aos meus companheiros daquele Instituto que eu havia sido aceito pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e que meu patrono era o Marquês de Queluz. Qual não foi minha surpresa quando o Sr. Lincoln Oliveira, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Alto Rio das Velhas e morador de Raposos, informou que o Marquês de Queluz estava sepultado naquela cidade. Alguns documentos por mim pesquisados informavam que ele estava sepultado no Rio de Janeiro. Imediatamente dirigi-me à cidade de Raposos, na residência do Sr. Lincoln, que me cedeu a documentação sobre o sepultamento do Marquês, cópias dos documentos originais. Curiosamente também o sepultamento de um de seus filhos, nove anos após sua morte, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Raposos, o que indica que a família permaneceu naquela cidade.

As pesquisas foram realizadas nas Microfilmagens feitas pelos Mormons em 1980 (Personal Ancestral file). Imagens 144 de 288.

Apresentarei os registros de sepultamento:

Brazil, Minas Gerais, Cat...Church Records, 1706-1999 > Brazil, Minas Gerais, Cat...Church Records, 1706-1999 > Raposos > Nossa Senhora da Conceição > Batismos, matrimônios, óbitos 1743-1911

Aos dezenove de novembro de 1833 faleceu da presente vida com os sacramentos da Penitência Rigorosa e Extrema Unção João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz. Foi depois do ofício solene de corpo presente acompanhado para o cemitério e encomendado por mim e mais sacerdotes, tudo por ordem de sua viúva que passo este assento. O Vigário José de Araujo da Cunha.

Brazil, Minas Gerais, Cat...Church Records, 1706-1999 > Brazil, Minas Gerais, Cat...Church Records, 1706-1999 > Raposos > Nossa Senhora da Conceição > Batismos, matrimônios, óbitos 1743-1911

Aos nove de novembro de mil oitocentos e quarenta e dois faleceu com os sacramentos de Penitência e Extrema Unção, por não poder receber o sagrado viático, Luiz Augusto da Costa, filho da Excelentíssima Marquesa de Queluz, foi acompanhado pelas irmandades da freguesia e por mim e vários sacerdotes e sepultado na matriz de que fiz o assento. O vigário José de Araujo Cunha.

A pergunta que eu me fiz: por que o Marquês teria vindo para Raposos e aqui permanecido?

A única atividade profissional em Raposos naquela época era a mina de ouro do Espírito Santo/Raposos que pertencia ao vigário José de Araujo da Cunha. Teria o Marquês de Queluz, para se afastar das intrigas e perseguições políticas que o mesmo estava sendo acometido por sua lealdade a D. Pedro I, mudado para o interior de Minas?

O fato é que a família do Marquês mudou para Raposos, bem no interior de Minas, e aqui permaneceu.

Teria possivelmente vindo trabalhar como advogado na Mina de Raposos? Teria sido sócio da mineração de ouro? Infelizmente ainda permanece uma incógnita.

Em todos os documentos pesquisados após seu afastamento das atividades políticas, não localizei qualquer informação de sua vida profissional entre 1829 até seu falecimento em 1833.

O fato é que o Marquês de Queluz em toda sua vida mostrou uma completa retidão moral e de princípios, sendo leal àquilo que ele acreditava, à monarquia, ao Imperador D. Pedro I e à liberdade. Muito do seu legado ainda permeia as leis libertarias do Brasil.

**HOMENAGEM À ARQUIDIOCESE DE MARIANA
PRIMAZ DE MINAS GERAIS 270 ANOS DE SUA CRIAÇÃO***

*Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte*

Honra-me, de maneira singular, e enche-me o coração de alegrias, ser, nesta oportunidade e nesta benemérita casa do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, porta-voz de homenagem e saudação à Arquidiocese de Mariana, celebrando seus 270 anos de história e de serviços à vida, à justiça e à verdade, Igreja Mãe de todas as Igrejas em Missão nesta terra dos mineiros, a Primaz desta terra bendita, marcada pelas singularidades das riquezas das Minas Gerais, particularmente pelo tesouro da fé e da vida de seu povo, por suas diferentes culturas, por conta de sermos muitas Minas. Sou porta-voz da voz do coração de todas as Igrejas Particulares, Dioceses de Minas Gerais, que nasceram do coração desta Igreja Mãe. Porta-voz da voz do coração da Igreja que nasceu no projeto e na vida da nova capital mineira, gestada pelos cuidados e pelas ricas heranças que a Igreja Mãe, a Arquidiocese de Mariana, a dotou, já presente, cuidando e cultivando a fé nesta terra do Curral d'El Rey, impulsionando-a, por sustento consistente de fé, na sua tarefa de capitanear caminhos missionários da fé e configuração de um tecido cultural e sócio-político eivado dos valores do Evangelho, nesta tarefa de eixar a vida da sociedade mineira nos parâmetros da referência maior, Jesus Cristo, o Rei e Senhor, Senhor porque o Filho amado de Deus Pai, Rei por oferecer sua vida sem reservas.

Agrada-me na intimidade própria da fraternidade, aqui, ser porta-voz desta homenagem merecida, na presença de todos os senhores e senhoras, particularmente por falar ao coração de Dom Geraldo Lyrio Rocha, Arcebispo de Mariana, aqui presente, ancorado na amizade e respeitoso reconhecimento mútuo, alimentando o meu coração, ele de quem testemunho, conservando a linhagem e a têmpera de seus predecessores, - Dom Frei Manoel da Cruz, já em 1745; Dom Frei

* Discurso proferido em 18 de junho de 2016.

Cipriano de São José; Dom Frei José da Santíssima Trindade; Dom Antônio Ferreira Viçoso; Dom Silvério Gomes Pimenta; Dom Antônio de Sá Benevides; Dom Helvécio Gomes de Oliveira; Dom Oscar de Oliveira; Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, homens diferentes, em etapas diversas da história desta Igreja Mãe,- com estes, dos quais se pode dizer, como canta o salmista, são *como árvore plantada à beira de um riacho, que dá fruto no devido tempo, suas folhas nunca murcham, e em tudo o quanto faz sempre tem êxito* (Sl 1,3).

Mariana, a cidade das cidades mineiras, a Igreja Mãe das Igrejas que cultivam nas culturas das Minas e das Gerais o tesouro precioso da fé. O tesouro que teceu os fios do tecido que faz de Minas Gerais, no cenário do Brasil, como sussurrou-me algumas vezes, advertindo para cuidar bem, Dom Luciano Mendes de Almeida, um singular coração católico do Brasil.

Mariana, onde nasceram as Minas Gerais! O berço do tesouro da fé católica de Minas! O começo de uma história, a raiz de um povo, um broto que se tornou árvore frondosa e portadora de muitos frutos! O leito do rio caudaloso formado pelas minas que são muitas, das raízes no barroco sustentando um olhar contemporâneo pela construção do futuro. O porto do legado da liberdade, o primeiro compromisso que se inscreve na índole política mineira, desde quando Salvador Furtado de Mendonça acomodou os alforjes de sua bandeira às margens do Ribeirão do Carmo. Assim inicia-se, em 16 de julho de 1696, esta Mariana, batizada com a fé católica, ao celebrar a missa o Padre Francisco Gonçalves Lopes. Um batismo que banhou a identidade mineira, por uma fé que presidiu esta história, gerando legados de arte, cultura, de mineiridade, de valores, salvando, como ontem, hoje também, de tratar as ricas terras destas plagas como fonte de lucro e de ganhos, firmando seus passos nas trilhas das heranças que perduram, sustentam os dias e projetam missões.

Mariana é o mosaico da identidade de Minas Gerais, nas suas igrejas, na sua gente, nos seus museus, nos seus embates, nos seus pastores, na singularidade de sua vivência da fé, na inspiração de um jeito de ser. O berço do cultivo dos valores cristãos trazidos no coração dos mineradores, gerando grandes nomes da política, da arte, da cultura, como Aleijadinho, Athayde, Lobo de Mesquita,

escritores. Orgulha ser lá o berço do barroco genuinamente mineiro, marcando com selo indelével a vocação inventiva da mineiridade, dando almas novas com as inspirações de valores que duram.

Deixo o horizonte das abordagens históricas e das narrativas dos fatos e feitos significativos nesta história tricentenária de Mariana, emoldurada pelo tesouro dos 270 anos de história da Mariana, Igreja Mãe em Minas Gerais, chamando sempre ao seu reconhecimento como berço e como referência, para alimentar o sentimento marianense mineiro de pertença, de cidadania, de religiosidade.

Mariana, para além de seu tamanho hoje, tendo no horizonte a dor que dilacerou seu coração no Distrito de Bento Rodrigues, pelo rompimento da barragem de Fundão, exigindo ajustado juízo de valor a respeito do ocorrido, em vista do bem de um povo e do equilíbrio indispensável no respeito à casa comum, Mariana é o que canta o salmista:

Nela, Deus está: não poderá vacilar. Deus vai socorrê-la, antes que amanheça! (Sl 46,6).

Seus fundamentos estão sobre os montes sagrados... De ti dizem coisas estupendas, cidade de Deus (Sl 87,1,3).

A Mariana, Arquidiocese, uma referência inigualável: em sendo o berço da fé em Minas Gerais, legar este tesouro que define a identidade deste seu povo.

A Mariana, uma gratidão imorredoura: por permitir, com documento exarado na sua Cúria, o arroubo místico de Antônio da Silva Bracarena, o Português que veio ganhar dinheiro na construção da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Caeté, tocado pela história da aparição da Virgem Maria no alto da Serra da Piedade, chamando a todos para peregrinar na fé, constituindo uma herança religiosa, cultural, histórica, paisagística e ambiental de todos os mineiros, com o remédio, mais do que necessário nestes dias nossos, de fazer-se cada um peregrino e aprendiz, da densidade espiritual da presença da Mãe Piedade e da beleza singular e sempre nova que a Serra permite ver e experimentar.

Em Mariana, um convite aos mineiros: conhecer e prezar sua história para cultivar a força de raízes que multiplicam o tesouro da fé, alimenta os brios da

pertença a esta história, convence da luta pela liberdade e pela justiça, ensina o percurso das obras corajosas, comprova a força da sabedoria que cria o que perpetua no tempo.

Por Mariana, um encantamento, ao revisitar a história de seus eclesiásticos, artistas, escritores e gente simples rica da fé, merecedora de toda reverência dos cidadãos e cidadãs mineiros.

Em Mariana, a doce nostalgia de um passado que fomenta um presente mais encantador, ensejando a recuperação do sentido de altruísmo e dos sentimentos pátrios que incrementam a recuperação do sentido de cidadania, de pertença e de apreço pelo patrimônio, como bem comum, e pela dignidade de cada pessoa.

De Mariana, por história vivida e contada nos balizamentos da fé, a formação de figuras insígnias, numa lista de muitos, permitindo citar, pela gratidão da Igreja filha, da capital mineira, porta-voz desta homenagem, um Mons. Domingos Evangelista Pinheiro, o Evangelista da Piedade, nobre, erudito e sábio, aprendiz da escola do Seminário de Mariana, como também o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, figuras luminárias, com outras tantas, nesta rica herança por dote dado pela generosidade da Igreja Mãe.

Olhando Mariana, berço da liberdade e da fé mineiras, as verdadeiras preciosidades desta terra, carregadas por seu povo, o desejo de que todos os mineiros reverenciem esta singular referência, partindo sempre de lá, outra vez às margens do Ribeirão do Carmo, dessedentados pela limpidez dos sonhos e das audácias corajosas que escreveram esta história, para lutar por uma Minas Gerais que, nela mesma, por seus cidadãos, se reconhece como dotada de singularidades, fazendo dela uma pátria singular no horizonte maior da pátria Brasil.

Pensando Mariana, ponto de partida e de retorno para abastecer de todos os mineiros, um desafio audacioso para governantes lúcidos e corajosos, capazes de priorizar o bem do povo: a indicação de um projeto que edifique uma estrada, linha direta e de qualidade, duplicada e iluminada, para ligar, simbólica e efetivamente, o coração da primeira cidade-capital e da primeira diocese de Minas, integrando a antiga capital Ouro Preto ao coração da moderna e desafiadora capital mineira para

alargar o seu Belo Horizonte e permitir ao mundo inteiro que conheça e reconheça o segredo e a riqueza de uma história singular, a história de Minas Gerais.

Por último, uma prece por Mariana, a Igreja Mãe: uma prece à Mãe Maria, que pela fé é mais do que a Maria que inspirou o nome da cidade, a Maria da Piedade, súplica de proteção e intercessão, particularmente de inspiração para que este berço se firme, este rio não seque, esta referência seja mais luminosa, e o tesouro da fé não se extinga, e Mariana, a Igreja Mãe, reconhecida à altura pela Igreja Mãe Universal, fecunde sua primazia na força de sua beleza e simplicidade, na riqueza educativa de suas tradições, no testemunho de seus pastores, e pela singularidade de sua gente, patrimônio vivo da mineiridade.

Concluo, formalizando um grande desejo, agora transformado em súplica a Deus por uma graça, a graça de poder retornar a esta egrégia Casa de João Pinheiro, IHGMG, para renovar, das veras do coração, esta louvação à Arquidiocese de Mariana, quando da celebração de seus 300 anos de história.

ODE AO DR. RENATO PASSOS

(Apresentada na posse de Dr. Renato Passos)*

Josemar Otaviano Alvarenga - Cadeira nº 15

Patrono: Alvarenga Peixoto

*Vou lhes contar a história de um pavão misterioso,
que voou de Divinópolis a um céu aventuroso,
passou de Belo Horizonte ao Jequitinhonha nebuloso,
levando amor e dedicação a um povo trabalhoso.
Voltou à capital, o pássaro formoso,
no coração amigo, de um homem venturoso.*

Revelarei fatos de sertanejo reconhecido contador de causos, declamador, poeta, líder e historiador nato: Dr. Renato Passos, ora empossado na Centenária Casa de João Pinheiro.

Renato é Renascido ou Rei nascido? Não sei. A vida é divina, misteriosa e bela!... E, esse belo mistério em providência de Deus, eu conto: A natureza não o queria à luz do sol nem em outras convivências. Valeu a força sertaneja; o que ficou?

*Sertaneja se eu pudesse, / se papai do céu me desse / uma asinha pra voar.
Eu voava a natureza e / acabava com a tristeza / só pra não te ver chorar.
Na ilusão deste poema, / eu roubava um diadema / lá do céu pra te ofertar.
E, onde a fonte murmureja, / eu faria tua igreja, / dentro dela teu altar.
Sertaneja, por que choras quando eu canto? / Sertaneja, se esse canto é todo teu.
Sertaneja, pra enxugar os teus olhinhos, / vou buscar os passarinhos
que cantam mais do que eu.*

No parto, traído por três circulares de cordão, nasceu mudo como pedra e roxo como araçá-una. Da espera em alegria fez troça; no susto, escapuliu. Levou palmada corretiva na bundinha de micróbio; deu um suspiro e surgiu. Parecia não querer a vida no tempo da Grande Guerra, com o mundo convocando:

- Vamos guerrear!...

* Discurso proferido em 9 de julho de 2016.

E tome tiros e bombardeios, Bomba Atômica de grilo; perigo excomungado! O ladino não queria!...

Filho de Raphael Passos, português ilhéu da Madeira, zeloso e austero. Neto do Aplicador de Varas, Regedor do Funchal; funcional delegado de polícia e promotor de justiça portuguesa ilhoa. Homem da lei, de posses e brabo feito tubaroa.

Apesar da facilidade, Raphael aos 15 anos, clandestino em navio. Descoberto virou grumete tarefeiro de convés e deu-se ao Rio, jogou-se ao mar e, a nado, ganhou a praia. Por lá ficou. Não foi fácil. Enfrentou de um tudo; dificuldades o abraçaram em boas-vindas.

Mas, é certo que o mundo é cheio / de Caboclo d'Água e de Assombração; de Curupira e qualquer maldição. / Basta querer ver... Quem quiser, verá...

E a vida, um inferno será.

Com força e coragem a tudo suplantou, o Raphael Português Vencedor. Deu-se a Divinópolis, feita cidade em 1912, movida pela Estrada de Ferro Oeste de Minas; ajudou sua construção. Casou-se com Amélia, filha do espanhol feitor das oficinas e teve Renato Passos.

(Então, palmas para o herói e pai, Raphael Passos.)

Renato assacado de asma. Treitou e relou, acabava o ar do mundo. Duradouro estrupício acudido pelo carinho zeloso de D^a Amélia. Seu colo o confortava. Relembra embargado, o penso do amor materno:

Colo de mamãe e o cheirinho dela, eram meus; de mais ninguém.

Marcaram nele, aos de convivência e sentido, o abraço do coração amigo. Renato questionava a Mãe:

- *Por que a senhora reza tanto?*

- *É para ver se Deus me dá forças e me ajuda a acreditar nessa coisera que inventam.*

Feliz amigo dos irmãos, lembrados com admiração e carinho. O traquinas foi coroinha de franciscano, de soltar bombas nas quermesses, assustar o povo e levar cocadas por conta.

Perdão é sabedoria. Com toda razão, perdoar é melhor que brigar. Adianta ter razão e viver infeliz? Perdão esquece a mágoa, obriga a felicidade.

Renato fazia papagaios de jornal, de bailarem no céu. Menino com papagaio colorido, lindo, não voava. Propôs troca. D^a Amélia o viu com a novidade. Zelosa mãe o pegou pela orelha:

- *Onde você roubou esse papagaio?*
- *Eu não roubei!... Um menino trocou comigo.*
- *Vamos achar esse menino.*

Renato orelhado rua afora, os três se encontraram em confirmada barganha.

D^a Amélia, disciplinadora. Linha de costura amarrada, do tornozelo dos meninos na perna da mesa. Saia. Voltava. Corria a ponta dos dedos na linha. Sem nó; fim do castigo. Com nó, coque e prolongada privação.

Se políticos nascessem de mãe, não de progenitora, uma D^a Amélia lhes bastava aos princípios e cidadania; o país seria outro.

(Então, palmas para a mãe do Renato, D. Amélia Passos.)

Aos sete anos, Renato no Grupo Escolar P^o Matias Lobato. Primeiras letras e declamações aprendeu com D^a Cecília, professora. Declarou-me recente: seu primeiro amor.

Renato seria mal inclinado ao sexo oposto? Politicamente correto é ser GLBTI. Moças lindas reclamam faltar homens. Quanto aos belos rapazes sarados:

São notas de três reais. Tudo falso; gays. Não conhece alguém que goste de mulher?

E mulher é tão admirável e importante; além da grande companheira, Deus a fez nossa mãe!...

Ginasiano líder, Divinópolis já não cabia sua inteligência voluntariosa nem o destemor. Seus três amigos partiram para BH. Renato escafedeu-se, caiu na República de Estudantes e:

*Vida, para que te quero?
Farras em que me esbaldo / em descaradas farras
em que me atrevo / em farras de rescaldo*

depois das farras em que me entrego.

Nos namoricos insólitos e na malandragem, se esbaldava o guapo ruão...

*Amores? Namoros? Os tive... / Tantos que nem sei; tudo em vão.
Mas, peço que me perdoes, / pois, se pecados são dissabores,
pecados de amor nem pecados são!...*

Cursou o CPOR no início do Governo Militar. Atinou-se ao fim de farras e boemia. Aluno brilhante passou no seu primeiro vestibular.

Vida difícil no habitáculo de pensão; depois, noutra república. Contudo, se graduava a cada ano pelo desempenho, sem necessárias provas escritas. Destacado, no terceiro ano integrou a equipe clínica do Dr. Célio de Castro, no HPS.

*Estava à toa na vida, / meu amor me chamou
Pra ver a banda passar / tocando coisas de amor.*

Noivo em preparo ao casamento e formatura; bateu o carro, quebrou mão, tornozelo e grave lesão bucal. Colou grau gessado, de muletas, sem um incisivo, todo acabado em feiura indizível! Completou o enredo, a perda do emprego.

*E agora, Renato? A
festa acabou, a luz apagou, o povo sumiu, a noite esfriou, e agora,
Renato?
E agora, você? / Você que é sem nome, que zomba dos outros.
Você que faz versos, que ama, que protesta!*

*E agora, Renato?
Está sem mulher, está sem discurso, está sem carinho, já não pode beber,
já não pode fumar, cuspir já não pode.
(...)*

*Se você gritasse, se você gemesse, se você tocasse a valsa vienense, se
você dormisse, se você cansasse, se você morresse... / Mas você não
morre. Você é duro, Renato!
Sozinho no escuro qual bicho-do-mato, sem teogonia, sem parede nua
para se encostar, sem cavalo preto que fuja no galope, você marcha
Renato! / Para onde?*

Para Almenara, Vale do Jequitinhonha, quase Bahia; Dr. Jairo Carvalhaes, pelos pendores, o levou como médico substituto por trinta dias de virarem oito anos.

Hospital sem recursos, energia elétrica de gerador em motor a óleo diesel, acionado por manícula; completo atraso. Determinação ao corajoso e preparado Dr. Renato às mudanças.

Canoêro, canoêro, / quê cê troxe na canôa?

Troxé oro, troxe prata, / troxe muitas coisa boa!...

Organizou o hospital, atendeu ao povo. Solícito, cuidadoso profissional em fidalguia humana; virou líder regional.

Tornou-se fazendeiro de gado e Manga Larga Marchador. Na Austrália o Brasil representou na Exposição Internacional de Equinos. Apesar do sucesso e três fazendas, voltou-se à capital.

*Menina arriba a saia, / mode a água não moia!... Saia custô
dinhêro e / dinhêro, custô ganha!...*

Rico, casado, pai de Rodrigo, Raquel (sócia de D^a Amélia) e Rosana Passos; orgulhos do Renato em loas e carinho. Melhor educá-los em centro mais evoluído, em sua companhia.

- Cadê o lenço que te dei prá lavá, ô lavadêra? / Cadê o lenço, ô lavadêra?

- Eu vô contá o que se passô; / veio um vento muito forte e o lenço carregô. (Bis)

Reiniciou como pediatra, entrou na cirurgia geral, terminou coloproctologista, professor assistente do Dr. João Zerbini na Santa Casa de Misericórdia de BH.

Foi Diretor do Hospital/Maternidade Odete Valadares, Diretor Presidente da Fundacentro e Médico Perito do INSS.

Em 1995 enveredou-se na literatura, é referência na poesia nacional. Sonetista, contista, historiador e declamador. Membro da:

SOBRAMES Regional MG: presidente por dois mandatos

SOBRAMES Nacional: presidente de realizar dois Congressos Nacionais em BH

ABRAMES, Academia Brasileira de Médicos Escritores no RJ

UBT – União Brasileira de Trovadores

AMULMIG – Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais

Arcádia de Minas Gerais

UMEAL – União Mundial de Escritores e Artistas Lusófonos.

Antologista, partícipe de concursos literários de trovas/ poesias; assaz reconhecido e laureado.

Três livros de literatura publicados e hoje lança AO PONTO QUE NÃO MORRA, regional.

Em 1999, uma separação. Nada é ruim. Tudo passa ao aprendiz ao oportuno.

Num sei oncotô nem pron quovô. / Deus dá o friu conforme uscobertô.

Renato casou-se com Ângela Gomes Lima. Eu, minha adorável Helena, honrados e juntos ao casal Ronaldo Aguiar, os apadrinhamos.

Ângela é prima do consócio desta Casa, presidente da Arcádia de Minas Gerais, na época Presidente da SOBRAMES/MG, Dr. Ronaldo Aguiar, o cupido mestre dessa união.

Renato era avesso a consultar médico. Ângela preocupada queria o “check-up” cardiológico dele, por cansaço aos pequenos esforços. Procurou-me, no arдил foi avaliado. Acabou safenado, o coração renovado para mais amar a sua inseparável Ângela.

Casal exemplar. Ângela e Renato vivem com e de muito amor, carinho e dedicada admiração mútua! Por isso:

(Palmas para Ângela e ao casal.)

Vô Renato e seus netos, motivo de seu orgulho e engraçados comentários dos encontros fim-semanais; valoriza e adora a convivência com os meninos. Já dizia José Maria Alkimin:

Quem fica avô e não fica bobo é porque já era bobo, antes.

Os clientes o adoram. Mesmo os do Vale do Jequitinhonha. Depois de tantos anos, falar no Dr. Renato é só admiração, respeito. Querem revê-lo. Se o encontram, é alegria e agradecimentos.

Funcionários da NEO CLINIC o adoram. Partícipes das sociedades culturais das quais somos pares, idem. Minha família respeita e admira o profissional, amigo, humano Renato Passos.

Declino, em risco da omissão, alguns amigos sempre citados por Renato Passos, Drs.: Gilberto Madeira, Jairo Carvalhaes, João Zerbini, Ronaldo Aguiar, Conceição Abritta, Luiz Carlos Abritta, Cristobaldo, Marco Aurélio Baggio, José Carlos Serufo. Aos omitidos pelo esquecimento, peço desculpas.

Renato, se vosmecê não existisse, tinha que ser inventado. Agora, um segredo:

Amigo é de se guardar no peito, no esquerdo, sob sete chaves no abissal.

Obrigado por sua fina amizade, fidalguia, carinho e lealdade; muito aprendi e lhe devo.

Renato, pelos percalços, contendas de plena e rara beleza, nos cumpridos por vosmecê, afirmo:

Vá em paz e diga à sua bela e grandiosa vida que está tudo em ordem.

SAUDAÇÃO AO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 96*

Regina Almeida – cadeira nº 95

Patrono: Antônio Olyntho dos Santos Pires

Se a história das nações, não é, com efeito, senão a biografia dos indivíduos, a crônica das famílias, os anais das povoações, formando tudo isto um conjunto de irradiações gloriosas, não é menos certo que os livros domésticos e genealógicos, as recordações autobiográficas de família, as apurações de linhagem e parentesco representam um legítimo patrimônio histórico para qualquer povo.

Cito-lhes essas palavras de Nelson Coelho de Senna, um dos idealizadores e fundadores deste Instituto, por entendê-las muito apropriadas a este momento da posse de Iácones Batista Vargas, que nos vem da cidade de Luz, no belo e valente Oeste de Minas.

A história de Nossa Senhora da Luz do Aterrado, que Iácones traz consigo, é uma parcela significativa da História de Minas e que muito engrandece o legítimo patrimônio histórico do povo mineiro. Dela, podemos tirar preciosas lições de vida. Assim vejamos:

A lendária contenda entre os fundadores de Luz diz-nos da importância de nos sobrepormos às diferenças e buscarmos a conciliação e a paz (guardemos o belo exemplo dos coronéis Cocais e Camargos); diz-nos da fé do seu povo cristão que nos mostra o que se pode conseguir quando as pessoas creem verdadeiramente em Deus e a Ele suplicam graças e favores por meio da intercessão de Maria, a mãe de Jesus (sirva-nos de exemplo a fé da esposa de um dos coronéis citados); diz-nos ainda do amor à terra natal, característica marcante dos luzenses, amor que embasa a memória sociocultural religiosa, viva e vivaz, da gente de Luz, obtida pela

* Saudação proferida em 16 de julho de 2016.

conciliação da tradição, da fé e da modernidade, ao longo da história da raça luceatina (aprendamos com esse exemplo dos luzenses).

Além desses ensinamentos, embutidos na história, encanta-me particularmente a vocação de Luz de madruguar no tempo; sua história se faz antecipando-se ao curso normal dos fatos regulados em leis, normas, costumes, tradições. Parece incrível, mas é verdadeiro: a Diocese de Luz foi criada e instalada tendo como sede episcopal o distrito do Aterrado, segundo registra a bula do Papa Bento XV, *Romanis Pontificibus*, de 8 de julho de 1918. Isso quando a Igreja exigia (e ainda é prática corrente) que o episcopado tivesse como sede uma cidade, geralmente a maior e melhor do território da diocese. Mas com a *Diocesis Aterradaensis* (Diocese do Aterrado) foi diferente: ela foi criada e instalada no distrito, com este nome – Diocese do Aterrado – que somente foi alterado para *Diocesis Luceatina*, em 1960, pelo Papa João XXIII.

Outra curiosidade é o fato de o município, quando da emancipação, com o desmembramento de Dores do Indaiá, em 1923, ter tido como sede municipal uma vila – a Villa de Luz – que somente ganhou foros de cidade, mais de 3 anos e meio depois, em 1927.

Além dessas atipicidades, é preciso lembrar que nas décadas 30 e 40 do século passado, o município de Luz tornou-se grande exportador de café, numa época em que não se imaginava que a cultura cafeeira pudesse constituir-se em uma das bases da economia do Centro-Oeste.

A primeira festa de rodeio do Brasil teve lugar em Luz que se antecipou a Barretos (SP), em 15 ou mais anos. E ainda: Luz é o berço do gado girolanda leiteiro do Brasil e, com o emprego da tecnologia de aprimoramento genético (transferência de embriões no gado leiteiro), é hoje município exportador de novilhas girolandas para todo Brasil.

Isso tudo e muito mais estimulam os filhos de Luz à busca de outra titulação – “Filhos da Luz” – da Luz que vem do Alto e os inspira, e da luz que vem de dentro – da inteligência e do coração. Não se pode negar: a cidade de Luz nos inspira o ser e o fazer cotidianos.

Meus senhores e minhas senhoras,

Refresco-lhes a memória com estas informações e dados para dizer-lhes que de todos eles e de outros mais tomei conhecimento por meio dos numerosos artigos e textos históricos da lavra de Iácones Batista Vargas, muitos deles publicados no “Jornal de Luz”, nos anos de 2006, 2013, 2014 e 2015, sobretudo quando da celebração dos 150 anos da Paróquia (1856-2006); dos 200 anos da Capelinha Nossa Senhora da Luz (1813-2013) e dos 90 anos da instalação do Município e da Câmara Municipal (1924-2014). Ressalte-se, por oportuno, a qualidade e a confiabilidade das pesquisas e estudos históricos do Iácones, sempre baseados em fontes primárias e examinados com o zelo e o rigor científico de pesquisador sério, comprometido com a verdade dos fatos históricos, o que o faz altamente credenciado para a cadeira que agora ocupa.

Isto posto, conheçamos um pouco mais da vida do nosso já empossado jovem historiador.

Formação

Iácones nasceu em Luz aos 17 dias de julho de 1980. Filho de Wosilen Ferreira Vargas e de Joana D’Arc Batista Vargas; tem um irmão, Iálisson Batista Vargas, e é casado com Marcela Miranda Tonaco.

Fez seus estudos iniciais – ensino fundamental e médio – em sua cidade natal e, por dois anos, como aluno do ensino médio, representou os colegas no Colegiado Escolar e no Conselho Municipal de Educação. O curso superior, fê-lo na Faculdade de Direito da Universidade de Itaúna, onde obteve a graduação de bacharel em Direito (2004). Na ocasião, foi orador da turma e recebeu a “Medalha Professor Francisco Teodoro da Silva”, por se destacar como o melhor aluno.

Prosseguindo na formação acadêmica, com estudos de pós-graduação *lato sensu*, realizou os seguintes cursos de especialização:

2008 – “**Direito Processual: Grandes Transformações**”, pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Florianópolis, SC;

2013 – “**Direito Notarial e Registral**” – pela Faculdade Arthur Thomas, Londrina, PR;

2014 – “**Gestão de Negócios em Organizações Públicas**”, pela Fundação Dom Cabral, Belo Horizonte, MG.

Paralela e sucessivamente a esses cursos, foi enriquecendo-se profissional e culturalmente com a participação em dezenas de cursos intensivos, seminários, congressos, encontros, palestras etc., na sua área de especialização e em outras áreas do Direito, bem como sobre Estudos Jurídicos em geral, Desenvolvimento Gerencial, Planejamento e Controle Orçamentário, Ética e Disciplina do Advogado, História de Minas e da Fé, Português Jurídico e Instrumental e mais e mais, aproveitando, com empenho e dedicação todas as ricas oportunidades que a “Universidade da Vida” lhe foi oferecendo, nesses anos todos, e assegurando-lhe não só conhecimentos específicos como ampla cultura geral que tão bem e fortemente lhe embasa e sustenta a especialização.

Atuação e mérito profissional

Aos conhecimentos teóricos adquiridos, agregam-se-lhe significativas experiências profissionais:

- **Escrevente judicial da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaúna (2004).**
- **Assessor de Juiz na Comarca de Teófilo Otoni** onde, por mais de 2 anos, prestou serviços na **Vara de Execuções Criminais e na 2ª Vara Cível** (de outubro de 2004 a junho 2007), quando se transferiu para **Governador Valadares**, a fim de continuar o trabalho na **Vara da Infância e da Juventude e de Precatórias Cíveis**.
- Em 2008, aprovado em concurso público, tomou posse como **servidor da 2ª Instância do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, onde escolheu fazer carreira. Lotado na **Corregedoria-Geral de Justiça**, presta serviços à **GENOT – Gerência de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro**, pela qual participou de correições nos cartórios extrajudiciais de aproximadamente 50 comarcas, tendo inspecionado cerca de 600 serventias em todo o Estado de Minas Gerais.
- Em 2011, pelos bons serviços prestados à **Corregedoria-Geral de Justiça**, foi nomeado **Gerente da GENOT** e, nessa condição, lidera seus colegas

de trabalho e comanda as atividades de **orientação e fiscalização dos mais de 3.000 cartórios** em funcionamento no Estado. Desde então (2011), tem ministrado **cursos de treinamento e capacitação para magistrados e servidores da Direção do Foro das 296 comarcas** de Minas Gerais, nos projetos da Corregedoria-Geral de Justiça em parceria com a **Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF)**.

No exercício de suas atividades profissionais, participa constantemente do desenvolvimento e lançamento do **Selo de Fiscalização Eletrônico** utilizado pelos cartórios de Minas, cujo moderno sistema visa “garantir maior transparência e segurança ao usuário dos serviços extrajudiciais, mediante consulta pública de validade do selo, pela internet”. Participa, igualmente, do **Grupo Especial de Trabalho com o objetivo de apresentar projeto de Código de Normas**, a ser implantado nos cartórios extrajudiciais de Minas Gerais.

Pela sua boa e intensa atuação na Corregedoria-Geral da Justiça, foi agraciado com a Medalha de Mérito “**Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena**”, em 2012, sendo o primeiro luzense a receber essa comenda.

Em 2002, foi também agraciado, em Itabira-MG, com o “**Troféu Jovens de Sucesso**” e, em 2008, em Santo Antônio do Monte, com o “**Troféu Governador Magalhães Pinto – Gente que faz**”.

Recentemente, neste 2016, recebeu o “**Cordão Executivo Deputado Antero Rocha**”, concedido pelo Município de Pitangui.

Sua contribuição à História do Centro-Oeste Mineiro tem sido, também, largamente reconhecida com honrosos convites para integrar o corpo de associados de instituições de peso cultural como o Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, de Itaúna; o Instituto Histórico de Pitangui; o Instituto Histórico e Geográfico de Pompéu e, ainda, a Comissão de História dos 300 anos de Pitangui.

Vocação cultural e devoção à História e à terra natal

Iácones transita com desenvoltura pelos meandros da cultura, fixando, curiosa e prazerosamente, o olhar nos diversos campos das ciências humanas.

Cultiva o gosto pelo humano e por tudo quanto lhe diz respeito: o Direito, a História, as Artes, a Religião, a Vida...

As suas já muitas e diversificadas publicações incluem monografias, capítulos de livros, artigos, comunicações, poemas etc., que abordam assuntos técnicos (área jurídica); históricos (a terra e a gente de Luz e do Centro-Oeste Mineiro); religiosos (a fé dos luzenses, seus templos, padres, bispos e a Diocese Luceatina); genealógicos (linhagens e relações de parentesco de famílias de Luz e do Centro-Oeste); literários (textos e comunicações jornalísticas, incluindo poemas onde revela sua veia poética).

Como pesquisador e historiador, Iácones tem dado extraordinária colaboração à história do Município e à preservação do seu patrimônio material e imaterial. Colabora com o “Jornal de Luz”, onde já publicou mais de meia centena de artigos e comunicações sobre a História de Luz, da Diocese e do Centro-Oeste de Minas, divulgando, muitas vezes, dados e informações inéditas, fruto do seu devotado trabalho de pesquisador exigente e inquiridor. Com isso, tem aberto novas clareiras para o conhecimento da verdadeira história de sua cidade e da sua região.

No momento, trabalha na preparação de alguns livros, destacando-se a História da Paróquia Nossa Senhora da Luz, da Catedral e da Diocese de Luz. Em curso, também, a história de algumas famílias de Luz e a história da vida do Capitão Alexandre S. d’Oliveira Dú, um dos seus ídolos, primeiro Presidente da Câmara Municipal e primeiro Agente Executivo do Município de Luz.

Seu talento musical fê-lo músico da Banda Lyra Vicentina Aterradsense, onde toca trombone. O seu contar e cantar a terra natal mereceu um belo poema do Professor José Paulo de Oliveira, luzense, hoje residindo em Belo Horizonte.

Iácones conta que, quando criança, ao ir diariamente para a escola, passava em frente ao Palácio Episcopal e à Catedral Nossa Senhora da Luz e gostava muito de cumprimentar o Bispo e ser por ele abençoado; pensa, diz ele, que foi aí que começou a sua paixão pela História de Luz e da Diocese Luceatina.

Arrematando

Como historiador do Município de Luz, da sua Diocese e do Centro Oeste de Minas, Iácones revela-se preparado para dar valiosa contribuição ao nosso Instituto, hoje, seriamente empenhado em conhecer mais e melhor a história das “muitas Minas” de que nos fala Guimarães Rosa, uma vez que as queremos todas aqui representadas, estudadas, conhecidas e reconhecidas pela contribuição de seus filhos à amalgamação do povo mineiro, este povo que sabe amar sua terra, ser ordeiro, pacífico e laborioso no seu cotidiano, mas igualmente sabe ser corajoso, destemido, guerreiro, quando as circunstâncias assim o exigem.

Nós o saudamos, Iácones, com muita alegria e lhe abrimos as portas da Casa de João Pinheiro e as dos nossos corações, oferecendo-lhe nossa melhor acolhida. Esteja certo de que aqui você encontrará amigos aos quais muito ensinará e dos quais receberá, também, muitos e sábios ensinamentos. A vida é uma troca, você sabe!

E para não faltar ao papel de madrinha, peço licença a todos para contar-lhes o que certa vez li da lavra de um mestre oriental. Não sei onde, nem quando, mas guardei o ensinamento e procuro vivê-lo. Dizia ele: ***Apenas três coisas bastam para fazer a vida feliz: as bênçãos de Deus, bons livros e um amigo.***

Eu imagino, Iácones, que você deve estar muito feliz, hoje, aqui entre nós porque:

1º - As bênçãos de Deus, você as tem. Qual o filho que não tem a bênção do Pai?

2º - Bons livros, você também os tem: numerosos e de boa qualidade, estou certa;

3º - Ora, se um amigo basta para fazer a vida feliz, posso imaginar sua felicidade com a presença de tantos amigos, entre os quais nós daqui do Instituto que lhe oferecemos, também, a nossa fraterna amizade.

Portanto, seja bem-vindo e muito feliz entre nós!

POSSE DO ASSOCIADO EFETIVO DA CADEIRA N° 96*

Iácones Batista Vargas – Cadeira n° 96

Patrono: Sebastião de Affonseca e Silva

“Não há conter as badaladas de meu coração palpitante.”

“Este momento é dos mais altos em que já me vi alçado.”

Nas palavras destes dois grandes oradores mineiros, o Cônego Geraldo Mendes de Vasconcelos, do Aterrado Luceatino, e o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, do Tijuco Diamantino, busco externar a emoção que me invade ao ser admitido e iniciado, para minha surpresa, para minha honra e para meu gáudio, à sagrada ordem da Casa de João Pinheiro.

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais é o templo guardião da arca da cultura, é o escapulário dos valores e das tradições mais caras e mais nobres do povo mineiro. Da História e da Geografia, da Heráldica e da Genealogia *“estamos aqui numa catedral. Não cabia em um [mero] catecúmeno vir ensinar a religião a seus bispos e pontífices, nem aos que [...] nela recebem as ordens do seu sacerdócio”*. Na Oração aos Moços, de Rui Barbosa, contenho-me a euforia e atendo ao sussurrar consciente da minha condição de neófito, *“nulo entre os grandes da inteligência, [mas] grande entre os experimentados na fraqueza humana”*.

Subo [, pois,] a esta tribuna com a humildade de quem se reconhece pequeno [demais] para emitir sua voz muito longe da qualidade de quantas aqui se fizeram e se fazem ouvir, grandiloquentes. Repito, assim, com a mesma humildade, o introito proferido pelo saudoso e benemérito Presidente do IHGMG, Professor Herbert Sardinha Pinto, quando de sua posse neste Sodalício.

À Casa de João Pinheiro agradeço a acolhida e a generosidade para comigo desde o primeiro dia em que aqui pisei, 15 anos atrás. Agradeço à Professora Regina Almeida, ao meu conterrâneo Coronel Adalberto Guimarães Menezes e ao

* Discurso proferido em 16 de julho de 2016.

Presidente Wagner Colombarolli a amizade sincera e a coragem de concederem esse prêmio, indicando meu nome para integrar os quadros deste honrado Instituto. Agradeço igualmente a todos os que apoiaram essa admissão e àqueles que a aprovaram em janeiro deste ano. Aceito, com agrado, este novo desafio de honrar a confiança em mim depositada e de tudo fazer para preservação da História, dos valores e das tradições do povo mineiro, bem como para engrandecimento desta que é “A Mais Vetusta Casa em Cultura”.

Recordo-me da primeira referência que vi sobre o IHGMG: ainda criança, aluno do 3º ano primário, em trabalho escolar solicitado pela Professora Maria José Silva, sob orientação da Professora Antônia Vilma Carvalho, tive acesso ao relato sobre a origem da povoação de Nossa Senhora da Luz do Aterrado. O texto indicava o nome do autor, acrescido de imponente referência: *Edelweis Teixeira, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.*

Este nobre salão, de tão venerandas tradições, tive a honra de conhecer em 2001, por ocasião da posse do saudoso Dr. Guaracy de Castro Nogueira (Cadeira nº 46, patrono Cônego José Antônio Marinho). Três meses depois, tornei a adentrar neste areópago cultural para a posse do saudoso conterrâneo Dr. Djalma Alves de Azevedo (Cadeira nº 62, patrono Carlos Peixoto de Melo Filho).

Naqueles momentos, tanto de minha infância quanto de minha juventude, tal qual acontecera com o ex-Presidente desta Casa, Alberto Barroca, imaginava que *ser membro do Instituto Histórico e Geográfico equivalia [...] à láurea máxima que um estudioso poderia alcançar.*

Jamais imaginaria galgar tão elevado degrau no altar da história e da cultura mineiras, tampouco na condição e na idade em que me encontro.

Aproximo-me [, pois,] dos senhores e das senhoras coassociados, os nomes mais representativos da cultura mineira e os espíritos mais delicados e mais dedicados à perpetuação dos valores” do povo de Minas, com o mesmo sentimento do Presidente Barroca, “para haurir seus ensinamentos, sorver conhecimentos, aprender lições de civismo, cultivar os maiores, [...] na sagrada vigília das tradições de nossa terra.

Permitiu a Divina Providência que esta posse se desse no Ano Jubilar da Misericórdia e justamente no Dia de Minas, em que se celebra a memória mariana de Nossa Senhora do Carmo, a singular Virgem Flor do Jardim de Israel, cuja devoção do escapulário, entregue a São Simão Stock em 1251, completa hoje exatos 765 anos. *Tanto é Santa Maria de graças provida, / Que, para louvá-la, falta-nos tempo e vida*, já rezava Dom Afonso em suas “Cantigas”.

Dia de Minas

Dezesseis de julho de 2016! Há 320 anos, nascia Minas Gerais, com a Bandeira de Salvador Furtado de Mendonça, às margens do Ribeirão do Carmo e suas *águas que carregavam esperanças*, durante a *primeira missa em homenagem a Nossa Senhora do Carmo*, segundo lição do Dr. Roque Camêllo (Cadeira nº 66, patroneada pela Princesa Isabel).

Na efeméride de hoje, os olhares de todos os mineiros voltam-se, reverentes, para a primaz Capital, Mariana, na celebração do Dia do Estado de Minas Gerais. Não apenas para cumprir determinado dispositivo legal e constitucional, mas, acima de tudo, porque *Minas tem visgo. É paixão vitalícia grudada na alma da gente, à prova de geografia e até de história*, conforme proclamou o ilustre luzense Ministro Ronaldo Costa Couto. E diria mais: à prova até de decreto!

O momento atual exige a profecia do então Governador Juscelino: *Minas Gerais, que sempre foi a terra da liberdade, há de ser também a terra da prosperidade. E, em seu solo abençoado, nossos filhos hão de conhecer as alegrias de um futuro risonho, sem os tormentos dos fantasmas* que hoje assolam o país.

Senhor Presidente, nobres confrades, senhoras e senhores,

Peço licença à memória e rogo a bênção do Professor Herbert Sardinha Pinto para que possa me aproximar, com respeito e veneração, da Cadeira nº 96 deste Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, a qual tem como patrono o historiador Sebastião de Affonseca e Silva.

Com o mesmo sentimento de Alceu Amoroso Lima (o Tristão de Ataíde) ao tomar posse, em 1935, na Academia Brasileira de Letras, sinto-me aqui também acolhido pelos dois grandes nomes que imortalizam esta Cadeira. *Pela primeira vez em sua história, vai ela sentir-se grande demais para receber o ínfimo herdeiro de tão alta herança: Major Sebastião de Affonseca e Silva e Professor Herbert Sardinha Pinto, padrões de gente boa [...]. Nenhum dos [dois], em qualquer momento de sua vida, em qualquer página de sua obra, deixou de ser acima de tudo um homem, puro, simples e bom.*

Pesa-me aos ombros a difícil missão de suceder a um e o dever de honrar a ambos. Suaviza-me, entretanto, o exemplo honrado por eles deixado, o qual me orientará e revigorará nos momentos de fraqueza e de incertezas.

O antecessor

Professor Herbert Sardinha Pinto nasceu em 1929, no distrito de Divino de Guanhães, hoje Divinolândia de Minas. Desde o nascimento, já contava com as luzes do Espírito Santo, que o fizeram um ser humano diferenciado, na nobreza de caráter, na delicadeza do trato e na sabedoria de seu coração.

Era o oitavo dos onze filhos do casal Tito Alves Pinto Júnior e Dona Risoleta Pinto Sardinha. Após aprender as primeiras letras na escola que leva o nome do pai, deixou sua terra natal, vindo estudar em Belo Horizonte, donde partiu para São Paulo. Ali, graduou-se em Filosofia e Ciências Sociais, tendo estudado Genealogia e Paleografia. Voltando a Minas Gerais, cursou Turismo, História da Arte e da Música e fez iniciação em Teologia.

Trabalhou, lecionou, dirigiu e fundou educandários. Ocupou diversos cargos públicos na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, onde, preocupado com a formação acadêmica de jovens carentes, fundou e dirigiu a Comissão Estadual de Bolsas de Estudos. Também exerceu importantes funções no Governo de Minas Gerais e no Município de Belo Horizonte, especialmente nas áreas da educação e da assistência social. Publicou diversos trabalhos, sobretudo de conteúdo histórico, genealógico e artístico, com destaque para o livro *O Aleijadinho – Catálogo Geral da Obra*, que se orgulhava de ter editado, em 2011,

em parceria com Marcelo Coimbra e o consócio Márcio Cunha Jardim (Cadeira nº 80, Artur Álvares de Campos).

Altruísta, quando da viuvez da irmã caçula, Maria do Rosário, o Professor Herbert Sardinha assumiu-lhe a família e criou os sete sobrinhos com devotado amor de pai.

Antes mesmo de ingressar na Casa de João Pinheiro, era seu intenso colaborador, como revisor da Revista, na qual já publicava trabalhos de sua autoria. Nessa época, figurava como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como membro do Instituto Nacional de Genealogia, da Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística, da Cultura Artística de Minas Gerais, da Sociedade Coral de Belo Horizonte e do Instituto de História da Arte. Não é, pois, sem razão que o saudoso Dr. Jorge Lasmar a ele se refere como sendo *outro professor que sempre dividiu sua vida profissional com a pesquisa histórica e outros segmentos da cultura*.

Foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em 1979. Tomou posse em 5 de setembro de 1980, quando assumiu a inédita titularidade da Cadeira nº 96. Acredita-se que ele mesmo tenha indicado o patrono Sebastião de Affonseca e Silva à Comissão Especial do Quadro Complementar de Patronos, a qual veio a escolher os nomes para as Cadeiras nº 88 a nº 100 em reunião realizada no dia 29 de outubro de 1979, sob a coordenação do Dr. Ildefonso Silveira de Carvalho (Cadeira nº 99, patrono Abílio Barreto).

O vínculo com seu patrono na Casa de João Pinheiro era tão forte que o manteve também quando se tornou imortal na Academia de Letras do Brasil, Seção Minas Gerais. Professor Sardinha foi, ainda, membro do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba-SP, do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília-DF e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Na Casa de João Pinheiro exerceu variadas funções e atividades. Em 1999, integrou a comissão que projetou o novo e atual brasão. Participou da comissão que criou a bandeira do Poder Judiciário de Minas Gerais. A ele deve a Biblioteca Dr. Copérnico Pinto Coelho a doação da coletânea completa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Ocupou cargos de direção nesta Casa,

tendo exercido a Presidência, com profícua gestão, no biênio 1996-1998. Como Presidente, mais uma vez, todos puderam comprovar a certa palavra do Orador Oficial, Antônio Augusto de Melo Cançado, quando o acolheu no Instituto: *tudo quanto ele faz ou tem feito revela um belo espírito de ‘finesse’ ao qual não falece nunca a ‘geometria’ da seriedade dos fatos e das palavras.*

Era o trabalho e a dedicação personificados. Seus relevantes serviços prestados à educação e à cultura renderam-lhe o título de patrono da Biblioteca Pública Municipal de Santa Efigênia de Minas, além de inúmeras láureas. O incansável trabalho realizado à frente da Casa de João Pinheiro foi reconhecido por seus pares que lhe conferiram o título de Sócio Benemérito, por ocasião das celebrações do Centenário do Instituto em 2007.

O Professor Herbert viveu uma longa e abençoada união com o saber, a história, a genealogia e a cultura mineira, cultivando os valores cívicos e morais em seus melhores predicados. Tive o privilégio de conhecê-lo. Qual não foi meu espanto ao saber que havia falecido em 2014, justamente no dia do meu aniversário. Amanhã, completam-se dois anos que o saudoso Professor Herbert Sardinha Pinto fechou os olhos a este mundo e, abrindo-os na eternidade, tornou-se mais um anjo a velar por este Sodalício que ele tanto amou e ao qual dedicou tanto de sua vida! Conforme lembra sua sobrinha Maria das Graças, “o Instituto era a vida dele”. E, ao longo de 34 anos, ele viveu o Instituto e para o Instituto.

O patrono

Neste ano de 2016, em que se completam 205 anos da criação do julgado de São Domingos do Araxá e exatos dois séculos da incorporação do Triângulo ao território mineiro, deixo as margens do Ribeirão Jorge Pequeno e do Córrego do Açudinho com seu Aterrado, na planície do Rio São Francisco, e transponho a célebre Serra da Marcela, admirando o imponente Morro do Palhano e a vastíssima região do Oeste Mineiro, que, vista daquelas alturas, mais se assemelha a um grande mar de colinas a se perderem na imensidão das Gerais. Subo ao “Planalto da Luz”, de onde primeiro se avista o sol no Brasil Central, para, ali, em terras araxaenses, tentar encontrar-me com o nobre patrono da Cadeira nº 96 desta

augusta Casa: “Um Senhor Patrono”, o **historiador Sebastião de Affonseca e Silva**.

Pude conhecer seus familiares: a nonagenária neta Dona Ilka de Affonseca Nessralla, os bisnetos Mário Lúcio, Aparecida e Eduardo, além do neto Carlos César. Sob as bênçãos da chuva, visitei, emocionado, o túmulo onde repousa em seu sono eterno.

Homem da família

Sebastião de Affonseca e Silva, filho do Capitão João Maximiano de Affonseca e Silva e de sua parenta Dona Francisca de Paula Eremita, nasceu em São Domingos do Araxá, no dia 12 de setembro de 1877, quando aquela cidade ainda era uma menina de apenas 11 anos.

O pai de Sebastião era filho de Francisco de Affonseca e Silva, que desposou a sobrinha Balbina Barbosa de Affonseca e Silva. Sobre a mãe do patrono, há relatos de que fosse tia do próprio esposo, irmã da mãe dele; nascera da descendente de índios araxás Laureana Cirila Barbosa, que teria se casado com Antônio de Affonseca e Silva, irmão do avô paterno de Sebastião, filhos que eram de João de Affonseca e Silva e Maria da Costa Braga, oriundos de Paracatu.

Sebastião de Affonseca e Silva é o segundo dos quatro filhos do Capitão João Maximiano e de Dona Francisca de Paula Eremita, sendo irmão de Theodora (Doreca), Rita e Maria Benedita. É tio do General-de-Brigada José Porfírio da Paz, que foi Prefeito da Capital de São Paulo, Vice-Governador e Deputado daquele Estado, além de autor do hino “Salve o Tricolor Paulista”, composto há 80 anos e dedicado ao São Paulo Futebol Clube, do qual foi fundador e primeiro técnico.

Sebastião de Affonseca e Silva estudou em Uberaba, no Colégio Uberabense. Concluído o curso, retornou à terra natal. Ali, há 120 anos, no dia do aniversário da cidade, casou-se com Dona Prosolina Porfírio de Affonseca, filha do subdelegado Evaristo Afonso da Silva e de Maria Porfírio da Rocha e Silva. Dessa feliz união, nasceram treze filhos: Sebastião Júnior; Dom José Gaspar de Affonseca e Silva; Sr. Celidônio (pai de Dona Ilka de Affonseca Nessralla e Carlos César); o médico Dr. César de Affonseca e Silva; Saul de Affonseca e Silva; a freira *Irmã*

Maria de Afonseca e Silva, da Congregação das filhas de Maria Auxiliadora, farmacêutica, a serviço da Santa Casa de Guaratinguetá; a professora Agar; Clélio de Affonseca; Philotéa (a primeira); a dominicana Irmã Francisca de Sales, que no século se chamou Philotéa (em homenagem à outra irmã falecida); Jésus, solteiro, farmacêutico, que herdou a profissão do pai; Sebastião de Afonseca Filho, que assumiu o nome do pai e do irmão primogênito (falecido criança), e a caçula Terezinha.

Homem da fé

Sebastião de Affonseca e Silva nasceu num lar de fé. E dupla fé! A fé pública, firme, boa e valiosa, autêntica, segura e eficaz, proveniente da pena de seu pai, serventuário da Justiça, que, durante 53 anos, prestou relevantes serviços como escrivão e tabelião do cartório do 1º Ofício do Judicial e Notas e oficial do Registro Geral de Hipotecas. E a fé cristã católica, própria da religiosidade do povo mineiro, professada por toda a família, que rendeu a Araxá, a Minas Gerais e ao Brasil nada menos que sete sacerdotes, *todos primos entre si*.

Em piedoso ambiente cristão, Sebastião de Affonseca e Silva viveu e criou sua família. Esse espírito de fé foi determinante para a vocação dos três filhos consagrados ao serviço de Deus.

Dom José Gaspar, figura proeminente do episcopado brasileiro, foi o 14º bispo e 2º Arcebispo Metropolitano de São Paulo, tendo assumido o trono episcopal com apenas 38 anos e falecido 5 anos depois, em 1943, num desastre de avião, no Rio de Janeiro. O coração filial do nobre Arcebispo revela, com precisão, em sua Pastoral de Saudação, a figura do venerando patrono da Cadeira nº 96 desta Casa:

Muitos exemplos edificantes temos lido nos livros, antigos e recentes! Nenhum, porém, que nos comovesse tanto como o amor ao trabalho e ao espírito de fé que contemplamos no coração do nosso pai estremecido, o qual [...], zelando durante 25 anos pela lâmpada do Santíssimo Sacramento, nunca a deixou apagar-se por culpa sua, levantando-se para reacendê-la nas noites de ventania, sempre que receava ter-se o vento insinuado pelas

fendas dos vitrais e extinguido a chama sagrada do santuário. / Seus atos, suas virtudes, sua piedade, seu espírito de fé e resignação, sua modéstia e silencio valem para nós mais do que todas as fortunas reunidas.

Homem da caridade

Sebastião de Affonseca e Silva, inspirado no Apóstolo Tiago, pôde expressar: *eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras.*

Além de piedoso cristão católico, exercia a caridade por meio das obras sociais, com especial atuação na Sociedade de São Vicente de Paulo. Em 1901, foi confrade fundador e primeiro tesoureiro da Conferência São Domingos de Gusmão, de Araxá. Teve o privilégio de celebrar bodas de ouro da fundação daquela conferência e a *efeméride de como sócio fundador ocupar o cargo de tesoureiro por 50 anos (1901-1951)*. Seguidor de Antônio Frederico Ozanan, foi fundador e provedor da Vila Vicentina, localizada no Bairro Santa Teresinha, em Araxá.

Fiscal da Provedoria da Irmandade de São Francisco e São Sebastião, Affonseca e Silva, juntamente com seus coirmãos, conseguiu, em 1947, *a criação da primeira Capelania para a Irmandade e para a Igreja histórica*. Membro da Irmandade de Nossa Senhora da Abadia, mantenedora da Santa Casa de Misericórdia de Araxá, o Major Sebastião foi seu vice-provedor por longos anos, tendo sido reeleito sucessivamente entre 1908 e 1921. Na década de 1940, continuava integrando o corpo administrativo, como secretário da provedoria, daquele estabelecimento de saúde.

Por iniciativa sua, em 1912, formou-se a primeira floresta de eucaliptos de Araxá, no terreno aos fundos da Vila Vicentina. Contribuiu para a construção do novo prédio que abrigou a Santa Casa de Araxá, inaugurado por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, tendo figurado entre os paraninfos da solenidade.

Homem do trabalho e da comunidade

Sebastião de Affonseca e Silva foi nomeado Coletor Municipal de Araxá em 1901, permanecendo na função até 1912.

Em 1914, juntamente com outros companheiros, fundou a inusitada Sociedade de Auxílios Mútuos “A Protectora Dotal Mineira”, que tinha *por fim operar em peculios por auxílios mutuos, constituindo dotes por casamentos e anniversarios*, distribuídos entre os associados. O funcionamento dessa sociedade foi autorizado, em todo o território nacional, pelo então Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, por meio do Decreto Federal nº 11.176, de 30 de setembro de 1914.

Também naquele ano, Sebastião de Affonseca e Silva figurou como paraninfo das solenidades cívicas, religiosas e sociais de inauguração dos serviços “Força e Luz” de Araxá, encerradas com baile comemorativo no Grupo Escolar. Ainda no início do século XX, atuou como coletor federal, muitas vezes cumulando a função de coletor da Câmara, bem como prestava, com exclusividade, o serviço de “telephone” em Araxá, mediante associação particular por ele mesmo agenciada.

Homem de visão, vivia à frente de seu tempo. Em 1928, já figurava entre as *pessoas e firmas distinguidas pela Municipalidade de Planaltina, Estado de Goyaz e que, coerentes com a mudança da capital da Republica, acceitaram a doação de suas terras no Planalto Central de Goyaz.*

Homem da saúde

Em 1911, *obteve licença da Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais para desempenhar a profissão de farmacêutico*: “PHarmaceutico com ‘PH’ maiúsculos”, como dizia o saudoso luzense Mauro Corgozinho Raposo. Sua “*Pharmacia São Sebastião*” funcionou em Araxá, na Praça Coronel Adolpho e na Av. Antônio Carlos, n.º 32. Por 51 anos, exerceu o sacerdócio farmacêutico, auxiliado pelos funcionários Guilmar França e Orlando da Cunha e Oliveira. Mantinha em seu estabelecimento *completo e variado sortimento de preparados e drogas chimicas nacionaes e estrangeiras*. Sempre aviava as receitas com

promptidão e asseio a qualquer hora do dia ou da noite e aceitava a incumbencia de mandar vir das grandes praças commerciaes, qualquer preparado ou droga chimica, conforme se vê de anúncio publicitário resgatado na revista O Trem da História, da Fundação Cultural Calmon Barreto (FCCB), de Araxá-MG.

Suas fórmulas eram criteriosamente manipuladas, sendo as mais conhecidas a *poção contra gripe, denominada Araxaína; poção espasmódica; julepo [...]* gomoso usado contra diarreia e indicado para crianças, bem como *cápsulas feitas com óleo de erva-de-santa-maria e indicadas como vermífugo*, além do “*anestésico contra picadas*”.

Homem metódico e organizado

De estatura baixa e forte, nunca se separava de seus óculos escuros e jamais dispensava o terno de linho. Sempre foi muito organizado e fiel aos seus horários e compromissos. Mesmo idoso, todas as tardes fazia sua caminhada pelas ruas de Araxá. Cumpria tão rigorosamente a rotina, que muitas vezes as pessoas acertavam o relógio pela sua presença em determinado lugar. O sapateiro Nado, ao vê-lo, aferia os ponteiros e exclamava “4 e 12!” todos os dias, no exato momento em que Sebastião passava à porta de seu estabelecimento, conforme relato do neto Carlos César de Afonseca.

Homem da cultura.

Araxá deve a ele o trabalho pioneiro de reunir parte significativa da documentação histórica disponível sobre o Município. Pelo seu íntimo contato com as fontes primárias e os arquivos oficiais das repartições públicas por onde atuou, reuniu, ao longo de quase 70 anos, inúmeros documentos que resultaram nos arquivos do Museu Dona Beja e em coleção mantida na FCCB.

Em 1925, com o amigo Hildebrando de Araújo Pontes, Sebastião fundou a Sociedade de Geografia e História do Brasil Central, com sede em Araxá, da qual se elegeu diretor sob a presidência daquele, que é patrono da Cadeira nº 100 deste Instituto, hoje ocupada pelo Dr. Paulo Ramiz Lasmar.

Reconhecendo sua *capacidade comprovada* [...] *para versar o assunto* ligado ao passado, Dom Alexandre Gonçalves Amaral, proclamou que Sebastião é *uma vigorosa afirmativa de vocação para pacientes pesquisas históricas*.

Integrava o Instituto de Genealogia de Minas Gerais. Em 1957, aparece na *Relação dos Sócios Correspondentes* do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao lado do seu conterrâneo Mário de Castro Magalhães. Nessa época, os então 80 sócios efetivos iniciaram o processo de escolha dos patronos de suas cadeiras. Até então, não existiam as Cadeiras nº 81 a nº 100.

Publicações

Na Revista do Instituto, encontra-se uma única publicação de sua autoria, datada de 1959, *Reminiscências Históricas: A Fundação da Povoação do Desemboque*. Entretanto, sua obra é vasta e grandiosa, iniciando-se no alvorecer do Século XX, quando já divulgava na imprensa local o resultado de suas pesquisas.

O primeiro livro dele encontrado vem a ser *Subsídios para a História do Araxá e Duas Palavras sobre o Triângulo Mineiro: Publicação até 1890*. Editado em 1915, numa parceria, trata-se de coletânea de artigos publicados no jornal Correio de Araxá, os quais foram redigidos por Clodion Cardoso, com base nas pesquisas de Sebastião de Affonseca e Silva, *cuja tarefa árdua e meritória, consistia em escavar factos e documentos, onde os encontrasse, como elementos basicos em torno dos quais o collaborador litterario interferisse o seu espírito e o seu critério de historiador*. Conforme consta do posfácio, as publicações foram interrompidas, já que, compromissado com a verdade histórica, Sebastião não aceitou o modo como o colaborador passara a interpretar os fatos mais contemporâneos da história de Araxá.

Em 13 de julho de 1943, concluiu a sua *Monografia Histórica e Geográfica de Araxá*, com 372 páginas datilografadas e encadernadas em 2 volumes, entregues ao então Prefeito, Álvaro Cardoso de Menezes. O precioso trabalho contempla a *história e as efemérides de Araxá, decorridas desde o ano de 1671, [...] sobre o 'território', a 'nação', os 'sertões', o 'município' e a 'cidade de Araxá', com suas miraculosas águas, descritas em Capítulo Especial*". Sobre a "nação" dos índios

araxás, refere-se “a essa tribo com ternura, porque ele mesmo se jacta de descender da velha raça através de sua bisavó [...], autêntica araxana.

Três anos depois, em 1946, essa monografia veio a ser publicada pelo Governo do Estado, sob o título de *História do Araxá*, após adaptação feita por Ayres da Matta Machado Filho, patrono da Cadeira nº 35 deste Instituto, que a resumiu e adaptou-lhe o tom geral à índole do trabalho.

Em outubro de 1947, trouxe à lume “A Paróquia de São Domingos de Araxá: Desde os primórdios da sua fundação em 1780 até os dias de hoje – Arte religiosa”, obra escrita a pedido da Provedoria da Irmandade de São Sebastião e São Francisco, da qual era fiscal. Além de resgatar a história religiosa, o trabalho divulga a artística obra do genial escultor Bento Antônio da Boa Morte, considerado “o Antônio Francisco Lisboa de Araxá”, responsável por talhar em cedro doze imagens veneradas na patriarcal igreja de São Sebastião, construída em 1804 por José Pereira Bom Jardim.

Também deixou a *Sucinta Monografia da História de Araxá*: obra inédita, datilografada pelo bisneto Eduardo Elias, que carinhosamente guarda uma cópia desse trabalho, juntamente com a bengala do “Vô Bastião” (a mesma bengala com que o bisavô cutucava o bisneto, convidando-o para assumir a máquina de escrever e auxiliar o venerando historiador em seu trabalho).

Ainda há notícia de outra obra de imensurável valor: *Ana Jacinta de São José (Dona Bêja in-natura)*. Sua vida em ordem cronológica do berço ao túmulo – 1800-1874 – “Coletânea de narrativas ouvidas de pessoas septuagenárias, octogenárias, nonagenárias e quási centenárias”. Desse trabalho inédito, datilografado em 1950, apenas a folha de rosto encontra-se disponível em plataforma eletrônica do Arquivo Público Mineiro, graças à cópia obtida por Hélio Gravatá em 1985. Apesar da informação manuscrita de que o *original inédito acha-se no museu de Araxá*, não foi localizado, a despeito de insistentes buscas nesse sentido.

A importância dessa obra justifica-se pelo fato de sempre ser citada, ou, antes dela, o seu autor, por todos aqueles que escreveram sobre “a Vênus do

Sertão”, a exemplo de Thomas Leonardos, Waldir Luiz Costa, J.G. Almeida e Hildebrando Pontes.

Criador do mito Dona Bêja

João Dornas Filho reconhece Sebastião de Affonseca e Silva *como ‘mentor’ legítimo e a principal fonte sobre Dona Beja*. De fato, o Major Sebastião pode ser considerado o criador do mito sobre a figura de Ana Jacinta de São José, a famosa Dona Bêja, nascida em Pains-MG, então Freguesia de Formiga-MG e que projetou Araxá para Minas, o Brasil e o mundo.

Seu entusiasmo com a figura de Dona Bêja era tamanho que, em 1957, *foi o principal idealizador e organizador da primeira Festa Cultural-Social, realizada em Araxá* por ocasião do lançamento do livro de Thomas Leonardos, *Dona Beija, a Feiticeira do Araxá*, o qual, baseado no trabalho original de Affonseca, foi transformado em grande sucesso da televisão brasileira, na década de 1980, pela então Rede Manchete.

Tal qual Dona Bêja – sem o “i”, como preferia –, Sebastião de Affonseca e Silva muitas vezes percorreu o “imbiara” (o caminho das águas) do Barreiro, indo fazer uso das miraculosas fontes no entorno do Grande Hotel. As belas pinturas dos *painéis artísticos das Termas [...] trabalhados com forte temática histórica*, certamente, receberam orientação de Sebastião, dada a riqueza de detalhes e registros históricos que contêm.

Patriarca do Araxá

Abnegado, Sebastião muito colaborou com tantos quantos desejaram escrever sobre o Araxá, fornecendo-lhes dados encontrados em suas pesquisas ou recebidos pela tradição oral. Sempre recebia o reconhecimento dos amigos escritores. Na dedicatória lançada em um exemplar da sua “Notícia Estatístico-Corográfica e Histórica do Município de Araxá”, Hildebrando Pontes assim escreveu:

Ao Sebastião de Affonseca e Silva, araxaense distinto dentre os que mais o são, amigo dedicado e fiel, caracter amoldado em o mais puro crisol e espírito de eleição, ofereço este exemplar do meu modesto trabalho que,

se algum merecimento tem, muito deve á collaboração que o excellente amigo lhe prestou.

Com efeito, toda razão assiste a Waldir Luiz Costa, quando, nas páginas de seu livro *Da Maloca ao Palácio*, aduz que *não se poderá, hoje como nunca, escrever uma frase sequer sobre a história de nossa terra [Araxá] e de nossa gente, sem ouvir-lhe a palavra abalizada, que se inspira numa vida de pesquisa honesta e de trabalho meritório.* O Major Sebastião de Affonseca e Silva foi o grande historiador que teve *obstinação em recuperar o passado histórico*, que constitui o mais famoso e o mais delicioso doce na mesa da cultura do seu querido Araxá.

O prestígio e a respeitabilidade de que gozava fizeram-no conhecido como *um patriarca da cidade*, muitas vezes recebendo o tratamento de Major, talvez não por eventual patente militar, mas principalmente pelo grande amor devotado ao povo e à sua terra. Essas características repercutiam longe. Em 1934, foi convidado pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, *para ser o informante oficial do município*, na estratégia de relacionamento com os intelectuais, *livre para a produção de uma cultura oficial que abrigava correntes ideológicas das mais diversas.*

Era, portanto, o porta-voz oficial da sociedade araxaense.

Na eternidade

Piedoso, caridoso, trabalhador, persistente, culto, honrado e admirado: assim viveu Sebastião de Affonseca e Silva, que faleceu, aos 90 anos de idade, em 9 de agosto de 1968, no seu Araxá. Seu nome está imortalizado, na terra natal, no Bairro Santa Terezinha, em cerca de 900 metros de avenida retilínea e arborizada, com duas pistas e canteiro central, entre a Avenida Getúlio Vargas e a Rua Dr. Edmar Cunha.

Araxá: terra de onde primeiro se avista o sol. Exprime também *vigilância, inspeção a ação de ver. Gente vigilante.* Sebastião de Affonseca e Silva honrou esse nome, porquanto permaneceu sempre vigilante, observador e atento aos fatos históricos e documentos que registram o passado do território e da gente araxaense e araxana. Hoje, do Araxá celestial, continua velando pela querida terra, cantada

nos versos do seu concidadão honorário Dr. Renato César Jardim, Juiz de Direito, membro da Academia Araxaense de Letras e da Academia de Letras do Brasil, Seção Minas Gerais: *Alvissareira terra, generosa alma materna, / carregas o brilho do filho que a sublima. / A cada manhã darás à luz quem ilumina / e do sol serás parturiente eterna.*

Caros consócios, meus senhores e minhas senhoras,

Em homenagem recebida dos funcionários fiscais do Estado, em 1952, o então Governador Juscelino ouviu *a singela frase de que o tempo é pouco para as palavras, mas bastante para quem tem o poder da vontade e quer realizar alguma coisa*, especialmente quando voltada para o bem da coletividade.

Essa emoção de servir e de sentir que o seu trabalho, embora árduo e exaustivo, está frutificando para o bem de sua terra e de sua gente, é o maior prêmio a que pode aspirar um homem público. Reafirmando para vós que esse prêmio é o maior dos estímulos, desejo honrar a Casa de João Pinheiro e aqui fazer valer o nome com que fui batizado por meus pais: o de ser aquele que está a serviço, aquele que veio para servir. Por isso, servidor público que sou, espero servir, inteiramente, de corpo e alma, ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Que Deus abençoe a Casa de João Pinheiro, todos os seus integrantes e cada um de nós!

SAUDAÇÃO AO ASSOCIADO HONORÁRIO*

Rogério Faria Tavares - Cadeira nº 71

Patrono: Pe. José Joaquim Viegas de Menezes

Bom dia a todos. Agradeço a presença do distinto público que nos honra com a sua atenção. Saúdo os integrantes da mesa na pessoa do presidente Wagner Colombarolli, cuja gestão será sempre lembrada como uma das mais operosas da história da Casa de João Pinheiro. Dirijo um cumprimento especial a Luiz Cláudio e a Célia Aguiar, que se deslocaram do Rio de Janeiro para atender ao convite do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Obrigado por terem vindo. A companhia de vocês alegre e enriquece o nosso encontro nessa agradável manhã de sábado.

Fundado em 1907, o Instituto agrega mulheres e homens atraídos pelas tarefas de cultivar a memória e de refletir sobre a cultura e a história construídas pelos mineiros. Aqui, pensadores de todos os rincões do estado se reúnem e se articulam para difundir e gerar conhecimento, interpretação e crítica, na esperança de contribuir para o esclarecimento e o avanço da consciência coletiva. Segura de sua dimensão nacional, apreciadora da diversidade de perspectivas e da pluralidade de pontos de vista sobre a vida, essa velha Casa também acolhe, com muito gosto, os brasileiros das outras regiões, como é da vocação mineira. Hospitaleira, a instituição abre os braços para recebê-los, animada pela oportunidade da saudável e fraterna convivência intelectual, a sua razão de ser, o motivo que justifica a sua existência. Quando amigos de outros cantos do país se integram aos nossos quadros, a satisfação das congreiras e dos confrades é evidente, como se percebe hoje. Cláudio Aguiar vem do Ceará, mas também é, de certo modo, pernambucano e carioca. Sua rica trajetória é a garantia de que a produção do Instituto será amplamente beneficiada com a sua chegada, na qualidade de sócio honorário.

Nascido na Serra da Ibiapaba, no noroeste cearense, mais precisamente no sítio “Buriti dos Carreiros”, município de Poranga, Cláudio Aguiar viveu até por

* Saudação proferida em 23 de julho de 2016.

volta dos dez anos de idade na sua região, fértil em riquezas naturais, eternizada por José de Alencar no romance *Iracema*, a índia que se banhava na bica do Ipu, hoje um município situado na mencionada Serra. Por lá também andou o Padre Antônio Vieira, conduzindo a famosa missão de Ibiapaba, sobre a qual escreveu depoimento substantivo.

Ainda menino, mudando-se com a família para Fortaleza, capital do estado, Cláudio Aguiar estudou no tradicional Liceu do Ceará, quando militou no movimento estudantil secundarista, tendo sido um dos amigos mais próximos de Tito de Alencar Lima, o famoso frade dominicano. Seu pendor para as letras já se manifestava naquela época: Cláudio foi o fundador do *Tribuna Liceal*, um jornal que começou mural e logo passou à folha mimeografada.

Aos dezoito anos, transferindo-se para o Recife, cursou o “clássico” no Ginásio Pernambucano e a Faculdade de Direito. Na capital pernambucana, também colaborou com frequência para os suplementos literários do *Jornal do Commercio* e do *Diário de Pernambuco*.

Bolsista pesquisador do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha, estudou a obra do filósofo José Ortega y Gasset. Pesquisador do CNPq na Universidade de Salamanca, foi por ela que Cláudio Aguiar doutorou-se em Direito Internacional, defendendo a tese sobre a imigração espanhola no Brasil intitulada *Organización Social y Jurídica de los Inmigrantes Españoles en Brasil*.

De volta ao país, deu aulas na Universidade Federal Rural de Pernambuco e trabalhou no serviço público, aposentando-se em cargo de direção no Tribunal Regional do Trabalho da sexta região, sediado no Recife.

A partir de 1994, já residindo no Rio de Janeiro, Cláudio Aguiar intensificou sua atuação no campo da cultura. Hoje, preside duas importantes instituições de natureza cultural: o Pen Clube do Brasil, agremiação fundada em Londres e instalada no Brasil em 1936, com a finalidade de defender a liberdade de expressão, a literatura e as condições de trabalho dos escritores; e a Fundação Miguel de Cervantes de apoio à pesquisa e à leitura da Biblioteca Nacional.

Sua participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, também é central. Como diretor da célebre biblioteca da Casa da Memória

Nacional, Cláudio Aguiar é o guardião e o gestor de um dos acervos bibliográficos mais valiosos do país, meca dos mais qualificados historiadores brasileiros. Longe de constituir fardo ou sacrifício, as funções no IHGB são fonte de grande prazer. Afinal, entre livros, Cláudio Aguiar está feliz.

Não foi por outra razão que, ao longo dos anos, incansável, ele conciliou suas atividades laborais com o amor pela Literatura e pelos estudos históricos. Pesquisou e escreveu sem parar. O resultado é a extensa obra posta à disposição do público, tão diversa quanto rigorosa.

Sua dramaturgia inclui, entre outras peças, *A Última noite de Kafka*, *Flor destruída*, *Antes que a guerra acabe*, *Brincantes do Belo Monte*, *A Emparedada*, *Somba, o menino que não devia chorar*, *Concerto concreto* e *Suplício de Frei Caneca*, oratório dramático que retrata momentos importantes da vida do religioso, personagem principal de dois acontecimentos históricos: a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, de 1824.

Entre os ensaios de Cláudio Aguiar, contam-se as biografias do escritor cearense Franklin Távora e do político pernambucano Francisco Julião, alentado trabalho de pesquisa histórica de mais de oitocentas páginas que rendeu a seu autor um “Jabutí”, prestigiado prêmio concedido anualmente pela Câmara Brasileira do Livro. Também é fundamental destacar *O monóculo e o calidoscópio*, seu livro sobre a vida, a obra e o pensamento do sociólogo Gilberto Freyre, e o seu importante *Medidas e Circunstâncias – Cervantes, Padre Vieira, Unamuno, Euclides e outros*, uma reunião de textos reflexivos e críticos sobre os pensadores mencionados.

Estão entre as narrativas de ficção publicadas por Cláudio Aguiar, para citar apenas algumas: *A volta de Emanuel*, *Lampião e os meninos*, *A corte celestial*, *Os anjos vingadores*, *O comedor de sonhos* e o aclamado *Caldeirão*, romance inspirado nos fatos históricos ocorridos no Cariri cearense na década de trinta, quando, liderado pelo Beato José Lourenço, um grupo de camponeses fundou uma comunidade que dividia igualmente o fruto do seu trabalho, o que a fez perseguida e finalmente destruída pelos grandes proprietários de terras e pelas forças policiais

do governo Vargas, todos preocupados com a “ameaça” ao *status quo* por ela representada.

Membro da Academia Pernambucana de Letras, da Academia Carioca de Letras e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, com livros traduzidos para a Rússia, a França e a Espanha, o novo sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais é, acima de tudo, um intelectual que ama o seu país e o seu povo, que preza a liberdade, valoriza a emancipação do homem, e tem horror a todas as formas de opressão, traços de sua formação e características de sua personalidade reiteradas na expressão do seu pensamento e em seus atos criadores.

A leitura dos textos de Cláudio Aguiar comprova o compromisso exclusivo com a sua consciência, a integral independência em relação ao poder, a completa autonomia para pesquisar, interpretar e escrever, e, sobretudo, o profundo sentido ético que o impele a denunciar as estruturas injustas, a contar a história dos mártires e dos heróis esquecidos, e a narrar a versão dos derrotados, dos que não tiveram voz, nem vez.

Por tudo isso, Cláudio, é uma honra para a Casa de João Pinheiro vê-lo incorporado aos seus quadros. Seja muito bem-vindo!

POSSE DE ASSOCIADO HONORÁRIO*

Cláudio Aguiar
1º Secretário do IHGB

Início minhas palavras agradecendo, em primeiro lugar, ao presidente do Instituto, Dr. Wagner Colombaroli, por sua maneira fidalga e elegante de acolher os que chegam a esta Casa de Cultura Histórica.

Quero referir-me, de modo especial, ao historiador e Acadêmico Rogério Tavares, que me proporcionou a alegria de poder agora ingressar neste Instituto e, também, por suas generosas palavras que me estimulam a continuar estudando e pesquisando nos campos da História e das Ciências Sociais e Humanas.

Também quero mencionar mais dois outros intelectuais mineiros filiados a este Instituto: Dr. Wolmar Olympio Nogueira Borges, a quem conheço de suas constantes visitas ao IHGB, no Rio de Janeiro, e Dr. Eugênio Ferraz, meu confrade do IHGB, a quem tive a alegria de conhecer na ocasião em que recebi a honrosa outorga da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço / MG, em 2014.

Essas referências dizem respeito ao sentido da amizade, esse estado de alma a que se referiu Aristóteles, quando afirmou ser o amigo uma espécie de outro *eu*. Essa lógica aristotélica me faz ver no convívio com o outro, sem dúvida, o melhor exemplo de culto à amizade despreziosa, apoiada, sempre, no sincero desejo de conviver de forma respeitosa e construtiva.

Estudei a História do Brasil admirando os fatos extraordinários que se ligam diretamente a alguns estados de nossa federação. Em vez do amplo foco, em muitas situações me cativou o foco específico, capaz de trazer maior luz sobre certos acontecimentos. Dentre os estados brasileiros, sem favor, Minas Gerais é um rincão onde várias manifestações da vida avultam e se espriam no culto não só da História, mas, também, da Escultura, da Pintura, da Arquitetura, da Música e da Literatura. Todos esses ramos vinculam-se àquelas possibilidades expressivas

* Discurso proferido em 23 de julho de 2016.

capazes de consolidar estilos, ações e vivências sócio-culturais, que poderiam ser resumidas em blocos fecundos de um passado, alicerces que deságuam no Barroco, na Inconfidência de seus filhos mais ilustres e também nas buscas e nas catas do Ouro e de outros minérios.

Mais do que imagens esses aspectos simbolizam o caminhar de um povo marcado por uma história rica, a qual, se, por um lado, enche de orgulho o povo brasileiro, por outro, com maior razão, deve transbordar no coração dos mineiros como justo ufanismo.

Falei no Barroco mineiro não só para expressar aquela ideia particular que encontra guarida em Minas Gerais, sobretudo a partir do início do século XVIII e final do XIX, em relação à arquitetura desse período, mas, também, a outras significativas manifestações artísticas de feição barroca ocorrentes na Escultura, na Pintura e na Música. E aqui não nos cabe enveredar pela discussão que vê no chamado Barroco mineiro uma caracterização inexata, uma vez que, como afirmam alguns críticos de arte, em Minas Gerais, durante aquele período, boa parte das obras produzidas se enquadram no estilo Rococó, justamente porque esse estilo deriva de uma escola independente e autônoma.

Na área da Música, que muitos insistem em dar como vinculada ao Barroco mineiro, cabe, igualmente, segundo boa parte de especialistas, adotar uma classificação para as obras produzidas naquele período, não propriamente barrocas, porque, na verdade, deveriam ser inseridas no rol da música chamada de neoclássica ou pré-clássica.

A consolidação do Ciclo do Ouro, por sua vez, naturalmente provocou mudanças evidentes em todo o processo de formação da região das alterosas. Região que o historiador Diogo de Vasconcelos, em sua *História Antiga das Minas Gerais*, viu surgir em primeiro lugar nos arraiais nos vales das montanhas. Essa gente que ali se acomodava principalmente nas catas dos minérios, segundo lembrou Simão Pereira Machado, em seu livro *Triunfo Eucarístico*, de 1733, chegava fascinada e atraída por *estrandoso brado* da descoberta do ouro, que ressoava forte por *distantes e recônditos seios da América...*

Afirmção que trouxe para nossa História, a partir de Minas, os momentos elevados da Escultura, da Pintura, da Musica, da Arquitetura e da Poesia, sobretudo a dos Inconfidentes, que ainda hoje ressoa no consciente e no inconsciente de todas as gerações de brasileiros.

Suponho que seria chover no molhado vir eu aqui falar do excepcional Aleijadinho, que, a partir da metade do século XVIII, fez surgir na região uma produção artística singular e única. Essa singularidade salta, sobretudo, na suavidade do cromatismo, na economia das formas e nos traços decisivos, às vezes, beirando influxos de ingenuidade e de jovialidade no tratamento dos detalhes estéticos de sua fatura escultural. Essas características concorreram para que sua obra constituísse uma espécie de monumento único no âmbito da arte brasileira.

Muitos outros enriqueceram o acervo da Arte mineira, a exemplo de Manoel da Costa Ataíde, na Pintura.

Da mesma forma, a atração pela riqueza aurífera atraiu para Minas, a partir de 1710, músicos portugueses, responsáveis pelo desenvolvimento da música religiosa. A euforia pela prática musical era tão grande que, por volta de 1780, havia mais músicos em Minas Gerais do que em todo Portugal. Daí, que a crítica tenha preferido classificar essas obras de “música tridentina”, forma de expressão litúrgica ainda praticada em alguns países europeus.

Um outro aspecto fundamental ligado à história mineira diz respeito à Inconfidência e seus poetas, suas ações e suas vozes, que continuam a percutir com força e a emular aqueles que nascem em Minas Gerais e, também, a outros que, como nós, vieram de distantes paragens brasileiras.

A Inconfidência Mineira, tida como um dos mais importantes movimentos da História do Brasil, em muitos sentidos representou a luta de parte dos mineiros daquele tempo contra a opressão do despótico governo português no período colonial.

São conhecidas as causas e mais ainda a gesta criada pelos poetas envolvidos no movimento, que, de fato, não chegou a eclodir, em termos de luta armada, pairando no limbo da Inconfidência. Mesmo assim, os efeitos produzidos

pelas duras repressões levadas a cabo encheram Vila Real de tristeza, bem como os demais arraiais mineiros.

O grupo, liderado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes, integrado pelos poetas Tomás Antonio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Inácio de Alvarenga (o dono de mina), padre Rolim, entre outros representantes da elite mineira, desejava implantar um governo republicano em nosso país. Já em relação ao fim da escravidão, o grupo não possuía posição definida. Em Pernambuco, aliás, em 1817, a clara decisão dos revolucionários de abolir a escravidão afastou os donos de engenhos e outros membros da elite, motivando, assim, o enfraquecimento político do movimento e causando o seu fracasso depois de 75 dias de instauração do governo provisório.

Uma nova bandeira para o Brasil chegou a ser criada pelos inconfidentes mineiros: constava de retângulo branco com um triângulo vermelho no centro com a seguinte inscrição em latim: *Libertas Quae Sera Tamen* (Liberdade ainda que Tardia).

Tão tardia que todos os movimentos sociais que objetivam fins assemelhados aos da Inconfidência mineira - liberdade conquistada mediante luta contra a odiosa opressão - fracassaram rotundamente. Assim falam os anais de nossa História.

No meu convívio com amigos mineiros costumo dizer que Minas e Pernambuco, apesar das diferenças históricas e geográficas, são regiões que se assemelham na busca do mesmo *fazer* histórico. Fazer no sentido da manifesta e efetiva mobilidade social, pouco importando se essas buscas esbarram em fracassos imediatos, o que quase sempre ocorre. O importante, como sabemos, no caso das atitudes irredentas vividas, por exemplo, pelos inconfidentes e, mais tarde, pelos republicanos de Pernambuco de 1817 e 1824, é que as sementes plantadas, com o passar do tempo, frutificam.

Entre os estados brasileiros, salvo melhor juízo, Minas e Pernambuco guardam nas páginas de suas histórias um jeito especial de atuar no efêmero fluir do presente. Constroem, assim, um lastro de bravura capaz de perdurar no futuro

como um dos mais destacados agentes do porvir, aquilo que podemos chamar de destino histórico nacional.

Nessa ideia do *nacional* consta, sim, uma clara alusão ao *regional* no seu sentido positivo. Portanto, minhas afeições pelas semelhanças de posturas mineiras e pernambucanas, como se fossem a própria história a pulsar no tempo e no espaço, terminam por se transformar em *exemplaridades*, como se referiu certa vez o filósofo José Ortega y Gasset, já que elas justificam, por assim dizer, essa referência, mas, também, a pronunciada admiração por Minas Gerais e Pernambuco.

A História está prenhe de temas de interesses, díspares ou unívocos, que encontram grande espaço no campo de estudo da *região*. Região entendida não apenas como território físico, mas, também, como aquela dimensão espiritual que tem o condão de fazer com que se compreenda melhor os acontecimentos, próximos e distantes, imediatos e mediatos. Visão que não se opõe ao nacional ou ao universal, mas dão singularidade e protagonismo especial aos agentes responsáveis pelo fazer histórico.

Essa ideia, que delimita campo tão privilegiado nas pesquisas e nos estudos levados a cabo pelos Institutos Históricos e Geográficos brasileiros, como este, a meu ver, encontra grande receptividade em um dos aspectos que tenho salientado como fundamental para melhor entender a História: aquilo que o historiador André Burguiére chamou de *profecia* e *evasão*. Essa dupla visão do acontecer histórico – tomada aqui num sentido amplo – tem encontrado na tradição dos estudos históricos seguro apoio, sobretudo a partir da expressão literária do discurso histórico. Porque, se, por um lado, se pode ver no discurso histórico uma espécie de profecia em função do passado, por outro lado, a ideia que ele sugere pode, igualmente, destacar a evasão para um sentimento de encanto pelo misterioso e até pelo romântico ao se conhecer em profundidade os tempos idos. Talvez essa pretensa duplicidade de enfoques – *profecia* e *evasão* – nos leve a uma melhor justificativa sobre a eficácia dos estudos regionais, à medida que a proximidade com os pontos justificadores serve para aclarar a visão nacional e até, às vezes, a universal.

Por falar em região, permitam-me fazer mais uma pequena e rápida digressão por esse tema: as chamadas culturas regionais possuem elementos que as tornam manifestações singulares dentro do espectro nacional ou universal. Apesar disso, creio estarmos longe de atingir em plenitude um clima de “cosmopolitismo”, que alguns centros pretendem desfrutar em oposição ao espectro regional.

O cosmopolitismo, a rigor, não é o melhor caminho para afirmar uma cultura dita nacional. Às vezes, funciona mais como circunstância tendente a desfigurar do que a consolidar situações, porque são inúmeros os fatores que entram na composição (ou decomposição?) do chamado ponto de gravitação do estrato cultural de uma dada sociedade.

Falei em região porque penso em Minas Gerais como um bom exemplo para justificar a existência de um mundo especial, seja em virtude de sua História singular, seja em função de sua Geografia única. E aqui cabe ponderar que Pernambuco, em muitos aspectos, também desfruta de especialíssimas condições históricas definidoras de caminhos para o destino do Brasil.

Afinal, quem, ao estudar qualquer assunto, não termina possuído por uma espécie de utopia, ou seja, aquele olhar que se perde no horizonte das infundáveis interpretações?

É exatamente possuído por essa fome de aprender que me alegro de ter chegado a esta Casa, fonte e lastro de novos conhecimentos da História do Brasil e, em muitos sentidos, berço de nossa nacionalidade.

SAUDAÇÃO À ASSOCIADA DA CADEIRA Nº 17*

Regina Almeida - Cadeira nº 95

Patrono: Antonio Olynhto dos Santos Pires

Permito-me iniciar esta saudação à nova associada efetiva buscando inspiração no verso de Fernando Pessoa:

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce!

Parodiando Pessoa, eu diria:

“Deus quis, a Diretoria aprovou, Maria Inês chegou ao IHGMG”. Chegou em boa hora para enriquecer-nos com a sua cultura, experiência de pesquisadora respeitada e uma rica bagagem de saberes e fazeres literários, sempre expressos por meio de lúcida e brilhante pena.

Nós a saudamos e a acolhemos com a maior simpatia e com as mais altas expectativas a respeito de sua colaboração que, sabemos, será grande e muito significativa para nossa instituição. Você tem muito para nos oferecer e estamos abertos e felizes por recebermos a sua valiosa contribuição.

Aqui, você terá um grande campo para suas pesquisas sobre a História da Literatura Mineira, campo que você já começou a desbravar e a revelar-nos com seus estudos sobre as escritoras mineiras de ontem e de hoje. Não podia ser melhor esse seu belo preparo para formar fileiras conosco no conhecimento cada vez mais dilatado e aprofundado da fascinante e heroica História de Minas, objetivo maior de nosso Instituto.

Minhas senhoras e meus senhores,

A associada efetiva, que acaba de empossar-se, é capixaba de Vitória, mas reside há 25 anos em Belo Horizonte. Viúva, tem três filhas: Giovana, médica, residente em São Paulo; Juliana, engenheira, com doutorado em Planejamento Energético, vive aqui em Belo Horizonte, e Rosana, cantora

* Saudação proferida em 6 de agosto de 2016.

lítica, reside no Porto, Portugal. As filhas e os quatro netos constituem o grande tesouro do seu coração.

Maria Inês é intelectual de primeira linha e das mais aprimoradas. Lê, escreve e fala inglês, francês e espanhol. Com bela e exitosa carreira acadêmica, tem titulação admirável que inclui:

- Graduação em Letras (Português/Inglês) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUCMINAS;
- Mestre e Doutora em Literatura de Língua Portuguesa pela mesma Universidade;
- Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
- Atualmente, é pós-doutoranda em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo-USP e, em 2015, foi assistente de Nélida Piñon na cátedra José Bonifácio, na USP.
- No campo da pesquisa, desenvolve trabalho em diferentes áreas do saber, nas seguintes universidades:
- Universidade Federal de Minas Gerais–UFMG – onde integra o Grupo de Estudos Letras de Minas;
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais–PUCMINAS, onde trabalha com Literatura Clássica.
- Universidade Estadual do Piauí-UESPI, onde realiza pesquisa na área de Estudos Interdisciplinares de Literatura-INTERLIT, em Literatura Comparada.

Podemos, assim, resumir as linhas de pesquisa em que atua:

- Literatura Brasileira;
- Literatura Comparada;
- Literatura de Língua Portuguesa;
- Literatura e outras artes;
- Literatura, História e Memória Cultural.

Nesta última linha, encontra-se o ponto de convergência dos seus estudos com os interesses de nossa Casa: ou seja, as relações entre Literatura,

História e memória Cultural, no nosso caso, Memória Cultural de Minas. Muito do que ela já tem pesquisado, produzido e publicado, sobretudo, no Grupo de Estudos Letras de Minas, da UFMG, interessa de perto ao nosso Instituto por se constituir em parte expressiva da História da Literatura Feminina Mineira.

Além das instituições mencionadas às quais ela se liga pela atuação no campo da pesquisa, Maria Inês integra os quadros da Academia Feminina Mineira de Letras—AFEMIL – onde é titular da cadeira nº 16, e os quadros da Arcádia de Minas, onde é detentora da cadeira nº 23. Da primeira, ou seja, da AFEMIL, foi presidente no período de 2012 a 2014 e da segunda, a Arcádia, integrou a Diretoria como 1ª Secretária, nos anos de 2012 a 2015.

Permito-me todas essas informações, porque elas nos dizem de como Maria Inês, ao atuar em todas essas áreas correlatas, não só amplia como aprofunda seus conhecimentos no campo da Literatura e áreas afins, o que lhe assegura visão e competências especiais para proceder a estudos e análises das diferentes manifestações ou expressões literárias que ocorrem em tempos e espaços geográficos e culturais diversos.

Dinamismo e riqueza da produção literária

Maria Inês, com sua calma e serenidade, não deixa mostrar-se o vulcão de ideias, em plena atividade, em sua mente. Alta consumidora e bela produtora de literatura vê-se permanentemente envolvida em atividades literárias múltiplas e diversificadas. Atendendo a convites e compromissos de natureza vária, tem realizado **palestras** pelo país a fora, com destaque nas universidades e academias (das capitais e interior) dos estados de Minas, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo etc. E não apenas pelo território brasileiro, tem andado. Portugueses e espanhóis também a têm ouvido. Os primeiros, na Universidade de Lisboa e na Universidade do Algarve; os segundos, na Universidade de Salamanca.

Como que embaixadora das mulheres escritoras brasileiras, sobretudo das mineiras, tem levado às plateias de todos esses locais

informações, comentários e reflexões sobre a literatura de Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Julia Lopes de Almeida, Leda Martins, Maria Eugênia Celso, Henriqueta Lisboa, Adelia Prado, Helena Morley, Maria Helena Cardoso, Yeda Prates Bernis, Natalina Jardim, Livia Paulini, Elizabeth Rennó, Vera Brant, Maura Lopes Cançado e de várias outras escritoras.

Mulher de letras que é, tem-se dedicado, com gosto e sucesso, ao estudo e divulgação das letras de mulheres brasileiras, sobretudo das escritoras e poetas mineiras.

Publicações

Como resultado dos estudos e pesquisas apresentados, parcialmente, em palestras, congressos, colóquios, encontros literários etc., vieram, conseqüentemente, seus livros que, de 2007 aos dias atuais, podem ser assim relacionados:

- *A errância infatigável da palavra*. Editora Andaluz. Rio de Janeiro, 2007.
- *Linhas cruzadas: literatura, arte, gênero e etnicidade*. Editora Galo Branco. Rio de Janeiro, 2011.
- *Escritoras mineiras: poesia, ficção, memória*. Editora FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2011.
- *Visões caleidoscópicas da memória em Lygia Fagundes Telles e Nélida Piñon*. Paco Editorial. Jundiaí-SP, 2013;
- *Escritoras de ontem e de hoje*. Antologia (Organização). Editora Mulheres. Florianópolis, 2012.
- *Para aplacar uma grande saudade - Estudo da obra memorialística de Maria Helena Cardoso*. Tese de Doutorado em Literatura Brasileira.
- *Mulheres desdobráveis*. (Organizadora). Em homenagem às presidentes eméritas da AFEMIL.

Capítulos de livros publicados

Registram-se, também, mais de 30 matérias (capítulos de livros, contos, ensaios, crônicas etc.) publicados em livros, revistas e antologias diversas.

Participação em eventos e congressos

Muito ativa tem sido a participação de Maria Inês em mais de 40 eventos e congressos realizados em Minas, em outras Unidades da Federação e também em Portugal e na Espanha, neles atuando não só como observadora, mas, sobretudo, como expositora, debatedora, relatora etc.

Como membro do “Grupo de Pesquisa Letras de Minas” da Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Inês tem sido a responsável pela organização dos sete colóquios promovidos pelo grupo – Colóquio Mulheres em Letras – desde 2009, quando aconteceu o primeiro, até o último, em 2015.

Maria Inês tem participado em bancas de comissões julgadoras e recebido vários prêmios incluindo destaques acadêmicos quando aluna no Curso de Letras da PUC (anos 1999, 2000 e 2001); medalha de ouro da turma 2001; classificações distinguidas (1º, 2º, 3º e 4º lugares) em concursos literários e, ainda, troféus e diversos diplomas de honra ao mérito. Tudo dizendo do seu trabalho, da sua competência, do seu mérito como mulher: mulher mãe e avó, mulher escritora, mulher de letras sensivelmente voltada para o estudo e a divulgação das letras de muitas outras mulheres.

Para completar este rosário de ações, atuações e realizações, devo dizer-lhes que Maria Inês é, hoje, empresária da área cultural, proprietária que é da Editora Idea, da Livraria Idea e da Casa de Cultura Idea, voltada, esta, para atividades culturais nas áreas da literatura, artes plásticas, cinema, música etc.

Senhoras e senhores,

Este é um breve resumo da vida laboriosa e produtiva da Dra. Maria Inês de Moraes Marreco. Este, um retrato meio desfocado, pela limitação do espaço e do tempo. Muito mais e melhor dela poderia ser dito.

Ela é a mulher que hoje chega ao IHGMG para aqui continuar seu trabalho de pesquisas, agora voltado, particularmente, se Deus assim o permitir, para a História da Literatura Feminina em Minas Gerais – um novo capítulo que se abre na multifacetada História Mineira.

Maria Inês, você já tem assento na cadeira nº 17, cujo patrono é Peter Wilhelm Lund. Estou certa de que você honrará essa cadeira com o brilho de sua inteligência, a serenidade, a competência e a dedicação do seu trabalho e o seu encantamento por Minas, esta sua patriazinha adotiva. E, agora, receba nossas homenagens e nossos aplausos.

Seja muito bem-vinda e muito feliz entre nós.

POSSE DA ASSOCIADA DA CADEIRA Nº 17*

Maria Inês de Moraes Marreco - Cadeira nº 17

Patrono: Peter Wilhelm Lund

Nesta casa a história ganha dimensão nacional.

É vivida com raro zelo e plenitude intelectual.

Aqui ressoam os ruídos e as memórias de épocas desfiguradas pela distância, que sobrevivem graças a pergaminhos gastos, ânforas esfareladas e testemunhos infieis.

O próprio Heródoto, historiador que teve como vizinhos seres que hoje intitulos oráculos, foi guiado por um saber indireto, de intuição refinada, registrou a história de países onde nunca pusera os pés, recorreu às lendas, aos relatos de pontos de vista dos mais diversos, soltos e irreconhecíveis entre si, ao longo do seu percurso.

Dirigia-se aos seus contemporâneos na tentativa de informá-los, apenas com o que tinha ao seu alcance, sujeitando o feito histórico ao princípio inventivo, porém, evidenciando as falhas divinas e humanas. É dele a famosa frase: *Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro.*

Mas, o espelho desta espécie de História tornou-se embaçado pelo jugo da limpidez científica e documental.

Surgiram historiadores como Frei Vicente do Salvador (1564) e Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), considerados pais da historiografia brasileira, e tantos outros que sonharam com a preservação do passado como: Capistrano de Abreu (1853), Gilberto Freire (1900), Sérgio Buarque de Holanda (1902), Caio Prado Junior (1907), Darcy Ribeiro (1922), Boris Fausto (1930), Evaldo Cabral de Mello (1936), além das historiadoras: Maria Odila da Silva Dias, Mary Del Priori (1952) e Laura de Mello e Souza (1953).

Foram eles que nos ensejaram ao agradecimento desta História que baliza o tempo, que testemunha e relativiza os feitos dos homens, que nos ensina a alargar

* Discurso proferido em 6 de agosto de 2016.

as molduras da realidade, que nos leva a reconhecer suas irradiações ao longo da sociedade e a importância dos historiadores na avaliação do Brasil.

Este, o papel que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais desempenha junto à nossa cultura.

Desde 1907, quando esta Casa foi fundada, muito lhe deve a historiografia mineira. O muito que sabemos das histórias das Minas Gerais cabe dentro dos horizontes desta Instituição.

Somos herdeiros de séculos de perturbadora experiência civilizatória, precisamos acreditar nos instantes inaugurais da consciência e da arte, na exuberância de um relato que combata os vácuos narrativos em troca da história que emana do enfrentamento social, da transgressão às leis da imortalidade, contrariando a ordem que proclama ser a vida fugaz, obsoleta. Defendamos, pois, a liberdade da ética e o sopro renovador da estética. Quem sabe assim, a voracidade dos homens, a fome e a carência não esmaçam?

Lutemos para que a história não seja mutilada, afinal, a vida é farta e abundante, não meçamos o mundo com economia, enfim, registremos a ascensão civilizatória vinda das culturas arcaicas, das sobras tribais, de ilusões vencidas, num enlace histórico que instaure a matéria do passado com a contundência do presente, apreendendo numa visão anímica contemporânea a interminável cadeia das complexidades humanas.

Chego a esta casa de João Pinheiro da Silva e por ele descrita à perfeição como o cenáculo no qual a arte da retórica é uma marca indelével, e o cito:

Se a história santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam, também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizados. É ela que nos ensina a confiar no Direito, na Justiça, na Liberdade, no Bem e na Vitória definitiva dos grandes princípios da consciência humana.

Com visão de administrador e estadista, João Pinheiro, ciente de que Minas Gerais precisava de uma entidade que cuidasse de sua História, inaugurou, no dia 15 de agosto de 1907, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

E aqui chego, consciente das minhas limitações, submersa em enleios semelhantes aos daquele que, nesta entidade, chegava como o primeiro ocupante da

cadeira de número 17, o Dr. José Crux Rodrigues Vieira, pontuando que sobre ela repousava a figura de Peter Wilhelm Lund, como seu patrono.

Cabe-me evocar a figura do eminente representante da história deste sodalício, o Dr. José Crux Rodrigues Vieira.

Faço-o com receio de falhar ao reconstituir uma vida aquecida, a cada dia, enquanto viveu, pelo sagrado fogo da paixão humana da realidade polifacetada. Como definir o interior de um homem de semelhante magnitude?

Somente ele, estando presente, poderia executar tal tarefa à perfeição. Falar-nos de sua compreensão, sob a custódia das próprias emoções, de que o homem não passa de uma espécie condenada a pensar por força de cada palavra dita.

José Crux, filho do ilustre advogado e professor Domiciano Rodrigues Vieira e de Dona Francisca Tibúrcio Vieira, nasceu no dia 14 de setembro de 1920, em Belo Horizonte. Casado com Dona Virgínia Moretzsohn Rodrigues Vieira, com quem teve quatro filhos: Maria Virgínia, José Marcos, Maria José e Maria Vitória, deixou cinco netos: Rodrigo, Yara, José Júlio, Maíra e José Marcos.

Tentarei cerzir retalhos da história do eminente professor apoiada em sua obra *Tiradentes: a Inconfidência diante da História*, publicado em 1993.

Quisera eu ser historiadora neste momento para estar à altura de analisar tal trabalho. Trilogia de 1.244 páginas, cuidadosamente pesquisada, com respaldo em abrangente bibliografia em torno de mais de 130 expoentes da historiografia e intelectualidade nacional e internacional. Apenas à guisa de informação lembro: Santo Tomás de Aquino, Affonso Ávila, Affonso Arinos de Melo Franco, Tomás Antônio Gonzaga (em suas famosas *Cartas Chilenas*), Diogo de Vasconcelos, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Cecília Meirelles, Pedro Nava, Caio Prado Jr., Abgard Renault, Sílvio Romero, Jean-Jacques Rousseau, Auguste de Saint-Hilaire, William Shakespeare e Thomaz Jefferson.

No primeiro volume, José Crux, num apurado estudo da trajetória da vida daquele que, segundo ele, foi "o maior dos inconfidentes", Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes, relatou desde o berço do nascimento ao berço das ideias do herói, passando pelos caminhos que percorreu, as profissões que exerceu até chegar

ao conspirador, ao idealista, que traído e denunciado tornou-se réu e foi condenado à forca, preço que pagou para ter o reconhecimento da pátria que defendeu com garra.

José Crux deixa transparecer nessa obra o vigor do pesquisador que não se contenta com o superficial. A sua incursão pelo discurso da memória aguça o interesse do leitor pelo conhecimento dos fatos que marcaram a Inconfidência Mineira.

Ao segundo volume, tomos I e II, Crux denominou *Os outros*. Porém explicou:

Poderá, à primeira vista, parecer que este título traduz certo descaso do autor para com todos os que considera personagens do drama da Inconfidência, ao lado de Tiradentes.

Não é pouco caso. É uma conceituação natural de quem estruturou seu trabalho como se procurasse compor um drama à moda das grandes tragédias: aparece um protagonista principal, nome-símbolo que abrange em si toda uma série de protagonistas, e um antagonista também simbólico, que abarca uma rama extensa de personagens, do Destino até os homens.

Os “outros”, sem menoscabo, são mais de 100 figurantes, quase todos reais, mas alguns até fantasmagóricos, representando o “sim”, o “talvez” e o “não”. Calorosamente favoráveis, palidamente vacilantes ou amargamente contrários. Alguns muito importantes, outros de menor significação. Todos, porém, cumprindo um papel dentro do grande script da Inconfidência. (VIEIRA, 1993, p. I, 2º. vol. I Tomo)

A esses “outros”, cabe-me, na minha condição feminina, ressaltar os nomes das mulheres que, apesar das adversidades, enfrentaram, ao lado de seus companheiros, barreiras para lutar por seus ideais, a serviço de um partido, à mercê de um sonho, às ordens dos amigos, a perfídia dos inimigos, a intriga dos calculistas. Dentre elas: Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, esposa do inconfidente Alvarenga Peixoto; Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, esposa do inconfidente Cel. Francisco Antônio de Oliveira Lopes; Inácia Gertrudes de Almeida, viúva do porteiro da Casa da Moeda, simples dona de casa, que por gratidão, a despeito dos riscos que corria, abrigou Tiradentes em sua casa no Rio de Janeiro, e Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a celebrada Marília, noiva de Tomás

Antônio Gonzaga. A essas, que fatalmente nutriram-se da malha das intrigas dos diálogos amorosos, das confissões feitas nos leitos de morte, guardiãs eternas dos sentimentos oriundos dos homens, rendo minhas homenagens.

A vida escolar de José Crux se deu em Belo Horizonte: passou pelo Ginásio Mineiro, atual Colégio Estadual; pela Faculdade de Medicina, onde fez o curso pré-médico; pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, para o pré-jurídico até chegar ao curso de Bacharelado em Direito (1941-1945). Fez o CPOR, preparando-se para Oficial da Reserva do Exército, estagiou no 10º. Regimento de Infantaria de Belo Horizonte; foi 2º Tenente da Armada de Infantaria; frequentou Ciclos de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento da Escola Superior de Guerra e sobre Moral e Civismo, do Ministério da Educação, além de cursos de Segurança Interna, pelo Ministério da Justiça.

Recebeu títulos honoríficos, como: Medalha Santos Dumont, 1974; Medalha de Honra da Inconfidência, 1985; Insígnia da Inconfidência, 1993.

Pertenceu à Ordem dos Advogados do Brasil, OAB-MG; à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG-MG e à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais.

No que tange aos cargos ocupados por ele, cito apenas alguns dos mais relevantes: Delegado de Polícia de Pouso Alegre; Prefeito de Muzambinho; Prefeito de Formiga e Professor de Português e História em diversas instituições educativas.

Aqui estamos, José Crux Rodrigues Vieira e eu, repartindo esta cadeira de número 17, neste 6 de agosto de 2016.

Recolho sua sombra, sua memória, para revivê-lo sempre que nesta casa estivermos.

Juntam-se a nós, formando cortejo, outros antecessores. Aqueles que, respeitadamente convocados fazem-se presentes. Em cada canto estão João Pinheiro da Silva, Augusto de Lima, Diogo de Vasconcelos, Júlio Cesar Pinto Coelho, Carlos Ottoni, Nelson de Sena e tantos outros. A vida não teve poder de apagá-los de uma casa que sempre lhes pertencerá.

A todos esses acrescento a companhia daquele que foi escolhido para ser o patrono da Cadeira 17 – Peter Wilhelm Lund.

Peter Lund nasceu em Copenhague, na Dinamarca, a 14 de junho de 1801 e faleceu a 25 de maio de 1880 aos 79 anos, em Lagoa Santa, Minas Gerais, para onde havia se mudado, fugindo do clima nórdico, que vitimara dois de seus irmãos pela tuberculose. Bacharel em Letras, cursou Medicina, e em 1824 iniciou seus trabalhos como pesquisador de campo. Publicou um livro de fisiologia, que foi adotado nas Universidades de Copenhague, Viena e Nápoles. Chegou ao Brasil em 1825, portanto com 24 anos, ocasião em que residiu numa aldeia de pescadores em Itaipu, Rio de Janeiro. Dedicou-se à zoologia e à botânica até 1829, quando voltou a Hamburgo. Quatro anos mais tarde, em 1833, de volta ao Brasil definitivamente, dirigiu sua atenção à botânica das plantas domésticas, época em que excursionou pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com a intenção de estudar a fauna e a flora locais. Em 1834, chegou a Curvelo, onde conheceu Peter Claussen, que explorava salitre nas cavernas calcárias em Lagoa Santa. E lá, em 1835, iniciou uma verdadeira peregrinação pelas grutas da região. Dentre elas, as de Lapa Vermelha e Lapa Nova Maquiné. Sobre essa última escreveu: *Quanto a mim, confesso que nunca meus olhos viram nada de mais belo e magnífico nos domínios da natureza e da arte.*

O cientista fixou residência em Lagoa Santa, dedicando-se à paleontologia, sendo mais tarde considerado o pai da paleontologia brasileira. Descobriu mais de doze mil peças fósseis que permitiram escrever a história do período pleistoceno brasileiro – o mais recente na escala geológica – quando o passado tropical era quase desconhecido pela ciência. Foi Peter Lund quem descobriu a ossada do chamado “Homem de Lagoa Santa”.

Lund foi também reconhecido como pai da arqueologia e da espeleologia por seu trabalho, localizando e entrando em algumas das mais de oitocentas cavernas que explorou. Pioneiro nas três Américas, assinalou a presença de sambaquis e inscrições rupestres, descrevendo instrumentos líticos encontrados. Para culminar esta extraordinária trajetória, o cientista descobriu, ainda, fósseis de cavalos, tigres-dentes-de-sabre, cachorros das cavernas, preguiças terrícolas,

capivaras e antas gigantes, tornando-se principal referência para estudiosos de paleontologia de mamíferos no Brasil.

Seus escritos foram publicados em 1935, pela Biblioteca Mineira de Cultura, mais tarde, em 1950, pelo paleontólogo Carlos de Pádua Couto.

Senhoras e senhores: eis que chegamos ao traço de união entre o cientista e esta Casa. Ele era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro em 1838 e da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, criada em 1825 por Carl Christian Rafn. Peter Lund e Peter Claussem foram admitidos no Instituto Histórico e Geográfico em 1839.

Peter Lund doou ao Instituto um exemplar do livro de Rafn, que narra a descoberta da América do Norte, pelos dinamarqueses, no século X, o qual causou grande impacto sobre a intelectualidade brasileira. Na troca de informações entre o Instituto e a Sociedade Real, foi encontrado na Livraria da Corte um texto de 1754, já bastante danificado, mais tarde traduzido por Lund, que descrevia uma cidade abandonada, no interior da Bahia. Tal povoado, descoberto por aventureiros em busca de ouro, situava-se em um planalto, era protegido por uma muralha com inscrições indecifráveis e tinha, na praça central, uma estátua de um homem apontando para o Polo Norte, sugerindo a chegada dos Vikings àquelas paragens.

A aproximação das instituições científicas brasileiras e dinamarquesas, no início do século XIX, torna Lund parcialmente responsável pelo estreitamento das relações entre elas.

Gostaria de ter reverenciado com mais acuidade a memória desses dois homens, certamente merecedores dos nossos efusivos aplausos, mas estou certa de que me alongaria de maneira exaustiva.

Senhoras e Senhores:

Nesta data passo a pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Faltam-me palavras para expressar a honra que esta investidura me confere.

Eleva-me pertencer a esta instituição que resistiu à degradação cultural imposta pelos tempos atuais. Soube manter intacta a tradição que se sabe moderna.

Sou grata aos acadêmicos que sufragaram meu nome, indicando-me para a Cadeira de nº 17. Foram eles generosos comigo, considerando-me digna de ocupar assento entre seus pares.

Reparto esta distinção acadêmica com familiares e amigos, presentes e ausentes, eles constituem uma grei imperecível em minha lembrança, confiaram que meu amor pela literatura tinha razão de ser.

Estou ciente da importância dos intelectuais que hoje me dão posse. Intelectuais que cumprem com intransigência o ritual de frequentar as reuniões, na qualidade de membros efetivos.

Agradeço-lhes emocionada.

Como grata sou igualmente às minhas circunstâncias históricas. Afinal, nasci no país que fala ao meu coração. Tive e tenho os amigos que engrandecem os sentimentos e os amores que fomentam minhas emoções. Tenho fome de justiça social, privada e interior, e sobretudo, tenho a família que me honra, aqui representada por minha filha Juliana e minha neta Bruna, posto que os demais não moram em Belo Horizonte.

Chego a esta Casa em busca do convívio enriquecedor, do ensejo único de privar com a preciosa memória que emana deste Templo da Cultura.

Sob a égide das emoções, quantas delas sem nome, reunimo-nos aqui trazidos por nossas crenças de que, enquanto formos capazes de honrar as alianças estabelecidas com nossos sonhos, terá valido, para nós, esta viagem que iniciamos na fonte de nossas origens. Uma viagem que nos leva a buscar as provas do amor humano, signo maior da nossa humanidade.

Pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais é, para mim, motivo de júbilo. Sob a graça e a proteção de tantas emoções, agradeço à hospitalidade, a simpática acolhida, às generosas palavras da Professora Regina Almeida. Palavras adornadas com certo exagero, mas nutridas com o carinho da amizade que nos une. Agradeço a presença de todos os amigos, das confradeiras da Academia Feminina Mineira de Letras, da Arcádia de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras.

MULHER DE ATITUDES NAS ALTITUDES*

Regina Almeida - Cadeira nº 96
Patrono: Antônio Olyntho dos Santos

Lá pelas terras altas do Paranaíba, nas altitudes de Cruzeiro de Fortaleza (ex-município de Patrocínio), nasceu Cândida Corrêa Côrtes Carvalho.

A vida a trouxe, sob a proteção de Nossa Senhora da Luz, para as altitudes entre o ribeirão Jorge Pequeno e o córrego do Açudinho, onde se edificou, inicialmente, o distrito do Aterrado, hoje, cidade de Luz, sua segunda “patriazinha” e onde, nas altitudes do espírito, ela vive e convive, espargindo luz pelos que passam por seu caminho.

Menina, aos 11 anos, já era mestra dos primos e colegas, na escola primária. E grande mestra se fez pelo muito estudar e pelo muito partilhar com outros o patrimônio cultural e espiritual que acumulou ao longo de uma vida laboriosa. Tornou-se luz em Luz! Mais que simples luz, foi farol!

SEMEADORA, saiu a semear! Terras férteis, pedregosas, espinhentas não lhe importavam. Semear era preciso! E semeou, semeou ... Os frutos numerosos e saudios, colhidos ao longo da vida, são o melhor testemunho das boas e bem cuidadas sementeiras.

PROFESSORA, educou gerações e gerações de jovens da cidade e da região, militando no ensino fundamental, médio e superior. Foram 54 anos de magistério ininterrupto, tempo em que, para confirmar o que nos diz Guimarães Rosa, de “repente aprendeu” e muito ensinou.

CATEQUISTA, educou na fé as crianças que lhe foram confiadas pela Igreja. Acumulou créditos junto ao Senhor.

JORNALISTA, deu origem e vida a dois jornais – O Caracol e o Jornal de Luz – ambos filhos da sua inteligência e do seu coração. Tornou-se editora, revisora, colunista, cronista, repórter, fotógrafa e tudo mais que a edição de um

* Pronunciamento na cidade de Luz, em 17 de setembro de 2016, quando da sessão solene de posse da Associada Correspondente Cândida Corrêa Côrtes Carvalho.

jornal exige. Granjeou simpatia, admiração e respeito dos leitores de Luz e daqueles de vários municípios vizinhos.

POETA, tem seu verso reconhecido, louvado e premiado em concursos de poesias, onde não lhe falta a classificação de primeiro lugar.

GENEALOGISTA, de fôlego e pulso, registrou em memorável estudo genealógico a história bonita e curiosa das famílias Couto e Carvalho, respectivamente sua família e a do seu esposo Geraldo de Carvalho.

ESPOSA, foi a companheira amorosa e fiel de Geraldo de Carvalho, seu amor primeiro e verdadeiro.

MATRIARCA, tornou-se mãe extremosa de seis filhos, aos quais tem dedicado o melhor do seu afeto e cuidado.

AVÓ, adotou (e adoça) a vida de sete netos que lhe valem a vida.

VEREADORA, legislou em favor da memória e do progresso de Luz e da qualidade de vida e bem-estar de seu povo. Foi a primeira mulher a se eleger vereadora em Luz e, também, a primeira que se tornou presidente da Câmara Municipal de Luz. Primazia que ninguém lhe pode tirar!

ACADÊMICA, consagrou-se na Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, onde integra o Conselho Superior de Cultura da AMULMIG.

MEMORIALISTA, vem registrando há 55 anos, desde 1961, fatos, feitos e ocorrências importantes e curiosas no seio da família, em Minas, no Brasil e até no mundo. São, até agora, dezenas e dezenas de cadernos de 200 folhas manuscritas, aguardando momento oportuno para editoração. Surge como um novo Xavier da Veiga entre nós.

LAUREADA, HOMENAGEADA, vezes inúmeras, tem dezenas de condecorações: troféus, medalhas, títulos de honra ao mérito e muitas outras honrarias que dizem do seu mérito e da sua exemplar vida cidadã e cristã.

E mais e mais poderia ser dito, porque muito mais foi vivido, realizado e construído por ela, com doação, amor e dedicação sem limites. No cotidiano de seu viver, nas altitudes de suas atitudes, Cândida fez e faz história de uma grande mulher (ela própria), de uma bela e acolhedora cidade (a cidade de Luz) e de uma grande e importante região de Minas (o Oeste Mineiro).

Com esta rica e exemplar história de vida, alicerçada em seus trabalhos, competências e méritos pessoais, ela se torna associada correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), que a acolhe com a maior simpatia e com as melhores expectativas a respeito de sua contribuição relativamente à história do Oeste de Minas, particularmente, de Conceição de Fortaleza, de Luz, de Dolores do Indaiá e de várias outras localidades próximas, com as quais ela e Luz mantêm ligações estreitas.

A história da heroica travessia de Minas, nesses seus mais de 300 anos de lutas e conquistas patrióticas, precisa ser melhor pesquisada e mais divulgada para que se confirme, com justiça, o que bem diz nosso hino popular: “Oh! Minas Gerais, quem te conhece não te esquece jamais”!

E mais que não esquecer Minas, é preciso lembrar Minas; lembrar o testemunho heroico de seus filhos e filhas em defesa dos princípios éticos, morais, cívicos e dos valores mais altos que sempre nortearam a vida do povo dessas montanhas.

Este é o nosso tempo de servir Minas: pesquisando, analisando, discutindo e divulgando sua rica e valorosa história.

Este é o dia em que o IHGMG reconhece as qualidades, as competências, o preparo e os méritos de Cândida Corrêa Côrtes Carvalho e a acolhe como aliada nessa nossa grande empreitada cívica.

Braços e corações abertos a recebem na Casa de João Pinheiro, brava e querida “Mulher de Minas”! Você fortalece o nosso time, e nos dá exemplo na maneira de ser e estar no mundo, mulher de altitudes nas atitudes!

Felizes estamos por tê-la conosco, Professora Cândida Corrêa Côrtes Carvalho!

POSSE DE ASSOCIADA CORRESPONDENTE

Cândida Corrêa Côrtes Carvalho

Pela manhã, pensando o que dizer aos senhores, pela minha posse como Associada Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, meu primeiro pensamento foi de Gratidão. E me lembrei do Tratado de Gratidão de São Thomás de Aquino, doutor da Igreja. Ele classifica a Gratidão em três níveis: Superficial, Intermediário e Profundo, O Superficial é ao nível do Reconhecimento. Reconhecemos o benefício que nos fizeram. É o *thank you* do inglês. O Intermediário é o louvor. Louvo a ação feita. É o *gracias* do espanhol, o *grazzie* do Italiano, o *merci* do francês. O Profundo, é ao nível do comprometimento. Reconhecemos, louvamos e nos comprometemos, a retribuir, mantermos ligados à pessoa que nos prestou um benefício. É, portanto, o mais perfeito. É o nosso OBRIGADO. E só existe semelhante no japonês *arigatou*. E é dizendo OBRIGADA, que eu comecei o meu dia. Agradecendo a Deus o Dom da vida, o fato de estar viva, de possuir a família que tenho, de haver nascido em Cruzeiro da Fortaleza, onde dei os primeiros passos, balbuciei as primeiras, palavras, aprendi as primeiras letras, onde me despertei, aos 11 anos, para o exercício do Magistério, onde recebi os primeiros ensinamentos cristãos no lar abençoado de meus pais, Diomar e Candinha - a décima dos doze filhos; o privilégio de ter uma segunda pátria, Luz terra que me adotou por filha, que embalou os amores da minha vida: o esposo Geraldo, os filhos Elisabete, Miriam, Ricardo Wagner, Guilherme e Cristina, bem como os netos José Geraldo, Diana, Pedro Henrique, Marco Túlio, Rafael, Alexandre e Gabriel; ao Dr. Ozório José Araújo Couto, um dos *Meus Meninos*, de quem tive honra de ser sua primeira professora; agradecer-lhe a indicação e aos associados a aprovação unânime de meu nome para Associada Correspondente, dessa egrégia Casa de João Pinheiro, uma das mais antigas e respeitadas instituições mineiras, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Obrigada a todos vocês. Sei que sou um grãozinho de areia, em meio à plêiade de intelectuais - homens e mulheres sóbrios e doutos: pesquisadores,

escritores, historiadores, geógrafos, jornalistas, poetas, renomados cidadãos do bem.

Esta reunião poderia ser na sede, em Belo Horizonte, mas, por ideia de alguns associados e para nossa alegria e satisfação, foi decidido realizá-la em Luz, pelo fato de, per capita, ser a cidade que tem o maior número de associados no Instituto: quatro efetivos e, comigo, cinco correspondentes. Quero, nesse momento, apresentá-los aos senhores ou relembrar-lhes quem são eles:

Dom Belchior Joaquim da Silva Neto

Nasceu em Araújos, veio para Luz aos quatro anos. Fez o primário no Sandoval de Azevedo.

Graduado em Filosofia, Teologia, Psicologia, História e Letras. Tivemos a honra de ser sua professora, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Luz.

Bispo da Diocese de Luz e com quem tem algo em comum: ambos celebram seu Centenário em 1918. Ordenou sessenta Padres – a cada um dedicou um poema; consagrou nove Bispos.

Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais. Poeta e escritor, autor de vários livros, dos quais fui revisora de alguns: Flor do Brejo, Elionai e A Mestra e o Monstro.

Três livros de poemas, quatro de biografias e sete romances que considerava suas cartas pastorais.

Participou do Concílio Vaticano Segundo. Dele, a iniciativa e Instituição do Ministério Leigo da Sagrada Eucaristia que o *Jornal de Luz* teve a honra de fazer o registro que serviu de documento para comprovar, à Igreja e ao mundo, a paternidade, requerida por Uberaba.

Cidadão Honorário e Benfeitor Luzense. Possuía grande prestígio político. A ele devemos a construção do Seminário, a instalação da Faculdade e a BR-262 passar mais próxima de Luz.

Foi o Pastor da Alegria. Conhecia cada uma de suas ovelhas e as chamava pelo nome.

Padre José Tobias Zico

Um dos quatro filhos religiosos de Anita e Zico Tobias: Dom Belchior Joaquim da Silva Neto – ambos, membros da AMULMIG e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Dom Vicente Zico, Arcebispo de Belém do Pará, falecido em 2015 e Irmã Zélia, carmelita, Madre Priora do Carmelo de Pouso Alegre.

Padre Tobias fez o curso Primário no Grupo Escolar Sandoval Azevedo, de Luz. Foi reitor do Seminário de Mariana e por 20 anos dirigiu o Caraça, importante educandário mineiro, por onde passaram celebridades como Arthur Bernardes, Juscelino Kubitschek, dentre outros.

Foi responsável pela restauração e manutenção daquele celeiro de cultura. Sua capacidade administrativa, alegria contagiante, vasta cultura humanística, religiosa e popular; seu espírito de dedicação e fé, marcaram profundamente a vida do Caraça, de turistas e visitantes.

Transformou o local em centro de turismo, cultura e peregrinação. Importante a sua participação na filmagem “Caraça - Porta do Céu”. Estudioso e pesquisador, escreveu vários livros sobre a história do Caraça e da sua Congregação.

Padre Tobias foi um outro São Francisco, na proteção, amor e zelo para com os animais. Merece nota a admiração de peregrinos e turistas, o que lhe rendeu tributos e fama internacional, a sua ligação com os lobos que adestrava, a ponto de comerem em suas mãos.

Faleceu aos 81 anos, em 2 de fevereiro de 2008.

Deixou muitas saudades e boas recordações.

Padre Célio Maria Dell' Amore

Muitos laços nos unem: praticamente duas vezes conterrâneos, pois nasceu em Patrocínio, no Alto Paranaíba – município a que pertenceu minha terra, Cruzeiro da Fortaleza e ambos, cidadãos honorários de Luz; colegas de Magistério na Faculdade de Luz e nos colégios São Rafael e Zico Tobias e agora, consócios do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o que muito me honra.

Vocação lazarista, padre missionário da Congregação da Missão, palmilhou todos os degraus de sua formação religiosa, no Caraça e em Petrópolis, o que lhe deu suporte para exercer, com eficiência e eficácia, várias funções e cargos: formador, diretor espiritual, superior, reitor, professor, vigário paroquial, Pároco, membro do conselho provincial, visitador provincial, dentre outras. Por nove anos foi Administrador do Caraça, na sequência do esplendoroso mandato de Padre José Tobias Zico, seu formador e professor. Trabalhou em várias paróquias, entre as quais Assis, Campina Verde, Brasília, Piumhi e Belo Horizonte. Luz teve o privilégio de acolhê-lo, em 4 de agosto de 1976, justamente no Dia do Padre. Foi o Cura da Catedral. Conhecia cada uma das ovelhas de seu rebanho - da sede, das capelas e fazendas que percorria a cada quinze dias. Quando pensava em construir a Igreja São José – planta feita pelo Padre Jaime Costa e Silva; areia e cimento ganhos; no Banco, mais de trezentos mil reais, fruto do trabalho de Dona Candinha, minha mãe, Padre Célio é transferido para o Calafate, em Belo Horizonte, em 1º de janeiro de 1980.

Ele se foi, mas fideliza as velhas amizades que desafiam o tempo e o espaço. De público lhe pedimos perdão, por somente agora, em abril de 2016, quarenta anos depois, sanar uma falha nossa, ao conceder-lhe de fato, o que por direito lhe devíamos, o Título de Cidadão Honorário de Luz.

Suas memórias, num relato coloquial, estão registradas em detalhes, no livro “Saudades em Cascata”, lançado em 2015. Digno de nota, as descrições da filmagem, “Caraça – Porta do Céu”, da qual participou, quando aluno. Hoje, em Belo Horizonte na Casa de Dom Viçoso, onde há uma semana foi acolhido entre os co-irmãos "mais experientes na santidade missionária lazarista".

Coronel Adalberto Guimarães Menezes

Membro de tradicional família luzense. Ocupa a Cadeira número 12 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Seu Patrono José Joaquim da Silva Xavier, o imortal Tiradentes, de quem é tetraneto, o que justifica sua admiração e carinho pelo seu patrono. É ele o idealizador do Parque Histórico

Nacional – Berço da Pátria. Em suas peregrinações pela região do Campo das Vertentes, chegou à fazenda Pombal, que ele denomina Berço da Pátria.

Em 12 de novembro de 2002, ali realizou um ato cívico, criando o Parque Histórico Nacional Tiradentes, dedicado ao Patrono Cívico da Nação Brasileira do Exército e das Polícias Civil e Militar. O 12 de novembro se justifica por ser a data de aniversário do batismo de Tiradentes. O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a celebrar a data, em 2009. Em Minas, foi reconhecida em 2011. Somente em 2015, foi oficializado, nacionalmente, O Dia da Liberdade Nacional – 12 de novembro.

Também iniciativa do Coronel Adalberto a instituição da Medalha “Tiradentes”, Comenda da Liberdade e Cidadania. A outorga acontece em 12 de novembro, na fazenda Pombal, quando a Maçonaria, a Banda de Infantaria da Montanha, autoridades civis e militares e os Caminheiros – integrantes do IHGMG e de São João Del Rei emprestam um garbo patriótico à comemoração.

Doutor Djalma Alves de Azevedo

Luzense de corpo, alma e coração. Tinha um imenso amor a nossa Terra. E comprovou esse amor intenso, no livro “Um pouco de Luz”, considerado *primus inter pares* cuja dimensão histórica de grande valor para aqueles que, iguais a nós, cultuam o passado, reverenciam a memória daqueles que construíram Luz e são para nós, protótipos de idealismo, trabalho e ação - uma fonte inesgotável de sabedoria. Nas 460 páginas, fotos e documentos históricos, casos e “causos” curiosos, pitorescos e folclóricos que eternizam pessoas graduadas e humildes de nossa Terra.

Em seu livro "A Imprensa no Brasil" provou que a Imprensa Brasileira nasceu em Minas Gerais. E nós temos a satisfação de dizer que a imprensa em Luz ganhou força e credibilidade com Djalma Azevedo, com o *Espectador*, com seus documentários, em fiéis registros e belas crônicas; também em *O Diário*. É o fundador e primeiro presidente da Casa da Imprensa na Capital Mineira.

Foi um grande incentivador do nosso trabalho à frente do *Jornal de Luz*. Na pessoa das cinco Marias de sua vida, a esposa Wilma e as filhas: Maria Antônia, Maria Augusta, Maria Rita e Cássia Maria, nós lhe rendemos uma justa e

sincera homenagem. Saibam vocês que Luz tem uma dívida para com Djalma Alves de Azevedo. Ele tem em Belo Horizonte uma praça com seu nome. Praça pequena, no bairro Jaraguá, região da Pampulha, junto às ruas Amável Costa e Higino Bonfioli. Vale a pena conhecer esse espaço, milimetricamente planejado pelas filhas Maria Antônia, arquiteta, e Cássia Maria, engenheira civil. A Pracinha é a menina dos olhos da Família e já foi homenageada pela Administração Municipal de Belo Horizonte, como a mais bem cuidada da Capital. E Luz, seu berço natal, lhe deve o reconhecimento público, numa homenagem que eternize o seu nome. Minha esperança é que, na Casa Grande, tenhamos um espaço destinado a esse fim. É ele o mentor do Monumento erguido na praça da Catedral, em 1993, um marco dos 75 anos da Diocese. Obra arquitetônica que leva a assinatura da filha Maria Antônia, arquiteta. No alto a imagem de Nossa Senhora da Luz, réplica da primeira imagem da Virgem de Lisboa trazida ao Brasil; sob o pedestal está depositada uma caixa com mensagens a serem abertas 100 anos depois. Pouco tempo viveu como associado do IHGMG - apenas 5 meses, mas o suficiente para honrar a Casa de João Pinheiro e ser lembrado por seus consócios.

Doutora Gilda Castro Rodrigues

Nasceu na zona rural do município de Luz. É membro de tradicional família do Centro-Oeste mineiro. Seus pais: Maria Angélica de Castro e Antônio Teotônio de Castro. Foi batizada em abril de 1948 na Catedral de Nossa Senhora da Luz, por Monsenhor Vicente de Mendonça. Foram seus padrinhos José Teotônio de Castro e Afonsina de Castro.

Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Doutora em Ciências Sociais e Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, cadeira 27, patrono Pierre Victor Renault. Colunista da seção Opinião do jornal *O Tempo* de Belo Horizonte.

Autora dos livros: *Planejamento Familiar*; *Serenata para Isabel*; *Professor Submisso* (Aluno carente: uma boa reflexão sobre a docência no Brasil); *O Dilema*

da Maternidade; Seis Marias; Terras do Norte de Minas; O Vale do São Francisco entre o Ribeirão Pandeiros e o Rio Peruaçu, este em parceria com Juninho Motta.

É uma escritora compromissada com o seu tempo, o homem, a natureza e tudo que lhe diz respeito, o que, sem dúvida, agrega valores a sua vasta obra, tornando-a universal e atemporal. Grande divulgadora e defensora do rio São Francisco e do Centro-Oeste mineiro.

Doutor Ozório José Araujo Couto

É o primogênito do casal José do Couto Filho e Carolina Araújo Couto. Tivemos a honra de ser sua primeira professora, de ensinar-lhe as primeiras letras, na Escola Dom Manoel Nunes Coelho. Nosso aluno também no ginásio, no Colégio Estadual Comendador Zico Tobias, onde Ozório se despertou para as lides literárias e jornalísticas, nas edições de jornal de sala da aula. É o fundador do *Jornal Minotauro*, no município de Luz. Sempre ousado e persistente no que deseja. Conseguiu, àquela época, ser recebido, ele e seus colegas, pelo excelentíssimo Senhor Rondon Pacheco, governador do estado, que lhe concedeu uma entrevista; levou consigo, por sua livre iniciativa, as principais autoridades do município. É o primeiro colunista do *Jornal de Luz*. Um estudioso da nossa história.

Advogado, jornalista, pós-graduado em Direito de Empresa e em Gestão Cultural; funcionário da Imprensa Oficial do estado; jornalista; editor; escritor e poeta. Foi o criador do Troféu Alto São Francisco, o TASF, evento do mais alto nível, realizado em parceria com o *Jornal de Luz*, que trazia a Luz personalidades do mundo sociopolítico, religioso, econômico, literário e artístico, o que engrandecia Luz e a colocava em relevo, ante as demais cidades, não só da região como do estado.

Autor de vários livros. Em *Amor Gerais* faz desfilar diante de nós todas as cidades de Minas Gerais. Em *A Mesa*, a originalidade ímpar ao dar vida às cartas do nosso Poeta Maior, Carlos Drummond de Andrade, à consagrada e internacional Yara Tupynambá, com sua obra-prima, o extraordinário painel "A mesa". Um primor de livro. WALDEMAR DE ALMEIDA BARBOSA - O

HISTORIADOR, o Emílio Moura e Drummond em DOIS POETAS E UM CENTENÁRIO, livros biográficos que retratam com fidelidade grandes figuras da nossa história. São dezessete livros, dez publicados. O último, *Lyra Aterradaense*, retrata com fidelidade nossa cultura e tradições, personalidades luzenses que compõem nossa história, num poema-monólogo de rara beleza telúrica, com ilustrações de artistas da terra, o que, sobremaneira, valoriza e enriquece sua obra.

É detentor de vários títulos e comendas. É o chanceler da Comenda Abílio Barreto, da Associação Beneficente Tipográfica (ABT)/Imprensa Oficial, membro da Arcádia Mineira, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Academia de Letras João Guimarães Rosa da Polícia Militar mineira. Foi redator dos governadores Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho. É um dos valores da cultura luzense.

Doutor Iácones Batista Vargas

Nasceu "em Luz, Graças a Deus!", como ele mesmo diz. Filho de Wosilen Ferreira Vargas e Joana D'Arc Batista Vargas, irmão de Iálisson, esposo de Marcela Miranda Tonaco, tio da pequena Isabella. Coursou o Ensino Fundamental e Médio em Luz. Direito, na Universidade de Itaúna, com distinção e louvor – primeiro lugar da turma e seu porta-voz na solenidade de formatura, quando foi o orador oficial. Ainda aluno do Zico Tobias, em parceria com a professora Martha Rezende e Washington Dorjó, idealizou e produziu um vídeo com documentário sobre a História de Luz, enfatizando as origens na contenda entre Cocais e Camargos. Ao assistir à peça gravada, sendo ele um dos protagonistas, não tivemos dúvidas: estávamos diante de um artista, de um amante de nossa História. Esse vídeo, as pesquisas, exposições e feiras cristalizaram nele o amor à história, o desejo de se aprofundar, mais e mais em busca da verdade de nosso passado, através de documentos, informações, relatos. Assim, vem montando um rico acervo, base para muitos livros, dos quais alguns já bem adiantados: sobre a Paróquia Nossa Senhora da Luz, a Catedral de Luz, Capitão Du e a Genealogia de várias famílias de Luz e região. Apaixonado pela pesquisa histórica,

genealógica e religiosa é um dos maiores conhecedores da área, no Centro-Oeste mineiro, o que lhe tem rendido convites para Institutos, Academias e Associações afins, dos quais destacamos o Instituto Maria de Castro Nogueira, em Itaúna, o Instituto Histórico de Pitangui, o Instituto Histórico e Geográfico de Pompéu e a recém-criada Associação Cultural Brasil-França Casa Grande Capitão Dú. Em 16 de julho, seu ingresso, como Associado Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do qual é um dos mais jovens associados, quebrando velho tabu.

Pós-graduado em diferentes áreas do Direito, vem se destacando no corpo técnico da Corregedoria-Geral de Justiça. Sob seu comando cerca de 40 servidores que orientam e fiscalizam os mais de 3.000 mil Cartórios, distribuídos nas 296 comarcas de Minas Gerais. Ministra cursos de treinamento e capacitação para a magistratura e servidores em todo o Estado. Pelo excelente trabalho e atuação, recebeu o reconhecimento de seus superiores no Tribunal de Justiça que lhe outorgaram a Medalha do Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena. Também foi agraciado com as condecorações: Jovens de Sucesso, em Itabira; Troféu Magalhães Pinto, em Santo Antônio do Monte; Cordão do Mérito Executivo Deputado Antero Rocha, do Município de Pitangui; título de Honra ao Mérito, concedido pela Câmara Municipal de Luz, além da Comenda do Buriti e das Medalhas Israel Pinheiro e João Pinheiro, estas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Iácones colabora com o Asilo de Luz, sendo membro do seu Conselho Permanente. Além de ser integrante da Banda de Música Lyra Vicentina Aterradense, como trombonista e secretário, é um grande incentivador das artes, da cultura, dos valores e das tradições luzenses. Em várias ocasiões foi o orador oficial de Luz. Destaque a homenagem a Dom Belchior por ocasião de suas exéquias e neste 7 de setembro seu belo pronunciamento nas comemorações do Dia da Pátria e do aniversário de 93 anos do município de Luz.

Ainda adolescente, quando começou a pesquisar sobre a História do Aterrado, passou a divulgar seus trabalhos e "achados" nas páginas do *Jornal de Luz*, que já publicou mais de uma centena de escritos seus. Embora não tenha sido meu aluno na escola, Iácones é também um dos meus meninos.

A nona associada, com muita honra, esta que lhes fala:

Cândida Corrêa Côrtes Carvalho

*Sou um ser abençoado,
Falo com prazer e gosto.
Nasci no Dia do Soldado,
Vinte e cinco de agosto.
Fama de valente, corajosa,
Quando tinha a meu lado
O Tenente Coronel
Meu comandante Geraldo.*

Nasci em Cruzeiro da Fortaleza – MG, à época município de Patrocínio – MG, nos sertões do Alto Paranaíba. Sou a décima dos doze filhos de Diomar Corrêa da Costa e Cândida Côrtes Corrêa, Dona Candinha. Lá, passei minha infância, adolescência e boa parte da juventude e tive os primeiros contatos com letras, numa escola avançada e moderna para aquele tempo e lugar. A professora, Dona Esther de Andrade e Melo, farmacêutica baiana, casou-se com um colega de minha terra, onde abriu a Escola Santa Teresinha. Uma escola avançada no tempo e no espaço. Ela utilizava até o microscópio nas aulas de Ciências. Levava-nos ao ribeirão Fortaleza, para nos ensinar acidentes geográficos, fazendo demonstrações na areia e na água; outro dia, pediu-nos ir às seis horas da manhã para a escola. Juntos, fomos para o outro lado do ribeirão. Subimos até um ponto mais alto do morro e, sentados na relva, olhávamos tudo em volta. Dali avistávamos todo o vilarejo. Puxando a língua de um colega e outro colega, fomos descrevendo o amanhecer, a vila e paisagem exuberante que se descortinava a nossa frente.

A fumacinha, saindo das chaminés, anunciava o café com biscoito frito. A professora conseguia aguçar nossa curiosidade e percepção e assim nascia o texto. Muito do que sou, devo a essa grande mestra, Dona Esther. Guardo comigo, como relíquia, a palmatória, presente da minha professora. Não como um instrumento de suplício, mas como um troféu, que marcou também o início do Magistério, aos 11 anos de idade, que exerci por 54 anos.

Hoje luzense de fato e por direito, AMO Luz, terra que me adotou por filha e a quem retribuo com o meu trabalho, meu amor e dedicação. Fundei e há 35 anos

dirijo o *Jornal de Luz, Comunicação e Cultura*, um filho que nasce a cada semana. Um Jornal do Bem. Vejo nele a extensão da minha sala de aula, onde, a cada semana, deixo uma lição de vida. No registro da notícia de hoje, de fatos e eventos, formamos os fios com que vamos tecendo a História de amanhã.

Acabei de fazer 82 anos. E me vem à mente parte do poema do primo Geovah Côrtes, médico oftalmologista de Ribeirão Preto.

Ah, vou!
Quando eu for velha,
Se um dia eu velha eu ficar:
Vou aceitar cada limitação;
Já não sou cocota, nem garotão.
Vou usar bom senso e sabedoria,
Sem qualquer mofada teoria.
Vou cultivar nostalgia e saudade
Sem o apego sombrio da idade.
Vou esquecer melindres e mágoas:
Sejam todas, já passadas águas.
Quando eu for velha,
Se um dia eu velha eu ficar:
Vou distribuir amor e simpatia
Carregar comigo felicidade e alegria.
Quando eu for a algum lugar,
Alguém anseie para eu chegar.
Vou viver tranquila, sem pressa,
Um dia tudo passa, a vida cessa.
Mas, para que ter medo?
Aos 82 anos, ainda é cedo. Quando eu for velha,
Se um dia eu velha eu ficar
Ah eu vou...

Quando eu for velha, se um dia velha eu ficar, sem pressa, rodeada de pessoas queridas, descendo a montanha, vou sentar-me na Calçada do Tempo e, pelas asas da imaginação e da saudade, transportar-me para esse memorável dia 17 de setembro de 2016, quando o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais se dignou reunir-se em Luz, numa sessão especial. Nem tanto pela minha posse, mas para reverenciar a memória e a presença de luzenses de fato e por direito, os que fizeram e os que fazem parte deste sodalício – fonte inesgotável de conhecimento, saber e cultura, uma plêiade de intelectuais: pesquisadores, estudiosos da história e

da geografia humana. Das muitas Minas. De Minas das belas paisagens; da exuberante fauna e flora; de caudalosos rios; campos verdejantes; imponentes cascatas e cordilheiras. A propósito, veio-me à mente o Desafio de uma dupla, numa Festa de Bodas, no Nordeste – entre o mineiro com o pernambucano, quando este lhe pergunta: Responda já, meu bilontra / num quarteto bem formoso / por que Minas Gerais / é um estado montanhoso? Sem pestanejar responde o mineiro: Se há lá montes altaneiros / cobertos de flóreo véu / é só para que os mineiros / fiquem mais perto do céu. E o nosso mineirês? A nossa rica geografia humana? Não precisamos ir longe. Quantos valores e personalidades expressivas de Luz que se destacam ou se destacaram no cenário nacional e até além-fronteiras, na inteligência, na religião, na política, na educação, no empreendedorismo, nas ciências nas artes, nas letras e na economia?!

Na Calçada do Tempo, rodeada, pelos filhos, netos e bisnetos, sobrinhos afilhados, dos meus meninos, dos meus consócios do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, feliz e realizada, vou abraçar cada um de vocês que se dignaram me prestigiar e, com o seu carinho, o seu abraço, a sua mensagem e presença, transformaram este recinto num pedacinho do céu.

SAUDAÇÃO AO PROFESSOR ALUÍSIO PIMENTA*

*Antonio Carlos de Albuquerque - Cadeira nº 88
Patrono Barão de Paraopeba*

*“Pai, o senhor está velho,
já fez o seu tanto...
agora, o senhor vem, não carece mais...
o senhor vem, e eu, agora mesmo,
quando que seja, a ambas vontades,
eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...”
(A Terceira Margem do Rio – Conto de Guimarães Rosa)*

No trecho citado de Guimarães Rosa, o sentido latente da opção do pai é que haja alguém que ouse desafiar as regras estabelecidas, que proponha o novo, o diferente, o inesperado, num apelo marcado pela urgência.

Um povo, que recorda e aviva figuras que se tornaram beneméritas, no palco ruidoso da vida e dormem o sono da paz, se enobrece e se dignifica.

A morte ao encontrar uma vida pura assemelha-se à noite estrelada posto que, nas trevas da morte, rutilam as virtudes.

O Professor Aluísio Pimenta, no mundo, se não impôs à admiração e à estima pública por outros feitos que não fossem as suas eminentes qualidades morais, os seus límpidos predicados, que a justa fama apregoou sempre, engrinaldando-lhe o nome respeitabilíssimo com a auréola dos mais nobres e elevados conceitos.

Foi brasileiro aguerrido pelos afetos que lhe despertavam o desejo incendiado de ver a sua Pátria próspera, afortunada, que ele amava estremecidamente, com todo o ardor de sua alma generosíssima.

O professor venerando, cujos cabelos alvejaram no nobre serviço da Educação, digno de honra pela plenitude do seu apostolado, caro, pelas suas

* Saudação proferida em 5 de outubro de 2016.

virtudes, precioso na cultura de Minas, serviu de modelo de coragem, de zelo abrasado, de verdadeiro sacerdote, daquele que se sacrifica.

Trago-lhes em ligeiros traços a estatura moral desse venerando mestre, que pensou, trabalhou, lidou pelos ideais do bem do Brasil, e para quem a vida foi uma frágua de labores insanos e um voto ardente pela felicidade do outro.

Ao anoitecer da sua longa existência, penso que Aluísio Pimenta, podia repetir a frase veraz de São Paulo: *Eu combati o bom combate, cheguei ao termo da minha carreira trazendo a fé; só me resta a coroa de glórias que o Senhor reserva para os que O temem e O amam.*

PARA QUE HOUVESSE UM COMEÇO O HOMEM FOI CRIADO.

Deixo-me guiar, agora, pelo pensamento de Agostinho, escrito em seu livro *A Cidade de Deus*. Ele nos adverte: *Para que houvesse um começo, o homem foi criado.*

O homo temporalis, a criatura temporal, que é mortal, foge ao tempo pelo pensamento. O que eu preciso deixar claro é que não estou suprimindo dados biográficos, mas indicando uma maneira de compreender a imbricação do nascimento, do trabalho e da morte.

Formou-se em Farmácia em 1945 pela Faculdade de Odontologia e Farmácia da UFMG. Em 1947, por concurso, tornou-se docente livre de Química Orgânica e Biológica da Faculdade de Farmácia da UFMG.

Ascendeu de imediato na carreira acadêmica chegando em fevereiro de 1964, após eleição de lista tríplice, ao cargo de Reitor – o mais jovem até aquele momento. Modernizou o ensino universitário planejando as reformas da Universidade, importantes passos para a implantação do Campus universitário da Pampulha e lutou pela autonomia universitária.

Entretanto, em fevereiro de 1967, em virtude do sudário do AI – 5 caído sobre os seus ombros, foi-lhe dada a aposentadoria compulsória.

O jovem argonauta traçou logo o caminho que deveria trilhar convicto à Moral que sempre praticou, intemerato, a partir de 1967/1968, esteve como professor visitante no Instituto de Educação da Universidade de Londres.

À luz da fé, a inteligência antevê novos horizontes nos quais serenam as conturbações. É por isso que, de certa feita KANT, o filósofo do criticismo, escreveu: *Dois coisas há que me encham a alma de respeito e admiração - o firmamento esmaltado de estrelas, por cima de nós, e a lei moral dentro de nós, reverberando os fulgores da razão, que então se faz consciência.*

É a consciência a própria razão, que se sente forte porque tem a certeza de princípios e leis no meio da agitação do espírito.

Recordando certamente de Gonçalves Dias, regressou a Minas a convite do Governador Tancredo Neves e assume a Presidência da Fundação João Pinheiro, ocasião em que, juntamente com Jovelino Soares dos Santos, estivemos juntos para falarmos de um trabalho a ser desenvolvido para o Conselho de Política Financeira para os Bancos Comerciais Estaduais mineiros.

Tornou-se Ministro de Estado da Cultura em 25 de maio de 1985.

Em 1991, assume a reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais, com o desafio de concretizar a sua implantação dois anos após a data da criação.

Ainda, em 16 de outubro de 1999, torna-se sócio efetivo do IHGMG, vindo a ocupar a cadeira 89, cujo patrono é Francisco Campos, na gestão de Miguel Augusto Gonçalves de Souza, então Presidente.

Está resumido o conjunto de labores fatigantes enfrentados por Aluísio Pimenta para atingir o escopo de sua altíssima carreira, nesta gloriosa terra de Minas Gerais.

Para ser apóstolo é necessário ao homem converter a sua alma em vaso transparente, não reter cativa a verdade, falar com a doçura da brisa e possuir o vigor de mártir, advertência escrita por Sinfrônio de Castro, professor, sacerdote e escritor barbacenense. Professor Aluísio Pimenta assim o foi.

Há em nós um sentimento nobilitante: é o patriotismo. Quem o diz é Dom Silvério escrevendo aos prelados diocesanos em suas circulares, outro sol de Minas: *A Pátria que temos obrigação de servir e defender não é só o solo que pisamos. Ela é um conjunto de realidades que envolvem e prendem o homem em todos os momentos da vida e ainda depois da morte.*

O civismo é atributo de cada um brasileiro, e não apenas do Estado, pois temos a obrigação de prestarmos à Pátria os misteres que ela de nós exige para sua conservação e honra.

Saúdo o atual Presidente do IHGMG – Dr. Aluizio Alberto da Cruz Quintão, que elaborou reflexão curtíssima e criativa sobre a Pátria, no último 7 de setembro, possibilitando aos consócios o necessário dever na sociedade que em tudo se liquefaz, trazendo inúmeras manifestações de muitos de nós posteriormente.

Coragem Dr. Aluizio!

Aceita venerável Mestre Aluísio Pimenta, pela tua humildade, pelo teu saber, pelo teu ardente batalhar na Educação, na Ciência e na Cultura e máxime pela constelação das tuas virtudes, aceita a homenagem que te ofereço, no tosco rendilhado da minha palavra.

Nove de maio de 2016 o seu corpo foi para o cemitério do Bonfim para não se desligar da capital de Minas e será a data que comprova esta união vencedora do tempo. Professor Aluísio Pimenta de Peçanha. Das Minas e do Brasil.

SAUDAÇÃO AO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 25*

Paulo Duarte Pereira - Cadeira nº 63

Patrono: Barão de Camargos

Muito me apraz enaltecer os feitos dos verdadeiros amigos. Fazem-me retornar ao passado e, pelo preito da amizade, ver-me neles inserido. Revejo os melhores momentos da nossa juventude. O amadurecimento, contudo, reserva-nos o condão de fortalecer os elos fraternos que unem e se fazem reacender para um promissor futuro. Criam marcas indeléveis.

O Cel. João José do Nascimento é meu amigo, meu companheiro de longas jornadas, com quem tive a felicidade de passar bons momentos de minha existência. Além dos nobres sentimentos da amizade, sobressai o sentimento do respeito aos seus feitos, eivados de profissionalismo e devotados à causa pública.

Hoje, por deferimento especial e carinhoso de sua apresentadora, a consocia professora Maria de Lourdes Costa Dias, tenho a honra de introduzi-lo nesta Augusta Casa de João Pinheiro.

Estou consciente de que apresento, não apenas aquele dedicado amigo, mas o consagrado escritor, o historiador, o contabilista determinado, o militar de longa cepa, o homem probo e honesto que haverá de dignificar, mais ainda, o quadro do Instituto Histórico e Geográfico das Alterosas.

Solicitei à professora Maria de Lourdes que nos transcrevesse, a seu modo, detalhes da vida do Cel. João José do Nascimento. Com indiscutível competência firmou um singular histórico da vida curricular do nosso apresentado, não se esquecendo, entretanto, de detalhes pessoais que os

* Saudação proferida em 5 de novembro de 2016.

uniram desde a mais tenra idade. Com a sua permissão, daquele belíssimo e escorreito trabalho, fiz uma síntese que tenho o orgulho de lhes repassar:

“João José do Nascimento nasceu de família simples, mas honesta, trabalhadora e muito digna, na cidade de Pitangui, a sétima “vila do ouro”, encravada no oeste mineiro. Seu pai era sargento da Polícia Militar, Comandante do Destacamento local e sua mãe, além das tarefas domésticas, ainda tinha tempo para dar aulas de piano e tocar em solenidades e casamentos na Igreja de São Francisco, nessa cidade.

Aos sete anos de idade foi levado para o Seminário da cidade de Lavras, por seu padrinho, o Padre José Bicalho, mais tarde, Monsenhor Bicalho. Ali desenvolveu suas potencialidades, aprendeu português correto e puro, além de noções de administração e contabilidade, que o relevariam mais tarde, na Polícia Militar e na vida social. Ao sair do Seminário no pós-guerra, em 1945, as dificuldades de colocação eram muitas, então escolheu o caminho do ingresso na Polícia Militar como aprendiz na Escola Musical do Batalhão de Guardas, o famoso B.G.

Por sua redação escorreita e limpa, associada à sua habilidade de ser ótimo datilógrafo, foi logo notado pelos comandantes dos batalhões por onde passava, até ser escolhido como “datilógrafo correspondente” de vários comandantes gerais como Cel. Nélio Cerqueira e Cel. Manoel de Assumpção e Souza. Passou a atuar junto ao Comando Geral como Sargento, até frequentar o Curso de Formação de Oficiais no antigo D.I., Departamento de Instrução, no Prado Mineiro e graduar-se como Aspirante a Oficial em setembro de 1962. Seu brilhantismo no curso, além das excelentes notas logo foram notados e foi convidado para compor o quadro de professores do Departamento de Instrução, fato raríssimo na fileira dos Aspirantes. Atuou como Professor da antigo DI, atual Academia da Polícia Militar, por mais de treze anos e muitos dos coronéis da PM, até

Comandantes Gerais, foram seus alunos. Ainda hoje é festejado como o melhor professor de Finanças e Administração da Academia.

Foi também convidado a ser Secretário e Tesoureiro do CSA, Batalhão de Engenharia que realizava todas as obras da Polícia Militar e ainda muitas outras do Estado.

Ali destacou-se junto ao alto comando por seu trabalho de Administração Pública e Contabilidade”.

Prezados Consócios: era seu Comandante o Cel. Antônio da Costa Dias, pai da nossa associada Prof^a. Maria de Lourdes Costa Dias, nossa Prof^a. Lurdinha.

Nessa época iniciou forte amizade com a professora Lurdinha, até chegar a um namoro de leve, às escondidas do severo Cel. Costa Dias. Iam a cinemas, bailes no Clube dos Oficiais e a solenidades e festas da Polícia Militar, tudo cercado de muito respeito, como convinha aos anos 60, sem beijos, abraços ou agarramentos... A Revolução de 1964 foi por eles comemorada e o Tenente Nascimento desfilou em carro da Polícia Militar na Avenida Afonso Pena, e Lurdinha, estudante, nessa época, o aplaudiu bastante...

O Coronel Costa Dias passou para a Reserva em 1965 e os caminhos dos dois se separaram. Ela foi estudar História na Faculdade de Filosofia da UFMG e o tenente Nascimento foi atuar em outros setores da Polícia Militar na área da Administração.

Retornando ao currículo do nosso apresentado:

“João José do Nascimento atuou na Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF); foi Diretor Administrativo do Hospital Militar; Comandante do 3º. Batalhão em Diamantina e Diretor do Batalhão de Trânsito. Passou para a Reserva em 1974 sem completar o tempo total na Polícia Militar, pois outros órgãos do Estado o convidavam para atuar como Administrador.

Foi Assessor Especial de vários Prefeitos de Belo Horizonte, inclusive o magistral Maurício Campos, Diretor da Prodabel, Diretor Financeiro e Administrativo da Sudecap, inclusive participando como executor da abertura de várias avenidas e da canalização de muitos ribeirões da Capital, inclusive do Rio Arrudas. Da Prefeitura de Belo Horizonte passou a atuar na área financeira do Estado, sendo Diretor do Tesouro de vários governadores como Tancredo Neves, Hélio Garcia e Francelino Pereira. Pediu demissão no governo Newton Cardoso, por não concordar com algumas imposições administrativas. Foi depois assessor Especial do Ministro Elizeu Resende e Assessor do Ministro Delfim Neto em Brasília. Foi, portanto, um homem de espírito público e voltado para os interesses do Estado.

Ao deixar as funções administrativas, recolheu-se à sua mansão no bucólico bairro de Santa Tereza, onde é conhecido como “o coronel”. Solteiro convicto, pois nunca se casou nem teve filhos, sem família nem parentes, passou a dedicar-se ao hobby de filmar e de editar filmes, onde mantém no segundo andar da casa um muito bem montado estúdio de gravações”.

A vida prosseguiu também para a Prof^a. Lurdinha, que se casou com o advogado Paulo Reis e foi muito feliz, na vida familiar e na acadêmica, destacando-se como professora universitária e de cursos da Polícia Militar. Escreveu vários livros, que hoje somam a marca de 13 publicados. Por sua atuação como pesquisadora e escritora, seu nome foi indicado e aceito para membro efetivo deste Instituto Histórico e tomou posse em 2007, na cadeira de nº 35, tendo como patrono o folclorista e escritor Ayres da Mara Machado Filho. Ficou viúva há 5 anos e meio e passou a dedicar-se mais ainda a esse Instituto. Reencontrou o Cel. Nascimento em fins de 2011 e pouco tempo depois, pelas afinidades em comum, reiniciaram a antiga amizade, que muito se fortaleceu pelo gosto de ambos pela História. Ela

incentivou o Cel. Nascimento a publicar antigos textos escritos anteriormente e publicou o primeiro: *A Revolução democrática de 31 de março de 1964* e depois, *Crises da América Latina após a Segunda Guerra Mundial*. Ela o indicou para membro efetivo do IHGMG e seu nome teve o apoio de muitos associados, que reconheceram seu valor como homem público e pesquisador na área da História. Outros livros dele serão publicados brevemente, como *Aspectos Gerais das duas guerras Mundiais* e outros ainda em preparo.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, saúdo o Cel. João José do Nascimento, um valoroso militar, homem público e reconhecido professor na área da administração pública.

Seja bem-vindo à Casa de João Pinheiro!

POSSE DO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 25*

João José do Nascimento - Cadeira nº 25

Patrono: Joaquim Felício dos Santos

Ao abrir esta sessão, gostaria de deixar registrados cinco agradecimentos.

O primeiro é a Deus, nosso Pai Poderoso, por ter me concedido a vida e ter me tornado o Homem que sou.

O segundo agradecimento é à minha terra Pitangui, no oeste de Minas, com grandes tradições históricas, com mais de trezentos anos de fundação. Ali passei minha infância e guardo ternas lembranças de criança, ao lado de minha querida mãe, minha dedicada avó e meu dileto avô. De lá fui estudar no Seminário do Sagrado Coração de Jesus, em Lavras, só saindo após oito anos de estudo, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1945.

O terceiro é à Polícia Militar de Minas Gerais, onde ingressei em outubro de 1945, como rapaz de origem humilde e ela me transformou num Homem, - cidadão de bem, honrado, respeitoso e que ama profundamente sua Pátria. Recordo aqui a figura do Cel. Antônio da Costa Dias Filho, por sinal, pai da Professora Maria de Lourdes Costa Dias, meu primeiro Comandante que me convidou para ser Tesoureiro e Secretário Geral no antigo CSA – Corpo de Serviço Auxiliar - Batalhão de Engenharia da Polícia Militar. O Cel. Costa Dias me conduziu aos quadros do alto oficialato da PM, quando eu ainda era tenente. Com ele aprendi muito. Comandante honesto, trabalhador, honrado, exigente e ético. A ele, minhas saudades e agradecimentos constantes. Sei que me destaquei nos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais e me tornei um homem também respeitado no meio civil. A Polícia Militar, com certeza, foi minha segunda mãe.

O quarto agradecimento é ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Casa de Cultura por quem tenho o maior respeito e que aprendi a admirar e até a amar, onde encontrei grandes amigos – homens e mulheres – todos dedicados à pesquisa histórica.

* Discurso proferido em 5 de novembro de 2016.

O quinto é dedicado aos grandes amigos e amigas que aqui se encontram e vieram me prestigiar. Especialmente, agradeço à nobre professora universitária da Polícia Militar, Maria de Lourdes Costa Dias Reis, nossa querida Prof.^a Lourdinha, que me incentivou a tomar posse neste Instituto Histórico e a me dedicar à pesquisa histórica. Ela reuniu meus escritos e produziu dois livros, um deles, - *Crises da América Latina Após a Segunda Guerra Mundial*, que faço doação aos senhores presentes. A grande amiga professora Maria de Lourdes, Prof.^a Lourdinha, é uma presença constante em minha vida e agradeço a Deus por tê-la colocado em minha vida...

Faço, agora, referências ao meu patrono, o ilustre escritor, jornalista e político Joaquim Felício dos Santos. Nasceu na cidade do Serro e se radicou em Diamantina, tão logo se formou como advogado, na Faculdade de Ciências Jurídicas do Largo de São Francisco, em São Paulo. Dedicou-se à advocacia, sendo inclusive advogado de escravos em Diamantina. Era filho de família abastada, dona de lavras de ouro e de diamantes, além de terras de agricultura e de criação de gado. Além de advogado, foi grande professor de várias cadeiras no Seminário de Diamantina e no Colégio Ateneu de São Vicente. Era irmão do primeiro bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos, e com ele criou a Vila do Biribiri, próxima a Diamantina, em terras de propriedade da família, onde eles instalaram uma das primeiras fábricas de tecidos de Minas Gerais, que não empregava o trabalho de escravos. Seus empregados eram trabalhadores livres, em franca época de escravidão e, em sua maioria, eram mulheres. Fundou o jornal *O Jequitinhonha*, que circulava em Diamantina, no norte de Minas e no Rio de Janeiro. Neste jornal noticiava fatos da política brasileira, e focalizava muito a Guerra do Paraguai. Foi autor do Código Civil Brasileiro, trabalhando nele por mais de trinta anos. Seu trabalho não foi reconhecido e foi desprezado pelo governo do Império, mas suas ideias seriam aproveitadas anos depois. Escreveu vários livros, sendo os mais notáveis: *Memórias do Distrito Diamantino* e *Acayaca*. Era partidário da Abolição e da República em plena época da Monarquia, o que lhe causou muitos problemas. Foi eleito Senador somente após a República, mas atuou por pouco tempo, pois já estava doente e desencantado com os rumos da política brasileira. Faleceu em 21

de outubro de 1895, e foi sepultado na Igreja do Carmo em Diamantina. Depois, teve seus restos mortais trasladados para o distrito do Biribiri, onde repousa em singela sepultura na entrada da Igrejinha do Sagrado Coração.

Faço menção agora ao ilustre Dr. Floriano de Lima Nascimento, que me antecedeu nessa cadeira de nº. 25, cujo patrono é o memorável escritor Joaquim Felício dos Santos. Ele é Bacharel em Direito pela UFMG, formando-se em 1975. Atuou como Assessor da Consultoria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por vários anos, vindo a se aposentar nesse importante cargo. Lecionou na cadeira de Direito Econômico na Faculdade de Direito Milton Campos. Pediu afastamento do Instituto Histórico e Geográfico, onde era membro efetivo e ocupava a cadeira de nº. 25, onde se dedicava a pesquisas sobre a escravidão em Minas Gerais. É, também, membro da Arcádia de Minas Gerais à qual se dedica com entusiasmo e denodo. Escreveu os livros: *História do Poder Legislativo de Minas Gerais*, de 430 páginas e o romance *Sob o Céu de Cabo Frio*, tendo escrito também, vários livros infantis. Foi Coordenador do *Novo Dicionário de Direito Econômico*. É Jornalista atuante, publicando, regularmente, artigos nos jornais *O Tempo*, de Belo Horizonte e *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro.

Estou assumindo esta cadeira de número 25 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e reconheço ser difícil, mas igualmente honroso, substituir tão relevante Membro, o prezadíssimo Dr. Floriano de Lima Nascimento e prometo que tudo farei para dignificar seu nome.

Agradeço a todos os amigos e amigas presentes que vieram me prestigiar e dignificar. Prometo me esforçar ao máximo, com prazer, e honrar esse alto cargo que passo a ocupar neste prestigiado e nobre Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, a cujos integrantes, tenho a honra, a partir de hoje, de tê-los como companheiros de trabalho, neste sodalício, a ilustre e centenária “Casa de João Pinheiro”.

2.2. PALESTRAS

**85 ANOS DO CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA DE
BELO HORIZONTE CPOR BH***

Marcos Henrique Caldeira Brant - Cadeira nº 59

Patrono: Marquês de Barbacena

Transcorre neste ano de 2015 o octogésimo quinto aniversário de criação do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte. Efeméride significativa não só para a memória militar terrestre do Brasil como também para memória política e social de Minas Gerais, razão pela qual foi proposto a este centenário instituto, guardião da história mineira, a merecida homenagem que passamos a render nesta singela, mas significativa sessão solene.

Na era contemporânea é fato inconteste que o poder bélico, o braço, as forças armadas de um país se vale por sua reserva mobilizável. Praticamente todos os países preparam, formam e reciclam suas forças reservas para serem empregadas a tempo e a modo quando necessário.

No Brasil, desde os primórdios da república, ante a evolução tecnológica da guerra, houve preocupação quanto à formação, à capacitação de uma reserva tanto de oficiais quanto de praças, apta a ser mobilizada. Em 1920, com a chegada da missão militar francesa para reorganizar o Exército nacional que destoava dos padrões mundial, um gaúcho, um desconhecido, mas abnegado capitão de artilharia de nome Correia Lima, já preocupado com a carência de oficiais subalternos (tenente e capitão) nas fileiras do Exército, idealizou, e com muita perseverança concretizou, a criação de um curso especial e intensivo de formação de oficiais subalternos destinados a compor a reserva do Exército, cujo curso denominou como Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - e que passou a ficar conhecido pela notória sigla - C.P.O.R.

O CPOR - trata-se de um estabelecimento de ensino militar assemelhado ao grau de ensino superior, de graduação, em ciências militares, tendo como foco de recrutamento e admissão a mocidade de nível universitário, em idade (18 a 19

* Palestra proferida em 18 de julho de 2015.

anos) do serviço militar obrigatório; tem como objetivo formar num curto período - num superintensivo -, o oficial subalterno para compor a segunda classe da reserva do Exército.

É de esclarecer que a reserva do Exército, de acordo com o tempo de preparação, padrão de formação e capacitação se categoriza em: 1ª classe (remunerada); 2ª classe (não-remunerada) e a 3ª classe da reserva (não-remunerada). A reserva é uma, e na verdade a classe é que pertence à reserva, e não a reserva à classe.

Atualmente em todo o Brasil existem cinco CPOR's, sediados em capitais que pela ordem de criação são: 1) Rio de Janeiro (1926); 2) Porto Alegre (1928); 3) Belo Horizonte (1930); 4) São Paulo (1930) e 5) Recife (1933). Existiram outros CPOR's que foram instalados e desativados como os de Fortaleza e Curitiba bem como os NPOR's.

O CPOR mineiro foi criado em 1930, primeiramente sediado em Juiz de Fora como sendo da 4ª Região Militar, para depois em 1936 ser transferido para Belo Horizonte por um motivo muito simples: a Capital era e continua sendo o centro universitário do estado, com várias faculdades das mais diversas áreas do conhecimento: de direito, medicina, odontologia, engenharia, economia, administração, dentre outras.

O CPOR foi provisoriamente instalado em sede provisória na Avenida Olegário Maciel com Rua Tupis para depois ser transferido para a Avenida João Pinheiro com Rua Guajajaras. Em 1942 foi transferido para a Rua Mar de Espanha, Bairro Santo Antônio, onde se localiza a atual administração central da COPASA.

Em 1945 foi transferido para a sede da Rua Juiz de Fora com Gonçalves Dias, atrás do então 12º RI no Barro Preto, onde permaneceu por 30 anos até o final do ano de 1975 quando por questões de ordem operacional administrativa foi desativado causando surpresa e um descontentamento geral na tradicional sociedade mineira.

No seu lugar, de 1976 a 1988, foi criado o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva – NPOR - adido ao histórico e bravo 12º Batalhão de Infantaria, funcionando por 13 anos.

Mas, em meados de 1987 surgiu uma grande mobilização da sociedade mineira encabeçada por políticos, empresários, comerciantes e autoridades de diversos segmentos, pessoas de projeção na vida pública, todos ex-alunos do CPOR; e com uma grande pressão e força política acabou se sensibilizando o Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves que, lastreado em estudos do departamento de ensino, ouvindo o Estado-Maior, determinou em 1989 a reativação o CPOR-BH instalando-o no aquartelamento do Colégio Militar na Pampulha e onde permanece até os dias de hoje.

Nos idos de 2002, com o programa de reestruturação da força terrestre, houve ingentes tentativas de nova desativação do CPOR. Por mais uma vez a sociedade civil mineira reagiu e com forte mobilização conseguiu reverter tal ideia junto ao vice-presidente da república, José Alencar, que também era o Ministro da Defesa, mantendo e ampliando o CPOR de Belo Horizonte.

É de salientar que CPOR-BH atingiu e manteve no auge por três décadas seguidas anos 40, 50, 60 e início de 70, do século passado, detendo um grande prestígio na vida social de Belo Horizonte. Os alunos do CPOR, todos universitários dos cursos de direito, engenharia, medicina, odontologia, farmácia, economia, administração eram os "bambambãs", os bons partidos para os padrões daquelas épocas. Nas formaturas do final do curso bailes do aspirantado eram realizados em logradouros públicos como na Praça da Liberdade sempre com pompas e circunstâncias ressaindo a tradicional participação do Governador de Estado e do Prefeito. Os glamorosos bailes do aspirantado tinham seus convites disputadíssimos. A revista do CPOR, de periodicidade anual, focava não só a literatura como era um importante veículo de comunicação e difusão no meio cultural.

Os alunos já aspirantes e depois segundos-tenentes da reserva eram bem disputados no setor privado e público.

Interessante registrar que o CPOR-BH, através de seu curso de artilharia, em abril de 1960 recebeu a missão destacada de se deslocar para Brasília, a fim de executar as honras militares de Chefe de Estado ao Presidente norte-americano Eisenhower, quando de sua visita oficial ao Brasil.

Durante 85 anos de existência o CPOR-BH até hoje formou 8.262 alunos, em um total de 72 turmas debitando o NPOR e 85 turmas creditando o NPOR.

Portanto, a turma deste ano de 2015 figurará como a octogésima sexta (86ª) da linha do tempo da história do CPOR.

Este ano de 2015 comemoram-se os 70 anos do término da 2ª Guerra Mundial, a experiência vivenciada pelo Brasil em território italiano bem veio a demonstrar a importância e necessidade de ampliar os cursos de formação de oficiais de 2ª classe da reserva, *trinta por cento* (30%) do efetivo de oficiais subalternos da Força Expedicionária Brasileira – FEB (aspirante/tenente/capitão), ou seja, 433 oficiais eram R/2, oficiais temporários oriundos dos CPOR's e NPOR's de todo o Brasil e estes oficiais R/2 com suor, lágrima, sangue e sacrifício, encheram de glória a história militar terrestre do Brasil.

O CPOR-BH teve a oportunidade e por isso mesmo pode orgulhar, ufanar de ter oferecido à Pátria 19 oficiais R/2 temporários, para integrarem a força expedicionária brasileira. Conhecidos como “os 19 do CPOR” seus nomes estão eternizados numa placa de bronze afixada nas dependências do CPOR-BH onde, certamente, são referenciados pelo corpo de alunos.

Um destes "19 do CPOR" o tenente de infantaria Celso Patrício de Aquino (aspirantado de 1942), foi o primeiro brasileiro com seu pelotão a chegar ao cume de Monte Castelo e desarticular a resistência alemã, embora parem controvérsias, pois muitos avocam a proeza e glória de ter sido o primeiro a chegar ao cume do monte para expulsar e abater os alemães. Exaustivos estudos feitos nos anos de 1970, pelo saudoso jurista e historiador Dr. Wilson Veado, emérito pesquisador da história militar terrestre, ex-presidente desta Casa, e oficial R/2 egresso do CPOR-BH, sustenta baseado em fontes primárias de esforçadas pesquisas ter sido o Tenente Aquino o primeiro a alcançar o topo Monte Castelo, estudo este que foi publicado em revistas e jornais da época.

O tradicional CPOR-BH na marca de seus 85 anos vem sucessivamente instruindo uma parcela intelectual da mocidade mineira, agregada de valores e princípios para com a Pátria, adquire projeção e liderança em diversos segmentos da sociedade civil organizada, mantendo assim um perene vínculo com o Exército

brasileiro.

De modo que temos como oficiais R/2 egressos do CPOR-BH: profissionais liberais, comerciantes, empresários, políticos, professores, magistrados, procuradores, embaixadores, dentre outros. Saliente-se que CPOR-BH, dado o seu tempo de funcionamento, já está abrigando a terceira geração de mineiros, existindo até mesmo gerações do mesmo núcleo familiar: avô, filho, neto.

Finalizando: esta sessão solene é uma homenagem que o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, cumprindo sua finalidade estatutária, tributa ao CPOR-BH, reconhecendo sua constante participação na vida social mineira e belo-horizontina anualmente formando oficiais da reserva que adquirirão responsabilidade para os destinos e grandeza de nosso país.

Como diz parte da letra da bela e marcial canção dos CPOR's:

*Nós somos a reserva atenta e forte
em guarda à egrégia Pátria brasileira;
dispostos a lutar até à morte,
unidos em defesa da bandeira.*

Portanto, saudamos o CPOR-BH que ensina valores e contribui na formação de líderes para o Brasil.

HOMENAGEM À ARQUIDIOCESE DE MARIANA*

Helvécio Trindade

Presidente da Associação de Ex-Alunos do Seminário de Mariana

Já se sabe que Mariana foi a primeira vila, cidade e capital de Minas Gerais, e que, historicamente, a origem da cidade está ligada à época em que os bandeirantes chegaram à região, atraídos pelo ouro em abundância, no final do século XVII, tornando-se uma das maiores cidades produtoras de ouro para a coroa portuguesa.

Já foi dito que em 23 de abril de 1745, a antiga Vila Real de Nossa Senhora do Carmo tornou-se oficialmente Cidade de Mariana e que, em 6 de dezembro daquele mesmo ano criou-se, através da bula *Candor Lucis Aeternae* do Papa Bento XIV, a diocese de Mariana, a partir de território desmembrado da então Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Já foi dito também que a data inaugural da Diocese de Mariana é 2 de fevereiro de 1748, com a posse do seu primeiro bispo, Dom Frei Manuel da Cruz, que desenvolveu muito trabalho para a consolidação da recém-criada diocese, tornando-a o principal centro católico das Minas Gerais.

O que não foi dito é que, no dia 20 de dezembro de 1750, Dom Frei Manuel da Cruz fundou o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, cuja direção a Diocese de Mariana deu aos padres jesuítas, que lá permaneceram até que foram expulsos do país por ordem do Marquês de Pombal. Eles foram substituídos por padres seculares.

Lá no Seminário os alunos eram preparados para a carreira sacerdotal, mas também podiam fazer seus estudos preparatórios, inclusive para a Universidade de Coimbra, notando-se a existência de um vínculo entre o estabelecimento e as classes abastadas, as quais desejavam transformar os proprietários rurais em homens instruídos. Assim a Diocese de Mariana já poderia suprir a carência de

* Palestra proferida em 18 de junho de 2016.

estudos públicos em Minas Gerais, procurando satisfazer seus habitantes, e principalmente iniciar o recrutamento de seu clero, que até então inexistia.

Esta preocupação da Diocese de Mariana com a formação de seu clero cada vez mais se consubstanciou através de atitudes e cuidados dos bispos que sucederam a Dom Frei Manoel da Cruz.

Tanto é assim que, em 1845, a Diocese de Mariana, por seu 7º bispo diocesano, Dom Antonio Ferreira Viçoso, repartiu o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em duas seções: o Colégio Episcopal, reservado ao curso de Humanidades, e o seminário propriamente dito, onde os candidatos ao sacerdócio faziam o curso de Teologia. Mais tarde, o Colégio Episcopal passou a se chamar Seminário Menor e a seção destinada ao curso teológico, Seminário Maior, cujas direções foram entregues aos padres lazaristas, da Congregação da Missão, a mesma a que ele pertencia.

Em 1934, a já então Arquidiocese de Mariana, por seu arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira, atendendo à solicitação do Vaticano e decidida a criar melhores acomodações aos seminaristas, desmembrou o Seminário em dois institutos: O Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte e o Seminário Maior São José, este num novo prédio e para os alunos dos chamados cursos maiores: Filosofia e Teologia.

No bolo da Arquidiocese de Mariana o Seminário sempre foi a cereja.

Inegavelmente, coube à Diocese, depois Arquidiocese de Mariana, tornar esses dois Seminários, conforme assinala o escritor e acadêmico Roque Camêllo, também ex-aluno do Seminário, no seu livro *Mariana, assim nasceram as Minas Gerais*, os pioneiros na educação masculina em Minas, sendo ainda as primeiras escolas superiores do Estado. Por eles passaram luminares da Igreja, como sacerdotes, bispos, cardeais e milhares de cidadãos que ajudaram a construir a História de Minas e do Brasil como honrados homens públicos, professores, cientistas, advogados, magistrados, escritores, médicos, engenheiros, profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e de profunda dedicação ao bem comum da sociedade. Somam-se a estes, milhares de cidadãos comuns, alguns

Inconfidentes e outros sacerdotes, cujos nomes estão sendo propostos à Congregação *Pro Sanctis* do Vaticano.

E todos que lá estudaram, ordenados ou não, integram os registros da AEXAM - Associação dos Ex-Alunos dos Seminários de Mariana.

Pois bem, representando a AEXAM, que tem também neste auditório outros associados, agradeço a Arquidiocese de Mariana, na pessoa de seu arcebispo, Dom Geraldo Lyrio Rocha, o protagonismo na gestão e no cuidado daqueles estabelecimentos que foram muito importantes no ensino da cultura e dos valores religiosos, éticos e comportamentais para a formação de homens de bem.

Parabéns pelos, hoje, 271 anos da Arquidiocese de Mariana!

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO ACADÊMICO HÉLIO ARMOND
WERNECK CÔRTESES*

José Anchieta da Silva - Cadeira nº 57

Patrono: Marquês do Paraná

Recebi de dois amigos, do presidente da Academia Municipalista de Letras, Cesar Vanucci e do acadêmico da Academia Mineira de Letras, Rogério Tavares, a missão de fazer um panegírico do Desembargador Hélio Armond Werneck Côrtes, cujo centenário de nascimento se comemora. É esta a missão que aqui me conduziu.

Ainda jovem advogado em Belo Horizonte, tive a alegria de conviver com a ilustre figura, então um dos decanos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (refiro-me aos anos finais da década de setenta da centúria passada). O Desembargador Werneck Côrtes era a presença da erudição sem afetações dentre seus juízes-pares.

Nascido em Congonhas do Campo (1916) e educado em Patrocínio, no Alto Paranaíba, bacharelou-se em Direito pela *Vetusta Casa de Affonso Penna* (1944), e tendo lecionado em Belo Horizonte, prestou concurso público para promotor de Justiça, tendo sido nomeado para o exercício dessa função na comarca de Eugenópolis (1949), sem todavia assumir a função, porque aprovado, na mesma época, em concurso público para a magistratura, tomou posse como juiz de direito da comarca de Cláudio (1949), vindo a ser transferido, a pedido, para a comarca de Aiuruoca, que passou a considerar como sua terra do coração (1954), e daí sendo promovido para a comarca de Carandaí (1958), e para Itaúna (1961). Daí veio promovido para Belo Horizonte (1970), sempre por merecimento. Foi juiz substituto no antigo Tribunal de Alçada de Minas e promovido a desembargador de nosso Tribunal de Justiça em 1976, tendo presidido o Tribunal Regional Eleitoral (1984/1985), tendo sido, ainda, juiz corregedor e vice-presidente do tribunal,

* Palestra na Academia Mineira de Letras em 21 de setembro de 2016.

assumindo, ao fim, a presidência do Poder Judiciário em Minas Gerais (1985), coroando uma carreira de magistrado exemplar.

Foi acadêmico da nossa Academia Municipalista de Letras, a *Casa de São Francisco*, representando o seu município de Aiuruoca, e acadêmico desta Academia Mineira de Letras, onde ocupou a cadeira de nº 15. Faleceu em 28 de setembro de 1991.

Convivi muito pouco com Werneck Côrtes. Por dever de consciência, portanto, devo confessar a todos que, para declamar este panegírico, fiz uso de um recurso muito prático e que recomendo àqueles que se virem na mesma situação. Corri atrás de amigos comuns e de insuspeitos escritos a respeito do homenageado. Foi assim que, no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas, recolhi sua biografia, servindo-me dos préstimos de Lakowsky Dolga e do prefaciador de meus trabalhos, o acadêmico Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza. Na advocacia de trincheira, fui ouvir a Jacob de Castro Máximo, homem de Itaúna, por onde passou o Werneck Côrtes-juiz, dele recolhendo a preciosa informação de que Côrtes era também um xadrezista de prestígio e vasto conhecedor da obra de Beethoven.

Nos prefaciadores dos livros de Werneck Côrtes, e aí quem me socorreu foi a secretária desta Academia Mineira de Letras, a competente e dedicada Inês Rabelo, encontrei algumas pérolas que emolduram a apresentação à qual me propus, ao aceitar o desafio honroso.

Descobri o Werneck Côrtes que as novas gerações não podem esquecer.

Prefaciando o livro do homenageado “*A Sombra das Personagens*”, aliás, na verdade, produzindo um anteprefácio, assim se pronuncia Aires da Mata Machado Filho, um dos monstros sagrados dentre os pensadores mineiros da nossa geração:

No limiar do livro, que faz o prefaciador? Retarda o convívio apetecido. Para que?

Quem abrir este volume logo verificará o domínio da expressão escrita que faz de Armond Werneck Côrtes prosador consciente do ofício. Desde os primeiros parágrafos, sente-se empolgado pelo escrupuloso escritor, vitorioso, quase sempre, na luta com a palavra.

E termina o velho Aires: *Ainda bem que raramente se lêem prefácios. O bom livro impõe-se. Dispensa conversa fiada de recepcionista.*

Noutro tempo, outro apresentador, Martins de Oliveira, faz a apresentação de Werneck Côrtes, dele escrevendo:

Eminente magistrado, dono de formosa inteligência, se sabe conduzir-se com brilho nas letras de PAULO, o jurisconsulto admirável, em sentenças e votos que lhe revelam o trato do direito e da justiça em formulações perfeitas, tem o condão de dominar a língua e nela expor primores de primeira água. Artista, pensador, poeta, além de prosador brilhante, é acima de tudo o humanista e, assim, o filósofo. Armado cavaleiro para as lutas do espírito.

Em seu discurso de posse nesta Academia Mineira de Letras, Werneck se ocupa do que chama de *Breve Depoimento sobre Dantas Motta, poeta e profeta de Monte Sião, no país das Gerais também Aiuruoca chamado*, figura que considera *um dos mais autênticos rapsodos das Minas Gerais.*

Quando Werneck Côrtes em seu discurso neste sodalício onde agora se dá a homenagem pelo seu centenário, refere-se ao presidente da casa, com leveza e graça, diz de Vivaldi Moreira:

Um pescador com tarrafa e rede de arrastão perto dos demais [que a ele comparado] são pescadores com anzol. Cópia, de Vivaldi, a expressão criada por Albert Samaan, a dizer que “*escrever é a melhor forma de falar sem ser interrompido.*”

E ele próprio vai a Beethoven que descobriu ter sido, além de grande músico, um também grande escritor, que teria respondido a si mesmo: *Por que escreve? O que tenho no coração precisa ser expandido. É por isso que escrevo.*

E se consola Werneck Côrtes, trazendo a texto a poesia de Carlos Drummond de Andrade, contemporâneo seu, que escreveu em verso admirável:

*Penetra surdamente no reino das palavras
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.*

Outro mineiro ilustre, Edison Moreira, palmeando a obra de Werneck Côrtes, em suas publicações mais conhecidas: *O Menino e o Santo, A Sombra das*

Personagens e o Ensaio Dantas Motta, poeta de Aiuruoca, faz uma síntese erudita e bela da caminhada do autor a dizer:

O que se diz da ação do passado sobre o poeta, pode-se repetir do futuro. Pois presente não é apenas uma realização do passado, mas também uma antecipação do futuro. Como disse [ainda] Heidegger, “é um futuro sido”. (Então: o presente é um futuro sido!)

Opinando sobre os livros do autor, é Oscar Mendes quem atesta daquele que assina as obras e aqui homenageado, ter sido dono de uma simplicidade de estilo, de clareza, de luminosidade clássicas. E arremata *A dialogação, nos contos do Sr. Armond Werneck, é sempre muito viva e natural. O autor pertence a uma espécie infelizmente em vias de extinção: a do escritor que sabe escrever.*

Caros amigos, para terminar, faço mais uma revelação. Esta breve incursão pela vida acadêmica de um Werneck Côrtes que não conheci, quase comprometeu a veneração que tinha de sua pessoa como juiz. Fez-me bem. Passo a fazer uma outra pregação a partir de hoje, darei, sem me acovardar, o testemunho de que Werneck Côrtes foi grande nas letras-letras, tanto quanto o foi nas letras-do-Direito, promovendo a Justiça com uma suavidade e com uma certeza que nos enche de saudade.

MINERAÇÃO DE FERRO E SIDERURGIA BRASILEIRAS: HISTÓRIA
RECENTE E PERSPECTIVAS*

Walter Gonçalves Taveira - Cadeira 23

Patrono: Augusto de Lima Júnior

Introdução

Fui solicitado por colegas historiadores para produzir uma monografia sobre a indústria siderúrgica brasileira e seu estágio tecnológico em relação à concorrência no mercado internacional. Não me reconheço como a pessoa indicada para a discussão desse tema, pois não sou engenheiro e tampouco trabalhei por tempo significativo no setor siderúrgico, limitando-me, neste caso, a alguns meses de consultoria de organização de um sistema de custos, prestada a duas empresas do setor, no sul do país, na década de 1960.

Aposentado há mais de uma década, tive entre meus vínculos de cinquenta anos de atividade uma exposição maior ao setor de mineração, atuando, na maior parte do tempo, no topo da Administração Financeira das empresas. E, dentre estas se sobressai a mineração de ferro. Fui também, por cinco anos, gerente de finanças da Fiat Automóveis S. A. e desde dezembro de 2002 tornei-me membro do GDF – Grupo Dirigenti Fiat.

Mas o que motivou a insistência dos colegas para a produção do presente trabalho? Seguramente foi uma Aula Magna que ministrei na Faculdade de Sabará, em 24 de agosto de 2013, sob convite de outro colega historiador, o Dr. Mário de Lima Guerra, digníssimo Reitor da referida Faculdade e nosso confrade neste Instituto. Focalizei naquela apresentação as respostas às indagações e protestos populares que perduram há mais de 70 anos na sociedade brasileira, dirigidos contra as iniciativas de lavra mineral para exportação.

* Palestra no IHGMG em 18 de março de 2017.

E, para assim agir, não há como não direcionar o foco para o mercado transoceânico de minério de ferro e o mercado siderúrgico internacional e, bem assim, para a competitividade do setor siderúrgico brasileiro naquele mercado.

Portanto, não me atrevera a dissociar tais enfoques da discussão. Correria o risco de drenar do texto as oportunidades que me permitem divagar sobre o assunto, pois, como foi dito, não sou um especialista em siderurgia e acredito que as apreciações das atividades de mineração e siderurgia devam andar paralelas. São diversas as siderúrgicas brasileiras que mantêm minerações de ferro cativas.

A questão básica de um conselho nacionalista: *É um absurdo que o Brasil exporte milhões de toneladas de minério de ferro bruto ao invés de exportá-lo industrializado, na forma de aço. Estamos exportando empregos de brasileiros.*

Nem aço e nem ferro

A primeira razão é que se insistíssemos nesta direção não venderíamos nem aço e nem ferro. O mercado transoceânico de minério de ferro, onde somos um dentre os dois maiores exportadores (Brasil e Austrália), não levaria mais que uns dois anos para substituir o minério brasileiro. São 48 os países produtores de minério de ferro. Ferro é o mineral de maior abundância no mundo.

Outra realidade que se opõe à questão é o “mix” do minério de ferro brasileiro que é exportado anualmente. A antiga estatal Cia. Vale do Rio Doce, hoje Vale, e há muito privatizada, já exportava pelotas de ferro, produzidas no Porto de Tubarão em instalações próprias, desde a década de 1960. Ela usava os finos de hematita, refugo gerado na manipulação do minério rico por ela exportado, como matéria-prima.

Na década de 1970 a Vale implantou outras unidades em Tubarão para a produção de pelotas, ainda aproveitando os finos gerados do minério rico. Estas novas unidades foram viabilizadas pela associação da Vale com duas empresas europeias e uma japonesa. Acerália, da Espanha, formando a Hispanobrás; a Italsider, da Itália, formando a Itabasco; e, a Nippon Steel, do Japão, formando a Nibrasco. Foram todos eles projetos de sucesso que ampliaram a economicidade

das operações da Vale, ainda estatal, permitindo a esta uma conformação de mineradora de ferro mais completa.

Ainda na década de 1970, outro projeto de grande dimensão surgiu no cenário brasileiro. Gerado pela associação da S. A. Mineração da Trindade – Samitri, com a Marcona, mineradora norte-americana, iniciou-se a construção do Projeto Samarco. Neste projeto a Marcona teve uma presença breve, pois foi expropriada pelo Governo do Peru em suas operações economicamente mais importantes e depois disto não teria mais condições de se manter no Projeto. Foi sucedida nele pela Utah International, então sua maior acionista. Mas a Utah, que era propriedade de uma família, foi, pouco depois, comprada pela General Electric.

Todos estes processos ocorreram durante a construção do Projeto Samarco. Em 1989 a GE vendeu a Utah para a BHP Minerals, da Austrália, que se tornou assim sócia da Samitri no capital da Samarco, através da subsidiária brasileira, a Mineração Marex Ltda., sediada no Rio de Janeiro.

Em 1997 a Vale foi privatizada. Entre 1999 e 2000 a Vale comprou a Samitri, tornando-se assim a sócia de sua maior rival, a BHP, no capital da Samarco.

Mais tarde a BHP fundiu-se com a Billington, na Austrália e passou a se denominar BHP Billington. É interessante observar que a BHP Billington e a Vale são as duas maiores exportadoras de minério de ferro do mundo e no Brasil tornaram-se sócias no capital da Samarco. Enfim, as duas maiores rivais do planeta, no mercado transoceânico de minério de ferro, passaram a compor o Conselho de Administração da Samarco, que se reúne periodicamente.

Percebe-se que a indústria de mineração, valendo-se das regras que norteiam o princípio de livre mercado, tem se mantido atenta às oportunidades de ampliar a fatia da produção com maior valor agregado, ou seja, a produção de pelotas, mas mesmo neste caso há limites quantitativos de demanda. A Samarco era, ainda, a única a produzir a pelota a partir do minério de baixo teor, minério esse abundante e sem valor comercial, até o acidente em seu depósito de rejeitos.

Sem considerarmos a geração de impostos, a Samarco era geradora de 2.000 empregos diretos entre MG e ES e mais 2.000 indiretos e ainda, de US\$ 2.110.000.000,00 (dois bilhões cento e dez milhões de dólares) anuais de divisas.

A empresa teve suas operações interrompidas em novembro de 2015, em razão do rompimento da barragem de rejeitos e ainda não conseguiu o apoio do Governo brasileiro para retomar suas atividades. Carência de sensibilidade, de inteligência, de criatividade, ou de estratégia são falhas que pesam muito no Custo Brasil.

Pouco antes da venda da Samitri a Samarco inaugurava seu primeiro Projeto de Expansão. Depois disto, inaugurou o segundo, o terceiro e o quarto Projetos de Expansão.

Criada com uma capacidade nominal de produção de 7.000.000 de toneladas anuais de pelotas, a Samarco tem hoje essa capacidade estabelecida em cerca de 22.000.000 de toneladas anuais de pelotas, se estivesse produzindo.

Mais significativo ainda é o fato de que a Samarco foi desenhada para operar com minério de baixo teor, não comerciável. Com isto, ampliou-se consideravelmente a vida útil das reservas de minério de ferro das jazidas da Samitri, em Minas Gerais.

Em 2005 a MBR Minerações Brasileiras Reunidas iniciou, em Nova Lima, o projeto de construção de uma planta de pelotização, mas em 2006 a Vale comprou a MBR e deu continuidade à planta que foi inaugurada em 2009. A Vale comprou também uma participação de 30% do capital de uma usina de pelotização no Oriente Médio, em Bahrein, em 2000/2001. Criou também uma quarta empresa de pelotização no Porto de Tubarão, a Kobrasco em sociedade com a Kobe Steel do Japão.

Depois disto ocorreram algumas mudanças no mercado de minério de ferro. Os preços eram até então fixados anualmente, através de negociações entre compradores (sob liderança de alemães e japoneses) e vendedores (sob liderança de BHP e Vale).

Tais negociações ocorriam, alternadamente, ora na Alemanha, ora no Japão. Era decididamente um mercado do comprador, como se comprova pelos

preços praticados pelo mercado. Em 1979, por exemplo, a pelota de ferro com teor de 67% de Fe era comercializada por US\$32.00 FOB a tonelada. Numa sequência de oscilações negativas e recuperações sucessivas, o preço atingiu cerca de US\$ 33.50 FOB a tonelada em 2000, ou seja, o preço de venda continuava estagnado no valor de 21 anos passados e com oscilações de baixa no período, que chegaram a atingir US\$22,00 FOB por tonelada.

Ainda no decurso dos primeiros anos do 21º milênio, as regras do mercado mudaram. Os preços não são mais fixados por tempo determinado, mas oscilam na medida em que a relação entre oferta e demanda se alteram e essa Bolsa passou a funcionar na China. A China, por seu turno, passou a ser um importante “player” nesse mercado, tornando-se o maior comprador do mercado.

O destravamento teve efeito imediato: já em 2005 o preço da pelota alcançava cerca de US\$85.00 FOB a tonelada e em 2008 já atingia US\$ 151.50 por tonelada, em média. Da mesma forma, o frete oceânico saiu de US\$12.00 em 2000 para US\$85.00 por tonelada em 2008.

Em 2014, os preços oscilaram para baixo desde o mês de junho, em razão de excesso de ofertas, estando agora, em setembro de 2014, nos seguintes valores:
Pelotas: US\$120,00 FOB por tonelada métrica.
Sinter Feed: US\$75,00 FOB por tonelada métrica.

Esta mudança de preços forçou os produtores de aço a se submeter a uma realidade de custos em seus produtos, o que resultou em benefício da competitividade da produção de aço brasileira. De outro lado o Brasil passou a ter um substancial aumento no volume de ingresso de divisas de exportações, tanto pela mudança de preços quanto pela aceleração da produção mineral do país, motivada pela atratividade do investimento no setor.

Percebe-se uma tendência de longo prazo de crescimento da utilização da pelota, produto este que, apesar de ter um preço muito superior ao minério natural bruto, assegura produtividade do alto forno bem superior à obtida com a hematita natural a 67% (sinter-feed) eliminando a operação de sinterização. Além do menor custo operacional, pode-se esperar até 30% de acréscimo na produtividade do alto forno, em função do menor tempo do ciclo de redução e fusão da carga com

pelotas. É claro que isto só ocorre se o alto forno estiver operando a plena carga. As siderúrgicas brasileiras ainda não utilizam a pelota como matéria prima.

Escala de produção

Uma segunda razão que se opõe a uma decisão brusca de redução da exportação de minério é que o aço por nós produzido, especialmente em relação à escala, não é competitivo em preço.

Em 1999 visitei algumas siderúrgicas na Ásia, mais precisamente na Coreia do Sul, em Taiwan, no Japão e na China. Cada uma delas isoladamente tinha uma produção em tonelagem quase igual, ou, igual, ou ainda, maior do que a soma da produção de todas as siderúrgicas em operação no Brasil (estas produziam cerca de 26.000.000 de toneladas anuais). Refiro-me às companhias asiáticas comentadas a seguir:

Companhia de Aço e Ferro Pohang, ou Posco

- A Companhia de Aço e Ferro Pohang, ou POSCO, acrônimo, da língua inglesa, para Pohang Iron and Steel Company baseada em Pohang, Coreia do Sul, era, na época, a terceira maior produtora de aço do mundo.

China Steel Company, de Taiwan

- China Steel Company, de Taiwan, era a 25ª maior produtora de aço do mundo em 2006, conforme classificação do International Iron and Steel Institute (IISI). Foi planejada e organizada em 1960 e a incorporação foi estabelecida em 3 de dezembro de 1971.

Em 1º de novembro de 1974, começou o primeiro estágio de construção. O primeiro forno entrou em operação em 27 de junho de 1977. Poucos meses depois o primeiro estágio do plano de construção da aciaria foi concluído. O segundo e terceiro estágios foram concluídos em 1982 e em 1988. A empresa tinha, em 2000, quatro altos-fornos.

Kobe Steel Ltd.

- *Kobe Steel Ltd.* – Esta empresa tem uma história interessante, que demonstra bem a fibra do povo japonês. Sua história começou em setembro de 1905, quando a *Suzuki Shoten*, uma “trading”, adquiriu um negócio de aço chamado *Kobayashi Seikoshō*, em *Wakinohama, Kobe*. Aquele negócio tornou-se *Kobe Seikoshō*, agora conhecido como *Kobe Steel, Ltd.* Em 1926, completou a primeira planta de cimento do Japão e em 1930 produziu a primeira escavadeira elétrica de mineração.

Durante as quatro décadas seguintes a empresa solidificou sua posição como uma indústria manufatureira. Mas no fim da II Guerra Mundial, em 1945 ataques aéreos deixaram as instalações industriais em todo o Japão totalmente destruídas. Em janeiro de 1995, o grande terremoto *Hanshin-Awaji* arrasou o Japão ocidental, causando grande prejuízo para a empresa. O escritório central em *Kobe* foi completamente destruído e um dos altos-fornos, o coração da aciaria, teve que ser substituído. Contudo, nas palavras da direção da empresa, -“ Nós não fomos vencidos”! Dois meses e meio mais tarde o alto-forno entrou novamente em atividade e a produção retornou ao ritmo normal rapidamente.

Shanghai Baosteel Group Corporation

Shanghai Baosteel Group Corporation, da China continental, é um grande conglomerado de ferro e aço, fundado em 17 de novembro de 1998, com o antigo *Baoshan Ferro Iron and Steel (Group) Corporation* como o negócio principal e absorvendo o antigo *Shanghai Metallurgical Holding Group Corporation* e o antigo *Shanghai Meishan Group Co., Ltd.*

Baosteel tinha um capital registrado de 45.8 bilhões de Yuan. Possuía 22 subsidiárias (incluindo 9 ultramarinas) e 14 companhias holding (incluindo 2 ultramarinas) e 24 companhias por cotas. Entre as subsidiárias 100% possuídas e as companhias por “holding”, onze são companhias siderúrgicas, duas financeiras e oito “tradings”.

Baosteel construiu uma nova planta siderúrgica em Zhanjiang, província de Guangdong, para sair da aglomeração de Shanghai.

Qualidade

O fator qualidade é outro limitador. Alcançar os níveis europeus e asiáticos demanda ainda bastante tempo. Sem entrarmos no mérito de nossas fragilidades de escoamento da produção, de sistema tributário e de vícios burocráticos, grandes entraves na competitividade da indústria brasileira, teríamos que desenvolver tecnologias variadas para nos manter, ou nos tornarmos, competitivos em preço e qualidade nos mais variados nichos de mercado (indústria naval, automobilística, construção civil, bélica, hospitalar, espacial, ferroviária, manufaturas de limitado porte, etc.).

A propósito, o aço produzido pela Usiminas, destinado à indústria automobilística é de alta qualidade, superior ao asiático. E por qual razão isto ocorre? Admito que o fator principal é a escala. O Brasil figura hoje entre os maiores produtores de carros.

Mas, em que pese a exceção do aço automobilístico, a produção de aço no Brasil é ainda limitada em variedade de produtos, em razão de sua escala e da limitada demanda do mercado doméstico para produtos siderúrgicos sofisticados. A concorrência internacional, asiática e europeia, têm dimensões que comportam investimentos de intensidade maior no controle de qualidade, produtividade e engenharia do produto.

Lembro-me, por exemplo, que o aço colorido já era produzido na Europa desde o início da última década do século XX. Isto só surgiu no Brasil, em pequena escala, nos últimos oito anos. E na década de 1970 éramos importadores de aço inoxidável em alta escala. Fui diretor de uma empresa europeia em São Paulo. Para a produção de grandes vasos de pressão importávamos aço inoxidável da Suécia, nas décadas de 60 e 70.

Por muitos anos e até recentemente nosso aço destinado à indústria automobilística não era da melhor qualidade.

Mas é mister que se reconheça que a indústria siderúrgica brasileira melhorou substancialmente a qualidade de seus produtos nos últimos vinte anos, mas ainda não atingiu o nível que poderá e que deverá atingir.

Enquanto isto esperamos que a Usiminas não sofra influências societárias que possam afetar sua posição de maior fornecedora de aço para a indústria automobilística no Brasil.

Investimento de capital

Uma quarta limitação é a inexistência de capital próprio na extensão que seria requerida para novas usinas siderúrgicas em níveis de produção que se igualem às escalas da concorrência e em número suficiente para absorver todo o minério exportado, in natura, ou, beneficiado. Referimo-nos a unidades siderúrgicas gigantescas, a exemplo da POSCO e outras, com capacidade de produção da ordem de 30.000.000 de toneladas anuais.

Temos, é verdade, minério de ferro em abundância no Brasil, com reais possibilidades para a siderurgia de considerar apropriado o investimento em minas cativas, mas, de outro lado estamos em franca desvantagem em relação à Ásia, Europa, Estados Unidos e Canadá, mercados que dispõem de reservas cativas de carvão siderúrgico de alto poder calorífico (hulha).

Contudo, não se pode perder de vista que um bom projeto siderúrgico, desenhado para superar obstáculos tradicionais de país em desenvolvimento, geograficamente muito distante dos grandes centros consumidores, como é o caso brasileiro, encontrará, seguramente, fontes confiáveis de financiamento.

Na Ásia a realização de investimentos de grande porte é frequentemente apoiada em imensa pulverização de capital.

Considerações sobre a privatização da Vale

Empresas públicas que atuam no mercado doméstico o fazem com decretos e monopólio e ainda assim costumam operar no vermelho. Mas essas proteções não existem no mercado internacional, seja a empresa pública ou privada. E num

mercado externo onde o comprador impunha o preço não era admissível o despreparo.

A Vale aprendeu tudo isto desde os seus primeiros tempos, por isto parecia uma empresa eficiente que não precisava ser privatizada. Mas em alguma extensão ela praticava monopólio doméstico se prevalecendo de sua condição de estatal, a partir da propriedade da ferrovia e do Porto de Tubarão. Terceiros usuários submetiam-se às limitações quantitativas e de geografia dos mercados externos, indiretamente impedidas de crescer.

Naquela época o preço do minério era negociado anualmente e os compradores alemães e japoneses, então os maiores compradores, negociavam o preço com a Vale, do Brasil, de um lado, e com a BHP Minerals, da Austrália, de outro. Estes eram os maiores fornecedores. Por dezenas de anos esse foi o quadro.

A Vale foi privatizada em 1997 e já nos primeiros anos como empresa privada ampliou razoavelmente sua competência e sua lucratividade. Nessa época surge também no mercado internacional a China com compras de minério em ritmo anualmente crescente. Em 1999 a Vale comprou a SAMITRI e por extensão tornou-se proprietária de 50% do capital da SAMARCO e sócia de seu maior concorrente mundial, a BHP Minerals da Austrália. VALE E BHP compõem o Conselho de Administração da Samarco, presentes em suas reuniões periódicas.

Em 1979, como já foi dito, o “Pellet”, seu principal produto era vendido ao preço de cerca de US\$32.00 a tonelada. Em 2000, o “Pellet” era comercializado ao preço de US\$33.50 a tonelada. Durante 22 anos o preço oscilou entre US\$33.50 e US\$26.00 a tonelada. Cinco anos depois da compra da SAMITRI, ou seja, em 2005, o “Pellet” da Samarco estava sendo vendido a US\$85.00 a tonelada e em 2008 já atingia US\$ 151.50 por tonelada, em média.

Da mesma forma, o frete oceânico saiu de US\$12.00 em 2000 para US\$85.00 por tonelada em 2008.

Muito provavelmente, como estatal a Vale não teria tido a mobilidade exigida para toda a ação desencadeada nesse curto período de 11 anos.

Em que pese a entrada da China, como compradora, no mercado, provavelmente os vendedores estariam ainda a reboque dos compradores praticando preços mínimos de sobrevivência.

O volume de divisas que o Brasil ganhou a maior no comércio de minério de ferro nestes últimos 15 anos, seguramente, é mais de duas vezes o custo de construção de outra Vale.

E as vantagens advindas da privatização não param aí. A política expansionista do Grupo Vale tornou-a a participante principal na formação do PIB brasileiro. Seu quadro orgânico reúne hoje técnicos e executivos de nível igual ou superior ao dos profissionais correlatos das mais diversas nacionalidades.

O benefício da privatização resultante para o país, para os acionistas, para os empregados, para o Fisco, para a Previdência Social, para fornecedores e mesmo para os clientes, não deixa margem para dúvida de que esse foi o melhor caminho para a economia do país. Enquanto isto estamos assistindo exatamente o oposto com outra organização estatal brasileira que há muito deveria ter sido privatizada e infelizmente não foi.

O projeto Samarco e a produção de pelotas a partir do itabirito

A Samarco foi inicialmente um “joint-venture” entre a S. A. Mineração da Trindade – SAMITRI e a Marcona International Incorporated.

A Samitri era uma empresa de mineração do Grupo Belgo-Mineira, fundada em 1939 e detinha os direitos de lavra sobre reservas de hematita e itabirito que representam mais da metade das reservas do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Exportadora, era usuária sob contrato da Ferrovia Vitória-Minas e do Porto de Tubarão.

Samitri explorava as reservas de hematita e não detinha tecnologia para aproveitamento das reservas de itabirito.

A Marcona era uma empresa norte-americana de mineração com atividades nos E.U.A. e em outros países. Suas operações principais eram concentradas no Peru, onde tinha ela planta de concentração, de pelotização e porto próprio. A Marcona tinha frota própria de navios e presença intensa no mercado transoceânico

de minério de ferro. Marcona receava ser expropriada no Peru e procurava oportunidade de se associar a outra mineradora fora do Peru, visando sua permanência no mercado com aproveitamento de sua tecnologia, de sua frota de navios e de seu cartel de clientes em todo o mundo. Encontrou a Samitri no Brasil e as duas se complementaram em suas necessidades maiores iniciando o desenvolvimento do Projeto Samarco.

Minério de itabirito, a matéria-prima

As reservas da Samitri eram de itabirito, minério de baixo teor. O que se poderia aproveitar desse minério limitava-se a uma variação entre 20% e 60% de teor de ferro, naturalmente exigindo uma operação de concentração do mesmo para elevar o teor a 68% de Fe. A definição dos limites para a operação dependia sempre de análise econômica do mercado.

Para concentrar é preciso moer o minério, pulverizando-o e depois disto concentrá-lo através da adição de produtos químicos, como amido de milho, amina (derivado de petróleo), etc., que têm o efeito de ajudar na separação da sílica, etc.

Mas o custo desta operação tornaria o produto final do produto não competitivo. Era preciso compensar com a redução de custo nas operações subsequentes.

O transporte através de mineroduto

O custo de transporte ferroviário que a Samitri pagava à Vale do Rio Doce naquela época era da ordem de oito dólares por tonelada. Isto inviabilizaria o Projeto Samarco. A alternativa seria a construção de um mineroduto, para levar o minério em solução aquosa, por 400 km, até o porto que seria construído no município de Anchieta.

Esta opção impediria que a pelotização fosse feita em Minas Gerais, pois não se poderia transportar Pellets pelo mineroduto. O custo estimado desta opção de transporte era inferior a um dólar. Aí estava a economia para compensar o custo adicional da concentração.

Da Mina a Matipó o produto viaja sob impulso de um primeiro conjunto de bombas. Um segundo conjunto, instalado em Matipó, impulsiona a polpa até o topo da Serra do Caparaó, o ponto mais alto do percurso. Dali até a planta de pelotização, em Anchieta, a polpa viaja por efeito da gravidade. Neste percurso existem estações de válvulas que regulam a pressão na tubulação.

A modelagem das pelotas

O minério já desidratado e aditado com aglomerantes – bentonita, dolomita, calcário e cal – é despejado sobre os discos de Pelotamento que giram num plano inclinado e têm a superfície áspera. A pelota do minério se forma e cresce sob o mesmo efeito que ocorre com a bola de neve. Ao atingir o tamanho adequado ela ganhou peso e entorna do plano inferior do disco caindo sobre uma correia de transmissão e é levada para um sistema de peneiras de rolos, onde unidades acima e abaixo do tamanho ideal são recicladas.

Reciclagem de pelotas verdes “over” e “undersize”

As não rejeitadas são conduzidas para um forno de formato longitudinal, submetidas a um processo de temperaturas ascendentes até 1.400 graus e daí para frente resfriadas até deixar o interior do forno, quando são então conduzidas para uma pilha no pátio de estocagem.

Pellets, produto final

Uma carga de pelotas no alto forno forma uma pilha bem regular, evitando a compactação e permitindo assim a passagem livre de vapores. E quando uma pelota funde todas as demais estão também fundidas, permitindo a reposição da carga em tempo menor do que num processo utilizando Sinter.

3ª SEÇÃO: EFEMÉRIDES DA CASA

EM 2016

15/08/2016 – 109º Aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Posse da nova diretoria 2016-2018. Lançamento do vol. 41 da Revista do IHGMG.

27/08/2016 – 1ª Sessão Ordinária – Gestão 2016-2019. - Abordagem das inovações contidas no Estatuto aprovado no dia 30/07/2016; - Composição do Conselho Diretor por mais três membros, entre associados efetivos (art. 20, III); - Preenchimento do quadro do Centro de Documentação, com escolha de quatro Coordenadores (art. 39/49); - Criação e preenchimento do Conselho Superior pela Presidência (art.40) e Nomeação dos integrantes das Comissões Culturais Permanentes pela Presidência - art.41, I e § 1º.

17/08/2016 – Posse da associada correspondente Prof.^a Cândida Corrêa Côrtes Carvalho, em Luz/Minas Gerais. Saudação pelo associado efetivo Dr. Ozório Araújo do Couto.

24/09/2016 – 2ª Sessão Ordinária: Alocuções - “A propósito da Independência do Brasil”, pelo associado Diretor Prof. Raymundo Nonato Fernandes; - “Nas ondas históricas do Velho Chico”, pelo Presidente Dr. Aluísio Alberto da Cruz Quintão.

Sessão Especial: posse do Conselho Diretor – Dr. Daniel Antunes Júnior, cadeira nº 43, patrono Teófilo Benedito Otoni; Prof. Raymundo Nonato Fernandes, cadeira nº 7, patrono Aurélio Pires; - Ten. Cel. Adalberto Guimarães Menezes, cadeira nº 72, patrono Joaquim José da Silva Xavier.

29/10/2016 – 3ª Sessão Ordinária: palestra da segunda vice-presidente Prof.^a Regina Almeida e Coordenadora das Comissões Culturais Permanentes, sobre o tema “Revisitando a Amazônia e Descobrimo sua Grandeza”.

05/11/2016 - Posse do novo associado efetivo Ten. Cel. PM João José do Nascimento. Saudação pelo associado efetivo Cel. Paulo Duarte Pereira.

19/11/2016 – Sessão Especial: palestra do Prof. Michele Cartusciello, genealogista, fundador e diretor do Museo del Cognome em Padula, Itália, sobre “A Genealogia Hoje: Novas Perspectivas e Novos Serviços”.

26/11/2016 - 4ª Sessão Ordinária: palestra do Jornalista Paulo César Magella, Editor Geral do Jornal Tribuna de Minas, de Juiz de Fora, encerrando o Terceiro Ciclo de Palestras sobre a História da Mídia em Minas Gerais. Promoção da Comissão História de Minas.

10/12/2016 – Sessão Especial: palestra do associado efetivo Dr. Fábio Americano sobre Novas Perspectivas para a Documentação Histórica. Lançamento do livro: Fragmentos e Histórias: Dionísio e sua Gente, de sua autoria.

17/12/2016 – Sessão solene: Encontro de Natal.

EM 2017

11/02/2017 – 5ª Sessão ordinária: relatório das ações administrativas dos últimos meses. Sessão solene de homenagem aos associados falecidos em 2016: José Raimundo Machado (18.03.1936/07.01.2016), discurso do associado correspondente Raimundo da Silva Rabello; Jorge Lasmar (09.05.1920/25.02.2016), discurso do associado Aristóteles Dutra de Araújo Atheniense; José Crux Rodrigues Vieira (14.09.1920/31.03.2016) e José Geraldo de Faria (03.06.1912/05.01.2017), discurso do associado Luiz Carlos Abritta; Paulo Apgaua (30.04.1921/06.05.2016), discurso do associado Wagner Colombarolli e Aluísio Pimenta (09.08.1923/09.05.2016), discurso do associado Antônio Carlos de Albuquerque.

18/02/2017 – 6ª Sessão Ordinária: palestra da Professora e Historiadora Heloísa Maria Murgel Starling sobre o tema “60 Anos de Grande Sertão: Veredas”.

11/03/2017 – Sessão Especial: palestra do associado efetivo Dr. José Carlos Serufo sobre o tema “Oswaldo Cruz, o ícone da Saúde Pública no Brasil”. Comissão História do Brasil.

18/03/2017 – 7ª Sessão Ordinária: palestra do associado efetivo Dr. Walter Gonçalves Taveira sobre o tema “Mineração de Ferro e Siderurgia Brasileiras: História Recente e Perspectivas”. Comissão História de História Geral.

25/03/2017 – Sessão Especial: palestra do primeiro vice-presidente Dr. Luiz Carlos Abritta sobre o tema “A História do Movimento Modernista em Cataguases”. Comissão História de Minas.

08/04/2017 – II Ciclo de Palestras sobre a Inconfidência Mineira. Promoção da Comissão de Geografia e Ciências Afins. Debatedor: associada efetiva Prof.^a Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos. Mesa redonda: Professor Dr. Francis Albert Cotta, da Faculdade de Direito da FPL Educacional e Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG sobre o tema: “Geografia da Organização Militar em Minas Gerais e os militares da Inconfidência Mineira”.

29/04/2017 – 8ª Sessão Ordinária: continuação do II Ciclo de Palestras sobre a Inconfidência Mineira. Promoção da Comissão de Geografia e Ciências Afins. Coordenação da associada efetiva Prof.^a Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos.

Mesa Redonda: Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães (FFCH/UFMG) sobre o tema: “Inconfidência e Arqueologia: Um Universo de Possibilidades”. Debatedor: associado efetivo Dr. Marcos Paulo de Souza.

06/05/2017 – Sessão Especial com mesa-redonda sobre o tema “O livro como divulgação da cultura”. Palestras: “A criação de um livro” – Prof.^a Sônia Maria de Melo Queiroz (UFMG); “A edição de livros como proposta de uma casa de cultura” – Jornalista Luan Nobat (IDEA-Espaço Cultural) e “Revisitando intelectuais mineiros, à luz da historiografia” – Prof. Francisco Eduardo de Andrade (UFOP). Comissão de Língua Portuguesa.

13/05/2017 – Sessão Especial: palestra do associado efetivo Dr. José Carlos Serufo sobre o tema “O almocafre na história da Mineração”. Comissão História de Minas.

20/05/2017 – Sessão Especial: palestra do associado efetivo Prof. Zanoni Eustáquio Roque Neves sobre o tema “Introdução à Antropologia e Museu Antropológico do Vale do São Francisco”. Comissão de Antropologia.

27/05/2017 – 9ª Sessão Ordinária: Reunião da Associação para tratar de interesse interno-associativo.

4ª SEÇÃO: LEIS E ATOS IMPORTANTES

1. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

- CRIAÇÃO:

- Ata de fundação, 16 de junho de 1907
- Ata de instalação, 15 de agosto de 1907
- Registrado como Associação Cultural sob o nº 557, de 5/10/1944, no Cartório do Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Comarca de Belo Horizonte.
- Cadastrado no Ministério da Fazenda como Pessoa Jurídica de Direito Privado (CNPJ: 17.505.769/0001-64).

2. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL:

- Lei No. 4.082, de 07/02/1966 – Autorizando o governo estadual a fazer doação de área para a sede do IHGMG e depois regulamentada por decreto governamental.

- Escritura de doação lavrada pelo Cartório Felício dos Santos em 03/04/1967, L. 72-B., folha 129v. a 132.

- Inscrição no Cartório Registro de Imóveis do 7º Ofício, sob o nº 2.576, folhas 220/221, do livro 3-B.

- Sede “Casa de João Pinheiro” – parte de sobreloja do bloco B do Condomínio do Edifício JK. Convenção condominial por escritura lavrada no Cartório do tabelião Everardo Vieira, folhas 162 v. a 172 v., do livro 164-B. Registrada no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício – Francisco Casimiro Martins Ferraz – no Livro de Registro No. 8-A-Esp., página 217, em 14/04/72.

3. ESTATUTO VIGENTE

Aprovado pela Assembleia Geral em 1º/04/2006, e averbado sob o nº 42, no registro 56.363, livro A do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Comarca de Belo Horizonte.

4. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:

4.1 FEDERAL:

LEI Nº 875, DE 19 DE OUTUBRO DE 1949

Considera de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que a CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É considerado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA

Adroaldo Mesquita da Costa

4.2 ESTADUAL:

LEI 21, DE 30 DE OUTUBRO DE 1947

Declara de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É declarado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, fundado nesta Capital a 16 de junho de 1907.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 30 de outubro de 1947.

MILTON SOARES CAMPOS

Pedro Aleixo

4. 3 MUNICIPAL:

LEI Nº 2025, de 15 de dezembro de 1971

Declara de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com sede nesta Capital.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1971.

OSWALDO PIERUCETTI

Prefeito de Belo Horizonte

5. RECONHECIMENTO COMO ÓRGÃO CONSULTIVO NO ESTADO

Lei nº 21.131, de 8 de janeiro de 2014.

Faculta aos órgãos e entidades da administração pública estadual consultar o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG – e dispõe sobre o acesso dos associados desse instituto aos órgãos e entidades que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG -, cognominado Casa de João Pinheiro, poderá ser consultado em caráter opinativo pelos órgãos e entidades da administração pública estadual sobre assuntos de história, geografia e ciências auxiliares e complementares que se referirem a Minas Gerais.

Art. 2º O associado do IHGMG, desde que devidamente identificado, terá livre acesso aos órgãos e entidades da administração pública estadual e estará autorizado a realizar consultas e pesquisas nesses órgãos e entidades, na forma de seus regulamentos internos e da legislação federal e estadual sobre acesso à informação.

Parágrafo único. A prerrogativa do associado do IHGMG a que se refere o caput será observada também pelos órgãos e entidades públicas ou privados conveniados com o Estado ou subsidiados por ele para o desenvolvimento de atividades nas áreas referidas no caput do artigo 1º.

Art. 3º O disposto nesta Lei não acarretará despesas para o Estado de Minas Gerais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 8 de janeiro de 2014, 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

Antonio Augusto Junho Anastasia

Danilo de Castro

Maria Coeli Simões Pires

Renata Maria Paes de Vilhena

6. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE RECEITA FAZENDÁRIA:

- Fazenda Nacional – CNPJ Nº. 17.505.796/0001-64

- Fazenda Municipal – Nº. 0184607001-2

7. HONRARIAS RECEBIDAS PELO IHGMG:

04/12/2016 – Comenda de Mérito Olegário Maciel (Passa Quatro/MG).

22/02/2017 – Troféu Lions Centenário – Academia Mineira de Leonismo.

8. ATOS ADMINISTRATIVOS:

ATO N. 01, de 15-08-2016 – Cria o novo Conselho Superior e nomeia seus 5 membros.

ATO N. 02, de 30-09-2016 – Designa membros da Comissão da Revista e do respectivo Conselho Consultivo.

ATO N. 03, de 30-09-2016 – Designa funcionária Secretária Executiva da Revista.

ATO N. 04, de 11-11-2016 – Oficializa as Reuniões Culturais Semanais e designa para a sua coordenação o associado efetivo Dr. Luiz Carlos Abritta, 1º Vice-Presidente.

ATO N. 05, de 29-11-2016 – Designa membros da Comissão de História Geral.

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

ATO N. 06, de 29-11-2016 – Designa membros da Comissão de História do Brasil.

ATO N. 07, de 29-11-2016 – Designa membros da Comissão de História de Minas Gerais.

ATO N. 08, de 29-11-2016 – Designa membros da Comissão de Geografia e Ciências Afins.

ATO N. 09, de 29-11-2016 – Designa membros da Comissão de Antropologia.

ATO N. 10, de 29-11-2016 – Designa membros da Comissão de Genealogia.

ATO N. 11, de 29-11-2016 – Designa membros da Comissão de Língua Portuguesa.

ATO N. 12, de 06-01-2017 – Fixa novo prazo para o lançamento do vol. 42 da Revista do IHGMG.

ATO N. 13, de 15-02-2017 – Designa membros da Comissão Especial para reestruturação da Ordem do Almocafre.

ATO N. 14, de 20-03-2017 – Designa Comissão Especial para preparação da comemoração dos 110 anos do IHGMG.

ATO N. 15, de 10-04-2017 – Designa Comissão para assessoria especial da Presidência sobreinstitucional.

ATO N. 16, de 22-05-2017 – Designa dois representantes no controle do domínio IHGMG.

5ª SEÇÃO: QUADRO ASSOCIATIVO

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

CAD	PATRONO	TÍTULO	ASSOCIADO
1	João Pinheiro da Silva	3º e 4º Governador Republicano Provisório, 9º Presidente eleito do Estado de Minas Gerais, 1º Presidente do IHGMG	Antonio Augusto Junho Anastasia
2	Antônio Augusto de Lima	Jurista, Político	Jacson Rafael Campomizzi
3	Israel Pinheiro da Silva	6º Governador de MG, Engenheiro	Lúcio Urbano Silva Martins
4	Nelson Coelho de Senna	Professor, Político, Escritor	Stanley Savoretti de Souza
5	Francisco Mendes Pimentel	Professor, Político	Maria Efigênia Lage de Resende
6	Arthur da Silva Bernardes	14º Presidente do Estado de MG, 13º Presidente da República	
7	Aurélio Pires	1º Presidente de MG, Professor, Jornalista	Raymundo Nonato Fernandes
8	José da Silva Lisboa	Visconde de Cairu, Professor, Político	Antônio Pedro Nolasco
9	Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos	Jornalista, Político, Historiador	Luiz Antônio Pinheiro
10	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Deputado, 8º Prefeito de BH, 18º Presidente do Estado de MG	Maria Ribeiro Pires
11	Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos	Magistrado, Político, Historiador	José Francisco de Paula Sobrinho
12	Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo	Barão, Político, Escritor, Professor, Cartógrafo	Fernando José Armando Ribeiro
13	José de Santa Rita Durão	Frei, Orador, Poeta	Paulo Roberto Gomes Leite
14	Cláudio Manoel da	Inconfidente, Advogado,	Maria Natalina

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

	Costa	Minerador, Poeta	Jardim
15	Inácio José de Alvarenga Peixoto	Inconfidente, Advogado, Poeta	Josemar Otaviano de Alvarenga
16	Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira	Poetisa, Ativista Política, Mineradora	
17	Peter Wilhelm Lund	Pai da Paleontologia e Arqueologia no Brasil	Maria Inês de Moraes Marreco
18	José Pedro Xavier da Veiga	Jornalista, Historiador, Político	
19	Dom Silvério Gomes Pimenta	Arcebispo, Professor, Poeta, Biógrafo, Membro da Academia Brasileira de Letras	Oswaldo Oliveira Araújo Firmo
20	João Pandiá Calógeras	Engenheiro, Geólogo, Político, Ministro da Guerra, Agricultura/Comércio/Indústria	Jorge Mascarenhas Lasmar
21	Bernardo Joaquim da Silva Guimarães	Romancista, Poeta	Ronaldo Vieira de Aguiar
22	Afonso Henrique da Costa Guimarães	Alphonsus de Guimaraens (nome literário), Escritor neorromântico e simbolista	Antônio Marcos Nohmi
23	Augusto de Lima Júnior	Advogado, Jornalista, Poeta, Magistrado, Historiador	Walter Gonçalves Taveira
24	Júlio César Pinto Coelho	Coronel Fundador do IHGMG	Luiz Ricardo Gomes Aranha
25	Joaquim Felício dos Santos	Professor, Jurista, Jornalista, Historiador, Político	João José do Nascimento
26	Polycarpo Rodrigues Viotti	Médico, Político	Paulo Roberto Paranhos da Silva
27	Pedro Victor Renault	Professor, Médico, Indigenista	Gilda de Castro Rodrigues
28	Rodolpho Jacob	Advogado, Professor, Historiador	Aristóteles Dutra de Araújo Atheniense
29	Cláudio Bernhaus Araújo de Lima	Médico, Professor	Carlos Perktold

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

30	Afonso Arinos de Melo Franco	Advogado, Professor	Zanoni Eustáquio Roque Neves
31	Lúcio José dos Santos	Engenheiro, Professor, Historiador	Eurípedes Santos Zumpano
32	Caetano de Azeredo Coutinho	Professor	Célia do Nascimento Coutinho
33	Bernardo Pereira de Vasconcellos	Político, Ministro da Justiça do Império	Adalberto Andrade Mateus
34	Cristiano Benedicto Ottoni	Engenheiro, Professor, Político	Bruno Terra Dias
35	Ayres da Matta Machado Filho	Filólogo, Professor, Escritor	Maria de Lourdes Costa Dias Reis
36	Pedro Augusto Carneiro Lessa	Professor, Ministro do Supremo Tribunal Federal	
37	Afonso Augusto Moreira Penna	Advogado, Ministro e Conselheiro do Império, 4º Presidente do Estado de Minas Gerais	Jairo Carvalhais Câmara
38	Martinho Álvares da Silva Campos	Médico, Político, Conselheiro do Império	Deusdedit Pinto Ribeiro de Campos
39	Afonso Celso de Assis Figueiredo	Advogado, Político, Professor, Visconde de Ouro Preto	
40	Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior	Professor, Poeta, Historiador, Político, Conde Romano, Presidente do IHGB	Joaquim Cabral Netto
41	Antônio Augusto de Mello Cançado	Escritor, Jornalista, Professor	Marcos Wellington de Castro Tito
42	José Joaquim Rocha	Advogado, Político, Conselheiro do Império	Ozório José Araújo do Couto
43	Teófilo Benedito Ottoni	Jornalista, Político, Indigenista, Líder da Revolução Liberal	Daniel Antunes Júnior
44	José Vieira Couto Magalhães	Advogado, Militar, Escritor, Presidente do Estado do Mato Grosso	José Carlos Serufo
45	Evaristo Ferreira da	Poeta, Jornalista, Político,	Ângelo Oswaldo de

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

	Veiga e Barros	Livreiro	Araújo Santos
46	José Antônio Marinho	Cônego, Político, Escritor	Plínio Salgado
47	João Camillo de Oliveira Torres	Professor, Historiador, Jornalista	Eugênio Ferraz
48	José Cesário de Faria Alvim Filho	Advogado, Jornalista, Político, 2º Governador Republicano e 2º Presidente de Minas Gerais	Luiz Carlos Biasutti
49	José Bento Ferreira de Melo	Cônego, Jornalista, Deputado, Senador	Fernando Antonio Xavier Brandão
50	Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt Aguiar e Sá	Cientista, Desembargador, Intendente das Minas Gerais e do Distrito de Diamantina	José Renato de Castro César
51	Milton Soares Campos	Professor, Advogado, 1º Governador após Estado Novo	Wagner Augusto Portugal
52	Virgílio Alvim de Melo Franco	Senador, Jornalista	Norman José Andrade Giugni
53	Joaquim Cândido Costa Senna	Professor, Cientista, Político, Literato	Wagner Colombarolli
54	Raymundo Otávio da Trindade	Cônego, Pesquisador, Historiador	Geraldo Barroso de Carvalho
55	Lafayette Rodrigues Pereira	Jurista, Jornalista, Diplomata, Político, Escritor	Wolmar Olympio Nogueira Borges
56	Júlio Bueno Brandão	Presidente de Minas, Político	
57	Honório Hermeto Carneiro Leão	Marquês do Paraná, Político, Magistrado, Presidente Interino do RJ e MG	José Anchieta da Silva
58	João Severiano Maciel da Costa	Marquês de Queluz, Magistrado, Político, Conselheiro do 1º Império	Ricardo Salgado Guimarães
59	Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta	Marquês de Barbacena, Militar, Diplomata, Político	Marcos Henrique Caldeira Brant
60	José Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Visconde de Caeté, Político, Desembargador	Doorgal Gustavo Borges de Andrada

61	Antônio Paulino Limpo de Abreu	Visconde de Abaeté, Magistrado, Diplomata, Político	Mário de Lima Guerra
62	Carlos Peixoto de Melo Filho	Político, Militar	Francisco Fausto de Albuquerque
63	Manoel Teixeira de Souza	Barão de Camargos, Senador	Paulo Duarte Pereira
64	Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon	1º Imperador do Brasil, 4º Rei de Portugal e Algarves	Tasso Batalha Barroca
65	Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon	2º Imperador do Brasil, Intelectual	Gilberto Madeira Peixoto
66	Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon d'Orleans	Princesa, Regente do Império do Brasil, Abolicionista, Denominada A Redentora	
67	Belchior Pinheiro Oliveira	Sacerdote, Político	
68	Alberto Santos Dumont	Aeronauta, Esportista, Inventor, Pai da Aviação,	José de Assis
69	João Capistrano Honório de Abreu	Historiador, Etnógrafo, Línguista	Ismaíla de Moura Nunes
70	João da Matta	Médico, Político, Conselheiro	Helene Maria

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

	Machado	do Império	Paulini
71	José Joaquim Viegas de Menezes	Sacerdote, Jornalista	Rogério de V. Faria Tavares
72	Joaquim José da Silva Xavier	Dentista, Militar, Inconfidente, Patrono da Nação	Adalberto Guimarães Menezes
73	José de Resende Costa	Inconfidente, Militar	Aluizio Alberto da Cruz Quintão
74	Manoel Rodrigues da Costa	Sacerdote, Político	Jairo José Drummond Câmara
75	Dom Joaquim Silvério de Souza	Arcebispo, Fundador da Academia Mineira de Letras, Conde Romano	Ismar Dias de Matos
76	José da Silva e Oliveira Rolim	Sacerdote, Inconfidente	Paulo de Lima
77	José Álvares Maciel	Engenheiro, Inconfidente	Renato Passos
78	Manoel da Costa Athaide	Militar, Pintor, Decorador	Ângela Gutierrez
79	Antônio Francisco Lisboa	Escultor, Entalhador, Arquiteto	Gladston Gomes Mamede da Silva
80	Arthur Álvares de Alcântara Campos	Vereador, Farmacêutico, Escritor	Márcio José da Cunha Jardim
81	João Bráulio Moinhos de Vilhena	Promotor de Justiça, Juiz, Desembargador	Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza
82	Levindo Coelho	Médico, Prefeito, Senador	Luiz Carlos Abritta
83	Henrique Guilherme Fernando Halfeld	Engenheiro Militar, Fundador da Cidade de Juiz de Fora	Márcio Antônio Pereira
84	Cândido Mariano da Silva Rondon	Marechal, Engenheiro, Indigenista	Manoel Magno Lisboa
85	Álvaro Astolfo da Silveira	Engenheiro, Geólogo, Escritor	
86	Daniel Serapião de Carvalho	Ministro da Agricultura, Advogado, Político	Fábio Americano
87	Basílio de Magalhães	Engenheiro, Historiador, Escritor, Professor	Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho

Revista 42 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

88	Romualdo José Monteiro de Barros	Barão de Paraopeba, Político, Presidente da Província	Antônio Carlos de Albuquerque
89	Francisco Luís da Silva Campos	Advogado, Professor, Jurista, Político	Sônia Diniz Viana
90	Francisco Adolfo de Varnhagen	Visconde de Porto Seguro, Militar, Historiador	
91	Francisco Diogo Pereira Vasconcellos	Magistrado, Político	Maria Cândida Costa T. de Seabra
92	Teodoro Fernandes Sampaio	Engenheiro, Geógrafo, Historiador	
93	Orville Adalbert Derby	Geólogo, Geógrafo	Marcos Paulo de Souza Miranda
94	Wilhelm Ludwig von Eschwege	Barão de Eschwege, Geólogo, Geógrafo, Arquiteto, Escritor	Márcia Maria Duarte dos Santos
95	Antônio Olyntho dos Santos Pires	Advogado, Professor, 1º Presidente Republicano da Província de Minas	Regina Almeida
96	Sebastião de Affonseca e Silva	Farmacêutico, Professor	Iácones Batista Vargas
97	Affonso D'Escrag-nolle de Taunay	Engenheiro, Professor, Historiador	Geraldo Dirceu de Oliveira
98	Aníbal Pinto Mattos	Escritor, Historiador, Professor	Elizabeth Fernandes Rennó
99	Abílio Velho Barreto	Escritor, Poeta, Jornalista, Historiador	Ildefonso Silveira de Carvalho
100	Hildebrando Pontes	Professor, Escritor	Paulo Ramiz Lasmar

